



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA – PPGLINC

WILLYANE MARA COSTA DE PAULA

**A REPRESENTAÇÃO DE PESSOAS PRETAS E PESSOAS BRANCAS
NO DISCURSO JORNALÍSTICO SOTEROPOLITANO: UMA
PERSPECTIVA CRÍTICA**

SALVADOR

2023

WILLYANE MARA COSTA DE PAULA

**A REPRESENTAÇÃO DE PESSOAS PRETAS E PESSOAS BRANCAS
NO DISCURSO JORNALÍSTICO SOTEROPOLITANO: UMA
PERSPECTIVA CRÍTICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como complementação dos créditos necessários para obtenção do grau de Mestre em Língua e Cultura.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Daniele de Oliveira

SALVADOR

2023

WILLYANE MARA COSTA DE PAULA

**A REPRESENTAÇÃO DE PESSOAS PRETAS E PESSOAS BRANCAS
NO DISCURSO JORNALÍSTICO SOTEROPOLITANO: UMA
PERSPECTIVA CRÍTICA**

Dissertação apresentada como requisito final para obtenção do título de Mestre em Língua e Cultura, pelo Programa de Pós- Graduação em Língua e Cultura, do Instituto de Letras, da Universidade Federal da Bahia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Daniele de Oliveira Orientadora

Doutora em Estudos Linguísticos, pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Profa. Dra. Elzimar Goettenauer de Marins Costa

Doutora em Letras Neolatinas, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Prof. Dr. Julio Neves Pereira

Doutor em Língua Portuguesa, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP
Universidade Federal da Bahia – UFBA

AGRADECIMENTOS

Louvadas e louvados sejam todas as forças ancestrais, divinas, potentes e insurgentes que me trouxeram até esta página final deste trabalho, que foi uma oportunidade conquistada com suor, lágrimas, sangue e amor, porém, se você a lê ou leu, significa que eu consegui. Não concluo essa trajetória apenas por mim, a cumpro como uma promessa ariana de provar para toda a dúvida mundana, que pequenas são as vossas limitações e imensuráveis são as minhas vitórias. Esta dissertação é uma das sementes de Marielle brotando, uma das retratações públicas de vítimas de violência policial sendo executada, como um plano de Maria Felipa em forma de discurso, questionando essa *doxa* de opressão recém criticada.

Me curvo diante dos meus pais, Vânia e Warley, que sempre me deram confiança e todo tipo de suporte possível, para que eu pudesse ingressar e concluir este mestrado. As suas preces, me abençoaram e derrubaram todas as dificuldades ao longo desse período, me sustentando para que eu não desistisse; bem como a sua compreensão, companheirismo, paciência e amor, Jennifer. Muito obrigada!

Agradeço às professoras e professores que fomentaram o meu potencial, em especial, ao Rogério, ao Jean e ao Fernando, professores de handebol que moldaram fortemente o meu caráter. À Tia Fatinha, Dona Ivete, Dona Maria Aparecida, Dona Jane e Dona Sandra, professoras que alimentaram meu gosto pela leitura. Continuem dando visibilidade para meninas negras! Também agradeço a todas e todos os orientadores que tive ao longo da minha trajetória acadêmica, em especial, às três doutoras Adna Cândido de Paula, Elzimar de Marins-Costa e Daniele de Oliveira, como também à UFVJM, à UFMG e à UFBA, por me consagrar como uma pessoa crítica. Tem uma parte de vocês em cada processo deste trabalho.

Entrei na universidade sem saber o que eram os seus pilares indissociáveis, porém, quando os conheci, fiz questão de me tornar parte deles, e não haveria melhor modo de dar um salto adiante nesta formalidade, do que ser formada dentro de dois estândares que me moveram durante este caminho: a língua e a cultura, já entrelaçados lá no BHu, junto aos miguez Joe, Bruno e Camila, com quem aprendi a unir a teoria com a malemolência de pegar a responsabilidade de refazer os caminhos, mesmo quando tudo está contra você (ou contra a sua profissão). Vamos vencer, professores! Muito obrigada!

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPB	Código Penal Brasileiro
ECD	Estudos Críticos do Discurso
FALE	Faculdade de Letras da UFMG
GEMAA	Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação-Afirmativa
LFG	Luiz Flávio Gomes
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
PPGLINC	Programa de pós-graduação em língua e cultura
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

LISTA DE IMAGENS

1 QUADRO DE ANÁLISE - A TARDE (BRANCOS)	126
Imagem 1 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - A Tarde	127
2 QUADRO DE ANÁLISE - A TARDE (BRANCOS)	128
Imagem 2 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - A Tarde	129
3 QUADRO DE ANÁLISE - A TARDE (BRANCOS)	130
Imagem 3 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - A Tarde	132
4 QUADRO DE ANÁLISE - A TARDE (BRANCOS)	133
Imagem 4 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - A Tarde	134
5 QUADRO DE ANÁLISE - A TARDE (BRANCOS)	135
Imagem 5 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - A Tarde	136
6 QUADRO DE ANÁLISE - A TARDE (PRETOS)	137
Imagem 6 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - A Tarde	138
7 QUADRO DE ANÁLISE - A TARDE (PRETOS)	139
Imagem 7 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - A Tarde	140
8 QUADRO DE ANÁLISE - A TARDE (PRETOS)	141

Imagem 8 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - A Tarde	142
9 QUADRO DE ANÁLISE - A TARDE (PRETOS)	143
Imagem 9 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - A Tarde	144
10 QUADRO DE ANÁLISE - A TARDE (PRETOS)	145
Imagem 10 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - A Tarde	146
11 QUADRO DE ANÁLISE - BAHIA NOTÍCIAS (BRANCOS)	150
Imagem 11 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - Bahia Notícias	151
12 QUADRO DE ANÁLISE - BAHIA NOTÍCIAS (BRANCOS)	151
Imagem 12 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - Bahia Notícias	152
13 QUADRO DE ANÁLISE - BAHIA NOTÍCIAS (BRANCOS)	153
Imagem 13 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - Bahia Notícias	154
14 QUADRO DE ANÁLISE - BAHIA NOTÍCIAS (BRANCOS)	155
Imagem 14 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - Bahia Notícias	156
15 QUADRO DE ANÁLISE - BAHIA NOTÍCIAS (BRANCOS)	157
Imagem 15 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - Bahia Notícias	158

16 QUADRO DE ANÁLISE - BAHIA NOTÍCIAS (PRETOS)	159
Imagem 16 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - Bahia Notícias	160
17 QUADRO DE ANÁLISE - BAHIA NOTÍCIAS (PRETOS)	162
Imagem 17 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - Bahia Notícias	163
18 QUADRO DE ANÁLISE - BAHIA NOTÍCIAS (PRETOS)	163
Imagem 18 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - Bahia Notícias	164
19 QUADRO DE ANÁLISE - BAHIA NOTÍCIAS (PRETOS)	165
Imagem 19 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - Bahia Notícias	166
20 QUADRO DE ANÁLISE - BAHIA NOTÍCIAS (PRETOS)	167
Imagem 20 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - Bahia Notícias	168
21 QUADRO DE ANÁLISE - CORREIO 24HORAS (BRANCOS)	172
Imagem 21 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - Correio 24horas	173
22 QUADRO DE ANÁLISE - CORREIO 24HORAS (BRANCOS)	174
Imagem 22 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - Correio 24horas	175
23 QUADRO DE ANÁLISE - CORREIO 24HORAS (BRANCOS)	176
Imagem 23 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - Correio 24horas	177

24 QUADRO DE ANÁLISE - CORREIO 24HORAS (BRANCOS)	178
Imagem 24 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - Correio 24horas	179
25 QUADRO DE ANÁLISE - CORREIO 24HORAS (BRANCOS)	180
Imagem 25 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - Correio 24horas	181
26 QUADRO DE ANÁLISE - CORREIO 24HORAS (PRETOS)	182
Imagem 26 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - Correio 24horas	184
27 QUADRO DE ANÁLISE - CORREIO 24HORAS (PRETOS)	184
Imagem 27 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - Correio 24horas	187
28 QUADRO DE ANÁLISE - CORREIO 24HORAS (PRETOS)	189
Imagem 28 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - Correio 24horas	190
29 QUADRO DE ANÁLISE - CORREIO 24HORAS (PRETOS)	191
Imagem 29 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - Correio 24horas	192
30 QUADRO DE ANÁLISE - CORREIO 24HORAS (PRETOS)	193
Imagem 30 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - Correio 24horas	194

PAULA, W.M.C. **A representação de pessoas pretas e pessoas brancas no discurso jornalístico soteropolitano: uma perspectiva crítica.** 2023, 215f. Dissertação de Mestrado em Língua e Cultura – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2023.

RESUMO

Nesta pesquisa consideramos o texto uma “produção social historicamente situada que diz muito a respeito de nossas crenças, práticas, ideologias, atividades, relações interpessoais e identidades.” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 10). Então, observamos que, pelas práticas linguísticas serem perpassadas por relações de poder, por ideologias e pelos sentidos construídos pelos enunciadore do discurso, que elas poderiam interagir e sustentar ideologias historicamente segregadoras e que fomentam desigualdades. Para verificarmos essas possibilidades, nos propusemos a utilizar as categorias de representação de atores sociais de van Leeuwen (2008) e de análise do signo visual de Soares (2016), na construção da identidade de atores sociais, fundamentadas nos Estudos Críticos do Discurso de autores como van Dijk (2015) e Fairclough (1995; 2001; 2003), socialmente dialogando com os teóricos Albuquerque (2006), Bento (2002) e Almeida (2019), que discutem as relações raciais no Brasil. Nosso *corpus* são notícias sobre crimes publicadas em 3 grandes portais eletrônicos de Salvador, a saber, *A Tarde*, *Bahia Notícias* e *Correio 24horas*, que são alguns dos meios de informação mais acessados e comprados, em sua versão impressa, pelos soteropolitanos. Apresentamos um conjunto de 30 textos verbais e não verbais, sendo 10 de cada portal, deste total, 15 sobre atores sociais pretos e 15 sobre atores sociais branco. O nosso objetivo principal foi verificar se nas notícias de portais eletrônicos de Salvador existiam similitudes ou discrepâncias discursivas e pragmáticas entre as designações utilizadas para construir a identidade narrativa de sujeitos etnicamente opostos que cometeram crimes, ademais de verificarmos se havia ou não uma predileção para a construção de uma ideologia marcada de tom despectivo na narrativa social concernente ao sujeito negro, e algo mais suavizado quando designado aos sujeitos brancos. Os resultados revelaram diferenças conflitantes sobre o modo como os atores sociais de etnia branca e etnia preta são representados. Notamos que o trabalho executado para designar os atores brancos, nos três portais, tenderam a aproximá-los de categorias que atenuaram ou omitiram características e ações específicas que foram feitas por eles, tudo isso através de uma operação que mudou o foco do discurso e inclusive a própria ordem do discurso, guiando-nos para uma visão de mundo, em que se apazigua os atos criminais que envolvem a branquitude. Por outro lado, comprovamos que as designações utilizadas para se descrever os atores pretos incluíam categorias que os associaram, diretamente, aos crimes e se oportunizaram, majoritariamente, apenas um lado de sua história nas notícias: a história do crime cometido. Essas discrepâncias notadas nas representações de atores sociais criminosos de etnias branca e preta, apontam para a importância dos Estudos Críticos do Discurso questionarem e desafiarem as injustiças sociais que se propagam através da língua, fomentadas pelas relações de poder e por todas as estruturas sociais que estão condicionadas ao uso do discurso.

Palavras-chave: Branquitude; Estudos críticos do discursos; Identidade discursiva; Negritude.

PAULA, W.M.C. **La representación de sujetos negros y blancos en el discurso periodístico soteropolitano: una perspectiva crítica.** 2023, 215f. Dissertação de Mestrado em Língua e Cultura – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2023.

RESUMEN

En esta investigación se considera el texto como una "producción social históricamente situada que dice mucho acerca de nuestras creencias, prácticas, ideologías, actividades, relaciones interpersonales e identidades" (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 10). Así, observamos que, dado que las prácticas lingüísticas están atravesadas por relaciones de poder, ideologías y significados construidos por los enunciadores del discurso, podrían interactuar y sostener ideologías históricamente segregadoras que fomentan desigualdades. Para verificar estas posibilidades, nos propusimos utilizar las categorías de representación de actores sociales de van Leeuwen (2008) y el análisis del signo visual de Soares (2016), en la construcción de la identidad de actores sociales, fundamentadas en los Estudios Críticos del Discurso de autores como van Dijk (2015) y Fairclough (1995; 2001; 2003), en diálogo social con teóricos como Albuquerque (2006), Bento (2002) y Almeida (2019), que discuten las relaciones raciales en Brasil. Nuestro *corpus* consiste en noticias sobre crímenes publicadas en 3 grandes portales electrónicos de Salvador, a saber, *A Tarde*, *Bahia Notícias* y *Correio 24horas*, que son algunos de los medios de información más accesados y comprados, en su versión impresa, por los soteropolitanos. Presentamos un conjunto de 30 textos verbales y no verbales, siendo 10 de cada portal. De este total, 15 son sobre actores sociales negros y 15 sobre actores sociales blancos. Nuestro objetivo principal fue verificar si en las noticias de portales electrónicos de Salvador existen similitudes o discrepancias discursivas y pragmáticas entre las designaciones utilizadas para construir la identidad narrativa de sujetos étnicamente opuestos que cometieron crímenes, además de verificar si había o no una predilección por la construcción de una ideología marcada por un tono despectivo en la narrativa social concerniente al sujeto negro, y algo más suavizado cuando se designa a los sujetos blancos. Los resultados revelaron diferencias conflictivas en la forma en que se representan los actores sociales. Notamos que el trabajo realizado para designar a los actores blancos, en los tres portales, tiende a acercarlos a categorías que atenúan u omiten características y acciones específicas que realizaron, todo ello a través de una operación que cambió el enfoque del discurso e incluso el orden del discurso, guiándonos hacia una visión del mundo en la que se suavizan los actos criminales que involucran a la blanquitud. Comprobamos que las designaciones utilizadas para describir a los actores negros incluían categorías que los asociaban directamente con los crímenes y se inclinaban mayoritariamente hacia un solo lado de su historia en las noticias: la historia del crimen cometido. Estas discrepancias observadas en las representaciones de actores sociales apuntan a la importancia de los ECD para cuestionar y desafiar las injusticias sociales que se propagan a través del lenguaje, fomentadas por las relaciones de poder y todas las estructuras sociales que están condicionadas al uso del discurso.

Palabras clave: Blanquitud; Estudios críticos del discurso; Identidad discursiva; Negritud.

Sumário

1 CONCEITOS SOBRE A DIMENSÃO CRÍTICA DAS ANÁLISES	20
1.1 Língua, linguagem e discurso	20
1.2 Estudos Críticos do Discurso e cognição	22
1.3 Produção discursiva e relações de poder.....	30
1.4 O sujeito, a ação e o fato para os Estudos Críticos do Discurso	42
1.5 Ideologia e discurso	53
1.6 Poder e abuso de poder.....	57
2 RELAÇÕES RACIAIS E ABUSO DE PODER: uma questão discursiva	64
2.1 O mito da democracia racial e questões históricas	71
2.2 Discurso, racismo e identidade negra.....	86
2.3 A influência ideológica do pacto narcísico da branquitude nas relações sociais	94
2.4 O racismo estrutural na prática discursiva.....	99
2.5 A importância da mídia nos ECD.....	101
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	105
3.1 Categoria de análise: representação de atores sociais	113
3.2 Semiótica social e gênero multimodal	118
3.3 Categoria de análise: o signo visual e a representação multimodal de atores sociais	120
4 ANÁLISES DE <i>CORPUS</i>.....	126
4.1 Analisando o <i>corpus</i> do portal <i>A Tarde</i>	126
4.2 Analisando o <i>corpus</i> do portal <i>Bahia Notícias</i>.....	150
4.3 Analisando o <i>corpus</i> do portal <i>Correio 24horas</i>	172
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	199
REFERÊNCIAS.....	207
<i>CORPUS</i> DE ANÁLISES.....	212

INTRODUÇÃO

Nascida para reivindicar o caráter de justiça social dos estudos linguísticos, esta pesquisa aprendida e executada no Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia, a maior referência científica dos estudos sobre a negritude, a língua e a sociedade, se esmera por analisar como a estrutura discursiva é influenciada pela estrutura social, a ponto de notarmos que muitos comportamentos, opiniões e posições que partem dos sujeitos nas redes sociais e no convívio social, por exemplo, copiam os enredos das narrativas da cultura hegemônica da branquitude que, no Brasil, nos últimos anos, apresenta, majoritariamente, um perfil fascista, violento, paranóico e racista.

Nossos antecedentes de investigação partiram de uma pesquisa de iniciação científica realizada entre 2018 e 2019 na FALE-UFMG, intitulada “Análise crítica de discurso aplicada à leitura e à escrita no ensino/aprendizagem de línguas”, em que os resultados apontaram que as escolhas enunciativas do jornalista e seus “enquadramentos temáticos” (EMEDIATO, 2013), podem ser determinantes para orientar o ato interpretativo e a “visada argumentativa” (ORLANDI, 2003) dos leitores, bem como podem ser determinantes para influenciá-los a conceber a ornamentação sicionarrativa dos sujeitos implicados no discurso, em conformidade com as ideologias do organismo de informação e do próprio enunciador-jornalista.

Por acreditarmos que todas as atividades humanas dependem do discurso e estão regidas pelo ato de comunicação entre pares, que constatamos que, ao trabalharmos com língua e cultura, não é possível ignorarmos os elementos constituintes do discurso que são os antecedentes históricos, sociais, políticos, educativos, entre outros, que se aderem aos processos de comunicação e produzem sentido. Desse modo, acreditamos que as práticas sociais e os contratos sociais não se separam, e se há a incidência de processos ideológicos de abuso de poder no meio social, tais como o racismo, o sexismo, a lgbtfobia, eles também incidirão sobre os processos linguístico-discursivos.

A historicidade narra que o colonialismo e o escravismo, pilares sociais e econômicos da organização social do Brasil, fabricou um consenso de que “sujeitos pretos são naturalmente seres subalternizados”, uma ideia fomentada pela expectativa de “classificação racial” (QUIJANO, 2005, p. 120), que defendia que apenas sujeitos brancos eram aptos ao trabalho assalariado e mereciam a dignidade de receber um salário, o início da ideia de subalternização dos negros. Mas, ainda vemos esse tipo de posição na atualidade? A resposta é sim. Mesmo após a queda do regime escravocrata no Brasil, que durou quase 400 anos e foi “revogada” à pouco menos de 135 anos, esse sentido de inferioridade posto ao sujeito negro não foi rompido,

porque este profuso momento de domínio dos corpos negros, foi um dos alicerces que sustentam o que a população brasileira é hoje. (AZEVEDO, 1975).

Todo esse período de segregação, violência e humilhação, que foi a escravidão, influenciaram nossa organização como sociedade, nossas leis, nossa convivência entre pares e nossas relações, algo que pode ser visto como um processo antropológico que solidificou uma cultura e uma tradição de classificarem sujeitos negros como inferiores e os sujeitos brancos (que chegaram ao Brasil como invasores europeus e traficantes de humanos) como superiores. E se antes o controle se dava por um regime de imposição pela força, pelo medo e pelo genocídio, hoje, este controle se dá através da ideologia, da manutenção dos privilégios e pela massante difusão da história do opressor e de um apagamento da história do oprimido.

O que sintetizamos aqui é o conceito histórico da conhecida ou ignorada “subordinação social dos negros”, um novo modo de organização que age nas entrelinhas, margeando as relações e impulsionando reações através da ideologia eurocêntrica de que o homem branco era o centro do mundo, uma posição criada pela branquitude para sustentar a sua regalia, principalmente, econômica, estrutural e institucional. E deu certo! Se fizermos o “teste do pescoço”, leitura crítica e racializada sobre a quantidade de atores sociais que ocupam os espaços de poder ou, contrário a isso, sobre o volume étnico-social dos atores nos de submissão espaços de reclusão, perceberemos que a presença de sujeitos negros em cargos de menor prestígio é quase unânime (BENTO, 2002), já a de brancos também é unânime, porém, para a presença destes nos espaços de poder, ou seja, ainda estamos fente a uma consequência histórica do escravismo, imersos sob os mesmos paradigmas estruturais e ideológicos de degradação do negro.

Então, estes eventos moldaram a forma como nossa organização social está disposta, bem como as nossas relações, nossas preferências, nossas posições, porque foram processos que se tornaram tradição. Tradição recreativa, tradição afetiva, tradição punitiva que criou um sentido de identitários x brancos, porque o branco não se vê como racializado. Os ideais deterministas darwinianos criaram no branco um consenso de que ele é o ancestral neutro, o ponto de partida da humanidade e, para essa branquitude, todos os outros estão e são polarizados entre as milhares de etnias sociais existentes, menos a do branco, que parte do ponto de vista antropocêntrico, que cria um marco temporal humano para denotar-se como o centro do universo. (CARNEIRO, 2005).

Então, conforme aduzem Azevedo (1975) e Gonzalez (1979), constatamos que muitos problemas sociais partem de uma origem em comum, - que foram as invasões européias aos territórios latinoamericanos, onde exterminaram-se muitas representações identitárias,

linguísticas e humanas e isso refletiu diretamente na estrutura social do nosso país. Reconhecendo isso e sabendo da importância da língua ao longo desse processo de exploração, tanto para a manutenção do poder, como para a fidelização ideológica da verdade do colonizador no, antes, território-livre, - que nos dedicamos a estudar como estes produtos culturais, interacionistas, que são a língua e a linguagem, ainda estão sendo manipuladas, especialmente, por esses sujeitos da branquitude, que possuem mais acesso aos produtos e produtores socio-históricos destes e de outros eventos sociais.

Quando nos deparamos com o fato de que vivemos durante quatro anos (2018-2022) um governo político de cunho neofascista militar, em que a liberdade de expressão é dominada, principalmente, através do reforço e reiteração de algumas ideologias reacionárias, passamos a compreender que o discurso é uma ferramenta de controle social e que a sua manipulação é fundamental para a manutenção de estruturas de poder que comprometem, principalmente, a gestão do livre arbítrio. (VAN DIJK, 2015).

Foi por detectarmos nos estudos anteriores (COSTA; PAULA, 2020) que estas e outras características ideológicas de abuso de poder atravessam as estruturas do discurso brasileiro, principalmente daquelas que possuem maior circulação, como nos jornais, programas de fofoca e de perseguição policial, bem como nas reportagens e notícias, e por nos depararmos com uma grande quantidade de sujeitos que consomem estes discursos, que escolhemos, nesta pesquisa de mestrado, trabalhar com a análise de notícias, especialmente de notícias sobre crimes, para notarmos se as visões de mundo expressas nestes textos, também correspondem aos pressupostos da cultura hegemônica, analisando se a maneira de usar a linguagem e os modos de representatividade utilizados para caracterizar um determinado tipo de identidade socialmente situada, decorre de estereótipos, vieses racistas, deterministas, entre outros de ideologia abusiva.

As disparidades étnicas fomentadas por uma cultura de sobreposição de direitos e deveres, além de evidenciarem uma relação de dominação, revelam que existe uma hierarquia na sociedade, que outorga a sujeitos da cultura hegemônica os privilégios e dispensa aos da cultura subalternizada o desfavorecimento perante muitas esferas do convívio social, limitando o acesso, o progresso, a manutenção e a evolução destes grupos contra-hegemônicos. De fato, existem pressupostos históricos e métodos de dominação, físicos e ideológicos que nasceram no passado colonial do Brasil e que não deixaram de existir com a queda do regime político, do contrário, permanecem vivos e poderosos, como só as ideologias são capazes de sobreviver, pois, como afirma Skidmore (2012), a ideologia racial presente na formação do Brasil promovia o “gene branco” como superior, e queremos saber se é possível que este caráter de sobreposição

e classificação de sujeitos, mesmo em situações análogas, também se faz presente nos textos em análise. Este é o problema sociodiscursivo que iremos investigá-lo em nossa pesquisa de mestrado.

Justificamos essa pesquisa porque, quando os discursos informacionais se aderem a ideologias hegemônicas, como a da branquitude, nos encontramos frente a frente com um produto muito poderoso de manipulação que é produzido pelos organismos de informação, onde “ao invés de serem um simples porta-voz da elite, os meios de comunicação também mostram que são uma parte inerente da estrutura de poder societal, cuja “dimensão simbólica administram” (VAN DIJK, 2015, p. 74). Diante disso, escolhemos as notícias devido a estas nuances que circulam a sua produção ideológica, que combinam as três dimensões citadas por Fairclough (2001) e a dinâmica reconhecida pelos ECD, de que o discurso exerce um papel primordial na dimensão social, ou seja, o produto discursivo exposto em uma notícia, é uma amostra das práticas sociais, porque o conteúdo da notícia também pode transmitir estereotipia, discriminação e manipulação, além de provocar uma “ritualização da subordinação” (VAN DIJK, 2015, p. 82), legitimando determinadas práticas sociodiscursivas. Em outras palavras, quando identificamos quais ideologias as mídias se valem para retratar a sociedade e seus atores, estamos contribuindo para desafiar as relações de poder que perpetuam desigualdades sociais através dos discursos que, por sua vez, se tornam instrumentos para legitimar significados que podem estabelecer e manter relações de dominação.

Nossa hipótese de que o negro vem sendo diretamente vinculado e representado com pressupostos negativos, seja na prática social, seja na prática discursiva, nasceu através da leitura crítica de autoras como Lélia Gonzalez (1979, 1984), Maria Aparecida Silva Bento (2002), Nilma Lino Gomes (2005) e o atual Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Sílvio Almeida (2019), que discutem os elementos que influenciam no trânsito ideológico entre a prática social e o evento social. Respectivamente, cada uma destas autoras e autor, contribuiu para compreendermos como o “sexismo”, “o pacto narcísico da branquitude”, “os conflitos raciais” e o “racismo estrutural”, junto à massiva promoção do “mito da democracia racial no Brasil”, ajudaram a conceber um estrato social brasileiro estruturado por uma ideologia de controle de corpos e mentes negras.

Autoras como Lopes e Santos (2020) quando analisaram a produção discursiva de comentários racistas em publicações do Facebook, já alertavam que os atores sociais da branquitude se valiam de estratégias com base ideológica no conflito racial, para sustentarem posições que denotavam uma ideia de “superioridade” do branco frente ao negro. Martins (2004) também analisou a produção discursiva sobre atores sociais pretos, propagada,

especialmente por sujeitos brancos, sobre a política pública da “Lei de cotas raciais” (2012), que demonstrou um posicionamento alinhado ao segregacionismo e a uma produção de sentidos discursivos pela mídia, que reduziram os sujeitos negros a seres subalternizados e aproveitadores de políticas públicas, culpabilizando-o pelo período de exploração colonial que o transpôs ao lugar de “cidadão de segunda classe” (AZEVEDO, 1975, p. 16).

Oliveira (2018) também havia apontado que as representações sobre o crime de racismo e a própria representação do ator social que cometeu a prática racista e o ator social que a sofreu, quando disposta na mídia do portal *Correio 24horas*, da Bahia, concebem os eventos a partir de processos ideológicos que omitem muitas informações dos alçozes, como o nome próprio e, do contrário, havia uma nomeação explícita da vítima, chegando a conclusões de que haveria uma superioridade e defesa da raça social branca e de suas atitudes contra a população negra. Estes antecedentes nos estimularam a estudar sobre as questões que envolvem discurso e relações raciais, bem como a analisar se também há um poder moderador guiado pela branquitude, que influenciam os eventos discursivos, mostrando como estas atuações interferem, não apenas nos contextos de comunicação, como também nos contextos sociais. Diante disso, o nosso objetivo principal é verificar se nas notícias de portais eletrônicos de Salvador existem similitudes ou discrepâncias discursivas e pragmáticas entre as designações utilizadas para construir a identidade narrativa de sujeitos etnicamente opostos que cometeram crimes, ademais de verificarmos se há ou não uma predileção para a construção de uma ideologia marcada de tom despectivo na narrativa social concernente ao sujeito negro, e algo mais suavizado quando designado aos sujeitos brancos, indícios estes que, a priori, mostraram-se comprovados nas análises realizadas em estudos anteriores.

Investigamos este ponto entre racismo x identidade x discurso, principalmente por vermos que, como van Dijk (2015) afirmou, “questões cruciais, como discriminação e especialmente racismo, são tão pouco estudadas [...]. Além disso, os poucos estudos sobre essas questões tendem a ser ignorados, repudiados, marginalizados e atacados como sendo “não científicos” ou de erudição “política” (VAN DIJK, 2015, p. 101). Deste modo, propomos um estudo crítico que analise como um produto discursivo pode se tornar um produto de dominação social e de manutenção de desigualdades, por meio dos Estudos Críticos do Discurso para “mapear conexões entre escolhas de atores sociais ou grupos, em textos e eventos discursivos específicos, e questões mais amplas, de cunho social, envolvendo poder.” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 21).

O segundo objetivo desta pesquisa possui um caráter bibliográfico, pois, analisamos notícias publicadas em jornais eletrônicos de Salvador, comparando o modo de representação

de atores sociais de etnia branca e etnia preta e a forma escolhida para situá-los discursivamente e socialmente, em posições que possam denotar inferioridade e dominância, especialmente no que van Dijk (2015) chamou de relação “nós x eles”, uma distinção retórica observada nos estudos sobre racismo, reprodução social e a análise do discurso.

O terceiro objetivo da proposta dessa pesquisa é investigar se esse fenômeno que citamos, também acontece em um contexto majoritariamente negro e, tratando-se de identidades (que são categorias que se inserem nos modelos mentais para criarem-se referências sociais) como se mostram estes processos se observados nas mídias baianas, que estão inseridas em um contexto que abrange a maior estrutura social de organização da negritude fora do continente Africano.

A saber, estruturamos este trabalho em 4 capítulos, acompanhados de seus subtópicos analíticos e as considerações finais. Nosso primeiro capítulo, “Conceitos sobre a dimensão crítica das análises”, trás os conceitos da linguística e dos Estudos Críticos do Discurso que serão utilizados para embasar as análises construídas nesta dissertação, por isso, ele foi concebido em um texto mais longo, porém, necessário para que compreendamos desde que lugar estamos debruçadas para ater-nos aos questionamentos aqui produzidos.

Nesta parte, trouxemos aos leitores os antecedentes teóricos, autores, autoras e materialidades que possam fundamentar nossas hipóteses sobre a relação entre as práticas sociais e as práticas discursivas se convergirem, ao percebermos que o modo como se organizam os elementos textuais que são relacionados aos sujeitos étnicos aqui estudados, brancos ou pretos, possuem similaridades com os eventos que ocorrem no trato social e criam uma teia dialógica de sustentação de estigmas, de hierarquias, de condutas e de um senso comum, que restritamente e quase exclusivamente sustenta uma relação de o “bom” e o “ruim” entre estas pessoas antagônicas.

O segundo capítulo “Relações raciais e abuso de poder”, pretende sintetizar o nosso ponto de vista sobre as relações raciais e algumas questões históricas, ideológicas e discursivas que tencionam-se envolta destas prerrogativas. Fizemos um breve recorte histórico de alguns eventos que consideramos imprescindíveis para compreendermos algumas orientações tomadas, especialmente, pela branquitude, no momento de se identificar e de identificar o outro, principalmente tratando-se do antagonismo entre sujeitos brancos e sujeitos pretos, um tema que vem sendo silenciado pela cultura dominante e que, insistente e devidamente, vem sendo discutido por autores como Azevedo (1975), Gonzalez (1979; 1984), Bento (2002), Gomes (2005), Schucman (2014; 2015), Almeida (2019) entre outros especialistas dos estudos étnico-raciais e suas pluralidades aqui evocadas.

Priorizamos três pontos centrais, entre outros que também são pertinentes, que agem sobre a dinâmica social, a saber: o conceito de “branquitude”, de “pacto narcísico da branquitude” e de “mito da democracia racial”, pois acreditamos que estes aspectos de uma ideologia racista vêm sendo reforçados, repassados e continuamente ressignificados, por exemplo, nas estruturas das notícias. De outros modos, damos início a algumas discussões no âmbito do Estudos Críticos do Discurso, mostrando a questão social por trás do problema linguístico que vamos investigar.

No terceiro capítulo apresentamos os procedimentos metodológicos da nossa pesquisa e a categoria e subcategorias de análise de “representação de atores sociais” de van Leeuwen (2008), observando e comparando as ocorrências de representações que foram acionadas para se construir a identidade narrativa dos sujeitos brancos e dos sujeitos pretos. Neste capítulo também definimos o *corpus* da pesquisa, a materialidade em termos quantitativos que utilizaremos para compor este trabalho, bem como as técnicas de investigação que serão empregadas, conforme as teorias dos Estudos Críticos do Discurso.

Nosso quarto capítulo, “Análise de *corpus*”, apresentamos um conjunto de 30 textos verbais e não verbais, sendo 10 do portal *A Tarde*, 10 do *Bahia Notícias* e 10 do *Correio 24 horas*, deste total, 15 sobre atores sociais pretos e 15 sobre atores sociais brancos, que mostram as possíveis ocorrências de abuso de poder na representação da identidade de atores sociais, trabalhando para projetar uma possível hipótese sobre como, no discurso, vem se articulando uma estrutura de manutenção de privilégios e abusos, em que mitos, pactos, estruturas, podem ser desdobramentos práticos e reconhecidos de um sistema de controle social, sendo imprescindível assinalarmos como estes eventos poderiam influenciar a dinâmica interacionista da formação e uso do discurso como ferramenta de poder.

Portanto, com a percepção de que pode haver uma prática social modificando a representação dos atores sociais e fomentando eventos que tensionam as relações sociais, especialmente as raciais, porque a difusão de discursos e ideologias que se aderem a posições reacionárias, conservadoras, neofascistas, deterministas ou racistas, também terminam por difundir o exercício das ações que fundamentam estas convicções, que convidamos os leitores a refletirem sobre “A representação de pessoas pretas e pessoas brancas no discurso jornalístico soteropolitano” dentro de uma perspectiva crítica e social.

1 CONCEITOS SOBRE A DIMENSÃO CRÍTICA DAS ANÁLISES

1.1 Língua, linguagem e discurso

Iniciando nossos pressupostos analíticos, é importante começarmos pela compreensão do que entendemos sobre língua. Compreendida como um complexo produto das relações e interações sociais, nos baseamos nos conceitos de Bakhtin em “*Estética da criação verbal*” (1997) que assinala que “todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua” (BAKHTIN, 1997, p. 280), ou seja, é somente no instante da língua em uso, durante a enunciação dialógica, acompanhada dos precedentes históricos que se instauram em seu significante, que alcançamos a construção de sentidos de um enunciado e que construímos diálogos, conhecimento, nos constituímos e constituímos o outro. Bakhtin (1997) acredita que a sociedade “serve-se da língua”, sendo então este instrumento comunicacional um reflexo de seus falantes adeptos, em outras palavras, a linguagem é um produto do que já foi dito ou não dito.

No entanto, para racionalizar um conteúdo discursivo, em síntese, fazer-se uso da língua, tecer possíveis interpretativos, perceber *frames*¹ e camadas significativas, requer dos sujeitos, segundo Bakhtin (1997), extrair de um estoque social de signos existentes a própria materialidade para estruturar-se aquele signo social na enunciação que está completamente determinada pelas relações sociais, pois, “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua” (BAKHTIN, 1997, p. 283), o que os Estudos Críticos do Discurso, por sua vez, concebem como uma relação interna e dialética entre linguagem e sociedade.

Bakhtin também concebe o conceito de língua enxertado ao que legitima a sua existência, que se trata da linguagem em uso e não somente no seu estado gerativista pois, como afirma o autor, “a razão é inesgotável em sua concepção de noções, assim como a língua é inesgotável na combinação das palavras. Todas as palavras estão num léxico; os livros, porém, que não param de surgir, não são a repetição de um léxico” (BAKHTIN, 1997, p. 354), ou seja, a língua é um conjunto de códigos que utilizamos para nos comunicar, no entanto, é através da

¹ Segundo van Dijk, frames são instâncias multidisciplinares, que seriam o resultado do acúmulo de experiências e conhecimentos vivenciados pelos sujeitos, organizados por categorias. Para ele “local and global social structures condition discourse but they do so through the cognitive mediation of the socially shared knowledge, ideologies and personal mental models of social members as they subjectively define communicative events as context models”. (VAN DIJK, 2014, p. 12).

linguagem que decodificamos a mensagem. Os códigos da língua são as letras, as palavras, as frases, os traços culturais, os sociais, os traços geográficos, dentre outros e a linguagem são os sentidos expressados por estes códigos. Em outras palavras, para Bakhtin “a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema lingüístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes” (BAKHTIN, 2006, p. 127).

Decerto, não podemos conceber a língua e a linguagem sem as prerrogativas ideológicas e históricas do contexto societário que a circunda e que a materializa, dentro de especificidades que transpassam os meros fatores gramaticais. Todorov (1997) assinalou que, para Bakhtin, “a linguagem e o pensamento, constitutivos do homem, são necessariamente inter-subjetivos” , assim sendo, trata-se a linguagem de um conjunto de experiências “fenomenológicas, sociológicas, lingüísticas e histórico-literário” (BAKHTIN, 1997, p. 15), compartilhadas por uma comunidade em constante estado de transmutação, que se interpõe umas às outras, gerando contextos sociolinguageiros transdisciplinares e multifacetados pela língua, em outras palavras, estas duas competências estão interconectadas e não coexistem separadamente, pois, “é a natureza da prática social que determina os macroprocessos da prática discursiva e são os microprocessos que moldam o texto”. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 115).

E justamente concebendo a língua enquanto um processo interacionista que depende de uma atividade social entre sujeitos, que neste trabalho partimos do princípio de que produzimos os sentidos expressados pela língua através da constituição de discursos, compreendendo-os como um articulador das relações sociais e das relações de poder. Não consideramos outras dimensões teóricas que excluam o caráter interacionista da língua e da linguagem, levando em consideração que os sujeitos não são atores passivos que apenas absorvem as expressões de sentido, pelo contrário, enquanto atores sociais, estamos constantemente produzindo e reproduzindo sentidos discursivos. Concordamos que o discurso:

É modo de ação sobre o mundo e sobre os outros e também é modo de representação; constitui elemento da vida social intimamente interligado com outros elementos; é moldado e restringido pela estrutura social e contribui para a constituição das dimensões dessa estrutura social. Logo, se o discurso é um dos momentos das práticas sociais - outros momentos são relações que revelam o poder, as crenças, os valores, os rituais das instituições -; se o discurso é um elemento social e histórico, a ADC constitui ferramenta essencial no trabalho de revelar as condições de produção que caracterizam esse discurso para evidenciar seu caráter ideológico”. (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 57).

Tudo o que é produzido por uma sociedade reflete a sua organização social. Assim são os processos interacionais, que refletem as nuances, costumes, mitos, crenças, aparelhamentos ideológicos, etc. de uma comunidade, de modo que, por exemplo, se vivermos num contexto

de conservadorismo, isso será refletido no uso da língua, então, é utópico acreditarmos que exista uma linguagem neutra ou imparcial, porque ela está sempre carregada de pressupostos que as atravessam, como as relações de classe, gênero, etnia e de poder, porque, antes disso, estas conjecturas transpassam os próprios sujeitos produtores de discurso.

1.2 Estudos Críticos do Discurso e cognição

A concepção de linguagem proposta por Bakhtin, se baseia em uma perspectiva substancialmente fundamentada na ideia de que ela é fruto da interação social, caracterizando-se por ser um fenômeno vivo, que se transforma através das interações produzidas entre os indivíduos de diferentes contextos sociais. Este é o principal ponto de fusão com os interesses bakhtinianos e os Estudos Críticos do Discurso (ECD). Ambos se concentram em examinar a linguagem e suas nuances discursivas como instrumentos de poder e ideologia, que se modificam através das dinâmicas sociais, políticas e culturais que os influenciam. Tanto Bakhtin como os ECD compreendem que a linguagem é um fenômeno social e discursivo (sociodiscursivo), cujo significado é construído e negociado na interação humana, proporcionando uma perspectiva autêntica para análise e compreensão das práticas contemporâneas.

Deste modo, consideramos que o discurso veicula manifestações ideológicas dos sujeitos, articulada através do mecanismo da escrita, da oralidade, da arte, entre outras semioses. A construção de um discurso perpassa mais o mecanismo cognitivo, social, histórico, individual e coletivo de quem comunica e menos o *status* simplista e determinista de explicá-lo como tão somente um aglomerado de orações. Na prática social, as orações estão subordinadas às ideias discursivas e não o contrário, porque só existem orações, frases, sons, ruídos, textos e outros, pelo fato de querer-se emanar uma ideia, uma concepção sobre um fato, um momento, um dado que é trabalhado através de sintagmas escolhidos para dinamizarem o que se deseja explicar. Nós movemos o discurso para que ele comporte nosso dinamismo ideológico e automatizamos as ideias, no discurso, através dos mecanismos linguísticos. Sintetizando o que seria o movimento da “concepção tridimensional do discurso” sugerida por Fairclough (2001), que envolve prática social, prática discursiva e texto, acreditamos que:

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

No entanto, como questiona Fairclough, um dos fundadores dos Estudos Críticos do Discurso ², essa operação executada pelos sujeitos obedece alguns padrões de ordem social, porque todos os sujeitos estão inseridos em um campo de ideias que foram submetidas a um refino ideológico, seja familiar, escolar, religioso ou moral, que moldou a forma como se constituiu um enredo de descrição de acontecimentos, ou a como uma história será contada, sob qual ponto de vista que escolheu-se para narrar um fato (o lado do invasor ou o lado do invadido), além das submissões (anti)éticas e estruturais, como o poder imposto através do machismo, do racismo, da homofobia, que também submetem a liberdade e a interação entre os sujeitos, resultando em mediações de poder que controlam, inclusive, as manifestações discursivas. Todo este caráter multissistêmico demonstra como texto, discurso, língua e linguagem estão interconectados e atravessados pela historicidade.

Justamente por sustentarem tantas relações complexas, que devemos entender o trânsito que consolida o discurso como uma prática que sempre está situada socialmente, mediada pela cognição de quem constrói uma narrativa e de quem consome essa narrativa. Os sujeitos se expressam ancorados cognitivamente em fatores relacionados à memória de longo prazo, bem como à memória de curto prazo, construindo interpretações sobre os enunciados, baseando-se nas pré-concepções históricas que guiaram a sua formação social, educacional, etc., agrupadas ao que se constituiu como identidade deste sujeito, que resgata todos estes antecedentes individuais e coletivos, e tecem juízos de valor sobre determinado discurso, ancorados pela cognição.

Quando van Dijk (2015) traça algumas inferências cognitivas sobre como um discurso é processado pela memória de curto prazo, por exemplo, espaço esse que, segundo o autor “seria a dimensão onde o discurso em geral e o discurso manipulador são abstraídos” (VAN DIJK, 2015, p. 241), precisamos mencionar como ele descreve essa abordagem sociocognitiva da compreensão dos enunciados. Segundo o autor:

Uma forma de manipulação consiste no controle de algumas dessas estratégias parcialmente automatizadas de compreensão do discurso. Por exemplo, ao imprimir parte do texto em uma posição saliente (por exemplo, no topo), em fontes grandes ou em negrito, esses dispositivos atrairão mais atenção e, conseqüentemente, serão processados com recursos extras de tempo ou memória, como é o caso das manchetes,

² A área de Análise Crítica do Discurso (ACD) também pode ser identificada como Análise do Discurso Crítica (ADC) ou Estudos Críticos do Discurso (ECD). Neste trabalho optamos por utilizar o termo Estudos Críticos do Discurso (ECD), uma proposta de van Dijk (2015), que é uma das nossas principais referências teóricas, e por acreditarmos que seja o conceito mais adequado para os objetivos desta pesquisa. Os ECD interagem com as teorias de análise do discurso, que são práticas acadêmicas, transdisciplinares, que atuam de modo funcional, dentro dos objetivos de cada pesquisa. (VAN DIJK, 2015, p. 10-11).

títulos ou slogans publicitários - assim contribuindo para um processamento mais detalhado e para uma melhor representação e lembrança. Manchetes e títulos também funcionam como a categoria convencional do texto para a expressão das macroestruturas semânticas, ou tópicos, que organizam as estruturas semânticas locais; por essa razão, tais tópicos são mais bem representados e lembrados. (VAN DIJK, 2015, p. 241).

Assim sendo, quando Teun van Dijk (2015) afirma que as escolhas designativas e o uso específico de categorias semânticas, tanto no texto, como na fala (e nos textos multimodais) geram a construção de modelos mentais³ - que podem afetar a memória de curto prazo e a compreensão dos leitores, já que são induzidos a focarem mais em uma informação do que em outra, - então concluímos que os discursos que estruturam esses modelos mentais estão conectados ao que Fairclough (2001, p. 22) chamou de “entidades-chave”, que são aquelas representações que “posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais [...]”. Diante disso, queremos dizer que, cognitivamente, as atividades representacionais e ideológicas se localizam neste espaço da memória e sempre são acionadas quando são discursivamente resgatadas.

Assim, o trabalho que buscamos realizar aqui é compreender como o discurso, as relações sociais e a cognição agem através desta ferramenta de comunicação discursiva chamada língua, para consolidar determinadas estruturas conceituais na linguagem, estereotipando significados sobre as coisas, sobre os eventos, as pessoas, os lugares, em resumo, sobre os distintos atores sociais e práticas sociais. Para chegarmos nesta análise, tomamos como aporte o discurso midiático acionado para representar os sujeitos na linguagem, especificamente, inquirindo como algumas notícias sobre crimes prescritos no código penal brasileiro, foram redigidas com sintagmas e nomeações díspares para designar criminosos de etnia branca e de etnia preta. Portanto, primamos por entender como o discurso se torna um recurso para a representação de sujeitos na e pela linguagem, mediante o trânsito entre fala, escrita e ação discursiva, estruturada por relações de poder que ainda fomentam desigualdades não reparadas e, mais ainda, seguem alimentando condutas discriminatórias na sociedade. Essa dimensão social e política do discurso:

Mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do

³ Acredita-se que os modelos mentais são representados na Memória Episódica, isto é, na parte da Memória de Longo Prazo em que representamos nossas experiências autobiográficas ou “memórias” pessoais (VAN DIJK, 2016, p. 11).

poder e da luta pelo poder. Assim, a prática política é a categoria superior. Além disso, o discurso como prática política e não apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94).

É importante dedicar-nos a este tipo de atividade justamente pela importância social que a língua cumpre numa sociedade, porque, como dissemos nas páginas anteriores, a língua enquanto um fenômeno situado, mutável, que constrói sentidos absorvendo alguns vínculos, principalmente ideológicos da comunidade linguística que a utiliza, pode ser, também, uma ferramenta de controle social que apesar de ser diversa é tangenciada por quem, igualmente, ocupa lugares de privilégios na estrutura social.

Como as relações de poder controlam o uso da linguagem, todo modo de utilização da língua que saia da *doxa* retórica vigente é amplamente questionada e rechaçada para ser usada nos ambientes de poder, tais como nas instituições públicas, e a exigência, a repetição e a consolidação de um uso único da linguagem e dos discursos, também termina por controlar a própria sociedade. As pesquisadoras dos Estudos Críticos do Discurso, Vieira e Macedo (2018) apontam que esta abordagem se constitui de:

Um conjunto de abordagens científicas interdisciplinares e transdisciplinares para estudos críticos da linguagem como prática social. É teoria e método para mapeamento de conexões entre o uso da linguagem e as relações de poder na sociedade. É teoria e método porque não apenas propõe uma reflexão teórica acerca do funcionamento da linguagem nas práticas sociais, como também propõe modos para a análise de textos. (VIEIRA; MACEDO, 2-18, p. 49).

Neste ponto elas destacam como o texto, em toda sua macroestrutura, é constituído por marcas estilísticas, que simbolicamente representam as práticas sociais exercidas pelos atores sociais, que compreendem determinada comunidade linguística produtora daquela enunciação. Quando as autoras afirmam que o texto é “interação, representação de mundo e de si mesmo” (VIEIRA, MACEDO, 2018, p. 49), notamos que os processos que envolvem a produção de significados dependem de constâncias que perpassam a língua e o uso da linguagem que, como discutido antes, são eventos cognitivos, históricos e ideologicamente orientados.

Porém, mais do que isso, toma-se o texto como uma partícula de emulação social porque ele é capaz de sintetizar e absorver, com provas e códigos, as prerrogativas, os embates sociais, as disparidades e hegemonias, tudo através da proclamação de discursos. Sendo assim, estão os ECD dedicados a “investigar, criticamente, como assimetrias são expressas, sinalizadas, constituídas, legitimadas, naturalizadas e mantidas, por algum tempo, pelo discurso” (VIEIRA, MACEDO, 2018, p. 50) e é justamente este um dos pontos principais desta pesquisa, que se

dedica a analisar se existem notícias que aduzem sobre um mesmo tema e que, no entanto, o narram de forma assimétrica quando provocados por sujeitos contra-hegemônicos. Acrescentamos a importância desta pesquisa balizada nos ECD, pois, concordando com as autoras que:

Revelar tais mecanismos é crucial, uma vez que, como afirmou Jan Blommaert (2005), parte das desigualdades linguísticas, que decorre da pressão para que o falante opere funções do discurso com base em recursos disponíveis, mas desigualmente acessíveis. É importante perceber os mecanismos de convencimento implícitos em determinados textos que manipulam o pensamento das pessoas. Com eles, a sociedade pode ser controlada e submetida à dominação política e cultural. Se a ADC considera os sujeitos ativos, e não passivos, ponderamos que, quanto mais esclarecidos forem os cidadãos, mais perceberão quando estão sendo controlados e mais resistentes se tornarão aos processos de dominação. (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 50).

Todos estes conceitos expressos até aqui e outros que mostraremos adiante, se unem ao complexo trabalho da pesquisa crítica do discurso, que analisa textos de diversos gêneros e estruturas, podendo ser verbais, imagéticos, multimodais, dentre outros, enxergando-os como “produções sociais historicamente situadas que dizem muito a respeito de nossas crenças, práticas, ideologias, atividades, relações interpessoais e identidades” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 10). O estudo destas práticas letradas perpassadas por relações de poder, por ideologias e pelos sentidos construídos pelo interlocutor no ato interpretativo e na construção sicionarrativa dos sujeitos presentes no discurso, questionam se há operações discursivas que se realizam de modo consciente e inconsciente na cognição dos leitores, e como os sentidos encontram sustentação no conflito gerado entre as crenças impregnadas na constituição ideológica dos textos e nas crenças enxertadas nas formações ideológicas dos leitores.

Análogo a isto, van Dijk (2015, p. 15) menciona que os Estudos Críticos do Discurso “concentram-se de forma específica nas complexas relações entre a estrutura social e a estrutura discursiva, bem como as estruturas discursivas podem variar ou ser influenciadas pela estrutura social”, visto que a interação humana ocorre, em todos os níveis, perpassando o emprego de um discurso, em que alguns se tornam mais dominantes, visíveis e influentes do que outros. Sabemos também que o enunciador, bem como o leitor e os agentes da notícia, são agentes intencionais carregados de herança cultural. Estes sujeitos, em contexto de interação, seja através da fala, do texto, da encenação, acessam processos sociogênicos originários das práticas sociais vividas. Estas, por sua vez, se tornam internalizadas devido à prática, à repetição e à conformidade dos tratados éticos e morais que também determinam o comportamento de uma sociedade (TOMASELLO, 2003).

Portanto, buscamos “investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem (ou no discurso)” (WODAK, 2004, p. 225), afinal de contas, todas as atividades humanas dependem do discurso; elas estão regidas pelo ato de comunicação entre pares, obedecendo as máximas do discurso, constituindo-se como uma estrutura ampla, onde o sujeito não tem um controle pleno do seu alcance de significação, que está em constante mutação e movimentação. Essa intertextualidade leva a que uma sentença discursiva, por exemplo, abarque operações de sentido e operações ideológicas tão dialógicas, que estas são capazes de se tornarem dispositivos de controle social, econômico, psicológico e comportamental dos sujeitos, que também contribuem na produção destes sistemas, mas que, também, podem ser manipulados por estes processos de construção de sentidos e pelas questões sociais que os rodeiam. Sobre isso:

Partindo do princípio de que “questões sociais são, em parte, questões sobre discurso”, a ADC é uma proposta para estudos da linguagem que visam alcançar “níveis mais profundos, suas entidades, estruturas e mecanismos que existem e operam no mundo”. Para tanto, as investigações baseiam-se em análises de mecanismos causais e de seus efeitos potenciais em contextos particulares, com atenção voltada para causas e efeitos envolvidos em relações de poder (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 7, tradução nossa).

Tentando desvendar este sistema, suas causas e efeitos, faremos uso dos Estudos Críticos do Discurso nas análises propostas nesta dissertação. A abordagem metodológica dos Estudos Críticos foi citada pela primeira vez em 1985 pelo britânico Norman Fairclough, que a situa como uma continuidade dos estudos da linguística crítica. No entanto, os ECD também contribuíram para desenvolver o estudo da linguagem como prática social, com vistas à investigação de transformações na vida social contemporânea (FOWLER, 1996; FAIRCLOUGH, 2001), ou seja, os ECD investigam como o discurso pode ser uma ferramenta que também perpetua desigualdades, opressões, preconceitos, comportamentos linguísticos discriminatórios, trazendo a luz como as operações semânticas, lexicais, pragmáticas, sintáticas, fonéticas e fonológicas podem ser manipuladas para formarem estruturas de dominação, principalmente, de grupos que possuem maior vulnerabilidade social, perante os grupos que, majoritariamente, gozam de privilégios estruturais criados pelo contexto socio-histórico entre dominantes e dominados, especialmente no contexto brasileiro, de profundos conflitos sociais, como a colonização, a escravização e o genocídio da população negra, que citaremos com detenimento no capítulo 3.

O trabalho dos ECD é unir as teorias sociais e as teorias linguísticas, teorizando como a mediação entre o social e o linguístico (a ordem do discurso, a estruturação social do hibridismo semiótico) agem e representam discursivamente o mundo social (MAGALHÃES, 2005, p. 5). Widdowson (2000) e van Dijk (2015) destacam a importância dos ECD em seu aspecto político de ser uma ferramenta de intervenção, em que o primeiro autor destaca que ela “pode contribuir para criar um mundo no qual as pessoas não sejam discriminadas devido a sexo, credo, idade ou classe social” (WIDDOWSON, 2000, p. 155) e o segundo aponta que, lutar contra os abusos de poder materializados pelo e no discurso, deve ser um embate a ser enfrentado, pois, estas desigualdades “só podem se manifestar na língua onde existe a possibilidade de variação ou escolha, dependendo da posição e da ideologia do falante” (VAN DIJK, 2015, p. 45), ou seja, os ECD vão questionar se as posições ideológicas expressas nas estruturas discursivas intratextuais, de um determinado texto, podem contribuir para reforçar as desigualdades sociais no campo extratextual de modo geral, sabendo que, aqueles que controlam os meios de produção, em sua maioria, também exercem uma dominação simbólica através dos organismos de informação, imbricados, por vezes, aos organismos educacionais, políticos e à própria estrutura social.

Sendo a língua, o discurso e, conseqüentemente, os veículos de comunicação por onde circulam os discursos, importantes organismos de transmissão de conhecimentos, regidos pela herança cultural, sintetizados através da linguagem, precisamos atentar-nos sobre como as construções socrônicas dos sujeitos interagem no ambiente jornalístico, pois elas transmitem e solidificam teorias, práticas e construções sociais dentro e fora do texto. Como a língua é uma prática social mutável, torna-se importante compreendermos se existem discursos que categorizam determinadas relações e comportamentos causais como intrínsecos de serem cometidos apenas por determinados tipos de sujeitos e por outros não, ainda mais quando se atribui, historicamente e estruturalmente, a prática de atitudes negativas exclusivamente passíveis de serem executadas por apenas um biotipo de sujeito.

Frente a isso, neste trabalho nos debruçamos sobre a análise da representação dos atores sociais de etnia “branca” e de etnia “negra” em notícias que versem sobre crimes, porque, segundo van Dijk (2001, p. 191), “o discurso pode ser em primeira instância uma forma de discriminação verbal”⁴, e sendo os portais eletrônicos e os organismos de informação alguns dos aparelhos ideológicos do Estado e da cultura dominante (ALTHUSSER, 1980, p. 44), ademais de serem uma das maiores fontes de difusão da informação, como também de

⁴ “El discurso puede ser en primera instancia una forma de discriminación verbal” (VAN DIJK, 2001, p. 191).

construção representacional de agentes sociais, que justifica-se a importância desta análise, baseando-nos em Fairclough (1989, p. 85), que reitera que:

A ideologia é mais efetiva quando sua ação é menos visível, de forma que se alguém se torna consciente de que um determinado aspecto do senso comum sustenta desigualdades de poder em detrimento de si próprio, aquele aspecto deixa de ser senso comum e pode perder a potencialidade de sustentar desigualdades de poder, isto é, de funcionar ideologicamente. Se reproduzimos acriticamente um aspecto problemático do senso comum, a ideologia segue contribuindo para sustentar desigualdades.⁵

Então, se o poder é organizado como uma rede, na qual os sujeitos participam como “alvos que consentem” e, ao mesmo tempo, como “elementos de sua articulação” (FOUCAULT, 1980, p. 98), devemos exercer o caráter social e questionador dos Estudos Críticos do Discurso, a fim de desvendarmos se existe uma ideologia dominante que está atravessando o discurso das narrativas de notícias sobre crimes, principalmente se levarmos em consideração que a linguagem é um fenômeno situado, mutável e seu uso na construção de sentidos, absorve alguns vínculos, principalmente ideológicos e estruturais da comunidade linguística que a materializa. Ademais, acionando os estudos preliminares de Bakhtin (2008), o discurso resume-se ao fenômeno integral da língua, ou seja, quando o interacionismo e o dialogismo se materializam durante o processo de comunicação, a língua deixa de ser um objeto apenas instrumental, pois:

As relações dialógicas são extralinguísticas. Ao mesmo tempo, porém, não podem ser separadas do campo do discurso, ou seja, da língua como fenômeno integral concreto. A linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam. É precisamente essa comunicação dialógica que constitui o verdadeiro campo da vida da linguagem. Toda vida da linguagem, qualquer que seja seu campo de emprego, está impregnada de relações dialógicas. (BAKHTIN, 2008, p. 209).

Isto posto, vemos que, segundo o autor, é no discurso que a língua vive e sobrevive, pois, é através dele que se torna possível compreendermos a integridade da mensagem e recuperarmos os precedentes históricos e de significação indispensáveis para a eficaz compreensão de um enunciado, porque sabemos que só é possível decodificarmos uma mensagem, apoiando-nos naquilo que já foi dito, já que “todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio” (FIORIN, 2018, pp. 21-22), concordando que, como afirma Bakhtin (1997, p. 320), não somos o “Adão bíblico perante objetos virgens, ainda

⁵ “Ideology is most effective when its workings are least visible. If one becomes aware that a particular aspect of common sense is sustaining power inequalities at one's own expense, it ceases to be common sense, and may cease to have the capacity to sustain power inequalities, i.e. to function. And invisibility is achieved when ideologies are brought to discourse not as explicit elements of the but as the background assumptions which on the one hand lead the text producer to 'textualize' the world in a particular way, and on the other hand lead the interpreter to interpret the text in a particular way.” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 85).

não designados, os quais é o primeiro a nomear”, pelo contrário, além dos enunciados aportarem significados momentâneos, eles também não abandonam outros significados predecessores ao momento de interação.

Fiorin (2003) também concebe a língua como uma produção humana que engloba as experiências históricas de sua comunidade, interligando o sentido de língua ao de linguagem e, também, defende uma indissociabilidade entre as duas, dizendo que “a língua é uma maneira particular pela qual a linguagem se apresenta, sendo a linguagem o meio pelo qual os sujeitos concebem o mundo; condicionada pela experiência humana e pela formação social dos sujeitos e suas contradições.” (FIORIN, 2003, p. 72). E se estamos nessa linha de complementação entre língua e linguagem, devemos nos questionar: onde são alocados ideologicamente os sentidos? No discurso.

Todos antecedentes teóricos resgatados convergem à exatidão de que os discursos são múltiplas unidades de sentido empregadas de demandas históricas e sociais que acompanham os enunciados comunicacionais, ponto de partida ideológico que utilizamos para analisar o nosso *corpus*. Acreditamos que, quando uma nova sentença é proferida numa situação de comunicação, automaticamente, entre os sujeitos participantes do discurso, resgata-se os sentidos que já constituíram o elemento comunicacional utilizado na interação, criando-se novas compreensões embasadas em prerrogativas internas e externas à língua, como afirmamos anteriormente citando Fiorin (2018). Em outras palavras, a língua também está composta por signos ideológicos e, estes, não podem “aparecer fora dos signos e nenhum signo está despido de ideologia” (BRAITH, 2006, p. 22), e o que defendemos é: a ideologia e o discurso são indissociáveis e não há formas de entendermos qualquer discurso, senão, captando o seu viés ideológico, as relações de poder estabelecidas e os resgates históricos acionados na produção dos sentidos, falaremos mais sobre isso no próximo tópico.

1.3 Produção discursiva e relações de poder

Como sabemos que a língua, o discurso e, conseqüentemente, os veículos de comunicação por onde circulam os discursos são importantes organismos de transmissão de conhecimentos, regidos pela herança cultural, sintetizados através da linguagem, precisamos atentar-nos sobre como as representações dos atores sociais interagem, por exemplo, no discurso jornalístico, pois, elas transmitem e solidificam conhecimentos, práticas e construções sociais dentro e fora do texto.

A produção e difusão de discursos estão subordinadas às relações sociais e às relações de poder e, tratando-se dos discursos públicos, como as notícias, como cita van Dijk (2015), existem sujeitos que possuem acesso privilegiado tanto à produção, quanto à difusão e domínio das ordens de discurso, a isto, o autor declara como uma das nuances do “abuso de poder” (VAN DIJK, 2015, p. 53), uma prática social exercida por um grupo hegemônico, que subordina a produção do discurso às suas ideologias, às cognições sociais segregadoras que fomentam a reprodução preconceituosa de multimodalidades discriminatórias e, por se localizarem como atores sociais que ocupam cargos de controle (como chefias, propriedades, sociedades, etc.), tendem a produzir discursos e eventos sociais que fomentam práticas abusivas que, por conseguinte, consolidam estruturas de atuação e de dominação social que resultam em desigualdades e injustiças sociais. Van Dijk (2015) afirma que “há casos nos quais as estruturas de dominação influenciam não só as opções ou variações do uso linguístico ou do discurso, mas também os sistemas semióticos ou discursivos como um todo, os gêneros e outras práticas sociais.” (VAN DIJK, 2015, p. 13).

No discurso, os grupos hegemônicos aportam o abuso de poder sobre os grupos minoritarizados através de operações que van Dijk (2015) identifica como “polarização endogrupo-exogrupo” (VAN DIJK, 2015, p. 14) em que ocorre no evento social/discursivo uma “exaltação do endogrupo *versus* derrogação do exogrupo”, realizadas através de operações que incluem:

De um lado uma entonação especial, as propriedades visuais e sonoras (cor, tipografia, configurações de imagens, música), as estruturas sintáticas (tais como ativas e passivas), a seleção lexical, a semântica de pressuposições ou as descrições de pessoas, as figuras retóricas ou as estruturas argumentativas e, do outro lado, a seleção de atos de fala específicos, os movimentos de polidez ou as estratégias conversacionais (VAN DIJK, 2015, p. 14).

Mas, tão importante quanto estas operações que se reconhecem nos eventos discursivos, é um conceito que articula essas ações, como um contrato social que reverbera nas práticas sociais, que é o “conforto do poder social do falante ou escritor enquanto membros de grupos dominantes” (VAN DIJK, 2015, p. 14), que mais do que uma sensação, é uma estrutura ideológica que se afiança no trato social, como se conferisse a determinados sujeitos uma complacência e aceitação da prática abusiva. Um exemplo disso, no caso do Brasil, se dá quando pensamos na hipótese da força ideológica da “branquitude”, que majoritariamente domina os espaços de poder, ser uma força motriz que consolida essa sensação de dominar os processos interativos, conforme as acepções do endogrupo.

O próprio van Dijk (2015) já atribui um significado ao endogrupo (dominante) como aquele que comete “abuso de poder social”, que deslegitima as ações discursivas do exogrupo, que aplica a sua perspectiva ideológica sobre os eventos sociais, excluindo ou desconsiderando outras realidades ou alternativas (VAN DIJK, 2015, p. 15) e, de fato, a ótica de dominação e hierarquia, que são práticas sociais comuns das estruturas ocidentais, continuamente imprimem uma cultura de ódio, principalmente, aos sujeitos opostos a eles, em posições econômicas, de gênero, de sexualidade, de etnia, de espécie. Então, nos encontramos diante de um contexto de manutenção de hierarquias sociais que necessita de estabilização e, para isso, se requer que as nuances ideológicas sempre estejam reproduzidas, normalizadas, por vezes forçadas e, qual o melhor lugar para eternizar-se o pensamento senão no discurso? Na materialidade do texto, em todos os seus gêneros.

Entretanto, como afirmam Bakhtin (1997), Fairclough (2003) e van Leeuwen (2008), existem gêneros discursivos que desempenham mais funções sociais que outros. Exemplificando, isso significa que o impacto gerado por um *post* político-informativo em redes sociais, que veicula a ordem de discurso de uma *fake news*, por exemplo, atinge diretamente as práticas sociais e os atores sociais, principalmente em alguns contextos, como nos eventos políticos, do que um texto que veicula alguma retratação pública motivada por processo jurídico sobre algum candidato⁶.

De outros modos, a massiva veiculação de atores sociais de etnia preta conectados a práticas sociais negativas, às designações e aos papéis de personagens depreciativos em telenovelas, a manutenção de sistemas de segregação étnicoracial, como na proibição do uso da touca de natação para cabelo afro por atletas negros nas Olimpíadas de Tóquio 2021⁷, são eventos sociais que corroboram um movimento de controle social sobre os sujeitos que constituem o exogrupo, dentro das relações raciais no Brasil. Sobre isso, van Dijk (2015, p. 17) aponta que “tradicionalmente, controle é definido como controle sobre as ações de outros. Se esse controle se dá também no interesse daqueles que exercem tal poder, e contra os interesses daqueles que são controlados, podemos falar de abuso de poder”.

Portanto, significa dizer que o modo como se solidificam as concepções, depende diretamente de como as ideologias veiculadas pelos textos agem sobre os sujeitos, e se a

⁶ Pensando no contexto de escrita desta dissertação que atravessa, em 2022, uma das eleições democráticas, em nível federal, mais importante da sua história.

⁷ MUNDO NEGRO. Federação Internacional de Natação proíbe toucas para cabelo crespo nas Olimpíadas”. Escrita por: Raio Gomes, em 2 de julho de 2021. Site “Mundo Negro”. Disponível em: <<https://mundonegro.inf.br/federacao-internacional-de-natacao-proibe-toucas-para-cabelo-crespo-nas-olimpiadas/>>. Acesso em 10 dez. 2022.

ordenação social tensiona por regras morais restritas, qualquer comportamento, ideal ou atitude que fuja do padrão estabelecido, torna-se parte do exogrupo a ser controlado e diretamente confrontado por diversas frentes, inclusive pela massiva constituição pejorativa dos atores sociais deste grupo. Segundo van Dijk (2015, p. 18):

O controle se aplica não só ao discurso como prática social, mas também às mentes daqueles que estão sendo controlados, isto é, aos seus conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, como também às outras representações pessoais ou sociais. Em geral, o controle da mente é indireto, uma intencional, mas apenas possível ou provável consequência do discurso. E uma vez que as ações de pessoas são controladas por suas mentes (conhecimento, atitudes, ideologias, normas, valores), o controle da mente também significa controle indireto da ação. Essa ação controlada pode de novo ser discursiva, de modo que o discurso poderoso possa, indiretamente, influenciar outros discursos que sejam compatíveis com o interesse daqueles que detêm o poder.

É importante ressaltar que o controle social é de interesse de quem está ocupando postos de poder e de privilégio, bem como daqueles que desfrutam de trânsito e gozam de benefícios sobre o desgaste de alguns atores sociais. Ter um acesso limitado ao discurso, tanto ao consumo, quanto à produção de conteúdos, como aponta van Dijk (2015), nos induz a constatar que não há uma pluralidade de vozes e opiniões circulando nos eventos discursivos e sim uma regulação estruturada sobre os parâmetros de um grupo dominante, constituindo uma “reprodução discursiva do poder”, desempenhada, principalmente, pelas instituições e organizações⁸, que são peças fundamentais para a manutenção das desigualdades sociais.

Os organismos de informação que produzem notícias, gênero discursivo que trabalharemos nesta pesquisa, fazem parte do que van Dijk (2015, p. 45), ancorado no conceito proposto por Pierre Bourdieu (1987), chamou de “elites simbólicas”, que incluem os “jornalistas, escritores, artistas, diretores, acadêmicos e outros grupos que exercem o poder com base no ‘capital simbólico’”. A importância de se considerar o poder dessas elites sobre as práticas e eventos sociais, se dá pelo alcance que suas decisões tomam, já que elas contribuem para fabricar “conhecimento, padrões morais, crenças, atitudes, normas, ideologias e valores públicos” (VAN DIJK, 2015, p. 45) sobre os atores sociais e a própria ordenação social.

Este processo foi caracterizado por van Dijk (2015) como uma das estratégias de controle cognitivo e reprodução ideológica de grupos hegemônicos sobre grupos subordinados, porque ele sustenta características de conflito de classe, como em todos os conflitos sociais. Já um segundo pilar se sustenta exatamente sobre a égide das relações econômicas, uma vez que, vivemos em uma sociedade *neoliberalista*, em que o domínio socioeconômico nas mãos de

⁸ Mas são constituídas pelos sujeitos.

poucos sujeitos, aduz a produção de eventos discursivos guiados pelas concepções do grupo hegemônico e pouco ou nada pelo grupo minoritarizado.

Portanto, fica mais fácil de compreendermos o fenômeno do “pobre de direita”, ou da “mulher antifeminista”, ou do “negro com viés de branquitude”, ao concluirmos que as ideologias contrárias a isso, se embatem com a classe dominante composta, em sua maioria, por homens brancos⁹, heterossexuais e de alta classe econômica, e que constituem o padrão da representação das elites simbólicas.

Van Dijk (2015) afirma que o discurso das elites simbólicas e os atores sociais de grupos poderosos ganham mais notoriedade para reforçar as crenças e as estruturas ideológicas dominantes, tanto pelo seu caráter institucional quanto pela legitimidade que suas práticas aportam sobre a opinião pública. A restrição a certos temas, a certas afirmações, bem como o acentuado registro problemático a questões pontuais, como a massante reprodução e perseguição a atos flagrantes criminais nos jornais de temática policial e punitivista, exercem influência sobre a concepção e reprodução ideológica dos atores sociais que consomem estes discursos. Sobre os modos de operação das elites simbólicas, o autor afirma que:

Esses outros grupos de poder não apenas possuem os meios diretos e indiretos para controlar a produção simbólica como também possuem suas próprias estratégias para a fabricação da opinião. Quanto aos meios de comunicação, essas estratégias consistem no fornecimento institucional e organizacional de informações (favoráveis) na forma de *releases*, entrevistas coletivas, entrevistas individuais, vazamentos de informação ou outras formas de acesso privilegiado aos que são notícia. (VAN DIJK, 2015, p. 50-51).

Como podemos ver as operações são guiadas para uma dimensão onde se nota um trabalho bem fundamentado e desenvolvido para tornar o discurso um eixo central para a manutenção de poderes localizados. O controle do conteúdo, do viés ideológico, das vozes reproduzidas e dos atores sociais representados exercem um cerceamento temático, cognitivo e conceitual que, se repetidamente executado, atua nos processos cognitivos e nas concepções de verdade dos sujeitos. Como exemplo, o exaustivo consumo e difusão de violência discursiva, de conceitos e modelos mentais sobre eventos e atores, contribuirá para solidificar no imaginário coletivo a transposição de uma situação textual, para uma ampliação contextual, de modo que, estas constantes reproduções de notícias que sempre conectam atores sociais somente a eventos sociais localizados, consolidam na prática e no convívio social, apreensões pejorativas a estes sujeitos também fora do evento discursivo.

⁹ “É interessante destacar que as pessoas esquecem que branco não é transparência, branco é cor. E considerando que estamos aqui falando de relações entre brancos e negros, é preciso lembrar que branco é identidade racial e visão de mundo.” (BENTO, 2002, p. 109)

O que não podemos nos esquecer é que existem ideologias marcadas por instituições dominantes, que executam estratégias de controle social através dos eventos discursivos, primando pela manutenção de suas próprias estruturas de poder, que são ocupadas por poucos, e nos dando conta de que uma minoria tenta controlar uma maioria, em virtude de desdobramentos históricos, políticos e sociais que fomentam as questões sociais e as desigualdades espaciais. É importante nos (re)voltarmos contra este projeto de manutenção de tensões sociais, porque não se trata de eventos isolados e sim de uma industrialização do abuso de poder. Quando van Dijk (2015) nos explica a forma como as elites do poder atuam para se manterem nestes postos, dizendo que se empregam estratégias para controlar o conflito e a resistência daqueles que se voltem contra elas, que envolvem “realizar processos de seleção na contratação de pessoal e na decisão sobre pagar patrocínios, impondo formas mais ou menos confessas de censura, recorrendo a campanhas de difamação e a outros mecanismos para silenciar radicais e os seus meios de comunicação” (VAN DIJK, 2015, p. 51), que percebemos que existe um sistema sendo operacionalizado em benefício de poucos.

Então, mais do que cometer o abuso de poder, podemos aludir que ele é uma ferramenta muito bem invocada pelas elites simbólicas, nos eventos e nas práticas sociais, para conduzir os processos de controle social sobre os sujeitos do exogrupo, que não são parte das classes dominantes e hegemônicas. Através do “gerenciamento do conhecimento, da informação, da disseminação de valores e metas dominantes” (VAN DIJK, 2015, p. 51) que são o que o autor nomeou de “peças formadoras das ideologias dominantes”, se constrói e se controla o discurso, capaz de persuadir o consenso sobre muitas prerrogativas, inclusive, sobre a representação social dos atores que, se constituída de modo tendencioso, pode fomentar processos cognitivos tão diligentes, que o acúmulo de informação por onde os processos mentais das pessoas, resgatará a representação simbólica sobre situações sociais, apenas terá registros que interligue estes sujeitos em específicos eventos sociais pejorativos.

Quando os eventos discursivos reproduzem ideias e arranjos linguísticos que sempre tencionam uma sobredeterminação de práticas sociais atribuídas constantemente ao exogrupo, enquanto não se mobiliza o mesmo esforço de se publicizar estas práticas quando exercidas pelo endogrupo, cria-se uma determinação no imaginário coletivo, onde se acumulam as experiências de que somente alguns atores sociais podem ser responsáveis por conduzir certas práticas, e esta seria a forma como se atribui a separação entre os bons (endogrupo) e os maus (exogrupo).

Estes comportamentos que primam por sintetizar em certos sujeitos uma valoração foi chamado por van Dijk (2015, p. 62) de “autoapresentação positiva e outro-apresentação

negativa” que consiste em, ao ter-se o domínio dos organismos de informação, os sujeitos do grupo hegemônico tratam de construir a sua autoapresentação sempre dotada de designações, construções ideológicas e linguísticas que denotem superioridade, bondade, justiça e conquista. Já a apresentação do outro é trabalhada a partir de representações inferiores, intuindo uma maldade inerente, contestando a verdade e legitimidade das ações, ao mesmo tempo que se coloca uma imprecisão sobre a veracidade dos atos e sobre as posses dos atores antagônicos.

É importante dizer que quando van Dijk (2015) afirma que se institui uma divisão de atores sociais, entre “nós e eles”, queremos ressaltar que somente os atores que se encontram inseridos nos contextos das elites simbólicas possuem força suficiente para definir estas separações, bem como, a priori, para mantê-las, já que todas estas ações primam por proteger os interesses do grupo hegemônico e, no final das contas, onde há o abuso de poder, há o outro lado que se beneficia desta subordinação. Se existe a culpabilização de um ator social, dialeticamente existe a inculpabilidade do outro, porque assim criam-se os processos de formação de sentido, através de oposições, de manipulações, de convenções que tendem a produzir consensos sobre os eventos, os atores, as práticas, no entanto, decididos e estipulados pelos detentores do poder. Também podemos descrevê-lo nas palavras de Nilma Lino Gomes “como um processo de espelhamento. Ao mesmo tempo em que grupos socialmente discriminados lançam um olhar para a sociedade, formam-se imagens a partir do modo como uma sociedade se vê refletida pelos olhos dos outros.” (GOMES, 2005, p. 42).

A manipulação do discurso, das representações, das autoapresentações oferece alguns benefícios que são simples de serem compreendidos, como o poder de induzir algumas “cortinas de fumaça” sobre as práticas sociais cometidas por atores das elites simbólicas. Se existem sujeitos *superexpostos*, contrário a isso, existem outros desfrutando de uma passabilidade e anonimato que não se anula em nenhuma instância, seja nos meios de comunicação, seja nos espaços judiciários. Por exemplo, se há a possibilidade de sujeitos delinquentes de grupos hegemônicos serem menos noticiados e expostos em notícias sobre crimes, existe a possibilidade dos atores sociais do exogrupo estarem ocupando sistematicamente este lugar e como afirma van Dijk (2015, p. 73) “dentre todas as formas de texto impresso, as dos meios de comunicação de massa são as mais penetrantes, se não as mais influentes, a se julgar pelo critério de poder baseado no número de receptores”.

Quando nos deparamos com essas operações de sentido, nos damos conta de que podemos destrinchar o mecanismo que ajuda a sustentar as relações de poder e, conseqüentemente, as desigualdades espaciais, porque vemos que a ferramenta do discurso, disponível a todos, no entanto, com acesso limitado em determinados espaços, circula por todos

os âmbitos, por todos os sujeitos, através de estratégias ideológicas que são inseridas nos textos. A constância de repetições sociodiscursivas faz com que se insira no pensamento coletivo aquelas representações e, a depender do locutor desta mensagem, do lugar social, econômico, estrutural ocupado por ele (endogrupo), sua palavra ganha ainda mais autenticidade, ou perde ainda mais (exogrupo). Além disso, vimos que os grupos positivamente autenticados dispõem de um controle dos meios de produção do discurso, tanto na escrita, quanto na difusão, enquanto os grupos negativamente autenticados estão sujeitos às manipulações nos eventos sociais e nas práticas sociais.

Quando van Dijk (2015) nos atenta a essas operações ocorrendo não somente no trato social, mas no institucional, educacional, estrutural, como um todo, acreditamos que devemos nos preocupar e investigá-las. Lembrando que manifestações de eventos comunicativos serem interpelados por dimensões de poder que atravessam as questões de gênero, classe e raça já foram identificadas em outros estudos críticos, mas, no nosso caso, queremos saber se o modo como se está representando a identidade de atores sociais criminosos, em um contexto social de maioria negra, também atende a sutis manifestações de controle social, de exercício de poder, de manipulação dos modelos mentais, entre outros aspectos, que partem de uma elite simbólica do endogrupo de etnia branca, mesmo sendo considerado minoria neste contexto soteropolitano. Assumir uma visão crítica do discurso nessa temática se justifica, também, pelo fato de que:

O poder é tanto exercido quanto reproduzido no e pelo discurso. Sem comunicação - escrita e fala -, poder na sociedade não pode ser exercido ou legitimado. O poder pressupõe conhecimento, crenças, ideologias a fim de sustentar-se e reproduzir-se. O discurso mostra e comunica estruturalmente essas condições cruciais da reprodução para todos os níveis, dimensões e contextos sociais (VAN DIJK, 2015, p. 85).

Então, vemos que existe um problema que passa do social para o linguístico e do linguístico para o social que não é fácil de ser identificado, justamente por toda manipulação que se institui no evento discursivo, pelas posições e níveis de conhecimento acessados pelos consumidores e participantes destes eventos, bem como pela continuidade de abusos de poder, como citamos anteriormente.

Quando a brilhante Nilma Lino Gomes (2005) descreveu que as relações raciais brasileiras são segregadoras e atacam diretamente os sujeitos negros que são, primeiramente, “as pessoas classificadas como pretas e pardas nos censos demográficos realizados pelo IBGE” (GOMES, 2005, p. 39) e, em uma compreensão mais ampla de Munanga (1994, p. 187), os sujeitos transpassados por construções sociais, históricas, culturais e plurais, como um “segmento étnico-racial excluído da participação na sociedade, para a qual contribuiu

economicamente, com trabalho gratuito como escravo, e também, culturalmente, em todos os tempos na história do Brasil”, vemos que ocorre um processo de abuso de poder que não é recente, mas, permanente, que ataca diretamente os sujeitos negros, já que todas as relações sociais são perpassadas por estruturas discursivas, sendo, então, esse processo, atuante nas relações raciais.

A representação da identidade negra se baseia em constituições que envolvem os conceitos de raça, etnia, racismo e etnocentrismo, só para começarmos a entender quais os processos individuais e coletivos que a/as compõem. Gomes (2005) já nos alertou que tentar definir “raça” é um processo complexo, como todos os que envolvem as identidades. No entanto, obviamente relutantes ao determinismo biológico por seu caráter nazista (GOMES, 2005, p. 45), falar-se em “raça” e sobre “ser negro” ou “ser branco”, ainda envolve a crença coletiva que dá a dimensão social e política da etimologia do conceito. O conceito biológico de raça é o alicerce para a discriminação racial no Brasil e suas manifestações (inclusive nos eventos discursivos), porque se manipulou e se estabilizou no imaginário coletivo a prática social discriminatória e etnocêntrica de que “existem raças superiores e raças inferiores”, marcadas por diferenças físicas, cognitivas, emocionais e racionais.

Então, quando Gomes (2005) afirma que os ambientes responsáveis por estabilizarem estes conceitos são, principalmente, as instituições, sejam familiares, educativas, jurídicas, afetivas, trabalhistas, entre outras, vemos que há uma reprodução ideológica que ocorre no centro das práticas sociais, abarrotadas pelas elites simbólicas que, não coincidentemente, exercem processos que tendem a antagonizar a sua autorepresentação à outroapresentação dos sujeitos negros, como afirma van Dijk (2015), determinando-os como “bons ou ruins”, tornando-se uma intervenção ainda mais grave ao constatarmos que:

O histórico da escravidão ainda afeta negativamente a vida, a trajetória e inserção social dos descendentes de africanos em nosso país. Some a isso o fato de que, após a abolição, a sociedade, nos seus mais diversos setores, bem como o Estado brasileiro não se posicionaram política e ideologicamente de forma enfática contra o racismo. Pelo contrário, optaram por construir práticas sociais e políticas públicas que desconsideram a discriminação contra os negros e a desigualdade racial entre e brancos como resultante desse processo de negação da cidadania aos negros brasileiros. Essa posição de “suposta neutralidade” só contribuiu ainda mais para aumentar as desigualdades e o racismo. (GOMES, 2005, p. 46).

Assim, tanto Gomes (2005) quanto van Dijk (2015), já identificaram que o acesso ao discurso, produzi-lo e consumi-lo, está diretamente conectado às relações de poder e às relações raciais, porque as condições estruturais que envolvem estes atores são as mesmas que dão suporte à produção de discursos que, diretamente relacionadas com as interações sociais,

inserir sentidos à linguagem e geram as representações que criam vida através da língua. Gomes (2005, p. 48) nos alertou que tudo que envolve raça tem uma “operacionalidade na cultura e na vida social - porque - se ela não tivesse peso, as particularidades e características físicas não seriam usadas para identificar quem é negro e quem é branco no Brasil”, bem como não seriam parâmetros para “discriminar e negar direitos e oportunidades aos negros em nosso país” (GOMES, 2005, p. 48), direito inclusive aos eventos discursivos.

De fato, se raça é uma “construção social, política, cultural produzida nas relações sociais e de poder, ao longo do processo histórico” (GOMES, 2005, p. 49), logo devemos reconhecer como essas diferenças são introjetadas nos eventos discursivos, observando as escolhas designativas, multimodais, as ordens de discurso empregadas, naturalizadas ou supervalorizadas que se apresentam (ou se “ocultam”) nos eventos discursivos e fomentam hierarquias e abusos de poder, principalmente porque toda escolha lexical está subordinada a uma ordenação semântica e a um contexto pragmático de formação de sentidos.

Inclusive, a hierarquia que é comandada pelas elites simbólicas, ademais de todo o exercício de poder mencionado nas páginas anteriores, possui características etnocêntricas, justamente pelo fato do etnocentrismo “postular indevidamente como valores universais os valores próprios da sociedade e da cultura a que o indivíduo pertence. Acredita também que os seus valores e cultura são os melhores, os mais corretos e isso lhe é suficiente” (GOMES, 2005, p. 53), alertando-nos ainda que essa trajetória de ação pode chegar a tornar-se racismo. Então, aqui, o nosso problema se agrava: diante dessas afirmações, podemos inferir que as práticas das elites simbólicas, além de controlarem a maioria dos eventos discursivos, podem carregar o preconceito racial de modo direto, “distinguindo”, “diferenciando” ou “discernindo” a representação dos atores sociais no texto, por exemplo, atendendo os seus próprios interesses de dominação social.

Tanto van Dijk (2015) nos Estudos Críticos do Discurso, como Gomes (2005) e Almeida (2019), nos estudos sociais, já nos precavam de que os sujeitos não nascem racistas, eles aprendem e reproduzem suas práticas em todos os constructos sociais e uma das nossas hipóteses é a de que o discurso midiático, principalmente aquele que difunde notícias sobre crimes, uma prática social rechaçada por grande parte da sociedade, seja um elo fundamental para a manutenção e estabilização de imaginários coletivos pejorativos, transpassados pelos sentidos gerados dentro desses conflitos raciais e sociais. Lembrando que, as práticas sociais estabelecidas no seio de uma estrutura de desigualdade, irão produzir práticas discursivas igualmente díspares, porque disso se tratam os processos comunicativos: de linguagem e interação.

Destarte, sabe-se que “a linguagem é como é por causa de sua função na estrutura social” (HALLIDAY, 1973, p. 65), ou seja, argumenta-se que “a linguagem a qual as pessoas têm acesso depende de sua posição no sistema social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 47) e, diante disso, as estruturas sociais de poder, nas relações humanas, também se projetam no discurso, criando uma submissão entre a cultura dominante e a cultura subordinada. Porém, estes eventos não são lineares devido a sua própria coexistência: saber, exatamente, de onde surgiu o racismo, o classismo, a luta de classes, o colonialismo, a branquitude e compreender as razões de muitos destes sistemas estarem em voga atualmente, são tarefas complexas que possuem muitas frentes de interpretações, de abordagens e paradigmas, inclusive se concluirmos que estes escopos foram adaptando-se e acomodando-se em diversas instâncias sociais.

E como disse van Dijk (2015, p. 133), “a escrita e a fala desempenham um papel vital na reprodução do racismo contemporâneo”, porque o discurso pode ser “uma forma de discriminação verbal” (VAN DIJK, 2015, p. 134) e também porque a maioria das violências simbólicas (e até mesmo quando acompanhadas das violências físicas), bem como os abusos de poder, são materializados pelos eventos discursivos e pelas práticas sociais. Van Dijk (2015, p. 134) inclusive afirma que “o discurso reside no coração do racismo”, sendo uma prática que se consolida enquanto sistema de dominação, que parte das “elites políticas, burocráticas, corporativas, jornalísticas, educacionais e acadêmicas” (VAN DIJK, 2015, p. 133) que controlam as mais cruciais dimensões e decisões da vida cotidiana.

Outrossim, o autor também menciona os processos cognitivos que o racismo desempenha no discurso, que envolvem as próprias nuances psicossociais dos “modelos mentais” acumulados das práticas tendenciosas absorvidas pelos atores sociais que, ao longo da história, interagiram com a ideologia que constitui uma segregação racial entre sujeitos brancos e negros, que fora socialmente reforçada “expressa, formulada, defendida e legitimada no discurso” (VAN DIJK, 2015, p. 135) sistematicamente pelo endogrupo.

De modo análogo, também acreditamos que outra relação de poder responsável por essas nuances de desigualdade expressas no discurso seja o chamado “pacto narcísico da branquitude” que é uma ideologia que reforça as condições de existência do racismo. Cida Bento (2002, p. 7), aponta que “a branquitude se caracteriza como um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade”, a saber, concedendo e mantendo privilégios. É importante ressaltarmos que este pacto se originou em momentos históricos, onde os sujeitos brancos “foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo

imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade” (SCHUCMAN, 2014, p. 84).

Então, o que se sabe é que existe uma estrutura de manutenção de desigualdades que vem atuando ao longo da formação do país e que conduz os processos sociais, de modo a estabelecer-se uma hierarquia que mantêm os sujeitos brancos em posições e lugares de poder privilegiados. Diante disso, precisamos compreender o que significa esta posição de poder e quais as características que este grupo composto por sujeitos considerados “brancos” apresentam. Silvio de Almeida (2019) define como:

[...] uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. A supremacia branca é uma forma de hegemonia, ou seja, uma forma de dominação que é exercida não apenas pelo exercício bruto do poder, pela pura força, mas também pelo estabelecimento de mediações e pela formação de consensos ideológicos. A dominação racial é exercida pelo poder, mas também pelo complexo cultural em que as desigualdades, a violência e a discriminação racial são absorvidas como componentes da vida social, como [...] uma rede na qual os sujeitos brancos estão consciente ou inconscientemente exercendo-o em seu cotidiano por meio de pequenas técnicas, procedimentos, fenômenos e mecanismos que constituem efeitos específicos e locais de desigualdades raciais. (ALMEIDA, 2019, p. 63).

Acreditamos que, no contexto brasileiro, as elites simbólicas sejam caracterizadas pela branquitude, seja em termos físicos ou em termos ideológicos, porque o uso que ambas (branquitudes e elites simbólicas) fazem da língua, são regidas por derivações estereotipadas, principalmente, sobre sujeitos étnicos (SCHUCMAN, 2014), tornando o discurso uma ferramenta que pode carregar preconceitos, rejeições e desigualdades sociais, funcionando, também, como uma arma de dominação.

O ponto está no fato de que se encontrarmos nas notícias sobre crimes representações estereotipadas, apaziguadoras, que concretizem apagamentos e mutações discursivas semânticas para constituírem as identidades dos atores sociais brancos, e um processo totalmente antagônico para constituir-se as identidades dos atores sociais de etnia preta, estaremos revelando algumas operações de sentido atreladas à cultura de dominação social da branquitude, algo que já foi encontrado em estudos críticos anteriores (VAN DIJK, 1984a, 1987a, 1998a, 2015) que identificaram que existe uma polarização nos discursos produzidos pelos organismos de informação quanto à descrição de ações e identidades de atores sociais racialmente antagônicos, induzindo a “um favoritismo intragrupal ou autoapresentação positiva, por um lado e uma depreciação extragrupal ou apresentação negativa do outro” (VAN DIJK, 2015, p. 137).

Contudo, para chegarmos a algumas considerações sobre estas questões, precisamos nos debruçar sobre alguns conceitos dos Estudos Críticos do Discurso, como as “práticas sociais”, os “papéis sociais”, os “eventos sociais” e os “atores sociais” para entendermos as posições ideológicas que são ocupadas ou atribuídas aos sujeitos históricos que são o foco desta pesquisa. A partir destes pontos, será possível mensurar a importância de questionarmos as produções textuais no âmbito linguístico, no que concerne ao impacto social das produções discursivas.

1.4 O sujeito, a ação e o fato para os Estudos Críticos do Discurso

Estamos, ao longo desta dissertação, citando os conceitos de “práticas sociais”, “atores sociais” e “eventos sociais” entre outras categorias que são acionadas para denotar sentido aos movimentos da pesquisa, no entanto, sem ainda nos determos aos detalhes. Sendo assim, neste momento iremos discutir sobre eles, questionando como esses papéis sociais são atribuídos aos sujeitos, a quais ideologias eles se unem, buscando reconhecer como o abuso de poder que pode estar sendo exercido na composição destas representações, contribui para gerarem-se problemas que caminham para a esfera social e do social para o campo linguístico. Tendo em vista as funções sociais da língua, da linguagem e do discurso, podemos afirmar que a trajetória de evolução humana perpassa a produção de sentidos que são articulados nestes campos linguísticos que mencionamos e que, sobretudo, podem estabilizar e desestabilizar ideologias através, também, do comportamento discursivo praticado.

O movimento de produzir sentidos discursivos através da linguagem, em si, já é, portanto, uma prática social¹⁰, pois, “a linguagem e as práticas sociais moldam-se reciprocamente” (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 62). Vamos à contextualização: para que algo se torne ou seja considerado uma prática, ela deve provar-se legítima através da repetição, seja de uma ação, de comportamentos, de rituais, de hábitos, de atitudes e outros contextos que envolvem a participação de diversos sujeitos da esfera social, que constantemente mimetizam entre si o que podemos chamar de comportamento ideológico socialmente orientado (FAIRCLOUGH, 2001). Este comportamento e sentido, muito próximos do que concebemos como “tradição”, é expresso através do discurso, visto por Fairclough como uma forma de prática social interacionista (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90). No entanto, os impactos causados pelo discurso são capazes de modificar a estrutura e o trato social, sabendo que:

¹⁰ “Social practices can be thought of as ways of controlling the selection of certain structural possibilities and the exclusion of others, and the retention of these selections over time, in particular areas of social life.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 23-24).

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Indo além, Fairclough (2003, p. 4-5) estruturou o conceito de discurso como “um elemento da vida social intimamente interconectado com outros elementos”, que é articulado por práticas sociais, não apenas discursivas, como também por outras ações coordenadas pelos sujeitos em contextos de interação. O autor aponta que o modo de se articular em sociedade, ou de posicionar-se ideologicamente, requer o uso do discurso, o que lhe atribui maior importância do que um simples elo que fomenta as relações humanas, senão o próprio responsável pelo advento da interação. De acordo com Fairclough (2003, p. 8, tradução nossa)¹¹, “textos produzem efeitos causais e contribuem para mudanças nas pessoas (crenças, atitudes, etc.), ações, relações sociais, e no mundo material”¹², e toda essa produção não está isenta de atravessamentos históricos, que conduzem as práticas sociais.

Ademais, Fairclough (2001, p. 91) já havia percebido que a comunicação era apta para produzir ação e exercer um controle social de um grupo ao outro, principalmente pelo grupo dominante que possui maior acesso a produzir e a consumir as narrativas. O controle sobre os “dominados” já não demanda tanto o uso da força física para impor uma posição ou submissão, mas, sim, da utilização de uma força ideológica propagada pelos discursos e produzida, especialmente, pelos “sujeitos sociais” em posições de poder, que majoritariamente representam “identidades sociais” historicamente localizadas como dominadoras.

O movimento é simples de ser entendido: grupos dominantes possuem mais recursos, mais capital cultural e mais acesso aos espaços sociais (como nos organismos de informação) e de poder (como nos órgãos legislativos), que, por vezes, são igualmente controlados por estes mesmos sujeitos. Desse modo, a sua formação social irá influenciar diretamente nos discursos produzidos e reproduzidos por eles, além de ganharem mais visibilidade e até mesmo notoriedade. Mas, o que aconteceria se, por exemplo, tivéssemos uma sociedade de maioria de população negra, em situação de dominação, em comparação com uma minoria branca, em situação de dominância? Entre esses dois grupos, quais convenções sociais, iriam se sobrepor nos discursos?

¹¹ Acrescentamos que todas as traduções destas referências à Fairclough (2003) foram feitas pela autora e pela orientadora desta dissertação.

¹² “Texts can also start wars, or contribute to changes in education, or to changes in industrial relations, and so forth.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 8).

Sabemos que na atual organização social, grupos sócio-economicamente dominantes controlam diversas esferas sociais e organismos de poder. Quando falamos sobre “controle”, dizemos sobre serem a maioria na tomada de decisões finais, por controlarem os recursos financeiros, por ocuparem os cargos de comando das empresas, por decidirem o que é ou não relevante, o que é ou não verdade (defendendo, inclusive, a existência de uma verdade única: a sua própria). Mas, como essa operação se estrutura no discurso? Fairclough (2003, p. 25) explica que há uma “organização social de controle da variação linguística” capaz de sustentar essas diferenças antagônicas entre grupos sociais, que age permanentemente através do discurso, e se torna cada vez mais estruturada ao manter o controle da narrativa, justamente pelas relações sociais estarem profundamente dependentes das práticas discursivas.

Estes atos coordenados e instituídos que envolvem nuances econômicas, políticas, culturais e ideológicas são chamados de “práticas sociais” e o discurso se encaixa dentro deste conceito como uma ação socialmente materializada. Segundo Fairclough (2003, p. 23), as práticas sociais são “entidades organizacionais intermediando entre estruturas e eventos”¹³, isso quer dizer que elas influenciam, continuamente, como os elementos linguísticos organizados nos eventos comunicacionais produzem os sentidos. Segundo o autor:

Os textos como elementos de eventos sociais não são simplesmente os efeitos das potencialidades definidas pelas linguagens. Precisamos reconhecer entidades organizacionais intermediárias de tipo especificamente linguístico, os elementos linguísticos das redes de práticas sociais. Vou denominá-las ordens do discurso [...]. Uma ordem de discurso é uma rede de práticas sociais em seus aspectos linguísticos. Os elementos da ordem de discurso não são coisas como substantivos e sentenças (elementos de estruturas linguísticas), mas discursos, gêneros e estilos [...]. Esses elementos selecionam determinadas possibilidades definidas pelas linguagens e excluem outras – eles controlam a variabilidade linguística para áreas particulares da vida social. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 24).¹⁴

Como vimos, o discurso é uma ferramenta fundamental para a manutenção de estruturas sociais, pois é nele que, também, habita o conteúdo que impulsiona, motiva, estimula ou desestimula as ações que são socialmente projetadas pelos sujeitos. Devido à linguagem ser uma das formas de materializar o pensamento, podemos dizer que a ação materializa a ideia,

¹³ “There are intermediate organizational entities between structures and events.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 23).

¹⁴ “But texts as elements of social events are not simply the effects of the potentials defined by languages. We need to recognize intermediate organizational entities of a specifically linguistic sort, the linguistic elements of networks of social practices. I shall call these orders of discourse (see Chouliaraki and Fairclough 1999, Fairclough 1992). An order of discourse is a network of social practices in its language aspect. The elements of orders of discourse are not things like nouns and sentences (elements of linguistic structures), but discourses, genres and styles (I shall differentiate them shortly). These elements select certain possibilities defined by languages and exclude others – they control linguistic variability for particular areas of social life.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 23).

que foi estruturada no discurso, ou seja, neste lugar de projeção e articulação dos sentidos que operacionalizam a palavra, que tornam a “ideologia palpável”, porque só podemos reconhecer determinados comportamentos como práticas sociais, quando há a materialização de ações conectadas por um caráter ideológico em comum e isso se expressa nos textos, por exemplo.

Quando Fairclough (2003) cita que existe na língua uma “sobredeterminação” causada por elementos sociais, isso nos possibilita afirmar que os eventos sociais são o fundo e também o que forma a estrutura do discurso e, respectivamente, constituem o modo como as relações sociais se articulam, porque o próprio texto é um produto da prática social. É importante entendermos este conceito que será fundamental para compreendermos como os processos interacionistas influenciam na construção do discurso. Para o autor:

Práticas sociais podem ser vistas como articulações de diferentes tipos de elementos sociais que estão associados com áreas particulares da vida social. [...] O ponto importante sobre práticas sociais é que elas articulam o discurso (portanto a linguagem) junto com outros elementos sociais não-discursivos. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 25).¹⁵

O fato destas práticas discursivas e sociais, também, perspassarem relações de poder que, no contexto brasileiro, atribuem-se muitas experiências negativas como a colonização, a escravização, o genocídio, entre outros elementos que constituem a historicidade, os valores, crenças e estruturas corporativas, sociais e ideológicas do país, ou seja, estes eventos sociais que irrompem e formatam a produção dos sentidos de uma comunidade, transformam-se em práticas sociais que se consolidam por hábitos, assim como os sentidos se consolidam no discurso através das ordens do discurso¹⁶ (FOUCAULT, 1996). Acrescentando, devido às práticas sociais constituírem-se através das estruturas sociais, o discurso é considerado, então, uma parte irredutível da prática social, pois:

Pode-se pensar em uma estrutura social (tal como uma estrutura econômica, uma classe social ou sistema de parentesco, ou uma linguagem) como a definição de um potencial, um conjunto de possibilidades. No entanto, a relação entre o que é estruturalmente possível e o que de fato acontece, entre estruturas e eventos, é muito complexa. Eventos não são de forma alguma efeitos simples ou diretos de estruturas sociais abstratas. A relação é mediada – há entidades organizacionais intermediando

¹⁵ “Social practices can be seen as articulations of different types of social element which are associated with particular areas of social life – the social practice of classroom teaching in contemporary British education, for example. The important point about social practices from the perspective of this book is that they articulate discourse (hence language) together with other non-discoursal social elements.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 25).

¹⁶ Também consideramos o conceito de “ordem de discurso” de Fairclough (2003, p. 3), que é fundamentado e dialoga com o conceito de Foucault, que diz “the ‘order of discourse’, the relatively durable social structuring of language which is itself one element of the relatively durable structuring and networking of social practices.”

entre estruturas e eventos. Vamos chamá-las “práticas sociais. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 23).¹⁷

Como dissemos, pelas práticas sociais refletirem o contexto histórico, político, econômico de uma comunidade, e pelas relações de poder e as hegemonias sociais de povos dominantes contra povos dominados exercerem um controle e um abuso de poder através do discurso, que nos questionamos se os eventos históricos que formataram as crenças brasileiras estariam influenciando na manutenção das mesmas relações de desigualdade social que estruturalmente atingem sujeitos específicos, geralmente, de grupos antagônicos aos de dominação social, porque, uma sociedade constituída dentro de eventos de natureza extremamente violenta, machista, racista e classista, não poderia derivar valores e práticas tão isoladas deste caráter igualmente negativo.

Teorias sobre colonialidade nos alertam para o marco temporal ideológico imposto pelas ações do invasor, que decretou hierarquias, sistemas, modos de agir, em resumo, coagiu os sujeitos a executarem sistematicamente determinadas práticas sociais que não condiziam com as posições ideológicas dos invadidos, fazendo isso até elas se tornarem dogmas, já que é possível notar que muitos hábitos coloniais se converteram em práticas sociais que guiam a produção de sentidos, as valorações e a constituição de hegemonias até a atualidade. Para ilustrar o nosso exemplo, citamos o pesquisador Aníbal Quijano (2010) que, também, nos alerta sobre o sentido ideológico que a “colonialidade” passou a denotar, após a constante prática social do colonialismo:

Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado ao Colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoura que o colonialismo. Mas foi, sem dúvida, engendrada dentro daquele e, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjetividade do mundo tão enraizado e prolongado (QUIJANO, 2010, p. 73).

O exemplo acima é consistente para compreendermos como um evento percorre uma trajetória para tornar-se uma prática social, pois, como afirma Fairclough (2003, p. 25), “as

¹⁷ “One can think of a social structure (such as an economic structure, a social class or kinship system, or a language) as defining a potential, a set of possibilities. However, the relationship between what is structurally possible and what actually happens, between structures and events, is a very complex one. Events are not in any simple or direct way the effects of abstract social structures. Their relationship is mediated – there are intermediate organizational entities between structures and events. Let us call these ‘social practices’.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 23).

práticas sociais articulam o discurso (portanto a linguagem) junto com outros elementos sociais não-discursivos”¹⁸, então, não podemos nos esquecer que as práticas discursivas são multifuncionais, ou seja, abrigam uma gama de possíveis interpretações. Não podemos esquecer também que as hegemonias sociais e as relações de poder são capazes de consolidar alguns sentidos mais do que outros, assim, naturalmente, existirá uma sobreposição de narrativas.

Este contexto social que rege as hegemonias exerce uma influência muito significativa nos processos de apreensão de significados, já que, como assinala Fairclough (2003, p. 41), “as ‘normas’ de interação como ordem moral são orientadas para e interpretadas diferentemente por diferentes atores sociais, e essas diferenças são negociadas”¹⁹. Isso significa que para se produzir e se interpretar discursos e eventos, exige-se o acionamento dos modelos mentais interiorizados nos sujeitos, bem como das convenções sociais, ordens de discurso e práticas experimentadas, que irão compor os processos de legitimação dos enunciados e dos eventos sociais, justamente porque estas prerrogativas inseridas aos sujeitos e às conjecturas sociais estabelecidas, não são anuladas, apagadas ou neutralizadas nos sujeitos.

Recapitulando o exemplo de prática, assim como há sujeitos que optam por dizer “descobrir”, existem outros que dizem “invadir”, e essa escolha não se trata meramente de uma mudança semântica, antes disso, ela denota uma posição ideológica frente a uma prática social (ou acontecimento). Quando um mesmo evento social pode ser discursivizado discursivamente por diferentes posições e havendo a eleição pela narrativa “dominante”, tal representação pode revelar a existência de seleções discursivas orientadas por relações de poder, além de uma amostra de como o domínio ideológico pode afetar a própria organização social. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 25).

Compreendendo a formação das práticas sociais, podemos ver que um problema social é também um problema linguístico e discursivo, primeiramente, pelo simples e essencial uso da linguagem em ambos os processos, sendo esta o “elemento social que esquematiza as estruturas sociais, as práticas sociais e os eventos sociais” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 25). Segundo porque as raízes históricas das práticas sociais são preservadas no e pelo discurso que está presente nos textos e que, enquanto processo ideológico, também se faz presente nas ações que se tornam práticas. E, por fim, pelo fato dos Estudos Críticos do Discurso encararem o próprio discurso como uma atividade de interação, isso constata que há necessidade de um

¹⁸ “The important point about social practices from the perspective of this book is that they articulate discourse (hence language) together with other non-discoursal social elements.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 25).

¹⁹ “The ‘norms’ of interaction as a moral order are oriented to and interpreted differently by different social actors, and these differences are negotiated.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 41).

evento comunicacional, ou seja, a própria prática discursiva torna-se uma prática social e vice-versa (FAIRCLOUGH, 2003).

Neste certame, trouxemos algumas questões pertinentes sobre o conceito de práticas sociais em que “a linguagem se manifesta como discurso: como uma parte irreduzível das maneiras como agimos e interagimos, representamos e identificamos a nós mesmos, aos outros e a aspectos do mundo por meio da linguagem” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 15). Agora, precisamos salientar um ponto fundamental da composição e consolidação delas, que são mediadas pela ocorrência dos “eventos sociais”.

Ante o exposto, compreendemos que existe uma mudança discursiva guiada pelas práticas sociais que é reproduzida nos textos: as convenções sociais dominam as ordens de discursos dos produtores e intérpretes dos eventos discursivos, porque todo enunciado percorre uma trajetória de acúmulo de sentidos estruturais, institucionais e societários, que se combinam aos aspectos formais da linguagem, produzindo-se, então, eventos discursivos. Desse modo, fica evidente que a natureza de uma prática social, também definirá a natureza dos eventos sociais, porque “qualquer ‘evento’ discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22).

Indo além, os eventos sociais para os ECD são manifestações discursivas que provêm do resultado das práticas sociais e das práticas discursivas. Inclusive, Fairclough (2003, p. 21), afirma que os textos são parte dos eventos sociais, por serem um dos modos que orientam a ação e a interação na sociedade, como uma performance linguística das posições ideológicas dos sujeitos, realizada através do discurso. Então, não iniciamos nossas análises suprimindo a importância da produção textual, do contrário, nos posicionamos através dos apontamentos de Fairclough (2003), para demonstrar a importância que as narrativas cumprem no trato social e os impactos que elas podem gerar nos sujeitos e no convívio.

Algumas descrições, às vezes, nos induzem a crer que estes processos de formação de sentidos são mediados por estruturas que não se embatem, ou que estão ao alcance de todos os sujeitos que, igualmente, produzem e reproduzem eventos sociais. Contudo, não podemos nos esquecer que todos eles são atravessados pelas mesmas relações de poder que formam parte do ecossistema das interações humanas, justamente porque os eventos sociais, que são eventos discursivos, são controlados para obedecer a uma posição ideológica que, age, também, como uma ferramenta para o controle social.

Este processo complexo de formação dos eventos sociais foi melhor detalhado por Norman Fairclough (2003), em que ele se dedica a analisar os eventos sociais, com o intuito de

evidenciar qual a sua contribuição para os processos de construção de significados e iremos retratar algumas perspectivas deste trabalho que são importantes para a nossa pesquisa. De início, o autor reafirma o papel dos textos nos processos sociais devido a suas incisões ideológicas carregarem “aspectos de mundo”, que são posicionamentos gerados pela estrutura social e “ideologias que são representações de aspectos do mundo que podem ser mostrados para contribuir, para estabelecer, manter e mudar as relações sociais de poder, dominação e exploração” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 9)²⁰, ou seja, nota-se um poder moderador dialético muito forte exercido entre os eventos sociais e os atores sociais.

Fairclough (2003, p. 14)²¹ completa que essas representações de mundo localizadas nos eventos sociais produzem “consequências e efeitos sociais, políticos, cognitivos, morais e materiais, e que é vital compreender essas consequências e efeitos se levantamos questões morais e políticas sobre sociedades contemporâneas”, e estes efeitos produzem impactos na organização social, de um modo geral, por envolverem, especialmente, atividade humana imbricada por relações comunicativas, sejam elas orais, textuais ou gestuais, e isso indica que o próprio texto é uma unidade socialmente contextualizada de produção de sentidos, ou seja, o que se carrega em sua estrutura são convenções sociais organizadas para denotar um valor localizado. As autoras Viviane Ramalho e Viviane Resende (2011) assinalam sobre a representação de eventos sociais, que:

Quando ouvimos uma pessoa se referindo a um evento como “ação policial” e uma outra pessoa se referindo ao mesmo evento como “crime” ou, ainda, uma se referindo a alguém como “jovem” e outra como “delinquente”, fica claro o que significa representar o mundo de maneiras particulares, que revelam modos também particulares de ver e entender o mundo, as pessoas, as relações sociais, as lutas de poder. (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 17).

De fato, o que devemos nos atentar, especialmente, sobre os eventos sociais além do caráter ideológico é a sua estrutura discursiva, pois, segundo Fairclough (2003, p. 25-26), “textos não são apenas efeitos de estruturas linguísticas e ordens do discurso, eles são também efeitos de outras estruturas sociais, e de práticas sociais em todos os seus aspectos”, então, além de não podermos enxergar a organização textual de um enunciado como algo indeterminado, não podemos nos afastar do sentido de que os textos são estruturas transdisciplinares que,

²⁰ “Representations of aspects of the world which can be shown to contribute to establishing, maintaining and changing social relations of power, domination and exploitation.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 9).

²¹ “Social, political, cognitive, moral and material consequences and effects, and that it is vital to understand these consequences and effects if we are to raise moral and political questions about contemporary societies” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 14).

continuamente, absorvem elementos linguísticos e não-linguísticos, que são agrupados e contextualizados para representar uma ordem de discurso.

Quando produzimos textos, o ato de transformarmos um evento social em evento discursivo, estamos realizando operações que produzem representações de mundo, que trazem consigo aspectos sociais enxertados à linguagem. Ao mesmo tempo, enquanto prática social, fazemos da linguagem o lugar de produção social de conhecimento (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 41). Sendo assim, o que se produz no discurso é um momento da prática social, tanto em nível estrutural quanto em nível funcional, e para entendermos como essa transação ocorre, devemos nos ater aos elementos que atravessam os significados dos eventos sociais. Ante o exposto, tomamos a nossa pesquisa como um destes momentos de análise da produção discursiva como uma prática social, pois, ao questionarmos o modo como os atores sociais estão representados, poderemos traçar hipóteses de convergência e influência destes eventos aos eventos históricos, por exemplo.

Porém, apesar de Fairclough (2003) apresentar uma proposta de análise da representação dos atores sociais que visa o estudos das eleições de recursos linguístico-discursivos particulares para a atribuição do significado identificacional aos sujeitos no discurso (FAIRCLOUGH, 2003), convergimos nossos estudos às proposições de van Leeuwen (2008) e apresentaremos as nuances e razões de modo pormenorizado no capítulo metodológico. De antemão, escolhemos a abordagem de van Leeuwen (2008) pela natureza do nosso trabalho analítico que se afiança na hipótese de que as determinações representacionais de atores sociais antagônicos - e enxertados num contexto de hegemonia racial de uma etnia sobre a outra - podem se aderir a práticas sociais que remontam relações de poder historicamente conturbadas por uma estrutura de dominação e controle social, especialmente no contexto brasileiro, que ainda transgride de uma reparação histórica pouco empenhada, incidindo em maiores proporções de questões sociais sobre um grupo social em detrimento do outro, em resumo, falamos sobre as relações raciais no Brasil tensionadas na produção dos eventos discursivos.

Se as práticas sociais que envolvem delitos, ao serem descritas como eventos discursivos, além de informar, tratam do evento social como uma ação localizada e particularmente sobredeterminada a atores sociais que são dominados por outros atores sociais que controlam o poder, possivelmente estaríamos diante de uma leitura de mundo e um destrinchamento do *modus operandi* de uma das formas de dominação social e um dos troncos que sustentam a desigualdade social, para a manutenção de hegemonias através do abuso de poder. Nos atentamos a estes eventos pois eles são capazes de modificar a sociedade, porque, como indicam Ramalho e Resende (2011) o evento social “articula momentos da prática social

(ação/interação, mundo material, pessoas, relações sociais e discurso) em situações particulares, sócio-historicamente situadas, no plano concreto da ação social.” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 165), portanto, eles podem agir como um catalisador de mudanças sociais, levando a transformações nas estruturas de poder que, nem sempre, podem ser justas.

Os ECD já possuem, em si, um caráter questionador de “mapear as conexões entre escolhas de atores sociais ou grupos, em textos e eventos discursivos específicos, e questões mais amplas, de cunho social, envolvendo poder” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 21), sendo assim, nos dedicamos a observar quais perspectivas históricas, práticas sociais e eventos são invocados para constituir a representação daquele determinado ator social dentro do evento discursivo analisado. De fato, também dispomos dessas motivações subjacentes dos estudos críticos do discurso para a estruturação deste trabalho.

Tão importante quanto saber sobre as nuances que envolvem as práticas sociais e os eventos sociais, é reconhecer como os sujeitos que as conduzem são classificados e acionados nos eventos discursivos. Como categoria central das análises de nossa pesquisa, iremos discutir, no capítulo quatro, sobre o que são os “atores sociais” e como eles podem ser representados e quais implicações incidem sobre essas determinações.²² Ademais, citando as investigações das autoras (RAMALHO; RESENDE, 2011) e van Leeuwen (2008), utilizaremos a categoria de “representação de atores sociais” nas análises sobre o *corpus* da pesquisa, propondo hipóteses críticas sobre as estratégias de abuso de poder que estão operacionalizando a prática discursiva que estrutura a representação dos atores sociais contrastados nas notícias. Iremos analisar o aspecto discursivo textual da representação de atores sociais de etnia branca e etnia preta que compõem o evento social retratado na notícia crime.

Sintetizando, ao longo destas seções iniciais discutimos sobre como o discurso age sobre o mundo e sobre os sujeitos, sendo o próprio texto um evento social sujeito às modificações temporais, culturais, políticas, etc. de seu contexto social. A estrutura textual requer um trabalho de formatação que inclui processos cognitivos, ideológicos, linguísticos, entre outros, elegidos de um prisma de possibilidades e finalidades do produtor textual.

O cerne da questão é sabermos se é possível perceber se algumas tensões representativas se alicerçam aos processos discriminatórios, às hegemonias sociais, às relações de poder e de abuso de poder dentro do evento discursivo/social, analisando como se coordenam as operações, sob a égide de quais categorias, tecendo conexões com quais relações e papéis sociais, apoiando-se por quais direcionamentos ideológicos e práticas sociais/ linguísticas.

²² Adiante, nos procedimentos metodológicos, a categoria representação de atores sociais será detalhadamente esplanada.

Van Leeuwen (1997, p. 180)²³ afirma que “as representações incluem ou excluem actores sociais para servir os seus interesses e propósitos em relação aos leitores a quem se dirigem”, significando que existem operações e práticas acionadas que buscam construir um contexto narrativo guiado para uma posição, que efetiva os sentidos à pré-concepções de mundo existentes, dotadas de significados socialmente construídos. Essas referências de representação de atores sociais se tornam estruturas através do uso, da difusão e, de fato, dos momentos que, continuamente, foram empregados às práticas e aos sujeitos que as acionam, como assinalamos anteriormente.

Sabemos que a estabilização de conceitos representacionais demanda um processo interacionista que se desenvolve no centro da prática social e que o evento social/discursivo age como um registro formal do conceito. Então, tanto a oralidade quanto a escrita são atividades humanas por onde os sentidos se materializam, se desenvolvem e se estabilizam, constituindo um acúmulo de conhecimento que é resgatado pelos processos de formação de sentido, conectados aos processos cognitivos.

Na produção de eventos sociais/discursivos, o enunciador, bem como o leitor e os agentes da notícia, são agentes intencionais carregados de herança cultural. Estes sujeitos em contexto de interação, seja através da fala, do texto, da encenação, acessam processos sociogênicos originários das práticas sociais vividas. Estas, por sua vez, se tornam internalizadas devido à prática, à repetição e à conformidade dos tratados éticos e morais que também determinam o comportamento de uma sociedade. (TOMASELLO, 2003).

Na historiografia da evolução cognitiva humana sabemos que nenhuma representação estabilizada, se trata apenas de um produto oriundo de um único momento criativo, pelo contrário, o conceito de evolução cultural cumulativa afirma que, através da imitação, da instrução coordenada entre sujeitos, na execução de ações e no estabelecimento da divisão de tarefas e demandas, desde a antiguidade até a atualidade, foram os meios pelos quais, por exemplo, a substantivização, os contratos sociais, as representações passaram a existir e se tornaram vigentes através da reprodução dos atos, dos sons, dos hábitos, dentre outros, que, sendo executados e ganhando adeptos que os utilizavam como ferramentas de interação social, formaram laços, estipularam costumes, construíram tradições e demandaram funções (*roles*)

²³ Esta fonte de 1997 (PEDRO, 1997), se trata de uma tradução do capítulo “Representing Social Actors” (VAN LEEUWEN, 1996), que foi publicado no livro “Discourse and practice” (VAN LEEUWEN, 2008). O capítulo intitulado “Representação de atores sociais” (PEDRO, 1997) foi publicado no livro “Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional”.

criadas a partir dos tratados estabelecidos pelos membros que conviviam naquele modelo de sociedade. (VAN DIJK, 2016).

Em sequência, van Dijk (2015) afirma que as escolhas designativas, o uso específico de categorias semânticas, tanto no texto, como na fala e nos textos multimodais, geram a construção de modelos mentais - ou cenas cognitivas (LOPES, 2020, p. 698) - que podem afetar a memória de curto prazo e a compreensão dos leitores que são induzidos a focar mais em uma informação do que em outra. Diante disso, por supostamente nos encontrarmos regidos pelo mesmo sistema, pelos mesmos contratos sociais, e por compartilharmos e construirmos essas representações, que somos capazes de dar sentidos à prática/evento social que parte do outro, pois, existem compatibilidades e proximidades conceituais com os interlocutores. Por isso quando dizemos que a linguagem é um instrumento de expressão de significados ideológicos regidos pela estrutura social, é porque o processo cognitivo de representação de atores sociais se guia pela estrutura social, pelo contexto, de modo que, se temos uma estrutura que se consolida em bases históricas desiguais, opressoras e segregadoras, também teremos bases discursivas que refletirão representações que fomentem as desigualdades, as opressões e as segregações, pois, estas, não se constituem em operações isoladas, mas dentro das operações comunicativas e, por suposto, através de operações sociodiscursivas.

1.5 Ideologia e discurso

Definir ideologia é uma tarefa localizada e perecível, já que o contexto é fundamental para a compreensão desta ideia. Começemos por este ponto: uma ideia. E como qualquer outra, pode estar dotada de abstração. Não faremos, aqui, um recorrido histórico, mas, antes disso, localizaremos os leitores desta dissertação nos limites teóricos do que compreendemos por “ideologia crítica” e através de quais conceitos baseamos nossas análises. As concepções de ideologia crítica sustentadas por Thompson (2009) em “Ideologia e cultura moderna”, e resgatadas pelo autor desde os conceitos de Destutt de Tracy, Marx e Mannheim, entre outros, se distinguem em dois pólos que o autor nomeou de “concepções neutras de ideologia” e “concepções críticas de ideologia”.

Sobre a primeira, temos que “as ideologias neutras são aquelas que tentam caracterizar fenômenos como ideologia, ou ideológicos, sem implicar que esses fenômenos sejam, necessariamente, enganadores e ilusórios ou ligados com os interesses de algum grupo em particular - é um aspecto da vida social” (THOMPSON, 2009, p. 72). Já a segunda, a “ideologia crítica” implica “que o fenômeno caracterizado como ideologia - ou como ideológico - é

enganador, ilusório ou parcial”, ou seja, como afirma Thompson (2009, p. 73), a principal diferença entre estes dois conceitos é a perspectiva dos “critérios de negatividade” aos quais as ideias se sustentaram para existir, ou seja, as orientações ou formas simbólicas que ideologicamente foram representadas para produzir-se os sentidos e, respectivamente, os discursos. Este conceito de ideologia que consideraremos aqui, parte do que Thompson (2009) afirma ser uma abordagem:

Interessada nas maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, por isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder - estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam em circunstâncias sócio-históricas específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação. Desde que: é crucial acentuar que fenômenos simbólicos, ou certos fenômenos simbólicos, não são ideológicos como tais, mas são ideológicos somente enquanto servem, em circunstâncias particulares, para manter relações de dominação”. (THOMPSON, 2009, p. 76).

Acionamos este conceito de Thompson (2009) porque ele vai ao encontro dos primeiros problemas de pesquisa identificados nas notícias sobre crimes que eram despreziosamente consumidas, pela pesquisadora que, antes, era uma leitora e consumidora da informação nos portais eletrônicos de notícias. Notava-se, empiricamente, que eram produzidas disparidades na construção da identidade de criminosos brancos e criminosos pretos, mesmo no advento da produção de discurso sobre eventos de uma mesma atividade ilícita que era, no entanto, praticada por sujeitos contra-hegemônicos racial, social ou financeiramente. Estes eventos simbólicos de práticas criminosas, quando cometidas por atores sociais de etnia branca, ou de alta classe financeira, ou de grande apelo social (ex: uma pessoa famosa, um agente da lei, uma figura religiosa, política, entre outros) acionavam uma atividade de produção de sentidos ideológico apaziguadora, enquanto, no contexto inversamente contrário, produzia-se uma narrativa de complacência ao ato pejorativo.

Esta leitura sobre o outro não se orienta no vazio: ela está ancorada por valores ideológicos do que Thompson (2009) chamou de “formas simbólicas”, que são as “ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos”, vale salientar, de grupos localizados (THOMPSON, 2009). Segundo ele:

Formas simbólicas não são meramente representações que servem para articular ou obscurecer relações sociais ou interesses que são constituídos fundamental e essencialmente em um nível pré-simbólico: ao contrário, as formas simbólicas estão contínua e criativamente, implicadas na constituição das relações sociais como tais. Por isso, proponho conceitualizar ideologia em termos das maneiras como o sentido,

mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação: estabelecer, querendo significar que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação; sustentar, querendo significar que o sentido pode servir para manter e reproduzir relações de dominação através de um contínuo processo de produção e recepção de formas simbólicas (THOMPSON, 2009, p. 78-79).

Então, nossas afirmações e teorias estão ancoradas na produção ativa de sentidos, como também se esperançam na mostra de dados que contribuam para o desenvolvimento do diálogo sobre a importância de tomarmos o consumo de narrativas, pelos leitores, como uma atividade muito importante para a sua formação social e para a materialidade de sua posição enquanto sujeito social. Ao compreendermos quais os alinhamentos ideológicos que determinadas mídias acionam para representarem as práticas sociais e os agentes sociais, estaremos contribuindo para contrapor as relações de poder que envolvem a sustentação de desigualdades sociais expressas nos discursos, que se tornam ferramentas para normalização de sentidos que “podem estabelecer e sustentar relações de dominação” (THOMPSON, 2009, p. 80).

Refletindo sobre como a “ideologia contribui para sustentar desigualdades” e sobre como os atores sociais “percebem e representam a vida social de acordo com suas posições”, onde “as representações são configuradas em consonância com o modo como os atores sociais se posicionam e são posicionados” (SILVA, 2009, p. 3), trazemos à discussão sobre a constituição da identidade dos atores sociais nos discursos escolhidos como *corpus* desta análise, já que, como afirma Rajagopalan (2008, p. 85), “é inegável o importante papel desempenhado pelos termos cuidadosamente escolhidos a fim de designar indivíduos, acontecimentos, lugares etc. na formação de opinião pública a respeito daqueles entes”. Para Silva (2014, p. 62), “os atores sociais percebem e representam a vida social, dentro de qualquer prática, com diferentes discursos condizentes com suas posições, bem como produzem representações de outras práticas e representações ‘reflexivas’ de sua própria prática”.

Pese a isso, o modo como as representações dos atores se solidifica e se torna vigente através dos resgates discursivos presentes nas notícias sobre crimes, pode denotar que existe uma construção social e conceitual que não sobrevive de modo independente, mas, sim, que é transformada e referenciada por um caráter igualmente ideológico dos sujeitos que atribuem sentidos aos atores sociais, seja no discurso, seja em outras interações humanas. No entanto, muitas operações discursivas que parecem inofensivas no sentido de tentarem buscar o elemento da neutralidade na construção do texto, não a alcançam justamente pelo caráter interacionista que compõe o que se entende por língua e linguagem. Sobre isso concordamos com Fairclough quando afirma que a ideologia sustenta as relações de poder, porque vai de encontro ao mesmo movimento realizado pela manutenção das hegemonias, definidas por

Fairclough (2003, p. 58)²⁴ como uma questão que busca “universalizar significados particulares a serviço da realização e manutenção do domínio, e isso é trabalho ideológico”.

Como discutimos ao longo deste capítulo, não é possível separarmos os processos sociais e ideológicos dos processos linguísticos-discursivos e comunicativos, pois, ambos se retroalimentam, se constituem e reconstituem através das experiências humanas, então, assim como a língua, a ideologia representa “um sistema de valores e pressupostos associados, que podem ser vistos como pertencendo a discursos particulares”²⁵ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 58). Ademais, cada escolha linguística reflete uma posição ideológica e como citado por van Dijk (2005) a ideologia “só pode se manifestar na língua onde existe a possibilidade de variação ou escolha, tal como chamar uma mesma pessoa de “terrorista” ou de “lutador pela liberdade”, dependendo da posição e da ideologia do falante” (VAN DIJK, 2015).

Visto por esta perspectiva, precisamos entender que a ideologia, segundo Fairclough (2001) opera através da compreensão de que as pessoas, na verdade, são sujeitos sociais, constantemente atravessados por operações discursivas que tendem a fixar “posições” de sentido sobre elas, percorrendo uma trajetória instrumentalizada na e pela linguagem que, em uso, interagindo com os sujeitos, textos, fatos e contextos, incorpora visões de mundo distintas aos enunciados produzidos por estes atores sociais. O que a perspectiva crítica do discurso sustenta é que esta instrumentalização de sentidos não ocorre de forma livre, senão orientada por diversos fatores, como os pressupostos ideológicos dos sujeitos da linguagem, pelos autores do discurso, os consumidores destes textos, a estrutura social, política, econômica e cultural daquela comunidade linguística, pelas instituições e organizações, tais como a educação, a família ou a legislação e, claro, pelas relações de poder vigentes na sociedade, porque as hegemonias sociais (poder) são fatores que trabalham ativamente no caráter ideológico da construção de sentidos de um discurso.

As bases teóricas que tenho em mente são 3 importantes asserções sobre ideologia. Primeiro, a asserção de que ela tem existência material nas práticas das instituições, que abre o caminho para investigar as práticas discursivas como formas materiais de ideologia. Segundo, a asserção de que a ideologia 'interpela os sujeitos', que conduz a concepção de que um dos mais significativos 'efeitos ideológicos' que os linguistas ignoram no discurso (segundo Althusser, 1971: 161, n. 16), é a constituição dos sujeitos. Terceiro, a asserção de que os 'aparelhos ideológicos de estado' (instituições tais como a educação ou a mídia) são ambos locais e marcos delimitadores na luta de

²⁴ “Seeking hegemony is a matter of seeking to universalize particular meanings in the service of achieving and maintaining dominance, and this is ideological work.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 58).

²⁵ “Value systems and associated assumptions can be regarded as belonging to particular discourses”. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 58).

classe, que apontam para a luta no discurso e subjacente a ele como foco para uma análise de discurso orientada ideologicamente (FAIRCLOUGH, 2001, p. 116-117).

Ante o exposto, como confirma Fairclough (2003, p. 41), “conquistar hegemonia implica conquistar a medida do sucesso em projetar determinadas particularidades como universais”²⁶, ou seja, o poder e o abuso de poder está incorporado ao discurso, principalmente através das asserções ideológicas hegemônicas, em que os ideais de subordinação e de consentimento, que ficam quase imperceptíveis para um leitor com pouca ou nenhuma conscientização, agem nas práticas discursivas como eficazes ferramentas ideológicas, em prol do senso comum construído a partir do discurso hegemônico.

Por um lado, a ideologia “fundamenta a concepção de linguagem como prática social e como instrumento de poder” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 11), por outro lado, ela “refere-se às formas e processos sociais dentro das quais, e através das quais, formas simbólicas circulam no mundo social” (THOMPSON, 2004, p. 235), então, a partir do momento que a ideologia é capaz de transformar os textos em espaços de luta, por conservarem atributos de diferentes discursos e ideais em disputa pelo controle do poder, ela se converte em um instrumento que gera estabilidade e instabilidade nas relações sociais, sejam estas desiguais ou não. Em outras palavras, a ideologia opera de modos particulares, para “manter relações de dominação” (THOMPSON, 2009, p. 76).

Sabemos então que, dentro de um texto, não estão conformadas ou estabelecidas somente ordenações gramaticais que semanticamente estruturam a base lexical do texto, senão, também, outras prerrogativas de significação destes sintagmas, enxertados de formações simbólicas, constituídas pelos eventos socio-históricos experimentados pelos falantes de uma língua em um corpo social. As formações ideológicas criam simbologias que transmitem através do discurso os seus conceitos, porém, como afirmam Ramalho e Resende (2011), para alguns pesquisadores dos Estudos Críticos do Discurso, como Fairclough (2003) a ideologia possui um caráter essencialmente prejudicial, justamente pela dificuldade de reconhecê-la e refutá-la devido ao controle social que se exerce sobre a narrativa, um espaço de disputa social controlado pela estrutura social de poder vigente.

1.6 Poder e abuso de poder

²⁶ “Achieving hegemony entails achieving a measure of success in projecting certain particulars as universals.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 41).

Vamos refletir: se há um modo díspar de conceber-se a identidade de atores sociais que cometeram a mesma ação, isso mostraria que existe uma predisposição a indicar-se sempre com mais tenência os atos cometidos por sujeitos brancos e com mais rigidez estes mesmos atos cometidos por sujeitos pretos, algo que mostraria como a ideologia social da branquitude age sobre o sentido social da negritude? Se considerarmos que estamos em um país erguido sobre uma estrutura de desigualdade social secularmente genocida e, mesmo que em seu período republicano, comandada e dominada historicamente por sujeitos de etnia branca, que majoritariamente dominam as instituições, as políticas, as questões morais, religiosas, identitárias e econômicas, em resumo, os espaços de poder.

O autor Norman Fairclough (2001, p. 47) assinala que “as estruturas sociais de poder nas relações humanas, também se projetam no discurso, criando uma submissão entre a cultura dominante e a cultura subordinada”, ou seja, o modo como se utiliza a linguagem e os modos de representatividade escolhidos para caracterizar um determinado tipo de identidade, socialmente situada, não se dá ao acaso, então, as relações de poder são fundamentais para estruturar-se o que é ou não relevante para ser publicizado, o que deve ou não ser dito no texto, a partir de quais premissas se narra um fato, confirmando se o que considerou Foucault (1979), que “as práticas sociais são práticas discursivas afetadas pelas relações de poder” está em voga. Articulado o que compreendemos por “poder”, que invocamos as teorias de Ruth Wodak (2004), quando a autora diz que: “a linguagem classifica o poder, expressa poder, e está presente onde há disputa e desafio ao poder. O poder não surge da linguagem, mas a linguagem pode ser usada para desafiar o poder, subvertê-lo, e alterar sua distribuição a curto e longo prazo” (WODAK, 2004, p. 237). Sobre questionarmos se de fato estamos em uma franca disputa pelo poder, no caso, o poder de controlar a narrativa, temos a nossa resposta baseada na própria concepção do que se compreende por discurso e ideologia: precisamos entender que nos constituímos enquanto sujeitos sociais, sendo afetados cognitivamente pelas ativações linguísticas às quais temos acesso e, antes de tudo, tomamos o aporte destas informações discursivas para formarmos os nossos valores, nossos costumes, nossos direcionamentos políticos, nossa estrutura educacional, entre outros. Portanto, todos estes aspectos são as relações sociais que dependem da existência das relações discursivas, e vice-versa. Ademais, a par das teorias dos Estudos Críticos do Discurso, podemos traçar uma possibilidade de trajetória deste percurso ideológico. Para exemplificar, Wodak (2004) assinala que:

A linguagem constitui um meio articulado com precisão para construir diferenças de poder nas estruturas sociais hierárquicas. Pouquíssimas estruturas linguísticas não foram colocadas, em algum momento, a serviço da expressão do poder através de um

processo de metáfora sintática ou textual. A ACD está interessada em como as formas linguísticas são usadas em várias expressões e manipulações do poder. O poder é sinalizado não somente pelas formas gramaticais presentes em um texto, mas também pelo controle que uma pessoa exerce sobre uma ocasião social através do gênero textual. Com frequência, é justamente dentro dos gêneros associados a certas ocasiões sociais que o poder é exercido ou desafiado (WODAK, 2004, p. 237).

Nos chama a atenção essa citação de Wodak (2004) principalmente quando ela afirma que “é justamente dentro dos gêneros associados a certas ocasiões sociais que o poder é exercido ou desafiado”, pois, esse trecho nos remete às questões de acesso à informação que enfrentam cada um dos sujeitos que constituem uma comunidade linguística, porque além de preocuparmos com o modo de representação desses atores sociais (criminosos de etnia branca e criminosos de etnia preta) escolhidos nesta análise de notícias, que representa um desses gêneros discursivos de grande apelo social, nos preocupamos, também, por identificar quais os desdobramentos sociais que estas práticas comunicativas podem influir no contexto social e, como afirma Fairclough (2001, p. 58), “a análise de discurso preocupa-se não apenas com as relações de poder no discurso, mas também com a maneira como as relações de poder e a luta de poder moldam e transformam as práticas discursivas de uma sociedade ou instituição”, ou seja, além de nos dedicarmos a compreender um problema de linguagem, nos dedicamos a analisá-lo enquanto um problema social.

Ao longo desta dissertação estamos citando as “relações de poder” e o “poder” em si, como grande modulador do discurso, da linguagem e da ideologia. Apesar de existirem diversas forças que exercem poder sobre o construto social e também “abuso de poder”, este abuso é exercido pela dominação de um sujeito sobre o outro, de acordo com van Dijk (2015). Esta supremacia ideológica que é constituída de significados e regida pelos contextos históricos e sociais que margeiam determinada comunidade linguística, caracteriza-se como “abuso de poder”, que é materializado pelas ações e pela posição de quem o expressa, seja por meios materiais ou imateriais. É importante salientar que essa operação também ocorre, principalmente, dentro do discurso, pois, segundo van Dijk (2015, p. 89), “muito do poder moderno nas sociedades democráticas é mais persuasivo e manipulador que coercitivo (uso da força) ou incentivador - o discurso ‘fabrica o consenso’”, ou seja, a disputa pelo controle da narrativa, pelo que se conceberá como verdade ou mentira, não se dá através de um embate físico, senão discursivo e ideológico.

Analisar a trajetória do abuso de poder é um dos interesses principais dos Estudos Críticos do Discurso que discutem os modos como este abuso é materializado nos processos comunicativos, pois, pontuam que as relações sociais são atravessadas pelas relações discursivas, onde “há casos nos quais as estruturas de dominação influenciam não só as opções

ou variações do uso linguístico ou do discurso, mas também sistemas semióticos ou discursivos como um todo, os gêneros e outras práticas sociais.” (VAN DIJK, 2015, p. 13). Então, toda essa trajetória implica sobre fatores extremamente funcionais, pois, vemos que através do discurso e pelas operações que envolvam o “abuso de poder”, que as crenças e modelos mentais dos indivíduos e coletivos são influenciadas e moralmente estruturadas para representarem o seu constructo social. Para van Dijk:

Embora haja muitos conceitos de poder na filosofia e nas ciências sociais, neste livro eu defino essencialmente poder social em termos de controle, isto é, de controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros. Tradicionalmente, controle é definido como controle sobre as ações de outros. Se esse controle se dá também no interesse daqueles que exercem tal poder, e contra os interesses daqueles que são controlados, podemos falar de abuso de poder. Se as ações envolvidas são ações comunicativas, isto é, o discurso, então podemos, de forma mais específica, tratar do controle sobre o discurso de outros, que é uma das maneiras óbvias de como o discurso e o poder estão relacionados: pessoas não são livres para falar ou escrever quando, onde, para quem, sobre o que ou como elas querem, mas são parcial ou totalmente controladas pelos outros poderosos, tais como o Estado, a polícia, a mídia ou a empresa interessada na supressão da liberdade da escrita e da fala (tipicamente crítica). Ou, ao contrário, elas têm que falar ou escrever como são mandadas a falar ou escrever. (VAN DIJK, 2015, p. 18).

Essas operações de controle social e discursivo ocorrem, entre outras formas, através de “uma entonação especial, as propriedades visuais e sonoras, as estruturas sintáticas, a seleção lexical, a semântica de pressuposições ou as descrições de pessoas, as figuras retóricas ou as estruturas argumentativas.” (VAN DIJK, 2015, p. 14). Sendo assim, tentar identificar a “reprodução discursiva do abuso de poder” não é simples, no entanto, nessa pesquisa nos guiamos pela própria presença de um problema social amparado pelo uso do discurso, que está contribuindo com um fenômeno que reproduz desigualdade de um grupo antagônico a outro: o problema da branquitude e a manutenção do racismo estrutural e como essa dominação ideológica exerce um extenso abuso de poder ao grupo social da negritude. Thompson (2009, p. 80) classifica que há a dominação quando “relações estabelecidas de poder são ‘sistematicamente assimétricas’, isto é, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes. Devemos lembrar que, principalmente no Brasil, as “elites simbólicas, [...] têm mais acesso aos discursos” (VAN DIJK, 2015, p. 50) e aos espaços de poder, por isso, esses grupos dominantes conseguem exercer ainda mais o abuso de poder sobre os grupos dominados.

Van Dijk (2015) em “Discurso e poder” nos apresenta duas formas de controle do discurso que são exercidos pelo “acesso” e pela “estrutura da narrativa”, sintetizando um processo externo em atuação com um processo interno de construção do discurso. Tratando-se

do acesso, o autor afirma que “se o discurso controla mentes, e mentes controlam ação, é crucial para aqueles que estão no poder controlar o discurso em primeiro lugar” (VAN DIJK, 2015, p. 18), e essa atitude só se dará pelo controle das ações dos sujeitos, dos organismos de informação, de segurança, de educação, de crença, entre outros. Se todas estas instâncias reproduzirem a mesma narrativa, os mesmos conteúdos, principalmente guiadas pela força de dominância que controla a desigualdade social, que consideramos ser a branquitude, teremos sempre a reprodução de suas ideologias em todos os contratos sociais, gerando inconsistências com o que se idealiza por igualdade social. A partir do momento em que concebemos que exista um controle da verdade, apoiado pelo controle do acesso ao discurso pela classe dominante, constataremos que o abuso de poder não é uma atividade inconsciente, mas, sim, programada. Para verificarmos isso, citando van Dijk (2015, p. 90), tomamos a “análise crítica do discurso como uma ferramenta de diagnóstico para a avaliação da dominância social e política” da cultura dominante dentro do discurso.

Na reprodução de discursos de ódio, por exemplo, o caminho que toma uma designação lexical ao sentido pragmático ou, em outras palavras, a trajetória que percorre o significado de uma palavra ao seu cunho conotativo racista ou sexista, envolve operações discursivas coletivas, temporais, culturais, entre outras, que demandam um esforço de frequência de uso dos sujeitos da comunidade linguística. Há que se compartilhar de uma mesma *doxa* retórica, para que determinado sintagma se impregne no vocabulário e isso exige identificação, antes de tudo, com aquele significado. Precisa-se existir, por parte do falante, a necessidade de se usar uma terminologia preconceituosa, ou de cunho xenofóbico, realizando o desejo de produzir-se a xenofobia, o sentimento de sentir-se territorialmente superior ao outro, para que se possa expressar através da linguagem a ideologia do processo de discriminação, transmutando o contexto social para o contexto comunicativo.

Portanto, quando van Dijk (2015, p.21) afirma que “analisar o discurso é realizar uma análise social”, nossos resultados apontariam as formas por meio das quais o poder simbólico vem sendo assegurado por um grupo dominante, compreendendo como o acesso aos recursos materiais, ao capital econômico, territorial e cultural detidos por uma estrutura de supremacia, se tornaram “recursos simbólicos” responsáveis por desestruturarem comunidades e fomentarem desigualdades, não só no discurso, mas nas camadas sociais de modo geral. A repetição de eventos sociais e discursivos é o que alimenta a constituição dos sentidos e, sobre isso, van Dijk diz que:

De um modo geral, o que está envolvido aqui é a manipulação de modelos mentais de eventos sociais através do uso de estruturas discursivas específicas, como estruturas temáticas, manchetes, estilos, figuras retóricas, estratégias semânticas etc. A menos que os leitores e ouvintes tenham acesso a informações alternativas ou a recursos mentais para se opor a tais mensagens persuasivas, o resultado dessa manipulação pode ser a formação de modelos preferidos para certas situações (por exemplo, revoltas étnicas), os quais, por sua vez, podem ser generalizados sem conhecimentos, atitudes ou ideologias preferidas mais gerais (por exemplo, sobre os negros ou sobre os jovens. (VAN DIJK, 2015, p. 89).

A ideia é translúcida: sendo a língua um produto da *inter-ação* dos sujeitos é evidente que, além de influenciar o discurso, as chamadas estruturas de poder, o poder social, o poder simbólico, elas também podem influenciar o modo de agir dos sujeitos, porque “quando os falantes são capazes de influenciar os modelos mentais, o conhecimento, as atitudes e, em última instância, até mesmo as ideologias dos receptores, esses falantes podem indiretamente controlar as ações futuras desses receptores” (VAN DIJK, 2015, p. 93), isso quer dizer que, o modo como se utiliza reiteradamente determinadas palavras para se definir a identidade de um sujeito em um texto informativo, por analogia, pode ser crucial para mitificar na cognição dos sujeitos consumidores e propagadores daquele discurso, a legitimação daquela identidade entranhada ao sentido e contexto pejorativo, criando estereótipos.

O que nos motiva a questionar as relações de poder, que são relações discursivas impregnadas no discurso, é saber que, como afirmam Ramalho e Resende (2011, p. 24) “o poder é temporário, com equilíbrio apenas instável” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 24), portanto, sabemos que a *doxa* retórica dominante estruturada por e pela branquitude, aquele grupo que sistematicamente vêm ocupando posições de poder e desfrutando de privilégios marcados por uma cultura de dominação (SCHUCMAN, 2014), está erguida sobre uma relação assimétrica que é, portanto, vulnerável à mudança e até mesmo, à derrocada. No entanto, como acreditamos que o discurso seja utilizado, de modo inconsistente, como uma ferramenta que concreta subjetividades no imaginário coletivo, podendo produzir desigualdades, pensamos que é fundamental desvendarmos essa operacionalização.

Não que este seja o primeiro estudo crítico do discurso sobre questões que envolvem a atuação do racismo e da branquitude enquanto modulador ideológico nacional das interações discursivas e tampouco será o último. No entanto, vemos que ainda são poucas as pesquisas que buscam mostrar como estas atuações sociais interferem, não somente nos contextos de comunicação, mas, também, nos contextos sociais como um todo. Porém, aqui primamos em contribuir para o questionamento das relações de poder estarem sustentando, através do discurso, um abuso de poder de grupo dominante, contra um grupo dominando (VAN DIJK, 2015).

Um dos estudos predecessores que se prontificou a analisar as nuances das projeções de práticas sociais discriminatórias no discurso, foi o trabalho de Oliveira (2018) intitulado “A representação do crime de racismo no discurso do Jornal Baiano Correio”. Ali, a autora notara que na materialidade linguística produzida pelo organismo de informação, se identificavam o uso de “recursos linguísticos utilizados com o objetivo de explorar a emoção do leitor, ou seja, utilizados mais ao modo sensacionalista para o tratamento concedido ao crime de racismo em suas notícias” (OLIVEIRA, 2018, p. 83).

De modo análogo, Oliveira (2018) também aponta que algumas informações apreendidas pelas análises demonstram o caráter ideológico que o discurso e os produtores do discurso estão movendo para conduzir os “sentidos”²⁷ das notícias, considerando que toda produção discursiva se constrói dentro de um objetivo e de um contexto social que circunda e também modifica essa projeção, sendo então necessário compreendermos que:

Na verdade, os efeitos potenciais de um texto são provenientes também de outros aspectos do contexto, bem como dos objetivos de seu autor. Dessa forma, qualquer recurso linguístico pode ser usado com determinado objetivo; por exemplo, o uso que se faz da intertextualidade nas notícias de jornal pode levar a interpretações distintas a depender não só do objetivo do autor do texto, mas também do sentido construído pelo interlocutor/leitor. É aqui é importante ressaltar que, tanto as vozes citadas, e o modo como são citadas, quanto as vozes que são silenciadas revelam sentidos específicos considerando-se a rede de sentidos articulada em determinado texto. (OLIVEIRA, 2018, p. 83-84).

Assim dito, há antecedentes que apontam que existe a incorporação de elementos linguísticos-discursivos que são inseridos aos textos e se acercam de práticas sociais de uma cultura de dominação, que usam das narrativas para “naturalizar ideologias de um grupo social, apresentando-as como se fossem comuns a outros grupos também. Dito de outra forma, é a representação de um interesse ou identidade particular como se fossem universais” (OLIVEIRA, 2018, p. 84), e este movimento conduzido por personagens que historicamente dominam os espaços de poder, podem fomentar, principalmente, segregações sociais.

Historicamente, há uma estrutura hegemônica que perpassa diversas relações sociais que é a dominação da branquitude no constructo ideológico brasileiro, inclusive, com capacidade de dominar os próprios sujeitos negros e pretos, e este acúmulo de um longo passado de controle social, hegemonia étnica e, conseqüentemente, desigualdades sociais pode estar sobrevivendo e se retroalimentando dentro do discurso. Por isso, sintetizamos estes conceitos para que os leitores compreendam que o nosso ponto de partida é encarar o discurso como um importante agente social, que expande a sua atuação para além da comunicação.

²⁷ Ordem de discurso (FAIRCLOUGH, 2003).

2 RELAÇÕES RACIAIS E ABUSO DE PODER: uma questão discursiva

As relações raciais no Brasil sempre foram cercadas por tensões e por abusos de poder no que tange ao convívio social entre sujeitos brancos e sujeitos pretos, devido ao passado colonial, escravocrata, eugenista e genocida do país, que influenciou a formação social, política, econômica e cultural da população brasileira. Apesar das tentativas de produzir-se uma narrativa de democracia e respeito mútuo entre os sujeitos étnicos, como ocorreu com a produção e difusão do livro “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre (1930), uma das materialidades históricas que narra os eventos que envolvem os atores sociais etnicamente antagônicos e sua relação de dominador x dominado, nos revelam que existem mais aspectos negativos que positivos que os interligam.

Sabendo que a “acomodação e a repressão” (SKIDMORE, 2012, p. 193) são armas de controle dos grupos em situação de dominação perante os, por hora, dominados, pensamos que seja importante questionarmos desde os macro-problemas até os micro-problemas que envolvem os abusos de poder exercidos pelos grupos hegemônicos no Brasil, e encaramos os problemas linguísticos apontados nesta dissertação como relevantes para os movimentos raciais reivindicatórios. Por outro lado, a hipótese de encontrarmos uma representação de atores sociais que denotem a acomodação da prática racista, que possui amplos vieses de atuação na dinâmica textual, sugerirá que possa existir uma solidificação e aderência tão grande da sociedade e das instituições ao racismo, que considerando a importância do discurso na organização social, este poderá ser uma arma fundamental para o ecossistema da prática de discriminação?

Como discutimos detidamente no primeiro capítulo, estamos certas de que o discurso é um modulador social, bem como um espaço onde a ideologia se estrutura, além de ser uma ferramenta que aglutina consciências, gera homogeneidades e heterogeneidades, sendo capazes de conduzir indivíduos e coletivos da esfera do texto, para a esfera da prática, porque o discurso é capaz de alimentar as verdades que os posicionamentos e ações demandam. Deste modo, a produção e o consumo de discursos são localizados, apesar de serem utilizados por sujeitos dominantes e dominados, no entanto, aos primeiros é salvaguardado um maior controle de produção e difusão, que é exercido pela cultura hegemônica.

Sabendo que o embate ideológico e o abuso de poder também acontecem no campo do discurso, nos preocupamos em averiguar se as práticas linguísticas e as práticas sociais estão sendo atravessadas por estereótipos socio-históricos que se aderem aos discursos, como exemplo, à ideia de que pessoas pretas são ordinariamente relegadas, que provêm das históricas

relações entre escravocratas e escravizados, fomentadas no passado de escravismo do Brasil. Essa separação se dá através de uma:

Classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. (QUIJANO, 2005, p. 120).

Destarte é possível perceber que este longo período de controle de vidas negras ajudou a construir o que somos hoje enquanto sociedade, além de influenciar o modo como nos organizamos, como tratamos as pessoas e como nos relacionamos. De certo modo, essa é uma tradição cultural que ainda se mostra sólida quando vemos, por exemplo, que os índices de pessoas brancas em postos de trabalho de alta importância são grandes e, do contrário, os números que mostram a presença de sujeitos negros em cargos de menor prestígio são quase unânimes (BENTO, 2002). Diante disso, ainda estamos em um momento histórico de vermos a quebra de paradigmas e a ressignificação destes.

O que sintetiza o parágrafo acima pode ser chamado de “subordinação social dos negros” que, mesmo após estarem libertos do escravismo, não foram também libertos do caráter ideológico de tal sistema. Nesse caso onde, na teoria, não se imperava mais a escravidão enquanto sistema econômico que recorre à mão de obra não-remunerada, exercendo trabalho obrigatório, na prática, tornou-se um grande mar de ilusões que ofereceu a liberdade a um custo alto e permanente, porque a dívida histórica e a reparação social, econômica, política, etc. que deveriam ser empregadas ao fim do processo de escravismo, não ocorreram com a devida anuência que o tema merecia, ou seja, não houve um empenho proporcional ao tamanho da questão social para extinguir toda e qualquer prática que estivesse conectada a esse período e a esta estrutura.

Nós sabemos que as nossas tradições são calcadas com a constância da prática e que a desconstrução de qualquer hábito requer um empenho, por vezes maior, da própria sociedade, para tentar modificar algum aspecto que já se tornou uma tradição. Entretanto, sabemos que nem toda prática tradicional é uma prática positiva que assevera em seus pilares a democracia, a equidade e o respeito à pluralidade, ainda mais se nos damos conta de que a maioria das práticas tradicionais que circundam as sociedades colonizadas, possuem um caráter em comum: um passado de segregação, de rompimento de direitos humanos e de sobreposição de culturas. A prática da escravidão pode ter sido extinta, porém, a ideologia que subjaz a escravidão, a

subalternidade de corpos negros²⁸ em detrimento de um sistema de poder da branquitude, segue latente, principalmente porque existem sujeitos que ainda são sistematicamente privilegiados no acesso a recursos materiais e simbólicos, desde a época colonial, persistindo no imperialismo e mantendo-se na contemporaneidade (SCHUCMAN, 2015).

Nós fomos influenciados por um passado pós-abolicionista que deixou como herança para o negro brasileiro o lugar de sujeito servil da sociedade de classes, ou seja, desde o passado à atualidade, segue-se direcionando a este grupo o caráter de inferioridade, perante uma cultura hegemônica, que quer denotar a si mesma uma superioridade no constructo social e, por vezes, consegue exercer esse controle, visto que, o manejo dos espaços de poder, majoritariamente, também são feitos por sujeitos que desfrutaram do privilégio de ser parte deste conjunto. Em outras palavras, a relação “senhor/escravo” não se encerrou com o fim da escravidão, ela se estabilizou como uma prática social que guiou os eventos sociais, ademais, porque o fim do regime “não trouxe uma mudança econômica e social esperada pelos abolicionistas [...] que logo perceberam que [...] a Abolição não ameaçava necessariamente seu predomínio econômico e social” (SKIDMORE, 2012, p. 54-55).

Deste modo, estamos falando de um passado que solidificou a ideologia de submissão do negro através do uso da violência, principalmente, porque, como afirma Albuquerque (2006, p. 65) “viver sob a escravidão significava submeter-se à condição de propriedade e, portanto, passíveis de serem leiloados, vendidos, comprados, permutados por outras mercadorias, doados e legados”, ou seja, a escravidão de corpos negros representava estar submetido ao domínio, em que não havia espaço para a resistência, física ou moral, que pudessem assegurar àqueles sujeitos outra possibilidade que não fosse a de subordinar-se diante do sistema que lhe foi obrigatoriamente imposto²⁹. Estes costumes que perduraram por quase 4 séculos e que estão sendo pormenorizados há tão somente 134 anos após a abolição, mostram que existe uma longa trajetória de construção e reconstrução da posição do negro na sociedade brasileira dirigida, ainda, à servidão, justamente pelo fato da cultura negra, majoritariamente, estar tematizada em representações envoltas aos ideais de submissão e violência.

²⁸ Neste trabalho, por vezes, nos voltamos à nomenclatura de “sujeitos pretos” e, por outros, “sujeitos negros” para designar o mesmo grupo social de pertencimento étnico à negritude. Estamos nos apoiando nos conceitos de “identidade social” e de “raça social” que agrupam os pertencimentos étnicos e culturais dos sujeitos a um grupo social de referência. Partimos deste reconhecimento plural “do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro.”(GOMES, 2005, p. 42-43).

²⁹ Apesar de sabermos que o levante de 2 de julho de 1935, na Bahia, por exemplo, foi uma das principais organizações de resistência contra-escravagista que fomentaram a destituição da escravidão no Brasil. (SILVA, 2012).

Esse passado que originou a subordinação social do negro perante os sujeitos brancos é a base para compreendermos como as desigualdades sociais fomentadas por distanciamentos étnicos são tão visíveis e latentes, mesmo após o fim do período de escravismo. Se por um lado esse passado escravocrata foi responsável por fomentar a separação entre raças sociais e por categorizar economicamente os agentes, por outro lado, ele também foi o encarregado por consolidar alguns papéis sociais como intrínsecos e exclusivos de serem ocupados por determinados sujeitos étnicos ou grupos, trazendo consequências sociais e um assujeitamento dos indivíduos às práticas localizadas. Cabe salientar que:

A escravidão foi muito mais do que um sistema econômico. Ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência. A partir dela instituíram-se os lugares que os indivíduos deveriam ocupar na sociedade, quem mandava e quem devia obedecer. [...] Por isso, pode-se caracterizar o Brasil colonial e imperial como uma sociedade escravista, e não apenas uma que possuía escravos. Podemos dizer também sociedade racista, na medida em que negros e mestiços, escravos, libertos e livres, eram tratados como “inferiores” aos brancos europeus ou nascidos no Brasil. Assim, ao se criar o escravismo estava-se também criando simultaneamente o racismo. Dito de outra forma, a escravidão foi montada para a exploração econômica, ou de classe, mas ao mesmo tempo ela criou a opressão racial. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 66-68).

Frente a isso, vemos que era um sistema consolidado, que regia a ordem social (bem como a ordem de discurso) da época e que orientava o destino dos sujeitos que constituíam aquela comunidade, composta por negros e brancos - ou não-brancos e não-negros como cita Albuquerque (2006). Aquela estrutura que permitia que se operacionalizassem os modos de agir perante o outro, agrupando os sujeitos negros aos piores tratos e estratos sociais, fomentou o distanciamento étnico baseado na conduta teórica do determinismo biológico e, ademais, propagou a ideia que se consolidou como um modelo mental de que “as barreiras se erguiam para os que tinham pele mais escura, sobretudo os crioulos e africanos, estes últimos genericamente chamados de pretos” (ALBUQUERQUE, 2006, p. 164).

No passado e no presente, e trabalhamos para minimizá-lo no futuro, questiona-se piamente a importância do período escravocrata no destino atual das populações que foram escravizadas ou que sofreram genocídio durante o período colonial e pré-republicano, como se depreendessem que há um distanciamento eventual ou ocasional para os índices de desigualdade social atingi-los majoritariamente. No entanto, como já dizia Maria Aparecida Silva Bento (2002, p. 28) “a pobreza tem cor: qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la”.

O que queremos dizer é que as questões raciais também influenciam nas questões econômicas, pois, sabemos que mesmo o sujeito branco de classe social baixa consegue emular uma superioridade sobre o sujeito negro, baseando-se no aspecto étnico, através de uma dominação relacional, transacional que ocorre na estrutura social, ou seja, o aspecto social da ideologia da branquitude irrompe a barreira econômica, de gênero, etária, e consegue se sobrepor sobre todos os demais aspectos.

Além dos aspectos mencionados anteriormente, um outro atraso social que atingiu a construção social da imagem do negro na sociedade, mesmo após a queda da escravidão e o surgimento de “um novo regime econômico”, foi o direcionamento dos sujeitos negros aos postos de “cidadãos de segunda classe”, impedidos de acessar os ambientes de poder, que eram estritamente controlados por sujeitos brancos. Sobre isso Albuquerque (2006, p. 163) afirma que:

Nos movimentos³⁰ de rua que ocorreram naquele período, diversos observadores notaram a insatisfação que reinava entre os negros e mestiços livres e libertos, e os brancos pobres, nas grandes cidades. Isto porque foram eles que sofreram mais severamente as consequências das crises econômicas que se seguiram à independência, sobretudo o aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, o desemprego e a diminuição dos soldados das tropas. Foram eles submetidos também ao recrutamento forçado, a leis que limitavam a liberdade de opinião, de reunião nas ruas e do culto não cristão.

Portanto, diante do que se apresenta, negar a influência de um sistema de organização econômica e social que perdurou por quase 4 séculos no território nacional e guiou os eventos sociais pós-era e atuais é negar a própria linearidade da condição humana, que se constrói dentro da vivência e da tomada de consciência de suas ações coletivas e individuais. Todos nós somos o acumulado de experiências compartilhadas e, principalmente, devemos considerar que as nossas atitudes refletem a nossa organização social, sendo possível afirmar que, uma sociedade que continuamente reproduz o racismo, pode ser considerada racista. Os pressupostos acima mostram que fomos uma sociedade que abandonou a organização escravista no papel, mas no âmbito social e ideológico, continuamos a dar prestígio, poder e voz a um pequeno grupo hegemônico que era o mesmo da época colonial. Ainda vivemos sob o controle de “senhores” que cometem abuso de poder, sabem que gozam de privilégios, mas optam por mantê-los intactos. Assim como em 1824 a branquitude senhorial se opôs a promoção da modernização das instituições para acabar com a escravidão, proposta pela Constituição da época, ainda

³⁰ Sabinada (1837); a Farroupilha ou Guerra dos Farrapos (1835-1845) (ALBUQUERQUE, 2006, p. 166).

vemos, atualmente, o esforço desta cultura dominante em manterem-se intactos alguns privilégios (ALBUQUERQUE, 2006).

Em suma, estes dados nos indicam que estava e está em curso uma dinâmica de manutenção de prioridades localizadas, que tendem a privilegiar sujeitos brancos em detrimento dos sujeitos negros, que dão as condições necessárias para que a passabilidade social, o trânsito, o desfrute dos direitos e até o abuso de poder praticados pelos hegemônicos, sejam justificáveis pela ótica da subalternização dos corpos pretos. É um plano perfeito, visto pela ótica da branquitude: enquanto há o álibi racial para proteger a ideologia dominante do seu posto de soberania, não se despendem esforços para democratizar o “comando”.

A nossa hipótese é a de que, proveniente do período colonial, esse sentido de submissão empregado pela cultura da branquitude que “é também estrutural e hegemônica, além de ser definida pelo privilégio” (CARDOSO, 2014, p. 969), constantemente age dentro de uma lógica de controle dos sujeitos, bem como numa ótica de manutenção de suas posições, bens e comportamentos, designando o que é o certo e o que é errado, o que é aceitável e o que é execrável, como vemos nos casos de racismo estético nas empresas que cobram um determinado tipo de imagem pessoal que, na verdade, exclui e penaliza a estética negra e suas características. Uma pesquisa feita pelo movimento Potências Negras³¹ mostrou que 63% das mulheres negras já haviam sido discriminadas em processos seletivos para vagas de emprego. Além disso, 62% delas afirmaram que vivenciaram esse tipo de discriminação mais de uma vez. Um fato que ocorreu em 2020 ilustra isso³². A recepcionista Karina Carla, de 35 anos, foi demitida da clínica médica onde trabalhava, em Nova Lima, Minas Gerais, por causa do estilo do seu cabelo. Segundo a notícia publicada por Isabella Otto, em 23 de novembro de 2020, “a supervisora da clínica médica onde a recepcionista trabalhava disse que as tranças afro da funcionária não combinavam com o estabelecimento”.

Se considerarmos os dados que apontam que, em 2020 “a quantidade de pessoas negras desempregadas no Brasil era quase o dobro que a de brancos. Das 12,8 milhões de pessoas que estavam desocupadas no primeiro trimestre do ano, mais de 8,2 milhões se identificam como pretas ou pardas, o que representa 64,2% do total.” (ARAÚJO; LISBOA, 2020), conseguimos compreender a existência de cifras que indicam que “56% das empresas não contratam negros

³¹ G1 GLOBO. “63% das mulheres negras já sofreram preconceito em seleções de emprego, mostra pesquisa”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2022/06/03/63percent-das-mulheres-negras-ja-sofreram-preconceito-em-selecoes-de-emprego-mostra-pesquisa.ghtml>>. Acesso em 29 de maio de 2023.

³² CAPRICHIO. “Mulher é demitida por causa de cabelo: “Fora do dress code da empresa””. Disponível em: <<https://capricho.abril.com.br/comportamento/mulher-e-demitida-por-causa-de-cabelo-fora-do-dress-code-da-empresa>>. Acesso em 29 de maio de 2023.

por racismo, como mostrou a pesquisa³³ do Grupo Croma, realizada em 2020. Ainda impera sobre esta ótica a lógica da manutenção dos privilégios da branquitude, que é melhor remunerada, forma maioria na ocupação de empregos de elite³⁴, bem como são a maioria nas áreas de contratação, o que torna o acesso de sujeitos pretos ao mercado de trabalho, desde 1824 (ALBUQUERQUE, 2006) até a atualidade, mais dificultoso, e uma das principais formas de manter-se a posição de privilégio social da branquitude: impedindo a ascensão dos demais.

Moreira (2017, p. 145) afirma que “as práticas de exclusão social procuram manter uma ordem social na qual certos grupos ocupam posições de subordinação enquanto outros permanecem em uma situação privilegiada”, ou seja, há uma compreensão, pelo sujeito, do lugar de privilégio e, possivelmente, um empenho consciente para mantê-lo. E percebe-se que existe um embate de forças, em que os privilegiados lutam para manter-se no poder e os usurpados de direitos lutam para alcançá-los e para modificarem a ordem social vigente, algo que se registra pelas baixas adesões da branquitude à agenda antirracista.

No passado, aos grupos privilegiados, concediam-se certas garantias e vantagens, enquanto aos sujeitos deturpados, impunha-se uma subordinação social destes pelos sujeitos brancos que, mesmo após a queda do regime escravocrata, controlavam as relações sociais que ainda se “organizavam” em torno da segregação do negro. Esse antigo sistema de benefício se renovou ao aderir-se à “sociedade capitalista” gerando:

A formação de redes de relacionamentos pessoais formadas entre membros dos grupos dominantes. A estratificação social pode também ser produto de um sistema de favoritismo pessoal, destinado a garantir oportunidades àqueles que detêm o poder. A preferência pela convivência com pessoas que possuem as mesmas características e a circulação de estereótipos sobre grupos tidos como diferentes fazem com que posições profissionais sejam ocupadas por indivíduos que pertencem ao mesmo segmento. (MOREIRA, 2017, p. 148).

Ou seja, podemos afirmar que o sistema atual de organização econômica também possui raízes no escravismo e, além de tudo, aproveitou a solidez dos pilares sociais bem definidos daquele período para formatar a ordenação que estamos hoje. Nota-se que a grande falha de Florestan Fernandes (1972), um importante sociólogo brasileiro conhecido por sua contribuição para o estudo das desigualdades sociais e das relações raciais no Brasil, foi esperar que,

³³ NOTÍCIA PRETA. “56% das empresas não contratam negros por racismo, afirma pesquisa”. Disponível em: <<https://noticiapreta.com.br/56-das-empresas-nao-contratam-negros-por-racismo-afirma-pesquisa/>>. Acesso em 29 de maio de 2023.

³⁴ G1 GLOBO. “Branços são maioria em empregos de elite e negros ocupam vagas sem qualificação.” Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/brancos-sao-maioria-em-empregos-de-elite-e-negros-ocupam-vagas-sem-qualificacao.ghtml>>. Acesso em: 29 de maio de 2023.

magicamente, uma sociedade orgulhosamente fundada por valores que fomentam a segregação - e que não se importava piamente com isso, uma vez que era beneficiada por tal ajuste social - mudasse a sua perspectiva de 400 anos de imposição e abuso de poder sobre sujeitos racializados da noite para o dia, como se fosse um processo automático.

Fazendo um adendo, percebe-se que Florestan Fernandes (1972) pode ter ignorado o próprio caráter das ciências sociais de cogitarem que as mudanças não são instantâneas, mas, sim, construídas dia após dia. O autor parece otimista ao dizer que seria um processo quase automático a mudança de papel social do negro na sociedade e o alcance da democracia racial ao mudar-se o regime econômico, no entanto, essa transição não se concretizou devido à “discriminação racial” ao “preconceito”, bem como à “concentração de renda, o privilégio social e o poder nas mãos de uma única raça” (FERNANDES, 1972, p. 92), que limaram os avanços e corroboraram a estrutura de desigualdade social em que vivemos atualmente. Tomando a materialidade paulista como exemplo de segregação no período de industrialização no Brasil, Almeida e Silva (2006, p. 260) constatam que:

Para o trabalho na indústria têxtil paulista, em larga expansão, os empresários preferiam os imigrantes italianos, portugueses, espanhóis e alemães, bem como seus filhos nascidos no Brasil. As dificuldades crescentes impostas aos trabalhadores negros para sua inserção no mercado de trabalho contrastavam cruamente com o desenvolvimento industrial e urbanístico de São Paulo. Mesmo na década de 1930, quando a imigração diminuiu de ritmo e aumentou o número de trabalhadores nacionais na indústria paulista, os critérios de contratação e demissão continuaram marcados pelo racismo. Os brancos, depois os mulatos, é que tinham maiores chances de conseguir e manter empregos, em detrimento das pessoas de pele mais escura.

Com efeito, os problemas envoltos nas questões raciais são mais profundos que um sistema econômico ou uma organização social. Eles envolvem as paixões coletivas, as crenças, culturas e processos cognitivos sólidos que aduzem ao negro o signo de inferior e, ao que parece, à produção de significados que conseguem aderir o sujeito negro, permanentemente, ao caráter de significante nocivo. Vamos tratar, minuciosamente, sobre isso neste capítulo e vamos seguir destrinchando os predecessores históricos que constituem a formação da identidade negra no contexto social brasileiro.

2.1 O mito da democracia racial e questões históricas

Uma segunda evidência que denota que existe mais aderência à ideia de que “não há nada acontecendo em relação às tensões raciais” no Brasil e que, também, dificultam o diálogo sobre as práticas antirracistas é a solidificação do mito da democracia racial. Para solucionar-

se um problema, primeiro, é preciso mostrar que ele existe e fomentaram-se tantos esforços para consolidar no imaginário coletivo que o Brasil era uma nação de igualdade racial, que até na atualidade ainda é difícil iniciarmos alguns debates que envolvem as questões raciais, como nestas que tensionam as práticas racistas e às práticas linguísticas.

O “mito da democracia racial” se fundamentou na ideia de que o Brasil era um país que não tinha tantas tensões étnicas, nem tampouco conflitos raciais fomentados por uma diferença entre sujeitos etnicamente antagônicos, sugerindo que, após a abolição da escravidão, o país entrou em um momento de harmonia e cooperação mútua, como se a integração do sujeito escravizado e o abandono das funções exercidas pelos escravocratas, fossem realizadas de forma pacífica e natural, contudo, como afirmam Acevedo e Nohara (2008), este mito age como instrumento ideológico de controle social, que quis e quer legitimar a ideologia do branqueamento, ao optar-se pela miscigenação como uma estratégia de purificação das raças.

Citado por Quijano (2005, p. 127) como uma “perspectiva eurocêntrica evolucionista, de movimento e de mudança unilinear e unidirecional da história humana [...] associado com a classificação racial da população do mundo”, este mito constantemente é recuperado para “evitar-se áreas de potencial conflito” no debate social e, indo além, atua para limitar e atrasar o avanço do debate racial no Brasil. Temos diversos índices calculados por órgãos oficiais, como o IBGE, que mensuram a densidade da desigualdade social no território brasileiro, além de outras pesquisas³⁵ e dados que mostram que os sujeitos negros ainda carecem de políticas públicas que reparem os quase 4 séculos de crimes e danos, no entanto, por vezes, nada disso se mostra como um argumento relevante o suficiente para se depreenderem esforços que combatam essa questão social, que se vê mais fortalecida pelo fato do contexto social desacreditá-la.

Por sabermos que as desigualdades sociais foram fortemente estimuladas pelas desigualdades raciais, que resgatamos as pesquisas de Hasenbalg (1979) sobre a importância do mito da democracia racial e das políticas de eugenia³⁶ serem fundamentais para se erguer a

³⁵ Pesquisa “Potências (in)visíveis: a realidade da mulher negra no mercado de trabalho”. 2020. Disponível em: <<https://readymag.com/u1818798514/2293759/>>; Pesquisa “Atlas da violência 2021”. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>>; Pesquisa Dieese 2º Trimestre 2022 “A inserção da população negra no mercado de trabalho”. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/infografico/2022/populacaoNegra2022.html>>.

³⁶ “Podemos acrescentar que nas Constituições de 1934 e 1937 há vários artigos que defendem os ideais eugênicos. Por exemplo, no Artigo 138 da Constituição de 1934, que determinava que à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das respectivas leis caberia: a) Estimular a educação eugênica; f) Adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis. Muito provavelmente os incisos “a” e “f” do Artigo 138 da Constituição Federal de 1934 tenham forte influência ideológica dos deputados simpatizantes da eugenia. Vale ressaltar que no inciso “a”: [...] a educação era defendida como um fator de conscientização para possíveis mudanças

organização social que hoje dispomos. No pós-abolição, havia um problema racial nítido que estava sendo ignorado pelo governo, então, através de esforços ideológicos de criar-se uma noção de “unicidade”, como na escrita e difusão dos ideais do livro “Casa-grande e senzala” de Gilberto Freyre (1930), tratou-se de fomentar a ideia de que “nós brasileiros estamos nos transformando num povo só” para “desenfatizar a percepção de divisões raciais” (FREYRE, 1939, p. 248). O resultado disso se vê pela baixa demanda de ações públicas que se dedicavam a inserir dignamente os sujeitos negros na sociedade, já que, fomentando-se o mito de que 4 séculos de abuso de poder não foram os responsáveis pela derrocada social dos sujeitos negros, os sujeitos da cultura dominante não seriam vistos como a origem do problema.

É preciso entender, também, que o mito sobrevivia porque, apesar de se ter um controle do poder, do acesso, do trânsito dos negros na sociedade brasileira através da força, da retirada de direitos, do genocídio, etc., ocasionalmente, haviam pequenas inserções de poucos sujeitos negros e não-brancos em algumas camadas da sociedade, bem como pequenas permissões e conquistas concedidas a poucos, que camuflavam a realidade e transformavam o pioneirismo e a individualidade de algumas trajetórias pontuais, em exemplos de progressos coletivos, de modo que a ideologia do mito da democracia racial permanecia fortalecida devido a estes mini-progressos individuais que eram utilizados de exemplo, mas que não representavam o todo. Bento (2002, p. 13) aponta que:

No Brasil criou-se a ideologia da democracia racial cujo subtexto, tomado pelo ângulo da distribuição e exercício de direitos, não carece de maior esforço para ser compreendido: havendo oportunidades iguais para todos, aqueles que não conseguem êxito serão os incompetentes, os despreparados. [...] O cotidiano do trabalho nas empresas é um dos contextos em que essa ideologia pode mostrar sua face eficaz, garantindo uma forte segmentação racial. [...] Nenhuma empresa brasileira declara por escrito: “não aceitamos negros para o cargo de chefia”. No entanto, gerentes, chefes, encarregados, selecionadores de pessoal, utilizam, no dia-a-dia, essas regras informais, muitas vezes sem refletir e nem sempre com a intenção de discriminar, mas que acabam por reformular a situação de desigualdade no Brasil. O fato é que, conscientemente ou não, o resultado dessas ações é o mesmo: reproduzir as desigualdades raciais.

É possível notar uma certa ironia da autora ao retratar o “passo a passo” sobre como se “manuseia” o mito da democracia racial, principalmente, no âmbito laboral e acrescentaríamos a afirmativa do “somos todos iguais” ou “favela venceu”, que também poderia servir de *slogan* para os ideais de branqueamento e limitada ascensão social citados pela autora. Mas, gostaríamos de salientar como aqui o discurso e as práticas sociais já são evocadas como

comportamentais entre jovens e adultos [...].No inciso “f”, pressupõe-se que [...] sejam de caráter eugênico [...].” (ROCHA, 2011, p. 169).

ferramentas fundamentais para a existência do mito, indo além, para a propagação e consolidação deste enquanto ideologia e modulador social.

De certo modo, estamos lidando com a prática social modificando os atores sociais e fomentando eventos que tensionam as relações sociais, neste caso, especialmente as raciais, porque a difusão deste tipo de discurso, como o do mito, tende a responsabilizar os indivíduos pela sua própria desgraça, excluindo ou diminuindo a responsabilidade das forças sociais de agirem e de influenciarem o desenrolar de suas vidas. Acionadas, essas ideologias fortalecem a moral de uma sociedade com pilares racistas, que não se sente responsável pelas consequências geradas pela sua origem de organização social escravocrata.

Quando um sistema transfere para o indivíduo a responsabilidade única sobre o seu progresso, enquanto este não é capaz de reconhecer que o sistema também influencia o seu avanço, estamos diante do mesmo paradoxo de submissão escravista da Lei do Sexagenário, por exemplo, que concedia a liberdade ao negro que chegasse aos 60 anos, quando a expectativa de vida era de 40 anos ou menos. Estas são as bases do sistema que menospreza as partes pelo todo e denota a “meritocracia” como resposta para a ascensão social, hoje em dia. Além de tudo, esse jogo de “disse me disse”, de ignorar o fator racial na responsabilização da desigualdade social entre negros e brancos é também uma atitude orientada, já que:

A maioria dos brancos tem vantagens tanto com a opressão racial quanto com o racismo, pois são os mecanismos racistas que fazem com que a população branca tenha vantagem no preenchimento das posições da estrutura de classes que comportam privilégios materiais e simbólicos mais desejados. Além disso, os brancos têm privilégios menos concretos, mas que são fundamentais no que se refere ao sentimento e à constituição da identidade dos indivíduos, tais como honra, *status*, dignidade e direito à autodeterminação. (SCHUCMAN, 2015, p. 26).

Então, o cenário que se apresenta é que temos uma sociedade dividida racialmente: um lado que desfrutou de séculos de dominação, mas não se sente responsável pelos desdobramentos da ação e, um outro lado que não foi o responsável por se colocar nesta situação de subalternidade, porém, é posto como o único designado a medir esforços para “retirar a si mesmo” deste obtuso destino. Nem o sistema e nem a classe dominante que foram os condutores destes processos se vêm estimulados a unirem forças contra a desigualdade racial e suas consequências, provavelmente, pelo fato de sabermos que, também em questões de mitologia, “quando um perde, sempre outro ganha” e, possivelmente, a competição capitalista, o acúmulo de riquezas, o desgaste do outro em prol de si mesmo, também sejam nuances que fortaleçam essa ideologia.

É interessante notar como Hasenbalg (1979) já mencionava a existência de um consenso generalizado entre os brancos, que muito condiz com o que mais adiante, Bento (2002) chamou de “pacto narcísico da branquitude” que, em poucas palavras, “implica na negação, no evitamento do problema com vistas a manutenção de privilégios raciais.” (BENTO, 2002, p. 7), e também com os estudos de Schucman (2014), que convergem ao mostrar que já pairava no ar uma ideologia de defesa dos propósitos da branquitude, principalmente aqueles que versavam sobre combater tudo que ameaçasse os seus privilégios, ou que os responsabilizasse pelas desigualdades raciais entre brancos e negros. É necessário colocar em evidência o papel do sujeito branco no conflito racial, pois, “evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio. Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa” (BENTO, 2002, p. 28).

Também podemos perceber como as questões de raça sobrepuseram as questões de classe na formação social do Brasil, uma vez que não vimos uma evolução da posição social coletiva do negro após o fim do regime de escravismo, justamente porque agora ele estava lidando com forças ideológicas discriminatórias que agiam em conluio com as forças capitalistas para inseri-lo nas últimas camadas sociais e agir, actualmente, para mantê-lo nesta posição. Lembremos que a democracia racial não fomentava apenas uma falsa simetria entre sujeitos etnicamente antagônicos, ela também agia como um modulador social que reprimia qualquer tentativa de manifestação contrária à ótica vigente, fomentando a ideia de que “os negros estão bem onde estão” (BENTO, 2002, p. 131), para manter o debate racial descredibilizado e, até mesmo, inexistente.

Em síntese, trouxemos alguns argumentos para mostrar o que a classe dominante estava fazendo após o fim do escravismo, quando deveria dedicar esforços para inserir adequadamente os sujeitos negros na sociedade e não fizeram, pois, estavam tratando de construir uma “nova” ótica de organização social, que não fosse baseada na escravidão de corpos negros, mas que mantivessem intactos os seus privilégios enquanto corpos brancos dominadores, gerando o “mito da democracia racial” para transmitir a ideia de nação harmônica étnica e racial, que tolera e concilia, que prefere o caminho do apaziguamento (BENTO, 2002), que o caminho do conflito, um discurso difundido para evitar-se guerras civis, por exemplo, e controlar possíveis revoltas e mobilizações contra as discriminações e usurpação de direitos.

Com isso, temos o esboço do que foram os pilares da ideologia racial no Brasil, menosprezada por ideais mais à esquerda e mais à direita, ou melhor, consolidada o suficiente até para não permitir qualquer completa adesão dos sujeitos negros a algum movimento político, visto a importância e o poder da questão. Bento (2002) denota à ideologia racial no Brasil a

função de fomentar a ideia de que “havendo oportunidades iguais para todos, aqueles que não conseguem êxito serão os incompetentes, os despreparados.” (BENTO, 2002, p. 12). Deste ponto de vista podemos concluir que, como afirma a autora, criaram-se as condições perfeitas para a dominação da cultura hegemônica branca, em que descredibiliza-se qualquer levante contra manifestações racistas com base no argumento da “democracia racial” e evita-se o conflito fomentando a ideologia de “nação harmoniosa”, realmente, uma estrutura social perfeita para cometer-se o abuso de poder.

De igual modo, Azevedo (1975) já relatava que a ideologia do “mito da democracia racial” já influenciava nos estratos sociais e no próprio cotidiano, ao afirmar que na década de 1930, já havia uma certa morosidade e desinteresse “da opinião pública”, dos “órgãos de orientação das massas” e dos “meios estatais” em atribuir-se certa relevância aos eventos que envolviam tensões raciais. O autor cita que, naquele momento, não se encarava a discriminação racial como um tipo de violência, que só era considerada quando “física” e, portanto, isso transformava o processo de racismo em algo pontual e até desimportante aos olhos da sociedade.

O autor retoma um fato muito interessante sobre as relações raciais no Brasil: “os estudos empreendidos em SP e no Sul do País, nos anos 1950 e 1960, inclinam-se a revelar o preconceito com efeitos sociais, já os dados relativos à Bahia e à parte norte, parecem favorecer o ideário da democracia racial” (AZEVEDO, 1975, p. 6). Então vemos que, se por um lado algumas perspectivas denotavam a presença da discriminação como fator impeditivo do progresso social, por outro, ele já era minimizado como uma questão ideológica, o que é contraditório, porque como um processo que corrompe a mentalidade, a crítica, a autoimagem de si, como o “mito da democracia racial” poderia sobreviver sem a adesão da sociedade como um todo? Dos conscientes e dos inconscientes? Para Azevedo (1975, p. 6-7):

Esse mito da democracia racial, isto é, da igual oportunidade para brancos e pretos e mestiços, parece ser apoiado em duas ordens de argumentos: primeiro, a forte determinação dos critérios de classe no processo de atribuição de status e de relacionamento individual; segundo, a ausência de hostilidade manifesta e de violência entre brancos e pessoas de cor.

Ante o exposto, se observa como o “mito” é atravessado pela constatação marxista de separação por classes, que transformou individualidades e identidades em coletivos que não se reconheciam entre si e não eram capazes de se organizar politicamente para combaterem as questões sociais que pontualmente atingiam a uns (negros) e não a outros (brancos). A força ideológica do mito também pode, de certo modo, controlar os levantes contra a discriminação,

porque ele trata de dar humanidade ao algoz-branco e a desencorajar a contrapartida-negra, já que a ideia fomentada pelo mito é a de que “não existe um ‘efetivo’ status-papel para o negro como negro, para o branco como branco, para o mulato como mulato. Não há grupos raciais.” (AZEVEDO, 1975, p. 7), o que sabemos tratar-se de uma inverdade, tomando de exemplo o próprio contexto étnico do Brasil, que sempre mostrou uma pluralidade de “indígenas, negros, mulatos e brancos” (AZEVEDO, 1975, p. 8), no entanto, suprimidos por uma dominação ideológica, que também parte do “nível verbal” e age como meio de contensão social.

A ideologia do “mito da democracia racial” possui raízes no etnocentrismo que, para Quijano (2005) era a convicção de que não existia um problema social motivado pelas desigualdades das relações raciais e sim um problema de ordem biológica e determinista que descredibilizava o negro a desempenhar certos papéis sociais, tudo isso fomentado pela discriminação que tratava de manter um distanciamento e impor limites à trajetória social destes sujeitos. Na nossa concepção, o etnocentrismo e o mito trabalhando juntos, são capazes de transformar uma questão complexa, como estas que envolvem os conflitos raciais, a um apagamento e descrédito de uma simples “frase de efeito” (não somos racistas porque somos mestiços), como se a formação de modelos mentais com construções discriminatórias fosse algo situado e não generalizado³⁷.

Queremos ressaltar que as provas apresentadas pelos autores que corroboram a existência do “mito”, revelam que o imaginário coletivo e os posicionamentos sociais ainda descredibilizam os crimes motivados pelo ódio étnico-racial. Além deste aspecto, a dualidade que víamos entre “racismo” e “injúria racial”³⁸ podem ser os pilares desses conflitos de interesses que tentam (in)justificar a ação (racista) pelos critérios de mestiçagem e unilateralidade social.

Com efeito, gostaríamos de ressaltar que, durante a escrita deste capítulo, o atual Presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva, assinou em 11 de janeiro de 2023, uma modificação na lei de crime racial que, finalmente, tipifica como crime de racismo a injúria racial³⁹, o

³⁷ A formação da consciência do negro escravizado se deu em cativeiro, num contexto que o transformou em singularidade. Os sujeitos negros não tinham consciência de si o suficiente para reconhecer e inibir estes processos e os sujeitos brancos não tinham motivações para deixar de fomentá-la, criando-se a ambientação precisa para a estagnação da ideologia.

³⁸ A Lei nº 7.716/89, também conhecida como Lei Caó, tipificou o racismo como crime inafiançável e imprescritível. Entre outras prerrogativas, essa lei separou o crime de racismo e o crime de injúria racial. Antes de serem criminalizadas pela lei 7.716/89, as práticas preconceituosas eram tidas como contravenção penal, segundo a lei 7.437/85.

³⁹ SENADO. Sancionada lei que tipifica como crime de racismo a injúria racial. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/12/sancionada-lei-que-tipifica-como-crime-de-racismo-a-injuria-racial>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

racismo recreativo e o racismo religioso, uma conquista histórica e necessária, pois havia uma predileção a interpretar crimes de racismo apenas como injúria que, antes deste decreto, possuía uma pena mais branda e que facilitava a indulgência, a reincidência destes crimes, bem como a baixa efetividade do cumprimento da condenação⁴⁰, embora o número de denúncias e flagrantes desta natureza crescesse ano após ano⁴¹. O fato de consolidar-se um mito que fomentava a “inexistência da discriminação”, agora, poderá encontrar barreiras legislativas para que o delator se abstenha de responsabilidades.

E não faltam exemplos que mostram como os sujeitos racistas vêm tentando desconstruir os crimes de cunho discriminatórios, fomentados por questões ideológicas, como no fato narrado por Azevedo (1975) que menciona que em um determinado processo contra “um clube recreativo acusado de discriminação” foi recusada a chancela de prática criminosa pelas justificativas de que “nem praticamente possível é, nos Estados do Norte Brasileiro, a existência dessa discriminação racial, tal o caldeamento de raças que plasmam o nortista”, terminando o julgamento acrescentando que “a acusação que se lhes fez não resultou provada e parece fruto de capricho senão de interesse menos confessável”. (AZEVEDO, 1975, p. 8-9).

Ou também em casos recentes, como em 2016⁴², em que eu, Paula (2023), autora desta dissertação de mestrado, sofri com o crime de racismo na Universidad Nacional Mayor de San Marcos, no Perú. Este fato foi totalmente relativizado tanto pela instituição peruana, como pela instituição brasileira que, basicamente, classificou como “improvável” o crime por mim sofrido, visto que “a população peruana era indígena e não cometeria racismo contra outro grupo étnico”, conforme defendeu a Diretoria de Relações Internacionais da UFMG em 2016. Este e outros fatos mostram como as pessoas e as instituições ainda relativizam o racismo, em detrimento de uma leitura social contaminada de negações, desconhecimento e colonialidade. Aqui já é possível notar uma desculpabilização do sujeito racista e uma responsabilização do negro pela sua própria contenda, atribuindo-lhe a razão para a ocorrência do fato, bem como observamos a ação ideológica do mito da democracia racial agindo sobre os valores dos sujeitos daquela época colonial, que ao parecer, partiam do princípio de que apenas nações homogêneas são passíveis de fomentar a discriminação ao diferente.

⁴⁰ CORREIO BRAZILIENSE. Após mais de 30 anos da Lei do Racismo, ser condenado ainda é raridade. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/11/4964320-apos-mais-de-30-anos-da-lei-do-racismo-ser-condenado-ainda-e-raridade.html>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

⁴¹ MUNDO NEGRO. Por que as pessoas não são presas pelos crimes de racismo no Brasil? <https://mundonegro.inf.br/por-que-as-pessoas-nao-sao-presas-pelos-crimes-de-racismo-no-brasil/>. Acesso em: 14 dez. 2022.

⁴² JORNAL TRIBUNA SETE LAGOAS. Edição nº 951. Notícia: “Universitária sete-lagoana é vítima de racismo no Perú”. Publicada em 9 de abril de 2016. Disponível em: <<https://www.calameo.com/read/000734401cc47cd53e555>>. Acesso em 29 de maio de 2023.

Também gostaríamos de salientar uma posição muito nociva no processo de reconhecimento das desigualdades raciais que é confundir-se a busca por direitos com a busca por privilégios. Os valores “mitomaníacos”, as “psicoses” internas da classe dominante que, por vezes, só acredita e credibiliza a verdade de si mesma, junto aos valores da branquitude, aduzem que existam sujeitos que já nasceram maus e fadados ao retrocesso, e parte disso provém do imaginário determinista que cresceu no ideário de hierarquias, de verticalizações, que não acredita que o poder possa ser compartilhado e sim controlado. Estes sujeitos inseridos nesta cultura de sublimação de vidas, acreditam que qualquer um que queira ocupar uma posição semelhante a que ele desfruta, estará ameaçando-o e sobrepondo-o, ou seja, na ideologia racista, reconhecer a desigualdade e que existem sujeitos ocupando posições “abaixo de mim”, é uma ameaça ao meu direito de ocupar aquele lugar, mesmo ignorando-se completamente os precedentes históricos que me trouxeram até ali (BENTO, 2002).

Perante o exposto, percebemos que a dificuldade que o debate racial encontra para progredir na nação brasileira, incontestavelmente, multiétnica, se deve a este passado e essa constância de que: (1) não temos um problema racial; (2) na possibilidade de tê-lo, primeiro devemos desvendar as reais motivações de quem acusa a existência da discriminação, porque (3) nossa nação multiétnica inviabiliza a existência do racismo. Talvez pudesse ser unânime que toda cidadã e todo cidadão brasileiro realmente quisesse que isso fosse verdade: o ideal de nação acolhedora, humana, que tende ao diálogo e não ao conflito. No entanto, somos uma nação que tende ao silenciamento dos seus problemas raciais e também à perseguição dos corpos que se levantam contra o sistema de desigualdade, pilares do passado muito bem sustentados e sólidos no presente (MOREIRA, 2017, p. 34).

Então, o “mito da democracia racial” é um importante fator a ser considerado quando comparamos a ascensão social e econômica de brancos e negros de classe baixa, porque ele foi fundamental para limitar o acesso dos negros aos locais de trabalho, por exemplo, e a deixá-los construir a sua própria ascensão social. Para ilustrarmos, citamos os estudos de Thales Azevedo (1975) que mostra uma série de anúncios, de norte a sul do Brasil, que apresentam a discriminação agindo diretamente sobre os “sujeitos de cor”, como majoritariamente era dito na época. Sobre isso, trazemos as reflexões do autor sobre como eram difundidas as vagas de emprego:

Os jornais das grandes cidades costumavam publicar diariamente anúncios de empregos, particularmente para trabalho doméstico e servil, para candidatos que fossem brancos ou, ao menos, claros. Em dois números do *Jornal do Brasil*, do Rio, dos anos 40, publicaram-se 58 anúncios classificados, de procura de empregados domésticos, garçons, porteiros, atores, em que se dava preferência a brancos ou em

que, nos de oferta, se mencionava o tipo físico dos candidatos. No *Diário Popular de São Paulo*, no mesmo decênio, também em duas edições acaso consultadas, apareceram diversos anúncios da mesma índole. Desde a promulgação da lei, aqueles anúncios cessaram, sendo realmente excepcional o caso de publicidade, como aquela aparecida na 1ª página de um grande jornal, ainda em 1971, em que se diz precisar “de babá de cor clara e meia idade...”, ou de 1972, em que se pede candidata a “babá para casa de fino trato que preencha o seguinte requisito: branca, jovem e muito prática...” e outro, convidando “moça branca — até 20 anos” para “auxiliar.” (AZEVEDO, 1975, p. 9).

Notamos que o sistema e a classe dominante que controlavam majoritariamente este contexto, agiam diretamente contra a inserção dos sujeitos negros no mercado de trabalho. Vê-se, também, que a teoria do embranquecimento novamente se mostra presente, porque direcionava-se a competência e o bom desempenho a uma questão de cor, não a um tema de origem, cultura ou classe social. Os limites eram bem definidos: exigir-se boa aparência era exigir-se um atestado de “brancura” que, naquela época, representava “eficiência, beleza, disciplina e cordialidade” (AZEVEDO, 1975, p. 9). Também era possível notar em lugares majoritariamente negros a presença da discriminação, provando que a ideologia racista não se limitava apenas ao contexto étnico branco, como em Salvador, 1970, que o autor narra um fato onde “o proprietário de um armário que procurava, pela imprensa, “rapaz com prática de balcão, de cor clara e apresentável” - alegou que esse tipo de anúncio era muito frequente no sul do País, de onde acabava de chegar, e que não se incomodava de vender a negros, mas que, em seu estabelecimento, “negro, só da porta até o balcão” (AZEVEDO, 1975, p. 11).

E como explicar este efeito? Devemos, novamente, lembrar que o mito só era capaz de agir nas crenças dos sujeitos negros porque estes estavam “faltosos até mesmo de “crenças” próprias” ou de concepções que diferissem daquelas impostas pela cultura dominante, porque forjaram tanto o seu consciente e inconsciente apenas para o trabalho servil, que não restaram meios ou ambientações psicológicas, sociais, econômicas, culturais que aderissem ao imaginário coletivo destes indivíduos, outras prerrogativas que não fossem as que se aproximassem aos ideais de submissão. (BENTO, 2002).

Campos (2015) cita que uma das raízes do preconceito racial no Brasil provém da herança portuguesa, em outras palavras, da cultura de dominação histórica no Brasil. Afirmar isso poderia nos *ubicar* na questão da “manutenção das estruturas” tais como as que se “iniciaram” após a invasão colonial. O lugar que os portugueses ocupavam na organização social no escravismo pode ter sido fomentado e mantido pela força de alcance e de influência do mito da democracia racial, porque ele marca um distanciamento entre os sujeitos através da discriminação, enquanto contradiz a própria ação, desestimulando a existência de motivações

para tais atos. O modo como se conduz o mito é permanente pelo próprio significado do que ele representa. Nas palavras de Mircea Eliade, o mito:

Conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do "princípio". Em outros termos, o mito narra como, graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. É sempre, portanto, a narrativa de uma "criação": ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. (ELIADE, 2000, p. 9).

Por certo, pudemos ver que o mito é uma unidade de sentido que constitui uma narrativa ficcional no sentido factual (WHITE, 1928, p. 137), ou seja, ele fornece uma imagem dos eventos e práticas sociais, permitindo a esta materialidade um caráter de verdade momentaneamente irrefutável. Porém, o mito enquanto discurso, também pode ser uma “ocorrência possível” dentro de uma “totalidade perceptível” (WHITE, 1928, p. 138). Se constatarmos que a realidade brasileira era propícia à manutenção do “mito da democracia” devido à organização da sociedade da época, principalmente movidos pela discriminação, conseguiremos conceber o *berço* que gerou, fomentou e proporcionou as condições para que ele se estabelecesse.

Também é importante ressaltar como os mitos dependem de certa “ritualidade” para sobreviver. Como toda prática social ou tradição, quando não perpetrada, corre o risco de perder-se, então, se o mito é um ritual (ELIADE, 2000) e existe, logo ele está sendo praticado. Mircea Eliade afirma que “graças à repetição contínua de um gesto paradigmático, algo se revela como fixo e duradouro no fluxo universal. Através da repetição periódica do que foi feito *in illo tempore*, impõe-se a certeza de que algo existe de uma maneira absoluta” (ELIADE, 2000, p. 100), ou seja, as questões sociais que envolvem atos discriminatórios, são um produto dos rituais do mito da democracia racial, representando uma organização societária, suas tradições, linguagens e símbolos.

Desvendar o *modus operandi* do mito da democracia racial e suas variações, bem como a estabilidade do sentido ideológico ao longo da história da formação social do Brasil é importante para este trabalho, porque “o mito ocorre basicamente como narrativa, e é esta sua forma literária” (FIKER, 1984, p. 15). É crucial ressaltar que discutir-se o mito enquanto conflito racial é o que lhe confere o caráter de “literatura”, em outras palavras, temos os fatos - o real que se demonstra através de ações (práticas e eventos sociais) - e o literário - o emprego ideológico de “ação com sentido ficcional” - que podemos anexá-los a dois grupos: (1) a cultura hegemônica que tenta confundir a estrutura social, impulsionando discursos que desmoralizem

a existência do conflito e da desigualdade racial; (2) a contracultura em estado de subordinação que revoga o caráter ficcional e apresenta o real sobre as nuances e problemáticas da política de ocultação da discriminação racial no contexto brasileiro. Um fato é: por estarmos, mesmo após tantos anos (1930), justificando as razões para enterrarmos o mito da democracia racial, possivelmente temos alguns indícios de qual narrativa mais se aderiu ao imaginário coletivo e permanece latente.

Também devemos lembrar que o mito da democracia racial é visto por alguns autores como a “ideologia da cultura brasileira”, que “carrega consigo um certo sentido de mando, as marcas da distinção e do prestígio, uma visão senhorial do mundo, suavizada pelas condições gerais de vida criadas na esteira das transformações sociais e políticas com foco na crise de 1930.” (MOTA, 1978, p. 54), portanto, assim como não se forneceram as condições favoráveis para a reestruturação da consciência do negro de si e da sociedade em que estava inserido, por outro lado, o fato de manterem-se intactas os sistemas e as práticas sociais, fomentou na classe dominante o que se chamou de “mandonismo”, que foi a consequência inversa dos ideais “mitológicos” em sua consciência (MOTA, 1978).

Consequentemente, a dialética da questão é que se mantiveram intactas muitas ideologias, crenças, hábitos, atitudes, posições e estruturas da época colonial-escravagista mesmo após a “queda” do regime: não houve uma mudança de perspectiva na classe dominada, nem na classe dominante, porque os princípios norteadores de fortalecer-se o ideal de nação livre de discriminação, na verdade, correspondiam ao sentido de nação livre da discussão sobre o problema racial, e negando-se haver um problema, culmina na dificuldade que encontramos, até hoje, de ponderarmos sobre situações que atingem diretamente os sujeitos historicamente subalternizados.

Essa dificuldade, por vezes, ultrapassa o labor científico, de pesquisa, comprovação de dados, observação, discussão, difusão e, claro, não dedicamos a nossa crítica a este quesito, pelo contrário, pese aos últimos anos de ataque à confiabilidade do método científico por governos revisionistas e neofascistas, defendemos, sim, que exaustiva e constantemente, para avaliar-se o progresso das questões, sejam empregados metodologias, teorias, testes, contestações com base científica para fidelizarem e credibilizarem ainda mais os estudos, acadêmicos ou de outros campos. A nossa crítica está pautada em contextos que também se deixam limitar pela força ideológica do mito e tratam de desmoralizar esforços como este, desta pesquisa, que permeia as questões de desigualdades raciais e, minimamente, questiona a estrutura. A apreciação do que propomos requer uma revisão destas forças ideológicas na nossa formação social.

Logo, para compreender por que ainda é um tema delicado tratarmos sobre questões raciais neste Brasil de populações multiétnicas, precisamos entender o contexto de produção da ideologia do fundador do mito: segundo Mota (1978), “Gilberto Freyre viveu intensamente o final da República Velha no nordeste. De 1923 a 1930 desenvolveu atividades de jornalista e de político, e teve viva participação na vida intelectual dos círculos pernambucanos -. Era identificado com as forças conservadoras da política.” (MOTA, 1978, p. 60-61). Precisamos salientar que o contexto de produção do mito, o Nordeste, como citado por Hasenbalg (1979) e Azevedo (1975), apresentava uma integração social com mais equidade entre sujeitos negros e sujeitos brancos, e devido ao grande número de população negra, era possível notar que, diferente de outras partes do Brasil, como no Sul, no Nordeste havia mais sujeitos negros ou não-brancos desempenhando funções sociais e trabalhos que não eram oportunizados a eles em outros lugares.

Ante o exposto, Hasenbalg (1979, p. 163) afirma que “com a abolição final, o restante da população escrava nordestina foi reabsorvido sem muita dificuldade, no quadro de relações de trabalho previamente estabelecido, caracterizado pela dependência senhorial. Isso expandiu as fileiras de lavradores, moradores e, em grau menor, assalariados rurais”, ou seja, empreende-se a ideia de que, ali, não houveram tantas dificuldades na transição entre o escravismo e a industrialização. Dentro desta mesma discussão, Azevedo (1975, p. 6) aponta que “à Bahia e à parte norte — mais tradicional e mais densamente composta de descendentes de africanos — parecem favorecer o ideário da democracia racial”, também pelo fato de citar um certo êxito na integração social do negro, o que podemos contestar se observamos que, na verdade, os negros continuaram ocupando lugares de servidão, sabendo que a população de imigrantes (destinada a substituir o trabalho dos ex-escravos encarados como socialmente inaptos) chegou em menor quantidade ao nordeste do país, porém, sempre desfrutando de mais privilégios⁴³. Por conseguinte, devido à maior quantidade de sujeitos negros e não-brancos nestas regiões e o “mandonismo” da classe dominante, que não houve outros meios de manterem-se bem separadas as “castas sociais”, do que designarem, majoritariamente, sujeitos negros ao posto de operários e os sujeitos brancos aos postos de patrões e de controladores da ordem social.

Retomando esse passado de Gilberto Freyre podemos compreender quais foram as possíveis influências que corroboraram a formação do seu pensamento de democracia racial,

⁴³ “Um exemplo de como os imigrantes tinham tratamento diferente dos negros, eram algumas regalias que podemos mencionar que eram concedidas e eles em São Paulo: em 1881, o governo de São Paulo passa a pagar metade dos custos de transporte, devendo o restante ser saldado pelo imigrante ao fazendeiro que o importara; em 1884, o governo começa a reembolsar integralmente os gastos com passagens e; em 1885, o governo passa, ele próprio, a subsidiar diretamente o custo de transporte dos imigrantes.” (BENTO, 2002, p. 54).

mesmo em um contexto multifacetado por questões sociais fundamentadas pela discriminação racial. A realidade que circundava o autor e os recortes sociais levam em direção a uma lógica que não faz sentido em nenhuma relação humana: a de fornecer graus absolutos para temas que envolvem a complexidade humana e das suas relações. Explicar o racismo não é tarefa simples e exige um manejo do discurso, que é mais difícil do que o que se emprega no artifício da ofensa ou da prática discriminatória (PEROZZO, 2019).

Dentro disso, descrever as razões de uma atitude ser considerada racista requer uma visão “imersa no caráter universalista” (PEROZZO, 2019, p. 135) e menos reducionista, envolvendo várias e complexas instâncias de atuação, porque, de fato, não se sabe ao certo quais são os objetivos dos ideais racistas, podemos supor, mas não conseguimos afirmar. O racismo é uma instância multimodal⁴⁴ de julgamento do outro, pois ele cria uma interação “de dois ou mais elementos para que haja o desenvolvimento de determinada ação” (PEROZZO, 2019, p. 144), sendo assim, ele deriva de unidades descentralizadas. Perozzo (2019) aponta ainda que:

Os blocos de informações do mundo externo fluem para o sistema e influenciam a interação de alguns de seus componentes. Se um determinado bloco estiver presente regularmente, um padrão específico de atividade será causado no sistema. Adicionalmente, se dois blocos de informações estiverem regularmente presentes e juntos, o sistema desenvolverá automaticamente uma associação entre os dois. Assim, à medida que o sistema encontra diferentes condições no ambiente, ele gera novas estruturas para representar essas condições. (PEROZZO, 2019, p. 145).

Conforme indicado, acreditamos que se fomentou através do mito a profusão destes “blocos de informações”, que ao interagirem com outros “blocos adaptativos” (históricos, sociais, culturais, econômicos, discursivos), possivelmente geraram fenômenos sociais (e linguísticos) que são atravessados por toda essa ótica de segregação racial e ideologia que discutimos aqui. A informação é capaz de gerar consenso e desacordo, mas, tudo dependerá da ideologia empregada ao discurso, aos critérios utilizados e o ponto de vista narrado e, no Brasil, este controle também está nas mãos da classe dominante, o que pode gerar um esvaziamento da narrativa, no sentido de desacreditá-la. Por isso que o processo de retomada e compreensão destas nuances também é moroso, razão pela qual devemos ter todo o zelo ao lidarmos com tais questões.

Notamos que a história brasileira tentou produzir um consenso de si mesma criando uma ficção sobre a sua própria fundação, um esforço empreendido desde o famigerado “Concurso do IHGB”, em 1846, em que Carl Von Martius ganhou tal congratulação por construir, como

⁴⁴ “O texto multimodal é, por conseguinte, uma unidade de significação, constituída pelos recursos semióticos dos diversos sistemas escolhidos pelo produtor de texto, num contexto de situação, para determinados fins comunicativos.” (VIEIRA; CARMINDA, 2015, p. 98).

queria o “Império Brasileiro”, uma narrativa sobre o Brasil que contasse sobre o “êxito da harmonia entre raças” que se “vivia” no país, outro momento histórico e problemático, quando sabemos que o autor criou a sua obra baseado em uma pesquisa bibliográfica e não, minimamente, em missões etnográficas (REINALDO, 2014). Esta também é uma raiz histórica do surgimento do mito da democracia racial, porque:

O IHGB, seguindo os passos deixados por Martius, acabou tomando como aspecto central para a escrita da história nacional o elogio da colonização portuguesa – tendo Francisco Adolfo de Varnhagen como o maior expoente desse tipo de reflexão. Isso porque, mesmo apostando na possibilidade de uma independência cultural do país, ainda creditavam muito ao colonizador/civilizador a instituição da própria brasilidade. (MALEVAL, 2010, p. 50).

Vemos que quanto mais nos aprofundamos no mito, mais ele se enfraquece e se mostra sem pilares para sustentar a sua própria existência, o que não deixa de ser o próprio valor empírico do mito, como dito por Schwarcz (2014, p. 48): “a causa de um mito é sempre uma contradição, e por isso ele cresce em espiral, a partir de suas inúmeras versões” e acreditamos que colocar o mito da democracia racial em crise, para desvelarmos os seus movimentos, seja fundamental para mostrarmos as verdades do seu processo de produção, que está envolto à complexidade do racismo, mas, também, às ferramentas do discurso, as quais possuímos mais habilidade, exemplos e materialidade para trabalhar.

Apresentadas as nuances sociais do mito da democracia racial, gostaríamos de ressaltar um último elemento mencionado por Skidmore (2012) que é a produção e fomento desta ideologia em um momento de crise, tanto econômica, quanto social. O surgimento do mito foi envolto a um momento histórico, em que o Brasil vivia um conflito social motivado pelas desigualdades raciais, que envolviam os antes senhores de escravos, e aqueles antes escravizados e, para evitar-se o embate físico, como ocorria nos EUA (SKIDMORE, 2012), o governo tratou de erigir e difundir uma ordenação social que operasse para desestimular qualquer manifestação parecida, até mesmo as ideológicas, fomentando a ideia de democracia racial.

Consequentemente, vemos que as narrativas de imposição ideológica de sujeitos brancos sobre sujeitos negros não romperam com o passado colonial, nem tampouco escravista, do contrário, queira ou não, a disposição dos blocos sociais ainda mostra que, estas, são uma das bases mais sólidas que sustentam a organização social do Brasil. Falou-se do problema racial no Brasil partindo do mesmo lugar onde se cometeu o abuso de poder, difundindo-se as ideias dos mesmos sujeitos que criaram estas estruturas, feitas e limitadas apenas às suas próprias atuações, ou seja, comparando: “quem cometeu o crime julgou a si mesmo”, como

vemos nos processos de Corregedoria de forças militares e civis públicas, em que os tribunais que julgam os réus, formam parte das mesmas alas administrativas, com o mesmo corpo técnico que os treinam, por exemplo.

Os processos de construção de narrativas sobre a formação do Brasil não se mostram democráticos e nem plurais, eles apenas utilizam da massa para justificar “a necessidade da paranoia” (BENTO, 2002), a geração do mito, dando a impressão de que havia uma classe dominante que estava ameaçada por uma classe inconsciente e violentamente controlada. Não podemos nos limitar a estes registros.

Acreditamos que a história do Brasil ainda está para ser escrita, ou melhor, ainda precisa ser reescrita para tentarmos revogar este passado de ocultação da realidade por uma narrativa com dados, que seja inclusiva, ampla e que aporte o maior número de vozes possíveis, que possam representar a multietnicidade do nosso país, sem tentar agrupar as individualidades que, na verdade, são múltiplas, bem como evitar-se apagá-las, aculturá-las ou compará-las, gerando uma ideia de hierarquia e de maior ou menor importância entre as culturas.

O ideal de “consciência nacional” tende a criar um pensamento coletivo que guia as paixões dos sujeitos que vivem em um mesmo território, para uma única verdade e isso, numa terra de imigrantes, de violados e usurpados como é o Brasil, termina por apagar a história dos oprimidos e por propagar a história dos tiranos. O Brasil, feito de colônia, sempre esteve nas mãos e no controle de pessoas que nunca quiseram que, talvez, ele fosse o que é: uma nação com consciência de si. É possível enxergá-lo como uma marionete sendo conduzida por um império genocida, que além de eliminar o que já existia como identidade antes do marco temporal da invasão, tratou de impor a sua cultura como a única vigente e forçadamente incontestável. Estes e outros fatores sustentam as bases da ideologia racista ser tão latente na organização social brasileira.

2.2 Discurso, racismo e identidade negra

Indo ao encontro do que concebem pensadores negros como Lélia Gonzalez (1979, 1984), Maria Aparecida Silva Bento (2002), Nilma Lino Gomes (2005) e Sílvia Almeida (2019), vamos discutir as bases teóricas que fundamentam algumas hipóteses do nosso estudo e que podem ser elementos que influenciam no trânsito ideológico entre a prática social e o evento social. Assim como apontamos como a massiva promoção do “mito da democracia racial no Brasil” ajudou a conceber um estrato social estruturado por uma ideologia de controle de corpos e mentes, vamos assinalar algumas considerações das autoras e autores acima, para

explicarmos como ainda hoje, no século XXI, continua-se a reproduzir um ideal de negritude “classe submissa” perante uma “classe social branca dominante”, induzida por e induzindo a processos ideológicos que entendem a desigualdade e suas consequências como algo natural a estes sujeitos.

Além dos pressupostos históricos que discutimos nas páginas anteriores, acreditamos que alguns eventos e práticas sociais merecem ser posicionadas para que se possa compreender como há a possibilidade do discurso comportar e ser utilizado como uma ferramenta de propagação de ideologias que sustentam a prática de abuso de poder, que partem de uma classe hegemônica que fomentou o mito da democracia racial. De outros modos, também discutiremos alguns pressupostos que se inseriram na nossa cultura e, de certa forma, no imaginário coletivo, e que também alimentam com dados e informações os processos sociocognitivos da mente, bem como no trato social. Trataremos sobre questões como branquitude, pacto narcísico da branquitude e racismo estrutural para construirmos uma linha de argumentação sobre as bases da prática social racista, que pode estar sendo transportada para o âmbito discursivo, bem como o discurso pode estar influenciando a prática, numa relação tridimensional entre ideologia, discurso e sociedade.

Pensamos que seja importante trazermos estes conceitos à dissertação porque eles possuem uma linha corrente, como se fossem vagões que vêm sendo conduzidos pelo mito, e atado a ele, estão cada uma dessas questões sociais. Esta analogia também serve para ilustrar como enxergamos no mito um impulsor da dificuldade de debater-se sobre questões raciais no Brasil, porque vimos que se tratou do fomento de um projeto de nação, em que este mito pode ser visto como um dos esteios que, em seguida, impulsionou as discriminações, que impulsionaram a exclusão social, que impulsionaram as desigualdades, que agem por todos os âmbitos da vida do grupo de classe dominada.

Sabendo que podemos estar desvendando um longo e ambicioso projeto ideológico de manutenção de privilégios e abusos, em que mitos, pactos, estruturas, podem ser desdobramentos práticos e reconhecidos de um sistema de controle social, por isso é importante discutirmos o que cada conceito poderia acrescentar à dinâmica interacionista da formação e uso do discurso como ferramenta de poder. Um primeiro esforço lógico que podemos notar sobre a manutenção da fantasia da democracia racial foi o que Lélia Gonzalez (1979) sintetizou como sendo uma das razões da classe dominante fomentar a estrutura de organização política e econômica: deixar bem definida uma distância entre os grupos antagônicos no Brasil, antes senhor, agora patrão, antes escravo, agora “massa marginal”.

Para a autora, “se o sistema, enquanto um todo, exige a redução da interdependência de suas partes, é claro que se a autonomia relativa de uma delas for ameaçada, o sistema também o será” (GONZALEZ, 1979, p. 5) e, pensando sobre isso, em uma ideologia de hierarquias, etnocentrismos e meritocracias, não se enxerga o outro como sujeito, senão como mercadoria ou competidor e poderíamos dizer que para não se ter uma competição, a classe dominante tratou de manter seus “concorrentes” como meras mercadorias sobre o seu controle, limitando a sua participação nos processos políticos, econômicos e culturais (GONZALEZ, 1979, p. 6).

Outro ponto citado pela autora que é muito importante destacarmos sobre o lugar de marginalidade que a classe dominante impôs à classe dominada foi quanto “à distribuição geográfica da população negra, isto é, a sua localização periférica em relação às regiões e setores hegemônicos.” (GONZALEZ, 1979, p. 9). Esta imposição, além de colocar os sujeitos privilegiados no centro do poder, com melhores condições econômicas, de acesso e de bem-estar social e exemplificando o seu modo de vida como o mais digno e como o modelo a ser seguido, influenciou e influencia diretamente na forma como os sujeitos antagônicos são vistos, reproduzidos, tratados e interpretados, porque a designação periférica da população negra também pode influenciar na construção de estereótipos e preconceitos raciais, que são reproduzidos em discursos discriminatórios e excludentes pela branquitude, por exemplo, reforçando as desigualdades sociais e naturalizando as condições de opressão e marginalização da classe dominada. Neste ponto é possível concluir que o discurso não se trata apenas de um processo de comunicação, mas, também de um recurso para a manutenção das relações de poder.

Em vista disso, atribuir aos sujeitos negros a culpa pelo seu distanciamento social ou pela falta de acesso, seria mais uma tentativa dos verdadeiros responsáveis fugirem do necessário debate racial, assim como seria uma forma de atribuir-se preconceitos ou estigmas a essa sociedade marginalizada apenas pelo lugar onde ela se instala; é desconhecer que os processos históricos da era da industrialização, por exemplo, excluíram mais do que incluíram essa população marginal, como afirma Lélia Gonzalez (1979, p. 7) ao dizer que “em termos de realidade brasileira, há que considerar que a maioria da população, praticamente, não alcançou a situação de força de trabalho relacionada ao capitalismo industrial competitivo”.

Todas essas nuances tendem a transformar-se em via de regra para que se minimize a pluralidade dos sujeitos negros e se marque, com critérios estritos, uma distância entre a classe dominante e a classe dominada. Quando Lélia Gonzalez (1979) aponta que “a repentina passagem do regime servil para o de trabalho livre fez do “bom escravo um mau cidadão” (GONZALEZ, 1979, p. 7), se trata de como, rapidamente, a cultura dominante passou a reprimir

a vida daqueles sujeitos negros de diversas formas como: 1) proibindo rodas de capoeira e de sambas⁴⁵; 2) proibindo cultos de matriz africana⁴⁶; 3) proibindo de frequentarem instituições de ensino⁴⁷; entre outras intervenções e abusos que criavam uma marginalização da cultura e do que era ser negro, empregando um caráter nocivo às suas manifestações. É importante lembrar que muitos desses crimes eram passíveis de pena de morte, como vemos a seguir:

O Código Criminal do Império permitia que os juízes sentenciassem os cidadãos livres a uma dezena de penas diferentes, a depender do crime: morte na forca, galés (trabalhos públicos forçados, com os indivíduos acorrentados uns aos outros), prisão com ou sem trabalho, banimento (expulsão definitiva do Brasil), degredo (mudança para cidade determinada na sentença), desterro (expulsão da cidade onde se deu o crime), suspensão ou demissão de emprego público e pagamento de multa. A prisão podia ser perpétua ou temporária, assim como as galés, o degredo e o desterro. (Agência Senado Brasil).

Diante disso se observa que empregavam-se muitas penalidades às demonstrações públicas e privadas da identidade negra. O que antes era controlado através da tortura e do castigo, agora, também continuava sobre este controle, acrescido do aporte da legislação. É interessante como se marca a identidade ora como “escravo”, ora identificado apenas pela prática social (como pelo culto e pela capoeira e dança) e até a atribuição de “vadios” para qualificarem um mesmo tipo de sujeito. Estes movimentos que se aproximam do que compreendemos por “estigma”, focalizados em um discurso tão importante como o de uma lei, denotam que, seguramente, influenciaram na compreensão coletiva sobre o que representava ser escravizado e sobre o que se deveria fazer com algumas de suas manifestações, forçando que o “embranquecimento” de sua identidade seria o caminho para a sua inclusão ao constructo social.

É interessante notar que não havia, já nesta época, uma lei que proibisse os cultos pagãos, judaicos ou cristãos, muito comum entre os imigrantes, por exemplo, mas a diferenciação realmente marcava uma exclusividade de controle da cultura do negro. Não podemos nos esquecer desses predecessores históricos ao analisarmos práticas da pós-

⁴⁵ BRASIL. Decreto-lei nº847, de 11 de outubro de 1890) Capítulo XIII - Dos vadios e capoeiras. Art. 402. Lei de Proibição da Capoeira: Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil (Decreto número 847, Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal; Pena de prisão celular de dois a seis meses.

⁴⁶ BRASIL. Decreto-lei nº. 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1904. p. 210-223. Enquadrava aquele que praticasse o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usasse de talismãs e cartomancias, para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar curas de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública.

⁴⁷ BRASIL. Decreto-lei nº 1.331-A, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1854: Art. 69. Não serão admitidos a matrícula, nem poderão frequentar as escolas: § 1º Os meninos que padecerem moléstias contagiosas. § 2º Os que não tiverem sido vacinados. § 3º Os escravos.

modernidade que muito se parecem com as práticas do Brasil colonial, como a resistência do Comitê Olímpico Internacional⁴⁸, um órgão europeu, que se nega a realizar competições oficiais de capoeira, porque não consegue enquadrar o seu padrão etnocêntrico na singularidade da luta, que já é considerada um esporte olímpico praticado em mais de 150 países. Estas instituições de poder preferem excluir do que incluir tudo o que não se encaixe em suas pontuais normas que, muitas vezes, se creem como gerais e marco inicial de tudo que existe, algo que as teorias decoloniais nos mostram o contrário.

Ante o exposto, Lélia Gonzalez discute que essas segregações são processos que tendem a diminuir o “índice de nigrescência de nossa gente, arianizando nosso povo e caminhando para um refinamento cada vez mais apurado da raça, num processo de classificação” (GONZALEZ, 1979, p. 8), algo similar ao que se tenta formatar sobre o negro e seus costumes. Outro exemplo que podemos comparar são os casos de discriminação religiosa do passado e os crimes de intolerância religiosa do presente. A “Lei contra feiticeiro” de 1805, e a “Lei contra charlatanismo e curandeirismo” de 1948 são outros exemplos que mostram como a cultura dominante coagia as manifestações de credo dos sujeitos, quando escravizados, como também após a abolição do regime.

Com este recorte histórico queremos lembrar que a intolerância religiosa não é uma prática recente e que perdura até a atualidade. Assim como a discriminação e o racismo, estas práticas sofrem diversas modificações e reestruturações, no entanto, mantendo o caráter discriminatório como linha de conduta. O professor Sidnei Nogueira (2020, p. 19) afirma que “o preconceito, a discriminação, a intolerância e, no caso das tradições culturais e religiosas de origem africana, o racismo se caracterizam pelas formas perversas de julgamentos que estigmatizam um grupo e exaltam outro”, em outras palavras, há uma valorização de grupos hegemônicos e uma desvalorização de grupos minoritarizados.

Como aponta Nogueira (2020), estas ações estão sustentadas pela ignorância, moralismo, conservadorismo e também pelo poder político que, ao praticarem atitudes discriminatórias e igualmente ao não reprimi-las, colaboram com a produção de estigmas, o que é visto pelo autor como um exercício de poder, que também exclui, segrega, apaga, silencia e aparta do grupo considerado “normal” e de prestígio, tudo aquilo que não é visto como aceitável. Cultuada desde a colonização e também vista como um processo de apagamento da cultura negra, a intolerância religiosa seria:

⁴⁸ REIS; AMBROSIO, 2022. A capoeira pode ser olímpica?. Disponível em: <<https://sementedoporte.org.br/2022/03/17/a-capoeira-pode-ser-olimpica/>>. Acesso em 14 dez. 2022.

Um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a crenças, rituais e práticas religiosas consideradas não hegemônicas. Práticas estas que, somadas à falta de habilidade ou à vontade em reconhecer e respeitar diferentes crenças de terceiros, podem ser consideradas crimes de ódio que ferem a liberdade e a dignidade humanas. (NOGUEIRA, 2020, p. 20).

Então, vemos que por várias frentes os sujeitos negros vêm sendo atacados pela estrutura social e pela sociedade brasileira. Vimos que as oportunidades de trabalho eram limitadas, que as representações discursivas fomentaram a ideia de um sujeito “incapaz” e “limitado” que era inferior aos sujeitos brancos e, agora, vemos que as manifestações culturais e dogmáticas que concernem à estrutura identitária da negritude eram (e são) perseguidas e vítimas de atitudes fomentadas pelo ódio (NOGUEIRA, 2020, p. 21) principalmente partindo de ideologias etnocêntricas, com também já afirmamos.

Como aponta o professor Sidnei Nogueira (2020) essas distinções são fundamentais para manterem-se as estratificações sociais, porque uma cultura que goza de uma posição de poder, consegue promover um “senso comum” que fomenta, por exemplo, o que se considerará por certo e/ou errado, aceitável ou inaceitável, como natural ou como anormal, o que se considerará sacralizado ou como profano e, é importante ressaltar que nas sociedades em que os valores laicos não estão totalmente delineados ou respeitados, como no Brasil, este domínio através do controle da manifestação da fé pode ser ainda mais perigoso. Sobre este ataque:

As ações que dão corpo à intolerância religiosa no Brasil empreendem uma luta contra os saberes de uma ancestralidade negra que vive nos ritos, na fala, nos mitos, na corporalidade e nas artes de sua descendência. São tentativas organizadas e sistematizadas de extinguir uma estrutura mítico-africana milenar que fala sobre modos de ser, de resistir e de lutar. Quilombo epistemológico que se mantém vivo nas comunidades de terreiro, apesar dos esforços centenários de obliteração pela cristandade. (NOGUEIRA, 2020, p. 29).

Estas e outras formas de discriminação do negro e de sua negritude constituem diversas categorias de atuação do racismo na vida dos sujeitos pretos. Podemos ver que essas ações são coordenadas para tudo que possa representar a identidade do que envolve a materialidade negra, como se o apagamento agisse por diversas frentes, o que nos leva a confirmar que as violências induzidas ao negro são materiais, simbólicas e, inclusive, legislativas, configurando uma ordenação que prolifera a perseguição e o ódio a este sujeito (NOGUEIRA, 2020, p. 44).

Ante o exposto, queríamos salientar o caráter racista por trás das leis que proibiam⁴⁹ escravos e, depois, sujeitos negros de frequentarem instituições de ensino. Esta é mais uma

⁴⁹ VAZ, Lívia Sant'Anna. Cotas raciais. São Paulo: Jandaíra, 2022.

forma de impedir e controlar o progresso social que eles, possivelmente, alcançariam através da educação. Em termos *freirianos* (1986), o fato de diversas gerações de sujeitos negros terem sofrido com esta proibição, bem como por não terem a oportunidade de questionar a sua realidade, sem experimentar toda classe de opressão, pode ter contribuído para décadas de estagnação de projetos que seriam empregados para sua autolibertação, fomentando, principalmente, a libertação de mentes, já que constatamos um incremento despendido aos escravizados e, posteriormente, aos negros livres, de criarem uma autoimagem de si conectada à submissão e fadada à distopia de sua realidade, controlada por uma classe dominante.

Mas, as respostas que temos foram apresentadas por Gonzalez (1979) que confirma, parcialmente, os desdobramentos históricos provocados por essas políticas de exclusão escolar⁵⁰, em que ela conta que “apesar da elevação do nível de escolaridade da população brasileira em geral, no período 1950/1973, verificamos que a população de cor continua a não ter acesso aos níveis mais elevados do sistema educacional (2º grau e universidade).” (GONZALEZ, 1979, p. 11).

Então, transcorridas seis décadas após a abolição⁵¹ ainda se podia encontrar uma organização social que não incluía os sujeitos negros no contexto social. O advento das cotas raciais, como política pública, diminuiu esse abismo no século XXI, mas devemos ressaltar que esta ação afirmativa é mínima frente a tamanha questão social compreendida. Paulo Freire (1986) já nos atentava sobre a época do “grande domínio”, em que senhores de escravos, mesmo nas relações pós-escravismo, mantinham sobre o negro uma visão de paternalismo, outra prática racista que visa o controle social e que também impede o diálogo sobre a autonomia negra sobre as relações raciais, como um todo. Para ele:

A distância social existente e característica das relações humanas no grande domínio não permite a dialogação. O clima desta, pelo contrário, é o das áreas abertas. Aquele em que o homem desenvolve o sentido de sua participação na vida comum. A dialogação implica na responsabilidade social e política do homem. Implica num mínimo de consciência transitiva, que não se desenvolve nas condições oferecidas pelo grande domínio. (FREIRE, 1986, p. 70).

De fato, percebemos que os esforços ideológicos, legislativos e correlatos para manter-se a população negra, mesmo após libertada, atada ao paternalismo da classe dominante, revela como foi possível postergarmos tanto o diálogo sobre as relações raciais, que ainda engatinha

⁵⁰ Segundo a autora (1979) “a maioria das crianças negras, nas escolas de primeiro grau, são vistas como indisciplinadas, dispersivas, desajustadas ou pouco inteligentes. De um modo geral, são remetidas aos postos de saúde mental para que psiquiatras e psicólogos as submetam a testes e tratamentos que as tornem ajustadas.”

⁵¹ E ainda persiste na atualidade, temos que ressaltar.

para encaminhar proposições, pois encontra-se muitos obstáculos para a sua estabilidade ou aceitação. Isso se deve à força que a prática social do racismo ganhou em relação à prática social do diálogo, por exemplo. Gonzalez (1979, p. 8) aponta que no Brasil:

O racismo - enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas - passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura, na medida em que beneficiou e beneficia determinados interesses. "Nas sociedades de classes, a ideologia é uma representação do real, mas necessariamente falseado, porque é necessariamente orientada e tendenciosa – e é tendenciosa porque seu objetivo não é dar aos homens o conhecimento objetivo do sistema social em que vivem, mas, ao contrário, para mantê-los em seu “lugar” no sistema de exploração da classe" (Althusser, L., 1967, p. 39-40). Vale ressaltar que a eficácia do discurso ideológico é dada pela sua internacionalização por parte dos atores (tanto os beneficiários quanto os prejudicados), que o reproduzem em sua consciência e em seu comportamento imediato.

Daí partem as nossas suposições de que o racismo (prática social e prática discursiva) se estabilizou amplamente como uma ideologia e que ele também conseguiu transformar o debate racial em um mito, porque, partindo da classe dominante, esta tratava de defender que as atitudes que se fundam por bases racistas, eram irreais, ilusórias ou exageradas. Gonzalez (1979, p. 9) destrincha o conteúdo formador da estrutura racista, argumentando que chega a ser uma “articulação ideológica que toma corpo e se realiza através de um conjunto de práticas (isto é, discriminação racial)”, que passou a ser um dos principais moduladores sociais da posição ocupadas por brancos e negros nos arranjos sociais (MOREIRA, 2017).

Por isso, acreditamos que seja o racismo o fio condutor do pós-abolição que se organizou por diversas frentes (políticas, leis, tratados, pactos) e se munuiu de estratégias para reprimir as manifestações da negritude, bem como para continuar a sustentar uma sociedade baseada na subordinação e na concentração do poder. As palavras de Lélia Gonzalez (1979, p. 12) revelam “uma forma de perpetuação dos mecanismos de dominação utilizados pelo sistema” que, naquela época já reagiam “negativamente quando uma minoria negra, consciente do racismo disfarçado, denuncia os diferentes processos de marginalização a que seu povo está submetido”, revelando como o controle do e pelo discurso era uma disputa da e pela própria liberdade. Para a autora:

Tais condições remetem-nos ao mito da democracia racial enquanto modo de representação/discurso que encobre a trágica realidade vivida pelo negro no Brasil. Na medida em que somos todos iguais “perante a lei” e que o negro é “um cidadão igual aos outros”, graças à “lei áurea”, nosso país é o grande complexo da harmonia inter-racial a ser seguido por aqueles em que a discriminação racial é declarada. Com isso, o grupo racial dominante justifica sua indiferença e sua ignorância em relação ao grupo negro. Se o negro não ascendeu socialmente e se não participa com maior efetividade nos processos políticos, sociais, econômicos e culturais, o único culpado é ele próprio. (GONZALEZ, 1979, p. 11-12).

González ainda afirma que a identidade social do negro era atrelada a características que representavam a “preguiça”, a “irresponsabilidade”, o “alcoolismo”, a “infantilidade”, entre outros, determinando que eles eram capazes apenas de executar tarefas que não exigiam um esforço cognitivo, uma ideia estruturada pelo determinismo e pelo etnocentrismo (GONZALEZ, 1979). E podemos perceber que a baixa ocupação de cargos importantes por sujeitos negros, também, na atual organização econômica capitalista, demonstra como estes “valores” foram eficazmente reproduzidos e perpetuados, devido às mesmas injustiças socioeconômicas do período colonial estarem tão latentes nos grupos historicamente dominados.

2.3 A influência ideológica do pacto narcísico da branquitude nas relações sociais

Pudemos ver a teia dialógica entre “mito da democracia racial”, “embranquecimento” e “discriminação”, que resultaram em um conjunto de práticas sociais, provenientes deste período de escravismo. No entanto, precisamos compreender alguns pontos importantes sobre a sua estruturação como ideologia e fio condutor do contexto social brasileiro. Lélia Gonzalez, agora em 1984, publicou o artigo “Racismo e Sexismo na cultura brasileira”, que trouxe para o debate racial muitas contribuições, tal como o conceito de “neurose cultural brasileira”⁵², que enxergava o racismo como uma patologia da organização sociopolítica.

Lélia Gonzalez (1984) via a população de classe dominante adoecida por seus próprios meios, cooptada pela sua própria condição paternalista, onde o “neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalçamento.” (GONZALEZ, 1984, p. 232). É muito interessante essa posição que relaciona questões psicológicas, com as questões sociais, para balizar os pressupostos ideológicos da prática social. De fato, ela parte dos sujeitos que compõem uma estrutura que é influenciada pelo comportamento vigente, logo, concluímos que o racismo é uma prática de autopreservação de privilégios da classe dominante.

⁵² Guerreiro Ramos em "Patologia social do branco brasileiro" (1957) afirmava que “[...] a minha tese é a de que, nas presentes condições da sociedade brasileira, exista uma patologia social do “branco” brasileiro e, particularmente, do “branco” do “norte” e do “nordeste”. Esta patologia consiste em que, no Brasil, principalmente naquelas regiões, as pessoas de pigmentação mais clara tendem a manifestar, em sua auto-avaliação estética, um protesto contra si próprias, contra a sua condição étnica objetiva. E é este desequilíbrio na auto-estimação, verdadeiramente coletivo no Brasil, que considero patológico. Na verdade, afeta a brasileiros escuros e claros [...]” (RAMOS, 1957, p. 177).

Existem duas frentes que podem explicar essa “neurose cultural brasileira” e sua manutenção, que são os conceitos de pacto narcísico da branquitude e de racismo estrutural. Sobre o primeiro, evocamos os pressupostos que Maria Aparecida Silva Bento (2002) apresentou em sua tese de doutorado sobre “Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público”. A autora explica a epistemologia do surgimento do pacto citando alguns processos psicológicos e sociais discutidos por René Kaës (1997), informando que o autor:

Sustenta que, os produtos do recalque e os conteúdos do recalçado são constituídos por alianças, pactos e contratos inconscientes, por meio dos quais os sujeitos se ligam uns aos outros e ao conjunto grupal, por motivos e interesses superdeterminados. Esse acordo inconsciente ordena que não se dará atenção a um certo número de coisas: elas devem ser recalçadas, rejeitadas, abolidas, depositadas ou apagadas. Principalmente se o reconhecimento de determinadas dimensões da realidade põe em risco os interesses do grupo. O que nos remete novamente ao medo da perda de lugares de poder e dos privilégios decorrentes desses lugares. Esse medo, podemos observar, acompanha a história de nosso país, e se intensifica quando o negro muda de lugar, aproximando-se do branco nos espaços de poder, ou quando o negro é maioria na localidade. (BENTO, 2002, p. 56).

A primeira base do pacto é ignorar que alguma coisa esteja errada na disposição da organização social, uma posição irreal, que não condiz com a intensa subordinação dos sujeitos negros a uma cultura dominante, que os tangenciam de diversas formas, seja negligenciando direitos, seja através do genocídio da população negra (NASCIMENTO, 1978, p. 107). A própria sustentação se ancora no fato da classe dominante também ser a que controla, por exemplo, os meios de produção, de ensino, de sincretismo, de legislação, de política, de economia, de comunicação e de discurso.

O uso ideológico destas instâncias de poder e de demanda social, igualmente transformam as suas funções e ações em reflexos desse sistema de manutenção de desigualdades sustentado pela branquitude, pois, se as instituições são controladas por sujeitos sociais, estas mesmas passam a ser âmbitos sociais e a reproduzirem a estrutura social vigente. Almeida (2019) diz que, além do racismo também ser reproduzido nas instituições, as questões ideológicas envoltas a ele fazem com que se projetem mecanismos institucionais, capazes de impor os interesses políticos e econômicos de uma classe dominante a uma massa em situação de domínio. Para o autor:

No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas – o

legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc. – e instituições privadas – por exemplo, diretoria de empresas – depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos. (ALMEIDA, 2019, 27-28).

Salvaguardadas as questões sobre o modo como o silêncio pode fomentar o consenso para a existência do racismo estrutural, Bento (2002) sintetiza algumas relações entre o pacto e esse ato de ignorar a realidade que se mostra, para viver e defender uma realidade paralela, que também é executada através do silêncio e do silenciamento, ou seja, “não discuta e lute para que não se discuta” a questão racial, uma forma de ação de controle mais ativo, que inibe a voz dos sujeitos que se manifestem contrariamente ao estabelecido pela cultura dominante. Quando não se discute o problema, tende-se a acreditar que ele não existe, o que impede o processo de autorreconhecimento da branquitude das suas responsabilidades na ordem social, já que, como afirma a autora “reconhecer a discriminação significa encontrar um lugar para seu próprio grupo dentro do processo que gera a desigualdade.” (BENTO, 2002, p. 101). Estes silêncios frente a uma injustiça social, na verdade, são uma negação do caráter nocivo de comportamentos ou atitudes discriminatórias, até mesmo publicamente reconhecidas como tal, por vezes, legislativamente, tornando o fato de praticar-se o silêncio uma escolha ideológica dos sujeitos ou coletivos.

Um segundo fator que resume a força do pacto, diz respeito às questões trabalhistas: ao contrário do que ocorreu com os imigrantes⁵³ europeus que chegaram no Brasil e foram integrados nos processos de industrialização e na distribuição do trabalho, a classe dominante que majoritariamente controlava os meios de produção, as fábricas, os comércios e as instituições, excluía, inclusive através de decreto legislativos, a contratação de sujeitos negros nestes lugares. Segundo Bento (2002, p. 53):

A exclusão do trabalhador nacional e, portanto, do ex-trabalhador escravo, segundo Silva (1994) foi tamanha que, em 1931, no período do presidente Vargas, foi aprovada uma lei, conhecida como Lei da Nacionalização do Trabalho, que obrigava as empresas a preencherem pelo menos dois terços dos seus postos com trabalhadores brasileiros. Lei esta que, a propósito, ainda hoje consta da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). A inclusão do trabalhador negro na economia, mesmo nas margens, como revelam as estatísticas, deu-se apenas a partir dos anos 30 com a diversificação da produção e ampliação do parque industrial.

⁵³ Bento (2002) destaca dados do censo realizado na cidade de São Paulo em 1893: . 55% dos residentes na cidade eram imigrantes; 84% dos trabalhadores da indústria manufatureira eram imigrantes; 81% dos empregados no ramo de transporte eram imigrantes; 72% dos empregados no comércio eram imigrantes. Na mesma linha, o 1º censo industrial realizado em São Paulo, em 1910, registra que apenas 10% dos operários industriais eram brasileiros. (BENTO, 2002, p. 53).

Assim, notamos uma linearidade que conecta o Brasil colônia ao Brasil moderno, que trocou a força de trabalho não remunerada do escravo, pela remunerada do imigrante, no entanto, sem se realizar uma reparação histórica e, sim, esforços que até impediam que os sujeitos negros, antes escravizados, pudessem ser contratados. Negava-se o acesso ao trabalho de uma forma inclusive sádica em que - posto um novo sistema econômico, que é o capitalismo, em que só há o explorador e o explorado e, reforçando que não há muitos privilégios nesta estrutura e, mesmo assim - o ideário coletivo da branquitude agia de modo a impedir a ascensão do escravo a funcionário, denotando a estes o destino da abjeção social e moral. Bento (2002) ressalta que existe um incômodo que parte da classe dominante, quando esta não se defronta com sujeitos negros em posições de submissão e servidão, afirmando que “considerando os diferentes momentos de trajetória profissional do negro estudados por Bento (1992), aqueles em que as práticas discriminatórias ocorreram com mais intensidade e mais frequência foram os ligados à promoção profissional e à ocupação de cargos de comando”. (BENTO, 2002, p. 57).

Um terceiro fato que fomenta o pacto são os estigmas que se geraram sobre o que significa ser branco e as políticas de embranquecimento. Essa ideia de que somente o branco era capaz de desempenhar funções que demandavam certa intelectualidade, que parte do determinismo biológico que discutimos anteriormente, é o pano de fundo da ideologia de que o negro era incapaz e o branco era vivaz. Dentro disso, se cria uma segregação que insere sujeitos brancos em posições de autarquia e os sujeitos negros em posições de submissão, vendo como impossível que “um negro exerça uma função de um branco ou ‘troque de lugar’ com o branco.” (BENTO, 2002, p. 58). Daqui podem se originar estigmas de que os negros e suas atitudes são naturalmente ruins e que os brancos e suas atitudes e comportamentos são naturalmente bons. Visando “preservar, conservar a manutenção de privilégios e de interesses” (BENTO, 2002, p. 106), a classe dominante fortaleceu a identidade branca no imaginário coletivo ao longo de séculos e vem transportando o discurso de segregação racial contra o negro. A dualidade gerada por essa adversidade, que é uma questão social mal resolvida, produziu *frames* e ordens de discurso que penalizam a negritude e celebram a branquitude, de maneira que facilmente esta se “expande, se espalha, se ramifica e direciona o olhar do branco” (BENTO, 2002, p. 57). A autora destaca alguns pontos sobre a branquitude, que se mostra:

- algo consciente apenas para as pessoas negras;
- há um silêncio em torno da raça, não é um assunto a ser tratado;
- a raça é vista não apenas como diferença, mas como hierarquia;
- as fronteiras entre negros e brancos são sempre elaboradas e contraditórias;
- há, em qualquer classe, um contexto de ideologia e de prática da supremacia

branca;

- a integração entre negros e brancos é narrada sempre como parcial, apesar da experiência de convívio;
- a discriminação não é notada e os brancos se sentem desconfortáveis quando têm de abordar assuntos raciais;
- a capacidade de apreender e aprender com o outro, como um igual/diferente, fica embotada;
- se o negro, nas relações cotidianas, aparece como igual, a interpretação é de exibicionismo, de querer se mostrar. (BENTO, 2002, p. 47).

Com esses *esclarecimentos* podemos compreender a base do pensamento da neurose cultural brasileira: ela obscurantiza qualquer existência que não se assemelha a ela. É como se o caráter de empatia destes sujeitos fosse limitado e guiado apenas para humanizar a si mesmos, daí o uso do conceito de “narcísico” associado ao conceito de “pacto”, porque se trata da adesão a uma ideia de “proteção geral dos seus racialmente iguais”, porém, sem que estes estejam verdadeiramente em perigo (BENTO, 2002). Para simplificar: a branquitude produziu um acordo para preservar-se de algo que não existe, como se se protegessem de uma conspiração, ou de um ataque alienígena, ou o que for possível, queridas leitoras e queridos leitores, que lhes transportem à compreensão de que este pacto é fundado por uma paranoia ficcional, uma mania. Como já mencionamos, o controle dos espaços de poder majoritariamente está nas mãos de sujeitos que fomentam este pacto, tal como a branquitude, que se “dedica a preservar as hierarquias raciais, nas organizações, as quais são essencialmente reprodutoras e conservadoras” (BENTO, 2002, p. 8), então não seria um espanto se estas instituições e tudo que fosse produzido pela branquitude trouxesse as características ideológicas destas, porque, como se tratam de processos cognitivos, sociais e ideológicos desempenhados por eles, que formaram a estrutura moral das instituições dentro das suas convicções de aderência discriminatória, os seus valores também se aderem à estrutura. Sendo assim, se deve ao pacto a função de legitimar:

Uma população que se acredita desracializada, o que colabora para reificar a ideia de que quem tem raça é o outro e para manter a branquitude como identidade racial normativa. A outra hipótese é que desvelar a branquitude é expor privilégios simbólicos e materiais que os brancos obtêm em uma estrutura racista; e, assim, os estudos sobre brancos indicam que o ideal de igualdade racial em que os brasileiros são socializados opera para manter e legitimar as desigualdades raciais. (SCHUCMAN, 2014, p. 84).

Portanto, devemos entender que a branquitude, o pacto e o mito são questões ideológicas e discursivas que interferem nos meios de produção de matérias e de discursos, num processo de interação social que cria representações de mundo sobre os eventos, práticas e agentes sociais e estes se propagam e até se institucionalizam. Devemos refletir que, se nos constituímos sobre uma estrutura de segregação que sequer foi abalada após o seu auge (escravismo), e erguemos

paredes sobre esta estrutura, sem antes nos certificarmos do quão sólidas estavam as nossas verdades, possivelmente nos consolidamos como uma nação sob uma falsa sensação de liberdade, avanço, igualdade e respeito, que até eram dinamizados para um lado e negados para outro, com o detalhe de que, majoritariamente, a classe que se privilegia do controle do poder, é a mesma que limita o acesso. Este lugar de neutralidade frente às questões raciais, inclusive sobre aquelas que aparecem diretamente conectadas a temas de linguagem, de comunicação de massas, de aderência a estereótipos de valores brancos, pactuais e mitológicos, já não podem seguir ocupando o lugar do improvável e sim do evidenciado.

2.4 O racismo estrutural na prática discursiva

Uma das formas de compreendermos como essas prerrogativas se uniram a diversas camadas da sociedade, influenciando processos de interação dos mais simples, aos mais complexos é discutindo sobre o conceito de racismo estrutural, que também é um dos pressupostos que norteiam a nossa pesquisa. Devemos entender como estas práticas sociais e eventos sociais podem estar se aderindo ao discurso midiático em estudo e influenciando a produção de sentidos sobre os atos praticados por agentes sociais negros e por agentes sociais brancos. Para Sílvia de Almeida (2019), atual Ministro dos Direitos Humanos do Governo Lula (2023), o racismo estrutural é uma consequência da propagação ideológica de uma ordem social de discriminações:

Vimos que as instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social. Desse modo, se é possível falar de um racismo institucional, significa que a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes –, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista. (ALMEIDA, 2019, p. 31).

Assim como outros conflitos sociais, como o machismo e a homofobia, o racismo estrutural é um dos produtos históricos das nossas práticas sociais, baseadas em conflitos de interesses entre grupos antagônicos, dentro dessa lógica de dominação de bases segregadoras e discriminatórias da sociedade brasileira, “em que o racismo está presente na vida cotidiana” e pode ser “facilmente reproduzido como prática “normal” em toda a sociedade” (ALMEIDA, 2019, p. 32). Para o Ministro:

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. (ALMEIDA, 2019, p. 34).

Logo, dentro desta visão em que podemos constatar como o racismo se consolidou na estrutura social, presumimos que ele também possa estar agindo no discurso, que também é um processo social, individual e compartilhado. A maneira de usar o discurso e os modos de representatividade utilizados para caracterizar um determinado tipo de identidade socialmente situada não se dão ao acaso, elas decorrem destes fatores históricos, sociais e culturais relacionados ao contexto dos sujeitos, produtores e consumidores do discurso. Assim como Almeida (2019, p. 27) citou que “há instituições conservadoras que institucionalizam os seus interesses”, Fairclough (1995) narra que as instituições de comunicação, como a imprensa, sempre apresentaram alguma tendência ideológica, que era posta através de mecanismos linguísticos, bem como pelo próprio fazer jornalístico. Fairclough (1995) destaca o papel social do discurso, ao relatar que as construções discursivas, as ideias, as posições que se acercavam do “senso comum” utilizadas nas notícias da mídia britânica, também eram percebidas no uso cotidiano da população que consumia aquele conteúdo (FAIRCLOUGH, 1995, p. 45)⁵⁴, logo, evidenciou-se que o discurso midiático, enquanto instituição ativa de um sistema, era capaz de influenciar, fundamentar e transformar as estruturas sociais e, acrescentamos, as práticas e eventos sociais, bem como os próprios agentes.

Com isso queremos salientar que as influências ideológicas da massiva inserção do pacto e do mito no imaginário coletivo, podem incidir tanto de modo individual, como de modo coletivo e institucional nas práticas sociais e, respectivamente, tanto as ações e os eventos individuais como as ações e os eventos coletivos, agem sobre a ordem social. Este é o caráter estrutural do racismo, que é uma progressão dos antecedentes históricos envoltos à questão do conflito racial no Brasil. Para o Ministro Silvio Almeida (2019, p. 34):

Entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas.

⁵⁴ In particular, representations in media texts may be said to function ideologically and exploitation ideological representations are generally implicit rather than explicit in texts, and are embedded in ways of using language which are naturalized and commonsensical for reporters, audiences, and various categories of third parties. (FAIRCLOUGH, 1995, p. 45)

Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ético e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas.

Então, percebemos que os textos que se aderem à ideologia da “branquitude”, ao “pacto narcísico da branquitude” e ao “mito da democracia racial”, possivelmente estão inseridos dentro deste movimento de controle do poder exercido pela cultura dominante através do racismo estrutural e, de igual modo, isto sugere que, provavelmente o discurso está sendo utilizado como uma ferramenta de propagação de ideologias que sustentam a prática de abuso de poder. Se também notarmos, nas análises, que há um esforço para “autoapresentar” sujeitos brancos com valores mais prestigiosos e, do contrário, “outroapresentar” sujeitos negros com valores onerosos, também poderemos estar diante de uma atuação plausível do racismo estrutural conduzindo práticas sociais, inclusive, as discursivas.

2.5 A importância da mídia nos ECD

Em sua teoria tridimensional do discurso, Fairclough (2008) destaca que a mídia é um dos principais espaços em que o discurso exerce o papel de influenciar na formação de identidades, opiniões e ideologias de mundo. Fundamentais para a difusão da informação, as mídias digitais são produtos da prática discursiva e, respectivamente, das práticas sociais, agindo, também, na manutenção das relações econômicas, de gênero e raciais, por serem veículos que transmitem de forma massiva, os valores e as representações que existem no mundo. Segundo Fairclough (1995), a mídia é um dos principais locais onde as relações de poder são exercidas por meio do discurso, uma vez que elas são responsáveis por moldar a maneira como as pessoas compreendem o mundo.

No entanto, nos atentamos às nuances da produção de narrativas de notícias sobre crimes, por sabermos que as pessoas que as produzem “pensam e compreendem o mundo”, em sua maioria, dentro de uma ideologia guiada pela branquitude. Estudos mostram que as Redações de jornais no Brasil são amplamente comandadas por sujeitos brancos do gênero masculino⁵⁵, partícipes chave da classe dominante. Estes e quaisquer atores sociais acabam por

⁵⁵ FOLHA DE SÃO PAULO. “Durante 45 dias, o Jornalistas&Cia entrevistou 1.952 jornalistas em atividade nas Redações espalhadas por todo o país para descobrir o Perfil Racial da Imprensa Brasileira. A maioria dos pesquisados (77,60%) declara-se branca, enquanto 20,10% apresentam-se como negros.”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/12/estudo-aponta-maioria-de-jornalistas-homens-e-brancos-nas-redacoes-do-pais.shtml>>. Acesso em 15 de maio de 2023.

trazer suas percepções e comportamentos para o ambiente e para as narrativas, como explicamos nos processos sociocognitivos ao longo do capítulo anterior, no entanto, os apontamentos históricos, entre outros discutidos neste capítulo, nos revelam que deveríamos, minimamente, temer estes resultados que implicam a existência de uma grande desigualdade étnica na produção da informação.

De outro modo, tanto as mídias como as notícias oferecem muita materialidade para os ECD. Já em 2020, em conjunto com a pesquisadora Marins-Costa⁵⁶, havia-se justificado a necessidade de se estudar os textos da esfera jornalística, pois, compreendemos que as notícias são dispositivos que fazem circular diferentes pontos de vista sobre o mundo. Ademais, o uso de sua materialidade em sala de aula feita por professores e estudantes, são ótimas atividades de letramento crítico na educação, o que também pode colaborar para formarem-se cidadãos autônomos e conscientes.

As diversas bibliografias de estudos das mídias, tanto de Charaudeau (2013) como de van Dijk (2015), indicam que estas são investigações importantes, pois, podem nos indicar como as relações sociais estão sendo atravessadas pelas relações de poder, através do emprego léxico, pragmático, semântico, social de sentenças que apresentam características discursivas e ideológicas muito marcantes ao conflito étnico-racial. Como este trabalho dá prosseguimento à análise de mídias do gênero “notícia” em um cenário específico, poderemos ter uma pequena mostra da articulação entre discurso midiático e questões sociais relevantes.

O fato de Fairclough (1995) nos afirmar que a mídia pode ser, também, um agente de disseminação de ideias e valores, que molda as percepções e as crenças das pessoas sobre diferentes assuntos, incluindo as questões políticas, sociais, culturais e raciais, também nos estimula a averiguar esta constatação no nosso contexto. A tríade entre a dimensão textual, a dimensão discursiva e a dimensão social, podem nos permitir o traçar de hipóteses sobre como estas práticas sociais discutidas ao longo deste capítulo, estão agindo e como elas estão sendo materializadas nas outras duas dimensões, textuais e discursivas, delineadas por Fairclough (2008), nas notícias analisadas.

Entre muitos exemplos de estudos críticos do discurso que analisaram o gênero notícias, gostaríamos que mencionarmos dois que ocorreram, respectivamente, na região sudeste⁵⁷ e na

⁵⁶ COSTA, E. G. M. ; BARROS, C. S. ; PAULA, W. M. C. Análise do discurso aplicada: um caminho para o letramento crítico. In: Cristiano Silva de Barros; Elzimar Goettenauer de Marins-Costa. (Org.). ANÁLISE DO DISCURSO APLICADA À EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA. 1ed.São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, v. 1, p. 7-208. Disponível em: <<https://pedrojoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2020/03/ebookelzimarcristiano.pdf>>. Acesso 01 de fev. 2023

⁵⁷ GIORGI, M. C.; SAMPAIO DE ALMEIDA, F.; SILVA PAIVA, M. V. Mídia, raça e a construção do suspeito: análise discursiva de notícia da Folha de São Paulo. Domínios de Linguagem, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 604–

região centro-oeste⁵⁸, o primeiro intitulado como “Mídia, raça e a construção do suspeito: análise discursiva de notícia da Folha de São Paulo” (GIORGI, SAMPAIO DE ALMEIDA E SILVA PAIVA, 2018) e o segundo de “Análise discursiva da representação de feminicídios no jornal Correio Braziliense” (VENTURA, 2021). Giorgi, Sampaio de Almeida e Silva Paiva (2018), em suas análises apontaram que “o discurso da notícia funciona como mais um dispositivo de controle sobre o corpo negro cerceando a ocupação do espaço por esses sujeitos, produzindo uma limitação topográfica que se desdobra tanto no espaço geográfico, quanto no discursivo.” (p. 622), nos indicando que se comprovam as influências ideológicas de um conflito racial na produção destes discursos do gênero notícia que foram analisados. Este olhar crítico também evidencia que a credibilidade que os sujeitos atribuem a determinadas mídias, portais e jornais, especialmente, às opiniões concebidas, e menos aos fatos informados, pode agir como um elemento de controle social, que também interfere nas relações sociais, como um todo.

Análogo a isso, Ventura (2021) concluiu que “[...] pela linguagem, os meios de comunicação propagam ideologias de forma implícita e muitas vezes reforçam práticas sociais privilegiadas em desfavor de grupos minoritários, exercendo importante papel na formação da opinião de leitoras e leitores.” (p. 130), também indicando a importância de entendermos como as práticas discursivas se multifacetam em práticas sociais.

Um conceito interessante citado pela autora, que é o de “violência linguística” (VENTURA, 2021) sintetiza bem como a manipulação do discurso pode se tornar uma arma nociva, quando ela trata de reproduzir crenças conservadoras, extremistas ou preconceituosas nos textos, e com a difusão e consumo destas notícias e demais produções discursivas pelos leitores, também se propagam estas posições ideológicas. Então, segundo Fowler (1991) um conceito de notícia possível, que se aproxima da dimensão teórica que nos posicionamos nesta pesquisa, se sintetiza como a notícia sendo um:

[...] fenômeno natural emergindo diretamente da 'realidade', mas um produto. É produzida por uma indústria, moldada pelas relações entre a mídia e outras indústrias, pela estrutura burocrática e econômica dessa indústria, e mais importante pelas relações com o governo e outras organizações políticas. (p. 223, tradução nossa)⁵⁹.

624, 2018. DOI: 10.14393/DL33-v12n1a2018-21. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/38761>>. Acesso em: 15 maio. 2023.

⁵⁸ VENTURA, Kárin Giselle Ferreira. Análise discursiva da representação de feminicídios no jornal Correio Braziliense. 2021. 140 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

⁵⁹ "News is not a natural phenomenon emerging straight from 'reality', but a product. It is produced by an industry, shaped by the relations between the media and other industries, by the bureaucratic and economic structure of that industry, and most importantly by relations with government and with other political organizations." (FOWLER, 1991, p.223)

Deste modo, vemos a notícia como uma construção ideológica e social que descreve, difunde e representa eventos e atores sociais dentro de um sistema de produção de informações. Essa trajetória que se orienta através de práticas discursivas e práticas sociais, em forma de notícias, termina por constituir uma indústria cultural que se empreende sob as crenças dos consumidores do discurso, que agem conforme as suas concepções ideológicas, aprendidas, apreendidas e reproduzidas, sendo capaz de modificar a estrutura social.

Para van Dijk (2004, p. 123-124), a construção de notícias permeia por “condições sociais, culturais e cognitivas sobre propriedades organizacionais das mensagens na mídia”, atribuindo-se, então, a impossibilidade de transmitir ao leitor alguma informação, sem a participação dos sujeitos sociais, que são influenciados pelos acontecimentos históricos e pelas organizações e posições ideológicas, na formação do discurso. Deste modo, mobilizam-se muitas dimensões sociodiscursivas na construção dos textos do gênero notícia.

Segundo Frazão (2007), a chamada teoria *gatekeeper* revolucionou o modo como os pesquisadores passaram a ver a importância do gênero notícia nas relações sociais. Dentro deste conceito, a produção de notícias é vista como um aglomerado de escolhas enunciativas que são adaptadas pelo enunciador-jornalista e que, através do juízo de valor, elege quais notícias serão publicadas e quais temas serão evidenciados. Este conceito vê o produtor da notícia como um ator social que expressa, no discurso, os seus posicionamentos dentro de um contexto social.

Então, através das análises das notícias, será possível especificar um delineamento ideológico sob os quais se guiam os valores empregados nos sentidos dos textos jornalísticos, bem como também será possível assinalar o que não foi explícito pelo enunciador ao constituir o relato ou, em outras palavras, será possível reconhecer as chamadas “estruturas de relevância” (VAN DIJK, 2004, p.123) que estão aportadas ao texto.

A importância da mídia para os ECD se concentra no fato das notícias se formarem pelas concepções de um evento que um ator social vivencia em determinado contexto, o que influencia nas representações discursivas e, devido ao poder de propagação, terminam por difundirem-se rapidamente e gerarem impactos que ainda não conseguimos mensurar. Diante disso, percebemos um cenário de atuação sociodiscursiva que deve ser tratado com parcimônia, porque, o fato da mídia conseguir produzir mudanças sociais, guiar interpretações e reforçar estereótipos, bem como minimizá-los, nos indica que as representações sociais podem estar apoiadas neste complexo processos que não só dissemina a informação, mas, também, a manipula.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O *método* de pesquisa dos Estudos Críticos do Discurso é diferente dos demais porque possui um caráter social no campo científico (FAIRCLOUGH, 2012), já que não são os “métodos”, precisamente, que serão acionados durante estes processos de investigação linguística, mas, sim, procedimentos e conceitos que são mobilizados para analisarem-se os textos como um processo social, composto pelo que se conhece como “semiose”, que “inclui todas as formas de construção de sentidos - imagens, linguagem corporal e a própria língua” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 308).

Ante o exposto, ao analisarmos uma prática social de ideologia racista e sua relação com a língua, estamos atuando para contextualizar como as relações sociais estão correlacionadas, nesta semiose, com os processos históricos, econômicos, políticos, entre outros do contexto brasileiro, que vêm modelando e estruturando nossa organização social, como um todo. Segundo Fairclough (2012, p. 309):

São três as maneiras de atuação da semiose. Primeiramente, atua como parte da atividade social inserida em uma prática. É parte do trabalho de um vendedor de loja, por exemplo, usar a língua de uma forma particular, e o mesmo acontece quando se governa um país. Em segundo lugar, a semiose atua nas representações. [...] A representação é um processo de construção social das práticas – incluindo a autoconstrução reflexiva, as representações adentram e modelam os processos e práticas sociais. Em terceiro lugar, a semiose atua no desempenho de posições particulares. As identidades de pessoas que operam em certas posições são apenas parcialmente determinadas pela prática em si. As pessoas de diferentes classes sociais, sexos, nacionalidades, etnias ou culturas, com experiências de vida diversas, produzem desempenhos distintos. (FAIRCLOUGH, 2012, p. 309).

Como vimos, não podemos ignorar o fato de que estes processos de representações e outras práticas, são interpeladas por forças e contratos sociais que estruturam o que chamamos de ordem social e o que os Estudos Críticos do Discurso chamam de ordem de discurso. Diante disso, se constantemente há o acionamento de processos de representação particulares dentro da dinâmica social, denotados a atores sociais específicos, provavelmente, esforços ideológicos sustentados por uma cultura dominante também estão interagindo nas práticas sociais e nas práticas discursivas, produzindo fenômenos sociais que se articulam a grandes entraves socio-históricos.

Como discutimos anteriormente, a nação brasileira e outras nações padecem de uma ordem social estruturada para manter uma hegemonia envolta à cultura da branquitude e isso produz diversas tensões entre os sujeitos étnicos brancos e negros que, ao interagirem, não se separam destas prerrogativas que os circundam e todo produto ou ação que parte deles, carrega

essa bagagem que vem sendo consolidada entre cultura dominante e cultura dominada.

Partindo deste pressuposto e para verificarmos como essa cultura da branquitude se manifesta no discurso, embasadas por Fairclough (2012, p. 311), selecionamos os seguintes procedimentos de pesquisa descritos abaixo e que compõem a auto-estrutura metodológica deste trabalho:

1. Dar ênfase no problema social que é o racismo;
2. Identificar os obstáculos presentes neste problema social;
3. Analisar a representação multimodal de atores sociais no *corpus*;
4. Refletir criticamente sobre a análise.

Organizamos a nossa pesquisa do seguinte modo: nos orientamos para a escolha dos portais ou jornais eletrônicos, baseando-nos no Anuário Mídia Dados Brasil de 2021 (ano ápice da pandemia da Covid-19) e 2022. Os responsáveis são o Grupo de Mídia de São Paulo, que possuem mais de 35 anos de existência e, segundo o Portal Telaviva (2022), trabalham para trazer “informações que representam um panorama da evolução da mídia e de seus canais de contato com os consumidores, consolidando-se como um relatório fundamental para a indústria brasileira da comunicação”⁶⁰. Segundo a Telaviva, o relatório utiliza como materialidade as “fontes, estudos e pesquisas desenvolvidas por mais de cinco dezenas de diferentes empresas e instituições, como Cenp, Kantar Ibope Media, Nielsen, Comscore, IVC, BuzzMonitor, YouPix, IPC Marketing, Crowley Broadcast Analysis e Jovodata”. Também apoiam a iniciativa o grupo Bandeirantes, Eletromidia, Globo, Kwai, NEOOH, Record, SBT, Meta e Google. Ressaltamos que são poucas as métricas e os relatórios sobre estes dados de consumo de mídias no Brasil e este anuário, além de fidedigno, possui método científico e analítico e ainda é de livre acesso. Iniciando nossas buscas no Anuário de 2021, sobre as métricas de 2020, e ao pesquisarmos os dados sobre a quantidade de “circulação dos títulos filiados ao IVC (jornais físicos/mil exemplares)”, a métrica se propôs a avaliar 56 jornais de todo o Brasil e, entre eles, a primeira mídia baiana de destaque é o jornal *Correio*, sendo o 16º em nível nacional; logo após aparece o jornal *A Tarde*, na 21ª posição, estando, naquele momento, no segundo lugar no estado da Bahia. Destacamos também o jornal *Massa!* na 37ª, porém, por pertencer⁶¹ ao mesmo grupo editorial do jornal *A Tarde*, optamos por não utilizá-lo na pesquisa. Abaixo as posições dos

⁶⁰ GRUPO TELEVIVA. “Novo Grupo de Mídia de São Paulo relança o Mídia Dados Brasil”. Disponível em: <<https://telaviva.com.br/07/11/2022/novo-grupo-de-midia-de-sao-paulo-relanca-o-midia-dados-brasil/>> Acesso em 23 de mai. 2023.

⁶¹ Apesar de pertencerem ao mesmo grupo de produção, isso não significa que o discurso veiculado será o mesmo, levando em conta o consumo e a produção. Os investimentos ideológicos poderiam ser distintos, bem como poderiam revelar dados interessantes, no entanto, optamos por diversificar o campo material em posições estruturais notadamente marcadas pela distinção editorial.

jornais baianos.

Jornal	Cidade	Média por Edição					2020*		
		2015	2016 *	2017 *	2018 *	2019 *	Dias úteis	Sábado	Domingo
Folha de S.Paulo	São Paulo	335,9	309, 7	300, 5	308, 7	325, 7	333,9	346,0	349,6
O Globo	Rio de Janeiro	311,2	302, 2	240, 9	301, 5	317, 1	319,5	353,7	373,8
O Estado de S. Paulo	São Paulo	236,2	216, 3	206, 7	244, 8	242, 0	235,7	255,2	242,3
Super Notícia	Belo Horizonte	298,6	261, 1	219, 2	187, 2	190, 1	145,8	153,7	198,3
Zero Hora	Porto Alegre	197,3	200, 7	191, 1	181, 2	163, 6	132,7	146,0	–
Correio do Povo	Porto Alegre	103,9	92,5	88,5	108, 5	105, 3	81,8	81,9	–
Valor Econômico	São Paulo	59,7	60,4	58,0	86,3	97,6	113,7	–	–
Daqui	Goiânia	153,0	91,1	113, 5	105, 8	94,2	51,0	51,0	–
Diário Gaúcho	Porto Alegre	148,5	130, 1	111, 4	100, 2	93,6	68,5	74,8	–
O Tempo	Belo Horizonte	106,1	101, 4	90,9	93,9	86,4	57,4	63,3	82,7
Extra	Rio de Janeiro	162,8	131, 1	116, 5	95,9	66,3	52,1	61,2	83,3
Agora São Paulo	São Paulo	89,1	81,2	75,3	67,2	55,3	41,2	44,0	49,7
Meia Hora	Rio de Janeiro	96,1	83,0	69,2	56,8	50,7	34,5	31,7	20,2
Correio Braziliense	Brasília	56,3	50,1	45,8	56,4	49,0	38,6	45,9	47,8
Estado de Minas	Belo Horizonte	98,1	78,3	59,5	48,9	43,1	38,4	40,5	41,8
Correio*	Salvador	52,8	50,1	43,7	36,6	35,6	38,6	45,9	47,8
O Amarelinho	São Paulo	94,2	86,1	68,9	47,3	34,4	–	–	16,6
Expresso da Informação	Rio de Janeiro	52,5	41,1	34,7	30,9	29,3	23,1	23,1	19,8
Folha de Londrina	Londrina	27,6	27,7	27,2	30,5	27,5	21,4	–	18,4

Jornal do Comercio	Recife	45,1	41,0	38,7	34,5	23,8	21,8	30,6	23,5
A Tarde	Salvador	39,8	36,3	31,1	28,6	23,8	28,6	29,9	31,7
O Dia	Rio de Janeiro	35,4	31,7	27,9	25,5	22,4	17,4	17,6	19,5

(Anuário Mídia Dados 2021 - Reprodução, p. 215. Jornal - Circulação dos títulos filiados ao IVC - Mil exemplares. *Impresso e digital)

Ao pesquisarmos sobre as mídias eletrônicas, encontramos o índice que dimensiona a “Circulação dos títulos com edição digital filiados ao IVC”, que avaliou 26 portais informativos de mídia digital. Novamente, ao pesquisarmos sobre as mídias baianas, entre os 15 primeiros colocados estão o *Correio* e, uma vez mais, *A Tarde*. Ressaltamos que não há uma terceira mídia baiana entre os avaliados, o que também reforçou a necessidade de buscarmos outros dados. Abaixo está a listagem de circulação de mídias digitais:

Jornal	Cidade	Circulação – médias de segunda a domingo		
		Circulação total (digital)	Sem Sobreposição	Com Sobreposição
Folha de S.Paulo – Edição Digital	São Paulo	266.669	205.618	60.999
O Globo – Edição Digital	Rio de Janeiro	244.829	163.119	76.007
O Estado de S. Paulo – Edição Digital	São Paulo	151.942	99.003	52.938
Valor Econômico – Edição Digital	São Paulo	91.590	70.326	19.685
Zero Hora – Edição Digital	Porto Alegre	73.193	31.960	41.233
Super Notícia – Edição Digital	Belo Horizonte	41.745	41.745	0
O Tempo – Edição Digital	Belo Horizonte	34.452	13.525	21.989
Correio do Povo – Edição Digital	Porto Alegre	33.843	1.171	32.672
Estado de Minas – Edição Digital	Belo Horizonte	27.707	17.409	10.298
Correio Braziliense – Edição Digital	Brasília	24.310	9.903	14.407
Correio* – Edição Digital	Salvador	24.310	9.903	14.407
A Tarde – Edição Digital	Salvador	19.727	14.460	5.267

Cruzeiro do Sul – Edição Digital	Sorocaba	11.730	1.311	10.419
Jornal do Commercio – Edição Digital	Recife	11.648	8.960	2.689
Extra – Edição Digital	Rio de Janeiro	9.984	9.984	0

(Anuário Mídia Dados 2021 - Reprodução, p. 217. Edição digital - Circulação dos títulos com edição digital filiados ao IVC)

De igual modo, o Mídia Dados 2022, com estudos dos resultados realizados em 2021, sobre as mídias físicas de jornal, novamente aparecem, como o mais consumido pelos leitores baianos o jornal *A Tarde*, em 1º lugar do Brasil, e o jornal *Correio*, 2º mais consumido da Bahia e o 10º no Brasil.

Jornal	Cidade	Média por Edição						2021*		
		2015	2016*	2017*	2018*	2019*	2020	Dias úteis	Sábado	Domingo
A Tarde	Salvador	39,8	36,3	31,1	28,6	23,8	29,2	47,9	48,4	50,0
A Tribuna	Vitória	41,5	35,3	29,4	23,4	18,6	17,1	11,0	12,6	15,1
A Tribuna (Santos)	Santos	16,4	14,2	12,5	11,6	19,8	19,7	17,2	21,0	23,0
Agora São Paulo	São Paulo	89,1	81,2	75,3	67,2	55,3	42,8 7	35,8	-	-
Aqui DF	Brasília	23,6	16,7	13,3	7,8	5,4	3,3	2,7	2,8	2,7
Aqui MG	Belo Horizonte	18,8	9,3	10,0	12,5	13,6	11,8	10,1	9,9	11,2
Correio Braziliense	Brasília	56,3	50,1	45,8	56,4	49,0	40,9	29,9	34,9	36,2
Correio do Estado	Campo Grande	11,5	10,4	9,2	8,3	7,4	5,7	5,0	4,8	-
Correio do Povo	Porto Alegre	103,9	92,5	88,5	108,5	105,3	81,8	64,5	64,8	64,6
Correio*	Salvador	52,8	50,1	43,7	36,6	35,6	31,3	35,9	36,2	-

(IVC – Média Total Brasil - Média dados 2022. Circulação dos títulos filiados ao IVC - Mil exemplares.
*Impresso e digital)

Por ainda não alcançarmos a meta de sabermos os 3 portais eletrônicos mais acessados da Bahia, partimos para os dados apresentados em 2022, sobre as métricas de 2021, no site do

Mídia Dados. Sendo bem interativo e intuitivo, ao buscarmos sobre a métrica de “Circulação dos títulos com edição digital filiados ao IVC”, logo aparece em 1º lugar o jornal *A Tarde* e em 7º o jornal *Correio*. Abaixo confirmamos a informação:

Jornal	Cidade	Circulação – médias de segunda a domingo 2021		
		Circulação total (digital)	Sem sobreposição	Com sobreposição
A Tarde	Salvador	40156	36499	3656
A Tribuna	Vitória	2008	1295	713
A Tribuna	Santos	9095	3998	5097
Aqui MG	Belo Horizonte	8426	8426	0
Correio Braziliense	Brasília	18793	7851	10942
Correio do Povo	Porto Alegre	28160	1705	26455
Correio	Salvador	24159	17814	6345
Cruzeiro do Sul	Sorocaba	10438	1509	8929
Estado de Minas	Belo Horizonte	26184	17555	8629
Extra	Rio de Janeiro	6475	6475	0

(IVC – Média – Período jan-dez/2021 - Mídia dados 2022. Jornal: circulação dos títulos com edição digital filiados ao IVC. Circulação média de segunda a domingo - 2021)

Os dados nos direcionaram para os estudos críticos do discurso do portal *A Tarde* e do *Correio 24horas*, mas optamos por escolher mais um. Pesquisando sobre os portais eletrônicos de notícias mais acessados, encontramos que, na atualidade, o portal *Bahia Notícias* possui grande relevância no cenário informativo baiano. Segundo o Google Analytics, o crescimento do *Bahia Notícias* atingiu 118,4 milhões de páginas visualizadas, representando um crescimento de 59%, em 2021, em sua audiência. No período mais rígido da quarentena, registrou-se um aumento significativo no acesso ao site. Segundo a notícia do *Bahia Notícias* publicada em 2021.

Entre os acessos de 2020, 95,6% dos usuários estavam no Brasil. No entanto, países como Estados Unidos, Portugal, Noruega e Argentina também estiveram entre as principais origens de acesso ao portal. No Brasil, 18% dos visitantes estavam em São Paulo, segunda maior origem dos acessos ao *Bahia Notícias*. Entre as cidades, Salvador foi a principal origem do acesso, porém São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília também se destacam. No interior da Bahia, Feira de Santana e Lauro de Freitas geraram mais acessos ao portal. (BAHIA NOTÍCIAS, 2021)

Diante da forte presença digital do *Bahia Notícias* no cotidiano dos leitores da Bahia, há mais de 15 anos, bem como pelo fácil acesso aos arquivos digitais que o portal disponibiliza das notícias, escolhemos, também, pesquisar nosso *corpus* nesta fonte de informação. Logo após, para chegarmos ao consenso sobre como buscaríamos as notícias para compor o *corpus* e visando ao objetivo de analisarmos notícias sobre crime, recorremos ao Código Penal Brasileiro.

Segundo Araújo, Melo e Haydu (2015, p. 148) “o Código Penal Brasileiro, implementado pelo Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Brasil, 2012), regulamenta as ações relacionadas à responsabilização de atos ilícitos criminosos no Brasil.” Deste modo, consultando as informações legislativas, encontramos que: “Art. 1º a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.” (Lei de Introdução ao Código Penal e da Lei de Contravenções Penais).

Segundo a Rede LFG (2022), do grupo de educação Saraiva, “os crimes em espécie são os crimes que mais geram condenações, [...] são divididos por tipos e fazem referência a condutas que são proibidas pelo código penal. Condutas que, caso praticadas, têm como consequência a imputação criminal”. Ainda segundo o pesquisador e doutor João Apolinário da Silva (2010), em sua tese de doutorado intitulada “Criminalidade nas cidades centrais da Bahia”, sobre crime:

A tipologia descrita na codificação das leis e, em particular as leis brasileiras, revelam a distinção entre crimes e contravenções. Separam ainda os crimes em onze títulos, nos quais descrevem as macro tipologias dos delitos do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), tendo na ordem a descrição das seguintes macro categorias criminais, as quais tem-se: crimes contra pessoa, crimes contra o patrimônio, crimes contra a propriedade intelectual, crimes contra a organização do trabalho, crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos, crimes contra os costumes, crimes contra a família, crimes contra a incolumidade pública, crimes contra a paz pública, crimes contra a fé pública e crimes contra a administração pública. Dentro de cada título, cada delito tem a sua descrição e a pena a ele atribuída. Tem-se ainda crimes descritos por leis que extrapolam a compilação do Código Penal, formando as leis extravagantes. (SILVA, 2010, p. 45).

Então, cientes sobre como o Código Penal Brasileiro tipifica as ações de caráter criminoso, investigamos no Ministério da Justiça e Segurança Pública (2023), quais eram as principais categorias de crimes e encontramos as seguintes informações: crimes violentos letais e intencionais, crimes violentos não letais contra pessoa, crimes violentos contra o patrimônio, delitos envolvendo drogas, delitos de trânsito, homicídio doloso, tentativa de homicídio, lesões

corporais, estupros, atentado violento ao pudor, extorsões mediante sequestro, roubos e furtos (MJSP, 2023). Frente a isso, pesquisamos as notícias sobre crime nos portais escolhidos, compondo o *corpus*, digitando no campo de “pesquisa” dos sites, as palavras-chave que foram utilizadas para categorizar os tipos de crimes previstos no CPB e no MJSP. Como também fizemos uma análise multimodal⁶², selecionamos as notícias que possuíam imagens, em que era possível reconhecer o ator social que cometeu o delito. Como critério de organização do *corpus*, selecionamos 10 notícias em cada portal, que totalizaram 30 textos, que foram analisados, comparados e agrupados em ocorrências categóricas. O recorte temporal se limitou ao tempo de execução desta pesquisa de mestrado, que envolveu os anos de 2021, 2022 e 2023.

Embasadas pelo antagonismo histórico e contrahegêmico que foi discutido no segundo capítulo deste trabalho, que marca as diferenças sociodiscursivas entre os atores sociais de etnia preta e etnia branca, que para fazermos o reconhecimento étnico destes atores nas notícias, lançamos mão de uma leitura social do conceito de raça baseando-nos em Gomes (2005), afirmando que:

Os militantes e intelectuais que adotam o termo raça não o adotam no sentido biológico, pelo contrário, todos sabem e concordam com os atuais estudos da genética de que não existem raças humanas. Na realidade eles trabalham o termo raça atribuindo-lhe um significado político construído a partir da análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro e considerando as dimensões histórica e cultural que este nos remete. Por isso, muitas vezes, alguns intelectuais, ao se referirem ao segmento negro utilizam o termo étnico-racial, demonstrando que estão considerando uma multiplicidade de dimensões e questões que envolvem a história, a cultura e a vida dos negros no Brasil (GOMES, 2005, p. 47).

Então, como afirma a autora mencionada acima, as condições sociais no Brasil demonstram que o país está estruturado por ideologias racistas, que segregam as pessoas pela cor da pele, e as sobredeterminam, pré-concebendo o seu destino social, caráter, história e trajetória com base em sua etnia. Gomes (2005) também aponta que a trajetória de escravidão e colonização, no Brasil, bem como as insuficientes políticas públicas e o fraco embate ao racismo, seguem afetando negativamente a inserção social dos sujeitos pretos em nosso país.

Todos estes fatores serão levados em consideração durante as nossas análises, pois, o que Nilma Lino Gomes (2005) chamou de “posição de suposta neutralidade”, além de difundir uma ideologia de que não há um problema social de origem determinista no nosso contexto social, também contribui para aumentar as desigualdades e abismos sociais entre sujeitos

⁶²“O gênero multimodal, por isso, é aquele que se constitui de diversos recursos semióticos comunicativos além da linguagem verbal oral e/ou escrita. A coexistência de duas ou mais modalidades semióticas comunicativas, que se vinculam aos textos na produção de sentidos, envoltos nas mais variadas práticas sociais priorizando a obtenção de fins comunicativos específicos, corresponde ao gênero multimodal.” (CUNHA, 2021, p. 10)

brancos e negros (GOMES, 2005). Dito isso, com a experiência que obtivemos em nossos trabalhos anteriores⁶³, pretendemos configurar como língua, discurso e sociedade podem evidenciar fenômenos sociais interconectados. Como trabalharemos com notícias, faz-se importante citar van Dijk (2015), sobre como uma cobertura jornalística se torna mais ou menos racista:

Apenas as ações negativas de jovens negros são representadas, e não as de outros jovens ou se as ações negativas dos jovens negros são enfatizadas (por hipérboles, metáforas) e as de outros desenfáticas, se os distúrbios, saques ou violência são focalizados como eventos sem causas sociais, por exemplo, o como uma consequência mais ampla da pobreza e discriminação; se os jornais sistematicamente se engajam neste tipo de viés de reportar de modo negativo as “minorias” e, por último, se predominam as “fontes brancas” que tendem a culpar os jovens negros (VAN DIJK, 2015, p. 31).

Para estruturarmos nosso estudo, acionaremos a categoria e as subcategorias de análise de “representação de atores sociais” de van Leeuwen (2008), comparando a construção discursiva estruturada para os atores sociais étnicos que cometeram delitos, que foram divulgados em textos jornalísticos publicados nos portais eletrônicos *A Tarde*, *Bahia Notícias* e *Correio 24horas*, que são alguns dos noticiários mais acessados e comprados, em sua versão impressa, pelos soteropolitanos.

Nos embasamos, também, na abordagem “sociocognitiva” de van Dijk (2016), que contempla os estudos críticos das práticas discursivas enquanto práticas sociais, mediadas pelo contexto social e pela cognição. Em vista disso, nós analisaremos como as categorias de designações utilizadas para representar os agentes principais das notícias podem gerar, por um lado, a construção de modelos mentais que podem afetar os leitores a focarem mais em uma informação do que em outra e, inverso a isso, podem induzi-los à (in)compreensão e levá-los a criarem estereotipias sobre os atores sociais.

3.1 Categoria de análise: representação de atores sociais

A representação dos atores sociais discutida por van Leeuwen (2008) não parte de uma simples análise gramatical de enunciados que se prontifica a marcar somente as “formas equivocadas” da estrutura textual, uma vez que, em geral, exclui-se na gramática tradicional a

⁶³ COSTA, E. G. M. ; BARROS, C. S. ; PAULA, W. M. C. Análise do discurso aplicada: um caminho para o letramento crítico. In: Cristiano Silva de Barros; Elzimar Goettenauer de Marins-Costa. (Org.). ANÁLISE DO DISCURSO APLICADA À EDUCAÇÃO LINGÜÍSTICA. 1ed.São Carlos: Pedro & João Editores, 2020, v. 1, p. 7-208. Disponível em: ><https://pedroejoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2020/03/ebookelzimarcrisiano.pdf>>. Acesso 01/02/2023

existência de “possibilidades” discursivas. Ao contrário, as suas teorias se dedicam a mostrar-nos que sempre há valores sócio-semânticos nas escolhas enunciativas utilizadas para representar os atores sociais (VAN LEEUWEN, 2008).

Assim como van Leeuwen (2008) se posiciona afirmando que o caráter interacionista, mediado pela estrutura social conforma mais sentidos às sentenças do que as estruturas estáticas do sentido gramaticalizado, nós acreditamos que há uma crescente utilização de linguagens não-verbais na estruturação dos textos, que formam estruturas de representações multimídias, que podem “dizer mais que o próprio texto lexical ou servem como complementação das informações escritas” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 25) ou, dito de outro modo, podem atuar na supressão de informações, que também agirá sobre a formação de opinião dos leitores e sobre as suas emoções frente aquelas representações. Por isso que nos enfocamos a estes processos metodológicos que mostram como as práticas sociais se transformam em categorias linguísticas, quando acionadas pelos atores sociais.

A partir da teoria de van Leeuwen (2008) investigamos, nas notícias sobre crimes, o que foi incluído e o que foi excluído nas referências aos atores sociais, analisando as estratégias utilizadas para a representação dos principais agentes, questionando se a omissão ou o desvelo de informações são atitudes que podem deixar lacunas na representação dos atores e das ações sociais descritas no texto, e um dos modos de conseguirmos chegar a estas respostas é se compararmos a difusão jornalística de uma mesma prática social realizada por distintos sujeitos. Existem algumas subcategorias dentro da representação de atores sociais que se relacionam com os enunciados, como a “exclusão” ou “supressão em segundo plano” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 181). Apesar de considerar a “supressão em segundo plano” menos rigorosa, onde há a difusão das ações cometidas pelos atores sociais de modo parcial, para van Leeuwen, a “exclusão” é mais extrema, pois omite completamente qualquer sintagma que representa determinado ator social. Ocorre que:

Algumas exclusões não deixam marcas na representação, excluindo quer os actores sociais quer as suas actividades. Uma exclusão tão radical pode desempenhar o seu papel numa comparação crítica de diferentes representações da mesma prática social, mas não na análise de um único texto, pela simples razão de que não deixa marcas. (VAN LEEUWEN, 1997, p. 180).

A “supressão em segundo plano” age através de um “apagamento do agente da passiva” nas “orações infinitivas que funcionam como um participante gramatical”, apagando os “beneficiários” ou atores sociais que se favorecem de uma atividade. Este processo é conduzido pelo atributo de “nominalizações” e “designações” - utilizadas para classificar ou encobrir

atores e ações sociais - também pela escolha de adjetivos acionados para legitimar-se as ações e os atores sociais, dentro ou fora do campo semântico a qual pertencem as suas atuações (VAN LEEUWEN, 2008).

Outro modo de suprimir ou apagar a representação dos atores sociais é através do uso da “voz média” que é evocada quando se quer atingir o efeito de “excluir-se o participante agentivo” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 29-30) da ação noticiada, causando ambiguidade aos enunciados. Ante o exposto, vemos que é importante analisar-se quem é representado como agente e como paciente, porque, a depender do trato que se deu à representação do ator social, na notícia, este ator social pode não ser representado de acordo com o contexto factual exigido. Van Leeuwen (2008) nos informa que:

As representações podem dotar os actores, quer com papeis activos quer com papeis passivos. A activação ocorre quando os actores sociais são representados como forças activas e dinâmicas numa actividade, e a passivação quando são representados como ‘submetendo-se’ à actividade, ou como ‘sendo receptores dela’. Isto pode realizar-se através de papeis gramaticais participantes, através de estruturas de transitividade nas quais os actores sociais ativados são codificados como o actor em processos materiais, o Comportado em processos comportamentais, o Perceptivo em processos mentais, o Dizente em processos verbais, ou o Atribuidor em processos relacionais. (Halliday, 1985: ch. 5). (VAN LEEUWEN, 1997, p. 187).

Esse dinamismo citado por van Leeuwen (2008) é o ponto de partida para se realizar um estudo crítico que se aproxima da busca pela justiça social citada por van Dijk (2015), por que, no instante em que consideramos que as práticas sociais são uma via de troca com as práticas discursivas e, respectivamente, com as estruturas cognitivas, saberemos que a organização social influenciará em tudo que se é realizado dentro destes contextos, inclusive, na produção de textos. Não há modo de se afastar do contexto socio-histórico dentro de qualquer narrativa. Continuando, outra subcategoria de análise citada por van Leeuwen (2008) é a “participação” e a “circunstancialização”, que se complementam como processos nos quais “os papéis activos se realizam através da participação, e os passivos se realizam através de processos que requerem uma maior transformação” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 187). Estas categorias que se articulam através de uma “genericização” e “especificação” na descrição dos atores, podem indicar quais as perspectivas acionadas para constituir a identidade social dos agentes das notícias.

A subcategoria que reconhece as “assimilações” nos textos, aponta que se utilizam substantivos coletivos, nos textos, que são acionados para “individualizar a singularidade, assimilando-a através da pluralidade” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 195), como ocorre através do uso de designações que tendem a aproximar a identidade dos atores sociais aos sentidos negativos ou aos sentidos positivos que, por vezes se acercam ou se afastam do campo

semântico ou com a tematização do evento retratado. Sobre isso, van Leeuwen (2008) afirma que:

Os actores sociais podem ser referidos como indivíduos, e nesse caso falarei de individualização, ou como grupos, e nesse caso falarei de assimilação. Tendo em conta o elevado valor que é atribuído à individualidade em muitas esferas da nossa sociedade (e o valor atribuído à conformidade noutras sociedades), estas categorias teriam de se revestir de um significado primordial na análise crítica do discurso. (VAN LEEUWEN, 2008, p. 194).

Outros valores atribuídos à representação de atores sociais são a “associação” e a “dissociação”. O primeiro consiste em gerar-se referências abstratas “sobre grupos formados por atores sociais e/ou grupos de atores sociais (seja genericamente ou especificamente referidos) que nunca são rotulados no texto (embora os atores ou grupos que compõem a associação possam ser nomeados e/ou categorizados)” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 98)⁶⁴, já o segundo, “dissociação”, consiste em “deformar o ator social à medida que o texto progride.” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 99)⁶⁵.

A “indeterminação” e a “diferenciação” são eventos que “diferenciam explicitamente um actor social individual ou um grupo de actores sociais de um actor ou grupo semelhante” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 198), gerando um ruído de comunicação que impede os leitores de associarem as ações aos sujeitos. Como a “indeterminação” não especifica a identidade dos atores sociais, os leitores são impedidos de realizar a “categorização” da identidade retratada à função executada pelo agente da notícia. Estas representações dos atores sociais são realizadas com “nomeações” e “categorizações” em que, no primeiro caso, utiliza-se uma “identidade única” e no segundo uma identidade em termos das funções compartilhadas com os outros para designar-se os sujeitos. É importante lembrar que, sobre a nomeação, precisamos nos atentar a alguns processos:

Realiza-se tipicamente através de nomes próprios, e pode ser formal (apenas o apelido, com ou sem honoríficos), semi-formal (nome próprio e apelido, como ‘Dwight Harris’ em 9.1) ou informal (apenas o nome próprio, como ‘Beverley’ em 9.1). Ocasionalmente ocorre aquilo a que poderemos chamar ‘ocultação do nome’: letras ou números substituem nomes (por ex. ‘Mr. X’) de modo a que a nomeação possa ter significado enquanto o nome é, ao mesmo tempo, ocultado. (VAN LEEUWEN, 1997, p. 201).

⁶⁴ “Refers to groups formed by social actors and/or groups of social actors (either generically or specifically referred to) which are never labeled in the text (although the actors or groups who make up the association may of course themselves be named and/or categorized)”. (VAN LEEUWEN, 2008, p. 98).

⁶⁵ “Unformed (“dissociation”) the social actor as the text proceeds”. (VAN LEEUWEN, 2008, p. 99).

A “categorização” também se subdivide entre “funcionalização” e “identificação”. A primeira “ocorre quando os actores sociais são referidos em termos de uma actividade, em termos de alguma coisa que fazem, por exemplo uma ocupação ou função” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 202), já a segunda, segundo van Leeuwen, “ocorre quando os actores sociais são definidos, não em termos daquilo que fazem, mas em termos daquilo que, mais ou menos, permanente, ou inevitavelmente, são.” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 202).

Por fim, a subcategoria “sobredeterminação” que ocorre quando “os atores sociais são representados como participando, ao mesmo tempo, de mais de uma prática social” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 47)⁶⁶. Ela é fundamental para entendermos o grau de intensidade que se emprega através das escolhas designativas cunhadas aos atores. Esta subcategoria foi subdividida pelo autor em quatro outros grupos, que são: “inversão”, “simbolização”, “conotação” e “destilação” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 211).

A “inversão” é uma forma de sobredeterminação na qual os actores sociais estão ligados a duas práticas que, num certo sentido, se opõem uma à outra” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 212); a “simbolização”, para van Leeuwen (2008), “ocorre quando um actor social ou um grupo de actores sociais “ficcionalis” representam actores ou grupos em práticas sociais não-ficcionalis” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 212); já a “conotação” se trata dos atores sociais sofrendo uma “determinação (uma nomeação ou identificação física) correspondendo à uma classificação ou funcionalização e esta atribuição está relacionada, principalmente, à cultura de cada lugar. E, em definitiva, a “destilação” seria a “combinação da generalização com a abstracção” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 213) que “liga actores sociais a várias práticas sociais, abstraindo a mesma característica dos actores sociais envolvidos nestas práticas” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 214). Esta operação de “destilação” acontece através do “anacronismo” e do “desvio”. Sobre isso:

O anacronismo é, frequentemente, usado para dizer coisas que não se podem dizer directamente, como por exemplo proferir críticas sociais e políticas em circunstâncias em que estas são proibidas pela censura oficial ou comercial, ou para naturalizar discursos ideológicos. No caso do desvio, os actores sociais envolvidos em certas actividades são representados por meio de referência a actores sociais que normalmente não estariam qualificados para desempenhar estas actividades (VAN LEEUWEN, 1997, p. 215).

Diante do leque de possibilidades apresentadas por van Leeuwen (1997; 2008), o nosso estudo será conduzido a partir das ocorrências que forem identificadas no *corpus* da pesquisa,

⁶⁶ “The overdetermination occurs when social actors are represented as participating, at the same time, in more than one social practice”. (VAN LEEUWEN, 1997, P. 47).

que se espelha nos conceitos categóricos do autor para analisarmos como os atores sociais, nas notícias sobre crimes que são o alvo da pesquisa, estão sendo representados. Sabemos que a tendência de complementação existencial entre as práticas discursivas e as práticas sociais, poderão aduzir que há um fenômeno que reflete o trato social, os contratos, as crenças, tradições e histórias da língua e em tudo que se projeta a partir dela, como na composição de notícias e, por isso, devemos nos atentar aos modos como “eventos e atores sociais são representados em determinado discurso e o que esse modo de representação significa naquele discurso.” (OLIVEIRA, 2018, p. 85).

De fato, como demonstra van Leeuwen (1997; 2008), a representação dos atores sociais é uma atividade discursiva que, por si só, envolve a materialidade linguística e a materialidade sociocultural, porque a existência de sentido parte do encontro entre sujeito, ação e construção social, como bem teorizamos ao longo deste capítulo e como mostram as categorias de representação de atores sociais que, a todo tempo, considera a relação construída entre discurso e sociedade, como fundamentais para guiarem os processos narrativos e interpretativos.

Se tivermos uma difusão da informação ideologicamente orientada na representação de atores sociais, estamos fadados a seguir reproduzindo desigualdades estruturais e históricas através do discurso, fomentando que as relações de poder, a desigualdade e a injustiça, tenham campo aberto para continuarem a entranhar-se nas ideologias e, principalmente, na ideologia dominante que controla estes processos. Se vivemos em uma sociedade que busca a transformação das práticas sociais, primeiro deveríamos buscar “a transformação das práticas linguísticas nos mais diversos domínios” (FAIRCLOUGH 2001, p.12), e explicitarmos analiticamente o caminho destas formações ideológicas pode contribuir para minimizarmos, também, alguns problemas sociais.

3.2 Semiótica social e gênero multimodal

Vieira e Silvestre (2015. p.17) afirmam que “um evento discursivo que migra de um domínio social para outro carrega o caráter simbólico da primeira representação e, ao ser reutilizado em outro contexto social, em outro espaço, terá a seu dispor um leque de possibilidades para a nova simbolização”, o que nos remete que ocorre uma dinâmica que envolve a pluralidade discursiva que a linguagem apreende e denota, na constituição de sentidos da narrativa, como de um fato em uma notícia, por exemplo. Através de sua afirmação, também podemos compreender que um evento físico é a base que gera o evento narrativo-discursivo, que será formado pelas escolhas designativas do enunciador, pelas suas constituições socio-

históricas e pelos significados inferidos à interpretação do fato, mostrando-nos como as notícias também se encaixam em práticas sociais.

Por certo, esta dinâmica exemplificando o discurso midiático e os múltiplos efeitos que essa materialidade influi sobre a sociedade e sobre o processo de globalização, como um todo, afirma a importância de analisarmos e estarmos atentas à constituição do discurso e, sobretudo, ao modo que estas estruturas podem agir sobre o contexto social, pois, como afirma Fairclough (2003) estes eventos podem se tornar impulsionadores de diversas transformações nos contextos sociolinguísticos e sabemos que, definitivamente, todas as instâncias da existência humana possuem domínios sociais da linguagem, pois, conforme proposto por Halliday (1985), a gramática da língua, a estrutura da língua, o funcionamento da língua são “meios de representar os padrões culturais de experiência, possibilitando ao sujeito do discurso retratar a realidade e, sobretudo, atribuir sentido às experiências que ocorrem ao seu redor e também em seu interior” (HALLIDAY, 1985, p. 101).

Sabendo que não somente o texto verbal comunica ideologias, mas, também o texto imagético, principalmente nas notícias que podem ser consideradas como um objeto sociosemiótico “capaz de incorporar e de dar conta das mudanças na linguagem, provocadas pela globalização e pelas novas tecnologias” (VIEIRA; SILVESTRE, 2015, p. 20) que primamos por incorporar em nossas análises a multimodalidade, que produz diferentes modos de comunicação, como texto, imagem, som e movimento, considerando-os como discursos semióticos com atribuições sociais. Segundo as autoras:

[...] em contextos multimodais, as imagens transformam-se em referências diretas ou indiretas da realidade física e social, sendo necessária uma escolha seletiva, tendo em vista que as sociedades usam imagens como um modo de legitimar argumentos e fatos relatados e descritos, entretanto não podemos ignorar que as imagens usadas pelas diversas mídias contribuem com a identificação das formações ideológicas construídas nesses diferentes espaços midiáticos e também podem revelar a manipulação de ideologias que pode ocorrer na seleção das imagens mostradas e também naquelas que foram expurgadas ou ocultadas. (VIEIRA; SILVESTRE, 2015, p. 44-45).

Este conceito provém da teoria semiótica, que possui três grandes domínios teóricos linguísticos, que são a escola de Praga (1930), a escola de Paris (1960 e 1970) e a escola da Austrália (1980). Esta última pode ser considerada como o berço da semiótica social que, segundo Santos e Pimenta (2014), se trata de uma abordagem centrada nas funções sociais da linguagem, no processo de significação como parte da construção e da prática social. Diante disso, não podemos ignorar, em nossas análises, as imagens utilizadas para constituir a notícia, pois elas também contribuem para a profusão de sentidos que surgem ao consumirmos

determinadas narrativas. Assim, em nossas análises vamos mapear como as imagens foram utilizadas para atribuir sentidos aos agentes da notícia de etnia branca e etnia preta, baseando-nos em conceitos da teoria da semiótica social, bem como da multimodalidade, que nos permitirão delinear como os processos históricos, ideológicos e sociais estão imbricados na representação imagética das notícias, produzindo significados.

Ante o exposto, para a semiótica social, o significado ou a “significação” é o ponto central, pois, através dela que ocorre a atribuição de sentidos a um enunciado, ou seja, pela aceção de significados produzimos e compreendemos os signos. (SANTOS; PIMENTA, 2014). Mas, depende apenas do leitor o confronto interpretativo destes signos no texto? Somente as ideologias destes consumidores de textos multimodais irão agir sobre os processos de atribuição de sentidos? Para Santos e Pimenta (2014), não. Segundo as autoras “quem produz um signo escolhe o que considera ser a representação mais apropriada do que se quer significar” (p. 299) , sendo assim, existem outras forças⁶⁷ que, conscientemente, agem sobre os leitores e que dinamizam e orientam a compreensão do fundo narrativo. As autoras explicam que:

[...] a Semiótica Social trabalha com a discussão de princípios semióticos amplos, dentre os quais destacamos: 1) a noção de escolha do sistema de linguagem; 2) as configurações de significado a partir do contexto; e 3) as funções semióticas da linguagem segundo a Linguística Sistemico-Funcional – ideacional, interpessoal e textual. (SANTOS; PIMENTA, 2014, p. 299)

Portanto, torna-se importante atentar-nos a estes detalhes, pois, o modo de representar um agente social irá proporcionar a direção para o entendimento do discurso envolto às representações e, por certo, das interpretações (NEPOMUCENO; PAES, 2019, p. 141). Deste modo, saberemos se o texto multimodal e a constituição de sentidos atribuídos a ele, oferecidos pelo enunciador, trazem experiências de leitura de uma visão de mundo romantizadora do crime cometido, pois, a depender da realidade imagética exposta para ilustrar os detratores, esta pode não condizer, em níveis estéticos e categóricos, com a realidade semântica exposta na narrativa.

3.3 Categoria de análise: o signo visual e a representação multimodal de atores sociais

Em nossas análises das notícias sobre crimes como textos multimodais, iremos investigar o que se conhece por “signo visual” que, nas palavras de Soares (2016, p. 2), são os sistemas semióticos capazes de “representar aspectos do mundo experiencial fora de um sistema particular de signos e representar objetos e suas relações no mundo fora do sistema de

⁶⁷ Forças políticas, culturais, socio-históricas, de dominações sociais e ideológicas.

representação”. Apesar do nosso foco ser o texto verbal e as designações utilizadas para se construir a identidade dos atores sociais aqui contrastados, consideramos que, ao tomarmos como aporte a materialidade das imagens utilizadas nas notícias, poderemos entender quais os processos ideológicos são acionados entre a semiose do signo visual e da multimodalidade, já que Soares (2016) considera que as imagens são capazes de comunicar ideias e transmitir posições, como ocorre no uso de logotipos por marcas e empresas, sendo assim, elas também produzem discursos.

Um signo visual pode ser visto, também, como um elemento do discurso multimodal, porque este se compõe pelo verbal, mas, também, pelo texto não verbal, que se mescla no processo de interpretação dos sentidos, como na leitura de uma notícia, por exemplo, terminando o texto imagético por ser uma extensão do texto escrito. Quando fazemos um estudo crítico do discurso de notícias, vemos que não podemos ignorar o signo visual, porque ele interage diretamente com o verbal, compõe o sentido da mensagem, bem como se torna um objeto central na atribuição de sentidos, visto que, estes signos, são elementos chamativos que despertam a atenção dos leitores.

O signo visual também age como um ilustrador do texto verbal, porque ele contribui para uma melhor associação do texto, bem como contribui para a fixação do conteúdo da notícia pela pessoa que consumiu aquele discurso. De acordo com Pavel (2014), a memória visual é responsável por 90% da informação transmitida ao cérebro, porque elas são processadas por ele, 60 mil vezes mais rápidas que as informações verbais, o que remete a constatar que o signo visual será um dos principais elementos dos textos multimodais, possibilitando-nos entender como a linguagem visual afeta a comunicação e a construção de significados.

Além disso, toda imagem utilizada também possui um objetivo, porque ela é a representação gráfica de um significado que, também, é interpelado por processos ideológicos, históricos, sociais, entre outros. Compreender um significado é um processo de resgate, em que conseguimos formular o sentido baseando-nos em outras experiências sensoriais, discursivas, históricas, etc., que tecem possíveis interpretativos daquele discurso que foi consumido. Neste processo de atribuição de sentidos, Vieira e Silvestre (2015, p. 34) sintetizam que “nunca realizamos uma representação que já não tenha sido representada, daí porque os estereótipos, além de frequentes, são também denunciadores da ideologia, das crenças e também dos preconceitos construídos por meio das representações”, ou seja, existe uma materialidade que serve de base para as representações e, como discutimos no capítulo “Relações sociais e abuso de poder”, as referências históricas que se atrelam aos atores sociais brancos e aos atores sociais negros, são desiguais e o modo como se representam os atores sociais nas imagens, vai

explicitar a maneira como o produtor do texto multimodal lida e trata estes atores sociais (VIEIRA; SILVESTRE, 2015).

Neste sentido, sendo a linguagem um tipo de comportamento social, onde constroem-se categorias, sistemas e contextos potenciais, associados a situações específicas e que são influenciados pela organização social e cultural (SANTOS; PIMENTA, 2014, p. 300), que guiaremos nossas análises questionando as escolhas representacionais nos textos imagéticos de notícias sobre crimes. A Gramática do Design Visual de Kress e van Leeuwen (1996, 2000) afirma que a linguagem tem a função de representar, interagir e organizar a prática social e essa atribuição foi nomeada de “metafunção” pelos autores. Segundo eles:

A- Representacional - A função ideacional na linguagem (Halliday, 1994, 2000), que ocorre no sistema da transitividade, [...] sendo responsável pelas estruturas que constroem visualmente a “natureza dos eventos, objetos e participantes envolvidos, e as circunstâncias em que ocorrem” (Unsworth, 2004:72). B- Interativa - A função interpessoal (Halliday, 1994, 2004), responsável pela relação entre os participantes, [...] onde recursos visuais constroem “a natureza das relações de quem vê e o que é visto”(Unsworth, 2004:72). C- Composicional - A terceira função proposta por Halliday, função textual da linguagem, responsável pela estrutura e formato do texto, [...] e se refere aos significados obtidos através da “distribuição do valor da informação ou ênfase relativa entre os elementos da imagem” (Unsworth, 2004:72). (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996, 2000, p. 53).

Ante o exposto, faremos uma análise integrada, uma vez que nos ECD de textos multimodais, como apontam Kress e van Leeuwen, nos interessa “relacionar a noção teórica de metafunção de Halliday com a análise de imagens, e não de verificar se as estruturas lingüísticas têm correspondentes nas estruturas visuais” (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996, 2000, p. 50), porque, ao nos dedicarmos à análise da construção da identidade, temos que levar em consideração que todos os contextos contribuem para essa apreensão de sentidos. Sabemos que as metafunções estão interconectadas e contribuem para a compreensão abrangente do discurso expressado, portanto, os modos de representação social, os eventos e as informações impõem valores sobre a formação da personalidade dos atores sociais na notícia.

Tanto a representação de eventos e indivíduos (metafunção representacional) pode influenciar a construção da identidade, como à maneira como o aspecto visual impacta o leitor e o influencia a interpretar as emoções transmitidas pela imagem (metafunção interacional). Ademais, a organização do texto e a distribuição do valor da informação (metafunção composicional) também podem influenciar como a identidade sociodiscursiva é criada e será apresentada nos textos das notícias.

O que nos chama a atenção é que as metafunções proclamam uma atividade ideológica, consciente, determinada por uma seleção executada pelo enunciador, então, queremos observar,

no texto multimodal, os registros metafuncionais para gerar-se a representação dos principais atores sociais da notícia, a partir das escolhas utilizadas para caracterizá-los, arguindo sobre as possíveis inter-relações que podemos tecer entre os eventos e as ações descritas nos textos, e o modo que elegeu-se para representar imagetivamente os atores sociais. Acreditamos que “o papel da imagem faz mais do que dar vida ao discurso, pois ao colori-lo, provoca afetividade e emoção, direcionando a atenção do leitor ao propósito do discurso.” (VIEIRA; SILVESTRE, 2015, p. 76).

Ao analisarmos as imagens, no tocante ao significado representacional, vamos observar como os atores sociais estão representados, se estão praticando a ação, reagindo ou servindo de símbolo; também arguiremos sobre os atributos visuais, como o tipo de lugar que se encontra, quais os elementos presentes no ambiente, como se caracteriza o modo de se vestir, entre outros atributos.

Em seguida, ao significado interacional, indicaremos e analisaremos os modos que o signo visual pode despertar emoções no leitor, através das marcas ideológicas veiculadas pela imagem, como a representação em “demanda” (olhando para o leitor, rindo, sério, inexpressivo) ou em olhar de “oferta” (quando a imagem coloca o leitor como espectador, que apenas assiste a cena). O posicionamento do ator social como passivo ou como parte da narrativa também desempenha um papel importante na forma como as interpretações são guiadas pela imagem.

Por fim, no significado composicional, observaremos se o ator preto ou branco está destacado, sendo colocado no centro da imagem, ou se está idealizado, sendo posto no lado direito ou esquerdo da imagem, ou está apagado, de alguma forma. Quando o ator está apagado na imagem, pode indicar um apagamento intencional das suas identidades e experiências, evidenciando uma intervenção do redator para ocultar ou minimizar aspectos importantes da narrativa.

Em nossas análises primaremos por verificar se há uma “uma proposição visual, verbal ou de outro caráter comunicativo” (CUNHA, 2021, p. 23) sendo representada como verdadeira ou não, dentro do contexto factual da notícia multimodal. Outro ponto importante é sabermos que, como afirma Cunha (2021), a linguagem provém de contingências culturais, ideológicas históricas, e o modo como uma sociedade interpreta determinados eventos e práticas, bem como o modo como tratam os atores sociais, seja no discurso, seja na convivência extratextual, são guiadas pelas crenças, pelos acordos, valores e verdades deste grupo.

Um exemplo disso são os constantes crimes raciais que o brasileiro Vinícius Junior, um jogador de futebol que é negro e retinto, peça fundamental da equipe espanhola do Real Madrid, vem enfrentando ao longo dos anos no exercício do seu trabalho. O episódio mais recente se

deu no dia 21 de maio de 2023, quando Vinícius foi expulso após reagir e se defender dos ataques racistas dos torcedores e dos jogadores da equipe do Valencia.

As reações que negam o racismo, tanto pela mídia espanhola⁶⁸, como pelo presidente da La Liga⁶⁹, quanto pelos dos algozes da equipe valenciana⁷⁰ e de grande parte da sociedade espanhola⁷¹, revelam como a Espanha, este país que historicamente se ergueu devido ao comércio de africanos para fins de escravização e a invasão de territórios, principalmente, no Cone Sul, que pereceu sobre um regime franco-nazista, termina por não se afastar de sua realidade histórica, opressora, na produção de práticas sociais e práticas discursivas.

A Espanha acumula milhares de anos de impunidade colonialista e, ainda, muitos adeptos de ideologias nazistas, como o próprio presidente da La Liga, Javier Tebas, que é “apoiador do partido político de extrema-direita espanhol Vox e ex-integrante do Fuerza Nova, uma agremiação partidária fascista que existiu na Espanha entre 1976 e 1982.”⁷². Se historicamente na Espanha se modaliza a realidade e a produção de sentidos para não se rechaçar o racismo⁷³, haverá poucos meios de incentivarem-se novos acordos e contratos sociais que também estejam posicionados contra isso. Neste exemplo, vemos que o valor de verdade imposto à leitura social deste evento está tendenciando a credibilizar a prática do racista e a culpabilizar a reação da vítima, pois, neste caso, vemos diversos grupos sociais (torcedores, jornalistas, presidentes de órgãos importantes), com uma característica em comum (ser parte da branquitude), conseguindo definir o que é real, importante ou verdadeiro, confirmando o que Kress e van Leeuwen (1996) apontaram, de que a realidade é definida por um grupo particular.

Alinhadas todas as perspectivas envoltas ao trabalho analítico que apresentaremos adiante, retomaremos estes aportes para demonstrar através da análise, nesta dissertação de

⁶⁸GE.GLOBO. “Racismo contra Vinícius Junior: veja capas de jornais da Espanha”. Disponível em: <<https://ge.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/2023/05/22/racismo-contra-vini-cius-junior-veja-capas-de-jornais-da-espanha.ghtml>>. Acesso em 22 de mai. 2023.

⁶⁹O ESTADÃO. “Presidente da La Liga rebate Vinícius Jr. e jogador responde: “A imagem do seu campeonato está abalada””. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/esportes/futebol/presidente-da-la-liga-rebate-vini-cius-jr-e-jogador-responde-a-imagem-do-seu-campeonato-esta-abalada/>>. Acesso em 22 de mai. 2023.

⁷⁰SUPERDEPORTE. “Mestalla no es de segunda, Vinícius”. Disponível em: <<https://www.superdeporte.es/valencia-cf/2023/05/22/mestalla-segunda-vini-cius-87706393.html>>. Acesso em 22 de mai. 2023.

⁷¹INFOBAE. “¿Es España un país de racistas? Respuestas a la dolorosa afirmación de Vinícius. Disponível em: <<https://www.infobae.com/espana/2023/05/23/es-espana-un-pais-de-racistas-respuestas-a-la-dolorosa-afirmacion-de-vini-cius/>>. Acesso em 23 de mai. 2023.

⁷²O GLOBO. “Vinícius Jr: Apoiador da extrema-direita, presidente da La Liga já defendeu jogador apontado como neonazista. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/esportes/noticia/2023/05/saiba-quem-e-javier-tebas-presidente-de-la-liga-cobrado-por-vini-cius-jr-para-punir-racistas.ghtml>>. Acesso em 22 de mai. 2023.

⁷³UOL. “Espanha pune menos do que Brasil em casos de racismo como de Vini Jr”. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/esporte/futebol/colunas/rodrigo-mattos/2022/09/20/espanha-pune-menos-do-que-brasil-em-casos-de-racismo-como-de-vini-jr.htm>>. Acesso em 22 de mai. 2023.

mestrado, as nuances percebidas na materialidade posta em estudo. Também discutiremos as implicações teóricas e práticas das perspectivas históricas aqui mostradas, dentro do discurso pautado.

4 ANÁLISES DE CORPUS

Neste capítulo iniciaremos nossas comparações das trinta (30) notícias selecionadas como *corpus* dos portais *A Tarde*, *Bahia Notícias* e *Correio 24horas*, em que, finalmente, trataremos sobre os dois últimos pontos da nossa metodologia, que são as análises das designações utilizadas para se identificar os atores sociais de etnia branca e etnia preta, que cometeram crimes e a representação multimodal no texto não verbal, refletindo criticamente sobre as metafunções e os possíveis processos sociodiscursivos que podem ser estimulados pelo modo como se escolheu para apresentar os atores sociais.

Acionando, principalmente, van Leeuwen (2008) e Halliday (1973), vamos discutir sobre as estratégias utilizadas para designá-los, notando as exclusões, ênfases ou posições que podem ser estimuladas pelas escolhas enunciativas presentes no texto. Acreditamos que, ao se compreender a dinâmica dos elementos lexicais e visuais, poderemos identificar alguns atributos ideológicos que atravessam a transmissão da mensagem e a percepção dos leitores que consomem o discurso.

4.1 Analisando o *corpus* do portal *A Tarde*

1 QUADRO DE ANÁLISE - A TARDE (BRANCOS)	
Título:	“Vídeo: Médico é preso por assediar enfermeira em posto de saúde”
Palavra-chave guia:	Estupro; assédio; preso
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Assediar; tenta forçar abraço; assédio sexual; o momento; constrangeu; o incidente; o homem a agarra; o incidente de importunação sexual; ao crime
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia branca:	Médico [funcionalização]; profissional [identificação por classificação]; um médico de 55 anos [funcionalização + identificação por classificação]; o médico mais experiente [funcionalização + avaliação]; o homem [identificação por classificação]; o profissional de saúde [funcionalização]; o médico [funcionalização]

A operação realizada para representá-lo foi de “categorização” pela “funcionalização”, ou seja, o ator social é referido em termos de sua ocupação ou função, que assim como tantas outras, como a de professor, vendedor ou engenheiro, possui um reconhecimento e respeito

social, culminando com que as ativações ideológicas e socio-históricas movimentadas para se estruturar a identidade do sujeito, se aproximem de uma outroapresentação positiva, devido ao incessante uso da categoria “médico” e pela ausência da categoria negativa de “criminoso” que em nenhum momento é topicalizada. Chama bastante atenção a ausência do nome ou sobrenome do ator social criminoso na notícia, talvez, uma das apreensões mais tensas que observamos, principalmente devido à reincidência do criminoso, que é um perigo para a sociedade.

Essa “classificação” entre a prática criminal e sua atuação social, o coloca em uma posição abstrata à prática criminal e concreta à prática funcional/profissional, porque as designações utilizadas na representação deste ator social, sujeito linguístico-discursivo de uma notícia sobre um crime cometido, o aproximam mais da prática social da função exercida e menos da prática criminal. Nas análises sobre as notícias comparadas, vamos observar que existe um movimento inverso que ocorre quando o sujeito de etnia preta (ver notícia “Homem se entrega após fazer família refém em Águas Claras”), reincidente em diversos crimes, é representado nas notícias. Respeita-se a semântica da prática social em casos de sujeitos negros e, como mostra este exemplo, há um apagamento e um distanciamento designativo na relação entre o ator social branco e a prática social criminal.

Imagem 1 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - *A Tarde*



Fonte: Portal *A Tarde* - 2023

Esta notícia, em seu título, já conecta a ação do criminoso às provas em vídeo obtidas, de modo que os leitores têm acesso à materialidade e constrói uma simbiose entre o texto verbal

e não verbal. No texto imagético se articula visualmente a natureza dos eventos, em que o ator social de etnia branca está praticando a ação, mostrando o envolvimento direto e as circunstâncias em que ocorrem as práticas sociais criminais, estruturando um registro ativo.

Essa conexão entre o título e as imagens no vídeo é um exemplo de como a linguagem verbal e visual são combinadas para construir a representação dos eventos relatados. O *frame* escolhido para compor o texto escrito se torna uma representação do que se relatou, principalmente na parte que diz “a mulher retorna ao corredor e o homem a agarra”, o que se vê na imagem.

Além disso, o vídeo ilustra o ato de “agarrar”, fornecendo uma conexão direta com o conteúdo visual e ampliando o impacto da mensagem. Destacamos que o *print* do texto imagético da notícia deste criminoso branco é do vídeo anexado a ela, que recebeu uma edição ao utilizar uma ferramenta que “borra” o rosto dos atores sociais, tanto da vítima, como do criminoso e que, adiante, isso não acontece na notícia sobre os criminosos pretos, que aqui analisamos, intitulada “*Casal rouba farmácia no campo Grande e é detido por guardas e PMs*”, desse mesmo portal *A Tarde*. Vemos que, se há a possibilidade de fazer-se uma edição de imagem que preserve a identidade do ator social criminoso, ela é uma escolha e não um método do portal, que oculta o rosto do criminoso branco e não oculta do criminoso preto e isso pode indicar uma discrepância na forma como os diferentes grupos são retratados e como suas identidades são protegidas.

2 QUADRO DE ANÁLISE - A TARDE (BRANCOS)	
Título:	“Policial fez vídeo após matar colegas no Ceará: ‘te vejo no inferno’”
Palavra-chave guia:	Crime; homicídio
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Matar; crime; massacre; matou a tiros; cometer os assassinatos; invadiu a sede do distrito efetuando disparos;
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia branca:	O Policial [funcionalização]; o Policial Civil [funcionalização]; Antônio Alves Dourado [nominalização]; o assassino [identificação por classificação]; o autor do crime, o agente [identificação por classificação]

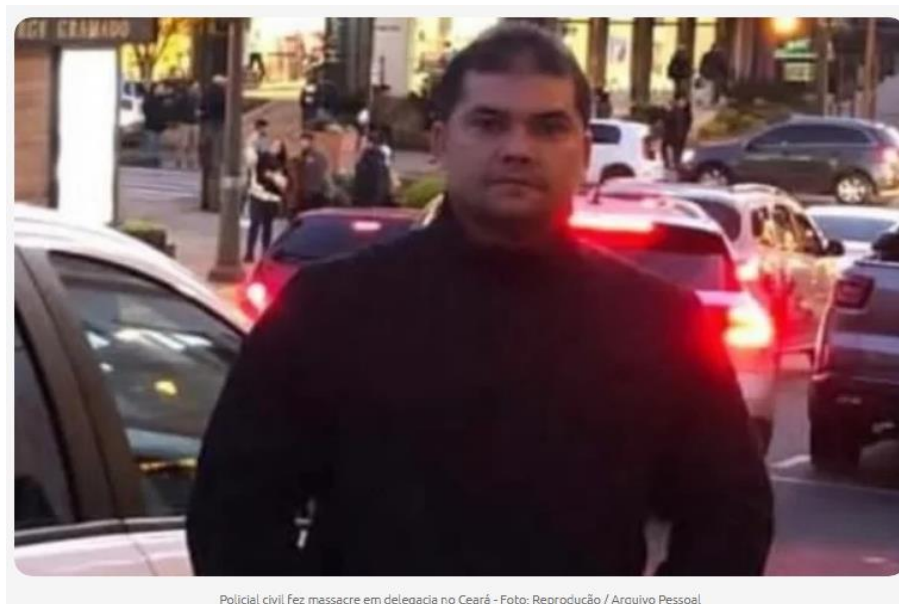
No título identificamos uma “funcionalização” pelo fato deste lugar de destaque na notícia, que veicula um evento tão trágico, que envolve armas e assassinatos em massa por

motivo torpe, como são os ataques de atiradores nas escolas, não ter-se especificado o ator social responsável pelo fato como um “atirador”, ou um “assassino”, ou mesmo adjetivado como “policial assassino”, destacando-se, desde já, a ocorrência de um único uso da designação “assassino” ao longo de toda a notícia. Também há um processo de “especificação” do papel ativo deste ator, super focado na sua profissão e uma forte “dissociação” do papel de homicida.

A repetitiva “categorização pela funcionalização” emplacada pelo uso da construção da identidade profissional (policial, policial civil, o agente) e menos da identidade criminal (utilizou-se “o assassino” e “o autor do crime”) suavizam a prática social cometida e noticiada, devido às supressões de adjetivações pertinentes ao crime, algo que, se compararmos com esta notícia fora do *corpus*, mas que ajudam a exemplificar o trato discursivo sobre eventos sociais semelhantes, que envolvem atiradores, a notícia publicada em 25 de novembro de 2022, intitulada: “Atiradores invadem escolas e deixam mortos e feridos no Espírito Santo”, publicada antes desta notícia em análise sobre o policial assassino, ou seja, algo que denota a existência de uma certa experiência do portal na publicização deste tipo de evento, foi descrita a identidade criminal do ator social como “atirador”, já aqui, neste crime do Policial Civil Antônio Alves Dourado, não o identificaram como “atirador”.

Na notícia sobre os atiradores do Espírito Santo, há o uso da categoria “atirador”, mesmo esta tragédia tendo deixado menos mortos do que a chacina cometida pelo policial de etnia branca. Diante disso, podemos concluir que há uma “identificação por classificação” deste ator social de etnia branca, que não é majoritariamente categorizado, na notícia sobre crime, como criminoso e, sim, determinado pela funcionalização de sua profissão e menos pela identificação com a chacina cometida.

Imagem 2 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - *A Tarde*



Policial civil fez massacre em delegacia no Ceará - Foto: Reprodução / Arquivo Pessoal

Fonte: Portal *A Tarde* - 2023

Nota-se que o uso desta imagem para representar o policial militar criminoso mencionado no título, em posição de “símbolo”, já que ele não está praticando ou reagindo à ação, de modo que a informação aos leitores se torne mais ampla, servindo, então, este texto imagético, como uma representação visual do ator social da notícia, ajudando os leitores a conceber a referência direta entre prática e evento, porém, as expressões faciais do criminoso na imagem não transmitem a ideia de alguém “agressivo”, do contrário, suas expressões expressam “neutralidade” ou “serenidade”, algo que pode ser transmitido às pessoas que consumam este discurso e pode despertar emoções semelhantes.

Desperta-se uma interação pela escolha do título da notícia se vinculando ao conteúdo da imagem selecionada, que mostra o ator social em posição de demanda, olhando para o leitor, como se a frase do título “te vejo no inferno” ganhasse um novo significado ao vincular-se com a expressão serena do ator social na foto, que pode denotar um sentido de “vingança” à frase e uma leitura menos sombria em sua expressão facial, que destoa do tom agravante do título da notícia. Ademais, a composição do ator social no centro da imagem, evidencia que ele desempenha um papel central na prática criminal, direcionando a atenção do espectador.

3 QUADRO DE ANÁLISE - A <i>TARDE</i> (BRANCOS)	
Título:	“Juiz da Lava Jato é afastado por suspeita de intimidar desembargador”
Palavra-chave guia:	Extorsão; ameaça

Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Suspeita de intimidar; a situação; suposta ameaça
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia branca:	Juiz da lava jato [funcionalização + avaliação; Eduardo Appio [nominalização]; o juiz que esteve à frente da Operação Lava Jato [funcionalização + avaliação]

Este ator social de etnia branca é representado pelo processo de “funcionalização” porque a identidade do ator social está atada ao evento da Lava-jato, mas a notícia não explica qual a relação de causalidade entre o criminoso, a vítima e o evento social, deixando vago ao leitor se existe uma reciprocidade, uma conexão entre o ator e o evento. Ele também é categorizado com uma identidade em termos das funções compartilhadas com os outros, que se perfaz através da alcunha de “Juiz lava jato”, bem como sofre uma representação pela “nominalizado” (“identidade única”) apenas uma vez, onde se menciona o seu nome e sobrenome.

Diante das repetições de “categorizações” pela “funcionalização”, que são as referências à sua ocupação ou função” em “juíz”, a mais utilizada, vemos que existe uma predileção por essas marcações que possuem fortes atributos nas convenções sociais. Ao final, também observamos a ocorrência de “sobredeterminação pela inversão”, pelo fato de um “juíz” que deveria julgar crimes, na verdade, estar cometendo-os, ou seja, vemos uma inversão de valores, e também poderíamos falar da designação pela “conotação” do nome “lava jato”, uma operação que possui sentido pelo contexto histórico político brasileiro. Esse evento social descrito na notícia e sua gravidade, não foram devidamente explorados pelo texto, que trouxe mais informações sobre a reação dos colegas de “Lava Jato” quanto ao fato, do que notas sobre os envolvidos, os modos que ocorreram a prática criminal ou a devida explicação sobre as razões e consequências deste ato praticado, que levou a uma atitude de afastamento do criminoso, inclusive.

Quando buscamos informações adicionais sobre o evento, aí sim é possível tentar compreender o contexto da notícia e podemos supor o motivo da presença de depoimentos de pessoas como Sérgio Moro e Deltan Dallagnol. Lendo a notícia da CNN “Quem é o juiz Eduardo Appio e por que ele foi afastado da Lava Jato”, soubemos que Moro e Dallagnol são desafetos do criminoso do relato, algo que não se explica na nossa notícia analisada e, também, provavelmente, a razão de trazerem as opiniões dos dois na notícia no portal *A Tarde*, seja para endossar este conflito.

Imagem 3 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - *A Tarde*



Fonte: Portal *A Tarde* - 2023

Neste contexto foi identificada a operação de representação do ator social servindo como símbolo visual, que retrata o rosto do juiz envolvido no evento, no caso, um texto imagético que apresenta aos leitores o ator social criminoso de etnia branca, com uma expressão neutra, o que, possivelmente, permite aos leitores visualizarem e reconhecerem o criminoso mencionado na notícia, bem como pode facilitar o entendimento dos leitores de concebê-lo como um sujeito intelectual ou erudito, devido ao cenário em segundo plano ser uma estante com vários livros, que representam sabedoria.

Estas proposições interagindo com o leitor, não permitem que se tracem tantas inferências sobre o sujeito criminoso e a prática social, pois, identificamos um distanciamento entre erudição x intimidação, porque esse contraste pode limitar a quantidade de inferências que os leitores podem traçar sobre o ator social de etnia branca e a sua prática social criminosa. A oposição entre a sofisticação intelectual e o evento intimidante, conferem uma complexidade maior na interconexão entre o indivíduo e as motivações por trás de seus atos, exigindo uma análise e resgates mais aprofundados para se chegar a conclusões mais precisas.

A posição de demanda em que o ator social criminoso é representado, de modo sério, quase inexpressivo, o posiciona como ator social passivo, permitindo que os leitores tenham uma referência limitada, próxima à sua identidade funcional e distante de sua identidade criminal. Isso quer dizer que essa abordagem busca manter a imparcialidade na apresentação do juiz e não presumir sua culpabilidade em qualquer questão criminal, no entanto, se no

mesmo contexto fosse um juiz preto, como o evento discursivo estaria textualizado?

4 QUADRO DE ANÁLISE - A TARDE (BRANCOS)	
Título:	“Homem atropela suspeito de furto e ironiza: ‘Menos um fazendo L’”
Palavra-chave guia:	Delito de trânsito; homicídio
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Atropela; a situação; o caso; o atropelamento
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia branca:	Homem [identificação por classificação]; atropelador [identificação por classificação]; um motorista [funcionalização]; um indivíduo [indeterminação]; Christopher Rodrigues [nominalização]; o atropelador [identificação por classificação]; o agressor [identificação por classificação]; o motorista [funcionalização]; ele

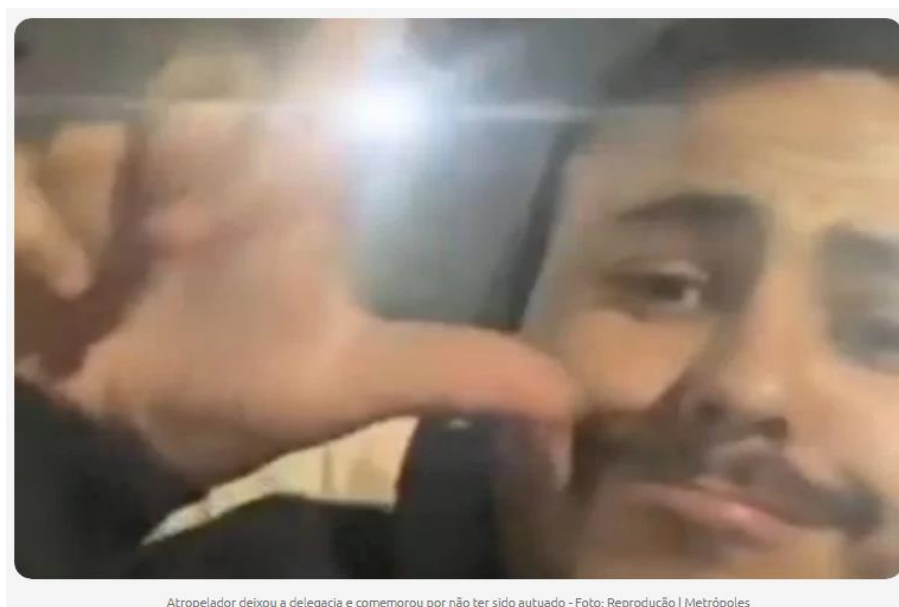
Primeiramente, identificamos uma operação de “identificação por classificação”, porque o ator social de etnia branca e criminoso é designado segundo a ação cometida, dentro desse contexto concreto que cria uma sensação de ação x reação, ao explicar que ele “atropelou um suspeito de furto”, ou seja, apenas participou do evento social devido a prerrogativas anteriores que sustentariam sua atitude, denotando uma sensação de “ter razão ao atropelá-lo”. Também vemos um processo de “assimilação” através da “associação” abstrata ao conservadorismo e ao antipetismo, com o uso da afirmação “menos um fazendo o L”, oferecendo um terceiro cenário de causalidade para o evento social praticado pelo ator social. Estes processos de designação causam uma “indeterminação” sobre a “categorização” do ator social, pois há um ruído sobre se ele foi vítima do assalto e reagiu, ou se ele “ajudou” o amigo assaltado, ou se foi proposital ou acidental, motivado pelas suas posições políticas.

Como ocorrem muitas “categorizações” pela “funcionalização”, em que a notícia constrói a sua representação em termos de uma atividade, ou de uma ocupação ou função (motorista), neste caso há a nomeação parcial entre prática e ator, que é até designado como “atropelador”, mas não como “assassino”, “fascista” ou “criminoso”, prevalecendo uma “sobredeterminação” pela “destilação”, porque a combinação entre fatos e ator social é tão abstrata, que em alguns momentos ficamos em dúvida se foi “Christopher Rodrigues” que foi assaltado e depois matou um homem, ou se ele viu a ação sendo sofrida por outro motorista e

quis fazer justiça com as próprias mãos. É necessário ler a notícia mais de uma vez para retomarmos a ordem dos fatos.

Destacamos que, novamente, apesar do crime bárbaro aqui relatado, a notícia não o designa como “criminoso” em nenhum momento, mesmo sabendo que, pelos conteúdos ditos, ele poderia ser enquadrado pelo crime de homicídio doloso, principalmente pelo comportamento e confissões feitas pelo “atropelador”, que por diversas vezes manifestou, publicamente, o seu contentamento por ter assassinado um homem de outra ideologia política contrária a dele.

Imagem 4 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - *A Tarde*



Atropelador deixou a delegacia e comemorou por não ter sido autuado - Foto: Reprodução | Metrôpoles

Fonte: Portal *A Tarde* - 2023

Aqui é possível identificar a representação direta do ator social, pois, o modo como os elementos multimodais, como texto e imagem, estão organizados e combinados para narrar-se o evento, intensifica e reforça a veracidade do texto verbal. O título estabelece o contexto do atropelamento e da ironia, enquanto a imagem proporciona uma representação visual direta dessa ironia, tanto pela expressão facial do ator social de etnia branca, como pelo gesto executado e mostrado.

A escolha do título “Homem atropela suspeito de furto e ironiza: ‘Menos um fazendo L’” e a imagem do *print* de vídeo postado pelo homem atropelador, são compostos de forma a criar uma conexão e complementaridade entre os elementos verbais e não-verbais. O título explica a ação do criminoso e a sua atitude irônica, em modo de reação, fazendo cara de deboche e fazendo a letra “L” com as mãos, uma referência ao presidente Lula e à sua luta e militância,

um gesto que ficou bastante idealizado nas eleições de 2022, cria uma posição de oferta, em que os leitores assistem à cena descrita no texto.

Acreditamos que, provavelmente, este deboche indicaria que o ator social é contrário ao atual presidente, também pelo orgulho demonstrado em assassinar um possível apoiador antagônico às suas posições políticas pessoais. De outros modos, a notícia utiliza uma imagem para ilustrar o contexto do incidente e atua como uma representação visual direta de parte das ações e atitudes do homem envolvido no crime, que postou nas redes sociais, o orgulho de sua ação cometida.

Por fim, há uma conexão ativada pela expressão do homem fazendo cara de deboche com gesto em referência ao presidente Lula, o que pode provocar uma resposta emocional no leitor, seja de indignação, porque o ângulo da fotografia tende a criar uma imagem negativa, seja de concordância ou outra reação emocional. No geral, esta notícia ilustra como a violência política motivada pelo ódio e pelas divergências ideológicas pode se manifestar de maneiras extremas e exemplificam a resposta que o discurso de ódio pode causar e motivar.

5 QUADRO DE ANÁLISE - A TARDE (BRANCOS)	
Título:	“Fisioterapeuta é preso por suspeita de estuprar paciente em UTI”
Palavra-chave guia:	Estupro; assédio; atentado violento ao pudor
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Suspeita de estuprar; o crime; teria abusado; o fato; crime de estupro;
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia branca:	Fisioterapeuta [funcionalização]; homem de 46 anos [identificação por classificação]; suspeito [identificação por classificação]; um fisioterapeuta [funcionalização]; ele; o fisioterapeuta [funcionalização]; prestador de serviços de maneira terceirizada [funcionalização]

Novamente, em outra notícia que veicula um crime cometido por sujeito branco da área da saúde, se nota a ausência do nome do criminoso, em que não se atribui, em nenhum momento da notícia, a topicalização entre ator e crime. Do contrário, há uma “funcionalização” que trata de representá-lo mais como um “profissional da saúde” e menos como um “criminoso”, ou seja, à medida que o texto progride somos impelidos a uma representação diferente da tematização da prática social criminal.

Essa “identificação por classificação” entre a prática e o ator e seu crime executado, utiliza uma identidade única para representar o ator social de etnia branca que se aproxima de algo positivo e menos a algo negativo (criminoso). As “categorizações” analisadas tendem pela “funcionalização”, em que a atividade exercida pelo criminoso, a sua ocupação (fisioterapeuta), é o que dá destaque para a representação construída deste ator social.

Por fim, em nenhum momento ele é identificado como “estuprador” ou “assediador”, algo que contribui para que o imaginário coletivo resgate mais memórias, através dos processos sociogênicos, de práticas sociais que o afastam do delito cometido, visto que o campo semântico de atuação de um profissional da saúde é inverso ao de um criminoso, e a notícia termina por suavizar a identidade criminal deste ator social de etnia branca.

Imagem 5 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - *A Tarde*



Suspeito foi interceptado na BR-381, em João Monlevade-MG - Foto: Divulgação / PRF

Fonte: Portal *A Tarde* - 2023

Nesse caso é possível ressaltar a interação presente no uso da imagem para sintetizar o momento da prisão do criminoso de etnia branca, mostrando fidedignamente como a ação ocorreu. A foto da Polícia Rodoviária Federal prendendo o criminoso na viatura, juntamente com a presença de uma mulher conduzindo-o, proporciona uma representação visual direta e simbólica do evento relatado na notícia. Primeiro porque demonstra que a atuação da PRF foi ativa, ou seja, demandou-se uma interceptação do bandido, segundo, pelo fato do criminoso de etnia branca ter feito mulheres de vítima e ter sido preso por uma mulher, conforme mostra o texto imagético, pode denotar uma sensação de justiça.

Por um lado, apesar de podermos inferir, novamente, que o ato de borrar o rosto do criminoso seja pelo respeito ao “princípio de presunção de inocência”, o mesmo não ocorre com criminosos de etnia preta. É como se esta presunção não existisse quando o ator social

criminoso é preto, mas, quando é branco, já vimos 2 exemplos de como o portal *A Tarde* trata a difusão da informação. Essa disparidade pode gerar reflexões sobre como a mídia trata diferentes atores sociais e a influência dessa abordagem na interpretação dos leitores.

Por outro lado, é evidente tanto no título da notícia, quanto no texto imagético a representação do ator social em posição que simboliza a ação de ser preso por um ato criminal. O título comunica diretamente o ato cometido pelo fisioterapeuta, o fato dele ter sido afastado e ser considerado foragido, bem como a interação estabelecida com o leitor, através da imagem, que mostra a prisão do detrator, no entanto, o modo como a notícia tende a tratá-lo como “suspeito”, pode provocar uma resposta interpessoal no leitor, como choque ou dúvida, o que influencia as posições e interpretações quanto ao crime relatado.

O destaque ao ator social pela combinação de elementos verbais e não-verbais que, fidedignamente, ilustram como foi a prisão do criminoso, reforçam, visualmente, a ação mencionada no título. Porém, a ação de se preservar a imagem do rosto deste criminoso, pode ser uma estratégia de refino ideológico, porque cria uma atmosfera de dúvida e mistério sobre o evento criminal, principalmente em conluio com a descrição de designá-lo como “suspeito”, mesmo o corpo da notícia explicitando diversos motivos que o enquadram como “culpado”.

6 QUADRO DE ANÁLISE - A TARDE (PRETOS)	
Título:	“Casal rouba farmácia no campo Grande e é detido por guardas e PMs”
Palavra-chave guia:	Crime; furto; preso
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Rouba; ação dos criminosos; roubo; ação dos criminosos; pegaram vários produtos e guardaram em sacolas; crime
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia preta:	Casal [identificação por classificação]; criminosos [identificação por classificação]; suspeitos [identificação por classificação]; a mulher [identificação por classificação]; o segundo indivíduo [indeterminação]; ele

Observamos uma operação de “identificação por classificação” pelo uso de designações coletivas utilizadas para representar os criminosos, como “casal”, bem como uma associação direta que os classificam de forma adequada à prática social criminal executada (criminosos). Acreditamos que essa designação coletiva pode ser uma estratégia para simplificar a representação dos criminosos ou para destacar a relação entre eles.

Salientamos que não há um esforço por deformar ou dissociar prática x ator, ou seja, utiliza-se o mesmo campo semântico do caso criminoso para representar os atores sociais. Isso significa que os termos usados para descrever os criminosos estão em consonância com a natureza do crime em questão, refletindo uma associação apropriada entre o crime e os indivíduos envolvidos.

Por outro lado, observando as categorias utilizadas para se designar os criminosos de etnia branca, também poderíamos aduzir uma “indeterminação pela nomeação” (criminosos, suspeitos) no título da notícia, pelo uso da identidade única que não fixa aos criminosos outras possibilidades de designação, como pela funcionalização, por exemplo, contrário do que vimos sobre os atores sociais brancos. Isso sugere que a identidade dos criminosos é estabelecida com base em sua ação criminosa e no papel que desempenham no contexto da notícia.

Imagem 6 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - *A Tarde*



Fonte: Portal *A Tarde* - 2023

Neste caso é possível discutirmos representação dos atores sociais de etnia preta em posição de oferta, em que o leitor observa a ação descrita no texto verbal. O texto imagético mostra o momento do roubo executado por atores sociais de etnia preta, construindo-os como atores sociais ativos na prática criminal. O *print* do vídeo da filmagem exibe as duas pessoas envolvidas no roubo, sem ocultar seus rostos, fornecendo uma representação visual direta dos suspeitos e do evento em questão.

Salientamos que, ao final da notícia, há o vídeo *in loco*, onde tampouco se utiliza o recurso de “borrar” o rosto dos atores sociais de etnia preta que cometeram o delito, algo distinto

e já destacamos a ocorrência de um trato diferente na difusão de imagens e vídeos de atores sociais de etnia branca que cometeram crime. Análogo a isso, cria-se uma interação que se percebe na semiose entre o título da notícia e o texto imagético.

O título informa a ação dos criminosos e é o que se vê expressado na imagem, fazendo com que a escolha de palavras e a divulgação das informações sobre a prática social criminosa, tenham uma interação interpessoal com o leitor. Indo além, a imagem do *print* do vídeo da filmagem, que mostra os rostos dos suspeitos, pode gerar uma resposta interpessoal no leitor, como reconhecimento, identificação ou até mesmo repulsa em relação aos criminosos, fomentando ideologias quanto a relação direta e histórica que se tece entre sujeitos negros x criminalidade.

A organização da combinação dos elementos multimodais para transmitir a mensagem de forma mais imediata e ativa, entre o contexto da ação e os atores envolvidos, transmitem a ação de “um roubo às prateleiras da farmácia”. Isso intensifica o impacto da ação cometida pelos atores sociais de etnia preta, principalmente por não tratá-la do mesmo modo que os criminosos de etnia branca.

7 QUADRO DE ANÁLISE - A TARDE (PRETOS)	
Título:	“Irmão de Tony Salles é morto durante confronto com a Polícia Civil”
Palavra-chave guia:	Crime; tráfico; assassinato
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Morto durante confronto com a Polícia Civil; o caso; morreu durante operação policial; foi morto durante a “Operação Licuri”
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia preta:	Irmão de Tony Salles [identificação relacional]; suposto traficante “Coquinho” [identificação por classificação + nominalização]; irmão do cantor Tony Salles, vocalista da banda Parangolé [identificação relacional]; suspeito [identificação por classificação]; Antônio Carlos de Oliveira Santos [nominalização]; irmão por parte de pai do cantor [identificação relacional], gerente do tráfico de drogas do bairro Rio Sena [identificação por classificação]; suspeito de coordenar a gestão das armas para os ataques contra grupos rivais da região [identificação por classificação]

A primeira ocorrência notada foi a “identificação relacional”, o que significa que o foco é mais direcionado a Tony do que ao criminoso em questão. Essa operação pode estar relacionada ao interesse em destacar a presença de uma figura famosa e correlacionada a um

evento criminal. Associa-se mais o criminoso ao ator social famoso do que ao crime em si. No entanto, ao longo do texto persiste o evento da “identificação relacional” no uso da designação “irmão”, de modo que a identidade do ator social criminoso é estabelecida com base nas funções compartilhadas com outros.

Além disso, a “identificação por classificação” implica ao leitor que a associação com Tony é uma parte essencial da identidade do irmão, mesmo o contexto apresentado e narrado no evento social sendo outro. Observamos também uma insistência paradoxal expressada pela dualidade entre os destinos dos irmãos (um criminoso, o outro cantor) descrito na notícia. Essa dualidade representada pode sugerir que há uma tensão ou contraste entre os caminhos escolhidos pelos dois irmãos, principalmente quando a notícia menciona que o cantor “não se pronunciou sobre o caso”. A “nominalização” que une repetidamente o ator social a seu irmão famoso é o que prevalece na representação do ator social de etnia preta criminoso, o que associa mais a notícia a uma descrição trágica do que a uma descrição criminosa.

Imagem 7 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - *A Tarde*



Fonte: Portal *A Tarde* - 2023

A representação do ator social de etnia preta em posição de demanda, que o mostra olhando para o leitor, o caracteriza como vítima de uma ação, em lugar de posicioná-lo como aquele que confrontou a polícia, pois, quem está armado está no quadro à direita, indo em avanço. Do lado esquerdo, há o ator social apassivado, sofrendo uma descaracterização da postura de enfrentamento.

O título informa diretamente o acontecimento, forçosamente conectando-o ao ator social Tony Salles, uma figura pública da Bahia, transmitindo a informação de forma subjetiva, porque

essa conexão pode despertar o interesse do público, uma vez que o envolvimento de uma figura conhecida pode gerar curiosidade e engajamento emocional. Por outro lado, o título apelativo e a imagem têm o potencial de gerar uma resposta interpessoal no leitor.

O título menciona o envolvimento de uma figura conhecida, o irmão de Tony Salles, o que pode despertar interesse e curiosidade no público e a imagem editada pode atuar nas emoções e nas percepções dos leitores em relação ao ocorrido, podendo gerar sentimentos de choque, indignação ou até mesmo empatia, pois há uma dualidade sendo exposta: enquanto sobre Tony Salles, figura pública, não há relatos de envolvimento com o crime e desfruta de uma vida estável, por outro lado, vemos o seu irmão em um caminho totalmente adverso, pois o criminoso de etnia preta foi retratado como “gerente do tráfico de drogas do bairro Rio Sena; suspeito de coordenar a gestão das armas para os ataques contra grupos rivais da região”.

A organização e a combinação do modo como os elementos multimodais, como texto, imagens, *layout*, são editados e compostos para transmitir a mensagem, criam uma estratégia de comunicação que pode simular o desenrolar dos eventos descritos, principalmente na edição da imagem principal, em que aparece a simulação de uma operação policial, ao lado da foto do criminoso de etnia preta, o que poderia direcionar os processos interpretativos do leitor para se criar uma relação de causa e efeito entre a operação policial e o ator social.

É preciso levar em conta que a forma como está apresentada a parte imagética do texto mostra nitidamente o engajamento do autor do texto que, de alguma forma, contrasta com o que é relatado na parte escrita. Ao comparar os dois quadros, nota-se que nas imagens da parte localizada à esquerda, vemos um grupo de policiais apresentados de costas para o leitor, apenas mostrando as iniciais do órgão policial, que estão indo para o local do conflito e estão armados. Já do lado esquerdo, vê-se a fotografia em que o participante se encontra em um ângulo frontal com o leitor, o qual está envolvido com o participante, que se apresenta em um estado de não agressividade (passividade).

8 QUADRO DE ANÁLISE - A TARDE (PRETOS)	
Título:	“Vídeo: Homem armado com faca assalta pedestre próximo ao metrô”
Palavra-chave guia:	Crime; assalto; roubo
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Assalta; ameaçou com uma faca; o caso
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia preta:	Homem armado com faca [identificação por classificação + avaliação]; assaltante [identificação por classificação]; o homem [identificação por

	classificação]; suspeito armado com uma faca [identificação por classificação + avaliação]; o homem [identificação por classificação]
--	---

Notamos o uso de “identificação por classificação” através da designação “homem” usada para representar o indivíduo envolvido na ação criminal, ou seja, utiliza-se um termo plural para singularizá-lo. O uso do termo genérico “o homem” não atribui uma identidade específica ao sujeito envolvido no assalto. Essa designação é empregada para manter o foco na ação em si, não fornecendo detalhes adicionais sobre a pessoa envolvida.

A designação “assaltante” é utilizada para representar o indivíduo envolvido no crime, adequada e que dá ênfase na ação criminosa que foi cometida e transformada em evento discursivo. Apesar da “identificação por classificação” encontrada pelo uso da designação “o suspeito”, algo que indica que a identidade do indivíduo não está confirmada e permanece incerta, a notícia se contradiz ao fazer uma “avaliação” através do uso do termo “assaltante”, gerando uma ambiguidade sociodiscursiva.

Imagem 8 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - *A Tarde*



Fonte: Portal *A Tarde* - 2023

Aqui, a representação da prática criminal mostra o ator social executando a ação, notável tanto no título da notícia como na imagem, pois, o título informa diretamente o acontecimento, descrevendo a ação de um homem armado com uma faca para assaltar um pedestre próximo ao metrô e a imagem representa o evento, em que vemos um homem preto com o punho alçado,

indo em direção à vítima.

Esta imagem que mostra a cena e o ator social em posição de oferta, coloca o leitor como espectador da ação, já que utiliza-se um *print* de uma gravação de câmera de segurança, que não oculta o rosto do assaltante e nem o da vítima, um evento que ainda não havíamos registrado, quanto à vítima, mas, novamente, denota a tendência do portal *A Tarde* em não esconder o rosto dos criminosos de etnia preta e fazê-lo com criminosos de etnia branca, o que pode contribuir para se reforçar estereótipos, ao não tratarem os criminosos etnicamente antagonísticos de modo análogo, ao longo da notícia.

Ademais, o título da notícia e o texto imagético têm o potencial de fomentar uma resposta interpessoal no leitor, pois, enquanto o título foca na ação criminosa, podendo despertar preocupação e alerta nos leitores em relação à segurança pública, a imagem pode gerar um impacto emocional, choque, indignação ou medo, pelos leitores visualizarem a violência e a ação criminosa *in loco*.

9 QUADRO DE ANÁLISE - A TARDE (PRETOS)	
Título:	“Homem se entrega após fazer família refém em Aguas Claras”
Palavra-chave guia:	Crime; sequestro; preso
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Fazer família refém; fazia quatro pessoas de refém; estava fugindo de policiais; invadiu a casa de uma família com cerca de cinco pessoas
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia preta:	Homem [identificação por classificação]; Ele; Tarcísio Farias de Almeida Ferreira [nominalização]; Tarcísio [nominalização]; ele; acusado [identificação por classificação]; sequestrador [identificação por classificação]; responsável por puxar bondes para executar rivais [funcionalização]; assassino de Mayana Soares dos Santos [identificação por classificação]; o suspeito [identificação por classificação]

As primeiras “classificações” observadas foram as designações “homem” e “ele”, pois há o uso de termos coletivos para representar o indivíduo de etnia preta envolvido na ação de fazer a família refém, bem como o resgate de uma forma genérica de se referir ao sujeito, que enfatiza o seu gênero masculino pelo pronome. Essa forma de designação mais abstrata não fornece detalhes adicionais sobre sua identidade, no princípio, algo que muda com o uso da designação “Tarcísio Farias de Almeida Ferreira” e “Tarcísio”, que são “categorizações pela nominalização”.

Ao utilizar o nome completo do criminoso é possível especificar sua identidade de forma precisa, bem como se torna uma ferramenta de informação para os leitores, algo que não ocorre na notícia “Vídeo: Médico é preso por assediar enfermeira em posto de saúde” nem na notícia “Fisioterapeuta é preso por suspeita de estuprar paciente em UTI”, o que pode implicar um conflito de interesses, já que ambos atores sociais cometeram atrocidades, principalmente conectadas ao feminicídio. Há inclusive apenas o uso do primeiro nome, “Tarcísio”, algo que pode ser interpretado como uma forma mais pessoal de se referir ao criminoso, o que não ocorre com o criminoso de etnia branca.

Adiante vemos uma “identificação por classificação” expressa pela designação “acusado”, o que estabelece uma relação entre o sujeito e o crime cometido, mas que contradiz as outras designações (como sequestrador e assassino) que ao longo do texto vão construindo a sua determinação. Isso pode contribuir para ruídos de comunicação, em que poderá gerar-se uma dúvida quanto a gravidade ou veracidade da situação. Inclusive, a designação “sequestrador” e “responsável por puxar bondes para executar rivais” também representam uma “identificação por classificação”, já que se enfatiza corretamente o papel desempenhado na ação criminosa, de acordo com o campo semântico da prática social criminal. Há uma mistura de termos genéricos, identificações precisas e atribuições de funções criminosas específicas, que podem refletir tanto a falta de informações claras sobre a identidade e envolvimento do sujeito, como possíveis conflitos socioconceituais na descrição da notícia.

Imagem 9 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - *A Tarde*



Ele foi identificado como Tarcísio Farias de Almeida Ferreira, 28 anos - Foto: Shirley Stolze | Ag. A tarde

Fonte: Portal *A Tarde* - 2023

A representação do ator social está agindo na semiose entre o título da notícia e as imagens que a acompanham, uma vez que o título comunica a ação do ator social de etnia preta que cometeu um crime e se entregou. Então, a imagem dele dentro de uma viatura, cercado por policiais, ilustra essa representação do evento. Destacamos que, aqui, não se mostra o rosto do criminoso, porém, ao final da notícia, há outro texto imagético que, nitidamente, apresenta a face do ator social, algo curioso, pois, se num primeiro momento se quis preservar a imagem do detratador, num segundo momento e pela construção dos eventos do texto, decide-se difundi-lo. Uma atitude que não foi captada em outras notícias sobre atores sociais criminosos de etnia branca.

Por outro lado, também se evidencia que a relação entre título da notícia e as imagens, têm o potencial de gerar uma resposta interpessoal no leitor, como se demonstrasse que “o caso foi resolvido”. O título descreve o crime e a rendição do criminoso, o que pode provocar reações emocionais, como choque, alívio ou preocupação. Já as imagens, ao mostrarem o criminoso e sua interação com os policiais, podem despertar sentimentos de justificação e contenção, já que os policiais estão ao seu redor, impossibilitando qualquer reação.

Por fim, é possível inferir que a organização dos elementos visuais, como a disposição das imagens e do texto, busca transmitir a mensagem de forma direta e impactante. A escolha de mostrar o criminoso dentro da viatura, em ambas as imagens, cria uma combinação visual entre elas, reforçando a narrativa do homem se entregando após fazer uma família refém, no entanto, o fato de não se não mostrar o rosto do criminoso inicialmente e revelá-lo posteriormente, pode ter sido intencional, para se criar um efeito dramático, informativo ou pode ter sido utilizada para chamar a atenção do leitor, um processo que não é constatado, neste *corpus*, quando há a difusão de notícias sobre crimes de atores sociais de etnia branca.

10 QUADRO DE ANÁLISE - A TARDE (PRETOS)	
Título:	“Pastor Valdemiro tem templo de R\$260 milhões penhorado pela Justiça”
Palavra-chave guia:	Patrimônio; dívida judicial
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Templo de R\$260 milhões penhorado pela Justiça; não fez pagamentos relacionados com a Igreja Mundial; penhora de um templo da Igreja Mundial do Poder de Deus; penhora foi ordenada em decisão judicial por causa do não pagamento de aluguéis de um imóvel usado como templo pela igreja em Ubatuba, no litoral Norte de São Paulo; a dívida; falta de pagamento

Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia preta:	Pastor Valdemiro [funcionalização + nominalização]; Pastor [funcionalização]; Pastor Valdemiro Santiago [funcionalização + nominalização]; Valdemiro Santiago [nominalização]
--	---

Primeiro observamos uma “circunstancialização” porque há a difusão das ações cometidas pelos atores sociais de modo parcial e se omite, se “exclui” como se deram as ações e funções do “Pastor Valdemiro” no crime narrado como consequência na notícia, que destaca o nome do criminoso em questão, atribuindo-lhe uma identidade específica. Deste modo, a relação entre ator social e prática social é ativada pela “participação pela funcionalização”, com a designação “Pastor”, que é utilizada para se referir ao possível detratador de forma mais genérica, pondo em destaque a sua ocupação religiosa. Essa designação atribui uma característica específica ao sujeito, pois indica mais sua posição como líder religioso e menos como criminoso.

Pela notícia não nomear o criminoso como tal (sonegador, corrupto, entre outros) vemos que há uma omissão, porque o uso das “nominalizações” “Pastor Valdemiro Santiago” e “Valdemiro Santiago” não o denotam no mesmo campo semântico da prática criminal do evento discutido, do contrário, a operação de representação deste ator social de etnia preta opera através da “categorização pela funcionalização”, que é atrelada à sua função religiosa e a sua ocupação.

Por fim, também notamos que a notícia se recusa a afiançar o pastor à prática criminosa e essa operação pode contribuir para minimizar ou desviar a atenção das possíveis transgressões cometidas pelo pastor. Os detalhes sobre o templo penhorado e seu valor financeiro são postos de forma concentrada e resumida, enquanto a discussão sobre as ações do pastor está limitada e, diante disso, acreditamos que essa omissão pode levar a uma percepção simplificada ou incompleta dos eventos e de suas prerrogativas, já que detalhes relevantes são minimizados ou não são invocados.

Imagem 10 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - *A Tarde*



Fonte: Portal *A Tarde* - 2023

Se identifica a representação do ator social em posição de demanda, representado uma feição de preocupação, que se estabelece na simbiose entre o título da notícia e na imagem que a acompanha. O título informa diretamente o acontecimento, comunicando a penhora do templo milionário do Pastor Valdemiro pela Justiça, algo preocupante, e se utiliza uma imagem que retrata o próprio criminoso de etnia preta com uma expressão de atenção e preocupação, com os dedos em riste, como se estivesse se explicando ou confrontando algo, o que poderia ilustrar a complexidade deste evento social, expresso pela feição de reprovação do ator social diretamente atingido.

Notamos, também, que a centralização da figura do Pastor Valdemiro o coloca como foco central, apesar de citar-se o templo religioso como tema central. O destaque para a figura pública e religiosa conhecida e a penhora de seu templo milionário, denotando uma ameaça na relação direta de pertencimento entre eles, pode despertar diferentes reações no público, como surpresa, indignação ou até mesmo apoio, dependendo das opiniões e crenças individuais. Porém, acreditamos que se forem subjetivamente atingidas pelo caráter “preocupador” da expressão facial do criminoso de etnia preta, possivelmente, as reações do público podem ativar sensações de compaixão ou empatia.

4.1.1 Síntese de análise - *A Tarde*

QUADRO DE ANÁLISE COMPARADA - <i>A TARDE</i>
--

1- Representações dos atores sociais de etnia branca:	2- Representações dos atores sociais de etnia preta:
<p>1. funcionalização; identificação por classificação; funcionalização + identificação por classificação; funcionalização + avaliação; identificação por classificação; funcionalização; funcionalização;</p> <p>2. funcionalização; funcionalização; nominalização; identificação por classificação; identificação por classificação;</p> <p>3. funcionalização + avaliação; nominalização; funcionalização + avaliação;</p> <p>4. identificação por classificação; identificação por classificação; funcionalização; indeterminação nominalização; identificação por classificação; identificação por classificação; funcionalização</p> <p>5. funcionalização; identificação por classificação; identificação por classificação; funcionalização; funcionalização; funcionalização.</p>	<p>1. Identificação por classificação; Identificação por classificação; Identificação por classificação; Indeterminação;</p> <p>2. Identificação relacional; Identificação por classificação + nominalização; Identificação relacional; Identificação por classificação; Nominalização; Identificação relacional; Identificação por classificação; Identificação por classificação;</p> <p>3. Identificação por classificação + avaliação; Identificação por classificação; Identificação por classificação + avaliação; Identificação por classificação;</p> <p>4. Identificação por classificação; Nominalização; Nominalização; Identificação por classificação; Identificação por classificação; Funcionalização; Identificação por classificação; Identificação por classificação;</p> <p>5. Funcionalização + nominalização; Funcionalização; Funcionalização + nominalização; Nominalização.</p>

Ao compararmos as categorias de designações para atores sociais criminosos brancos e pretos, podemos identificar diferenças significativas na forma como eles são representados. Para os atores sociais de etnia branca, as categorias mais proeminentes incluíram a “funcionalização”, a “identificação por classificação” e a “funcionalização + avaliação”. Isso sugere que, ao descrever indivíduos brancos, a ênfase recai frequentemente em suas funções, ocupações ou características classificatórias. Além disso, a “funcionalização + avaliação” que também é usada, que pode indicar a incorporação de juízos de valor na representação desses atores sociais brancos. É interessante notar que a “indeterminação” também contribui para gerar uma abstração de sentidos, sugerindo uma tendência de minimizar ou omitir certas características ou ações dos indivíduos brancos, focalizando mais em suas acepções genéricas ou ocupações específicas.

Acreditamos que isso pode contribuir para uma representação menos estigmatizada ou criminalizada dos brancos, justamente porque os resgates feitos para estruturar-se a sua representação social são mais acionados que outros processos de representação do sujeito, o que induz o leitor a constituí-lo imagetivamente fora do campo semântico da ação criminal, ou seja, constrói-se a representação baseando-se mais no passado, do que no presente e nas ações que os levaram a transformarem-se em sujeitos criminosos.

Por outro lado, para os pretos, as categorias mais identificadas incluem a “identificação por classificação” seguida de “nominalização”. Isso pode indicar que, ao descrever indivíduos negros, há uma avaliação da prática para depois classifica-lo dentro daquele evento executado.

Além disso, a “nominalização” pode apontar a predileção de agrupar ou associar os indivíduos pretos a certos estereótipos ou crimes, enfatizando sua identidade social e ligando-os a eventos criminais. Há bastante uso de designações do que Fairclough (2001, p. 22) chamou de “entidades-chave” concernentes à atividade criminal, algo minimizado nas representações de atores sociais brancos.

Também notou-se a falta de resgates ao passado ou de outras informações que o constituíssem fora do evento criminal, ou seja, as notícias se limitaram a representá-los de acordo com a ação criminosa cometida, e pensamos que isso pode levar a uma representação mais estigmatizada ou criminalizada dos pretos. Em suma, as categorias de designações destas notícias analisadas do portal *A Tarde*, aduzem que estão materializando e significando uma rede socioconceitual diatópica na representação entre brancos e pretos, porque há tendências distintas na forma como são retratados e enfatizados os seus atos criminais em diferentes contextos e, estas, são diferenças e dinâmicas que podem refletir conflitos de relações de poder, preconceitos e estereótipos presentes nas narrativas.

Já na comparação das imagens utilizadas para ilustrar as notícias deste *corpus* do *A Tarde*, podemos observar que os significados mais comuns nas notícias sobre crimes de criminosos brancos são a representação em posição de demanda. Contudo, em alguns casos há a ocorrência da posição em oferta, sugerindo um processo linguístico-discursivo mais complexo ou uma abordagem mais analítica na apresentação dos eventos. Os atores sociais de etnia branca, majoritariamente, estão dispostos em posição “central” (olhando para o leitor, rindo, sério, inexpressivo), e outros em uma posição mais passiva, como se estivesse longe da prática criminal.

Nas notícias sobre crimes de criminosos pretos, se identifica uma combinação variada de significados, porém, nota-se que os atores sociais são representados em posição de “oferta” (praticando a ação), de modo ativo. Quando há um trato discursivo mais amplo, descritivo e conectado semanticamente à prática social criminal, notamos que a informação é melhor localizada, se explora com mais profundidade o contexto social, as causas subjacentes, as implicações sociais e as consequências dos crimes, algo que, majoritariamente, evita-se fazer nas notícias sobre sujeitos brancos e evidencia-se naquelas sobre sujeitos pretos.

Esse *corpus* em análise sugere uma pequena diferença no modo como as notícias são estruturadas, em como a representação dos atores sociais é distópica quando se trata de crimes cometidos por atores brancos e atores pretos. Enquanto as notícias sobre crimes de criminosos brancos tendem a focar na representação passiva, invocando modelos mentais distantes da prática criminal e do ato, as notícias sobre crimes de criminosos pretos parecem ter uma

abordagem mais ampla, mais “composta”, descritiva e mais conectada à prática social criminosa. Isso pode aduzir a uma diferença na narrativa e na representação dos diferentes grupos étnicos na mídia.

4.2 Analisando o *corpus* do portal *Bahia Notícias*

11 QUADRO DE ANÁLISE - BAHIA NOTÍCIAS (BRANCOS)	
Título:	“João de Deus é denunciado por crimes sexuais de mais oito vítimas”
Palavra-chave guia:	crime; estupro
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Crimes sexuais; prática de crimes sexuais envolvendo outras oito mulheres; os crimes; estupro de vulnerável, violação sexual e posse ilegal de armas
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia branca:	João de Deus [nominalização]; ele

Nesta análise de notícia de ator social de etnia branca, identificamos a categoria “nominalização”, que diz respeito a designá-lo como “João de Deus”, uma forma de reconhecimento direto do criminoso envolvido nos crimes sexuais, pensando que o nome próprio singulariza o criminoso dos demais e invoca memórias, já que ele é uma figura pública. Através desta nominalização também é possível identificá-lo de forma específica, muito devido às questões históricas e religiosas que o envolve, sabendo que João de Deus é uma figura muito conhecida antes mesmo dos crimes cometidos. Podemos dizer que, assim como Francisco Xavier ou Chico Xavier, sua persona e ações espirituais foram anos após anos exploradas pela mídia local e mundial. Por isso, a “nominalização” na designação de “João de Deus” é direta. Contudo, acreditamos que essa conotação pode influenciar a percepção dos leitores, suavizando a gravidade dos crimes cometidos pela pessoa em questão, por focá-lo em sua atividade religiosa e menos na atividade delituosa.

Imagem 11 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - *Bahia Notícias*



Fonte: Portal *Bahia Notícias* - 2021

Primeiro, sobre a representação, identificamos pela disposição da imagem, que mostra a figura de João de Deus cercado por pessoas, construindo a ideia de ser um sujeito público, popular, que está cercado por uma multidão, em que não podemos precisar se são apoiadores ou manifestantes contrários a ele. Acreditamos que o uso deste texto não verbal queira denotar como João de Deus é conhecido.

A representação de João de Deus como uma figura cercada por pessoas em uma multidão sugere que ele está em posição de “demanda” na imagem. Isso significa que ele é o centro das atenções e está em destaque na cena. Ele ocupa uma posição de destaque físico e simbólico no centro da imagem, o que indica que a atenção do espectador é direcionada para ele. Essa disposição visual enfatiza sua presença e importância na narrativa visual, destacando-o como o principal foco da cena.

Essa composição do ator social criminoso de etnia branca, que o mostra com uma expressão facial que quase denota raiva e pelo gesto com as mãos que pode transmitir a ideia de que ele estava se explicando por algo, pode ser interpretado como uma forma de defesa ou de indignação pelas denúncias feitas. Através desses elementos visuais, é possível perceber uma dimensão emocional e uma comunicação não verbal que expressa uma resposta reativa diante das acusações.

12 QUADRO DE ANÁLISE - *BAHIA NOTÍCIAS* (BRANCOS)

Título:	“Barra: Advogado nega que suspeito de mandar matar médico tenha confessado crime”
Palavra-chave guia:	crime; homicídio; assassinato
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	mandar matar médico; crime; mandar matar o pediatra Júlio César de Queiroz Teixeira; um homem de capacete entrou na sala e disparou contra o pediatra
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia branca:	Suspeito [identificação por classificação]; o cliente [identificação por classificação]; Diego Santos Silva [nominalização]

Primeiro há uma dualidade sobre quem seria o criminoso da prática social, já que o título coloca ênfase no “advogado” e o texto não-verbal apresenta outro ator social que, possivelmente, seria o criminoso. Há, também, uma “identificação por classificação” entre as designações “suspeito” e “cliente”, já que denota-se que este ator social de etnia branca participou de duas práticas sociais que se opõem. A designação “suspeito” o conecta a um possível delito, enquanto “cliente” o classifica como qualquer pessoa que consome algum serviço, no caso, o serviço de advocacia. A alcunha de “cliente” também pode ser vista como uma “identificação por classificação”, apesar dessa referência ter sido utilizada pela sua relação “cliente x advogado”, então, essa designação que foi replicada pelo portal, coloca o foco na relação profissional entre o suspeito e seu advogado, ao invés de sua suposta participação no crime.

Embora essa designação enfatize a relação com o advogado, ela também pode sugerir uma neutralidade ou um distanciamento em relação ao crime cometido. Essa categorização pode pré-guiar a percepção do leitor a uma representação mais suave ou neutra do suspeito, ao invés de enfatizar a gravidade das acusações. Por fim, pela “nominalização” notamos no uso da designação “Diego Santos Silva”, algo que, especificamente, diferencia o criminoso de outros atores sociais, fornecendo informações mais detalhadas sobre a sua identidade através da exposição do seu nome próprio completo, e se torna um aspecto relevante para que as pessoas que consumam esta notícia, tenham a oportunidade de distingui-lo entre os demais e de categorizá-lo formalmente.

Imagem 12 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - *Bahia Notícias*



Foto: Reprodução / Redes Sociais

Fonte: Portal *Bahia Notícias* - 2021

Nesse caso, podemos ressaltar a operação que representa o ator social criminoso em posição de “demanda”, olhando para o leitor, com uma expressão séria dando um gesto de “joinha” com as mãos. A interação com o leitor também se evidencia pelo gesto e o cenário da imagem, que parece uma paisagem, que trás um mar disposto atrás do ator social, um cenário de tranquilidade, que produz signos que não denotam preocupação com o fato, por exemplo.

Apesar de reconhecermos que o ator social criminoso de etnia branca está fazendo um gesto de “joinha” ou de “positivo”, notamos que a imagem foi cortada, o que diminuiu a proporção expressa pelo gesto. Acreditamos que, se a imagem mostrasse todo o gesto, poderia produzir-se uma interpretação dúbia, em que o texto verbal e o texto não verbal seriam antagônicos e produziriam mais ruídos entre a afirmação do advogado e a afirmação posta pela imagem.

13 QUADRO DE ANÁLISE - <i>BAHIA NOTÍCIAS</i> (BRANCOS)	
Título:	“Homem é preso por furto após reclamar de insegurança: 'Estão roubando muito’”
Palavra-chave guia:	Crime; roubos e furtos
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Furto; cometer furtos na região; prática de furto; teria aberto um carro estacionado em uma avenida e levado dois cartões de crédito
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia branca:	Homem [identificação por classificação]; um homem [generalização]; Anderson Lopes Siqueira [nominalização]; o entrevistado [identificação por

	classificação]; ele; Anderson [nominalização]; suspeito [identificação por classificação]
--	---

As categorias identificadas foram: identificação por classificação; generalização e nominalização. Na “identificação por classificação”, observamos o uso da designação “homem”, “ele” e “generalização” em “um homem”, que são modos mais universais de designar a identidade do ator social, não permitindo uma categorização precisa. Pela “nominalização” da designação do ator social criminoso de etnia branca, identificamos o uso de “Anderson Lopes Siqueira”, o nome completo do ator social criminoso e “Anderson”, nome inicial. Essa designação atribui uma identidade única ao ator social, diferenciando-o dos demais. Pela “identificação por classificação”, a designação “o entrevistado” se refere ao ator social pelo seu papel na interação comunicativa, identificando-o não pela atividade que realiza, mas por sua posição como entrevistado na primeira prática social.

Também há uma “identificação por classificação” através da designação “suspeito”, que pode agir para suprimir a representação do ator social ao atribuir-lhe uma categoria geral, que destoa completamente do relato no texto verbal e no texto não verbal, uma vez que, as imagens e os relatos dão conta de que há uma certeza sobre a ação do criminoso de etnia branca, o que dispensaria designá-lo como suspeito, perante tantas provas. Por fim, há uma ambiguidade que guia a atenção dos leitores sobre os eventos que estão sendo veiculados, entre o ator social se indignar com a prática social criminosa e, paradoxalmente, ser um ator social ativo no evento descrito, que é a execução de um crime.

Imagem 13 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - *Bahia Notícias*



Foto: Reprodução/Metrópolis

Neste texto não-verbal podemos identificar a representação em posição de oferta e de demanda do ator social, pelo contraste que se fez do sujeito nas duas situações descritas no título: o primeiro, captado pela câmera de segurança, em que o homem é flagrado roubando, e o segundo, em que ele participa de uma entrevista em que reclama da criminalidade. Aqui podemos ver como se constroem visualmente a natureza dos eventos.

Já a ambiguidade está presente no relato do homem reclamando da insegurança e da criminalidade. Essa expressão de opinião pessoal na entrevista é destacada na imagem, enfatizando a interação entre o entrevistado e o tema discutido. A intenção pode ser a de gerar uma resposta interpessoal no leitor, como choque, surpresa ou reflexão, ao evidenciar a aparente contradição entre as palavras do homem na entrevista e seu envolvimento em um ato criminoso. A interação com o leitor se nota pela distribuição da informação, em que houve a edição da imagem para, primeiro, destacar a ação criminosa e depois mostrar a divergência absurda do ator social ter dissimulado, em rede nacional, que “estavam roubando muito” quando, na verdade, ele fazia parte do grupo que pratica esse tipo de crime. A sequência das informações visuais faz com que a composição da imagem, com a divisão em dois painéis distintos, ressalte visualmente essa contraposição de eventos. Essa disposição espacial contribui para a compreensão da mensagem e reforça o impacto emocional e cognitivo no leitor, ao confrontar a imagem do criminoso em ação com suas palavras de indignação na entrevista.

14 QUADRO DE ANÁLISE - <i>BAHIA NOTÍCIAS</i> (BRANCOS)	
Título:	“Em audiência nos EUA, ex-presidente da Braskem admite crimes”
Palavra-chave guia:	Crime; corrupção; crime ambiental
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Crimes; participado de um esquema de desvio de US\$250 milhões da Braskem (cerca de R\$1,4 bilhão) para o exterior e de subornar autoridades do governo brasileiro e políticos; admitiu ter pago propinas em troca de contratos na área petroquímica da Braskem com a petroleira estatal
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia branca:	Ex-presidente da Braskem [funcionalização]; o ex-presidente da Braskem, José Carlos Grubisich [funcionalização + nominalização]; o ex-executivo da empresa controlada por Petrobras e Odebrecht [funcionalização + avaliação]; Ele; Grubisich [nominalização]; o ex-executivo [funcionalização]

Nesta notícia identificamos as categorias “nominalização”, “categorização pela funcionalização” e “funcionalização + avaliação”. Notamos que, em nenhum momento, a notícia trata o ator social criminoso de etnia branca sem designá-lo como tal, mesmo este ator social tendo admitido o fato, bem como pelas descrições e informações que nos mostram que ele está preso.

Essa omissão pode sugerir uma intencionalidade para evitar estereótipos ou generalizações com base em etnia. A ambiguidade se dá pelo fato da progressão da notícia e as designações utilizadas para formar a sua representação, não o atarem à prática criminal e sim à sua “funcionalização + avaliação” enquanto “ex-executivo”, ou seja, definindo-o enquanto a atividade exercida e não de acordo à prática criminal. Não há nenhuma designação que o enquadre como “criminoso”, “corrupto” ou até as mais suaves como “suspeito”. Essa “categorização pela funcionalização” se mostra evidente quando outras formas não são invocadas, de modo a suavizar o crime do ator social de etnia branca.

Também identificamos uma “funcionalização + nominalização” primeiro pela insistência em atá-lo às suas ações passadas enquanto funcionário de uma empresa, conectando-o à duas práticas que são inversas, ser presidente de uma companhia e roubá-la, bem como pela “funcionalização”, que ao descrevê-lo como “ex-presidente”, “ex-executivo” o liga a várias práticas sociais, dissociando-o da prática criminal, gerando uma abstração entre evento e ator social.

Imagem 14 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - *Bahia Notícias*



Imagem: Youtube

Fonte: Portal *Bahia Notícias* - 2021

Aqui identificamos a operação de representação em posição de demanda, que coloca o ator social olhando para o leitor, pelo fato da imagem representar o ator social criminoso, através de um print de vídeo do YouTube com uma expressão neutra. Sua representação busca retratar visualmente o ator social e transmitir informações por meio de elementos visuais, o que se transmite é um sujeito sério, imparcial, deixando espaço para que o leitor interprete a situação de acordo com sua própria percepção, que é influenciada por essa posição de passividade exposta pela representação do ator social.

A imagem foi extraída de um vídeo do YouTube e apresenta o ator social vestindo uma camisa social azul. A escolha desses elementos pode ter sido feita para transmitir uma imagem formal e profissional do indivíduo, reforçando a sua posição como ex-presidente da Braskem. A camisa social azul utilizada pelo ator social na imagem também pode ter um significado simbólico, já que a cor azul é bastante associada ao profissionalismo e confiança, e pode ser utilizada para transmitir uma imagem de seriedade e autoridade.

15 QUADRO DE ANÁLISE - <i>BAHIA NOTÍCIAS</i> (BRANCOS)	
Título:	“Vídeo: Militar do GSI é flagrado dando água e cumprimentando bolsonaristas durante invasão de 8/1”
Palavra-chave guia:	Crime; crimes violentos contra o patrimônio
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Flagrado dando água e cumprimentando bolsonaristas durante invasão de 8/1; foi flagrado cumprimentando bolsonaristas após a invasão à sede dos Três Poderes no dia 8 de janeiro; distribuindo garrafas d’água para os invasores
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia branca:	Militar do GSI [funcionalização]; O capitão do Exército José Eduardo Natale de Paula Pereira, na época membro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) [funcionalização + nominalização]; Pereira [nominalização], O Militar [funcionalização]; O capitão do Exército [funcionalização]

As categorias reconhecidas foram “funcionalização” e “funcionalização + nominalização”. Primeiro, salientamos que há uma omissão de designações que conectem o criminoso de etnia branca à ação cometida, que se caracteriza por terrorismo e como cúmplice de crimes contra o patrimônio, tanto pelo ato de fornecer água, como pelo ato de não impedir os terroristas na invasão. Essa omissão pode influenciar a percepção do leitor sobre a gravidade dos atos cometidos.

Também identificamos uma “funcionalização” nas designações “Militar do GSI”, “O capitão do Exército”, “o Militar” e em “o capitão do Exército”, que foram maioria para representar o ator social. Com isso, vemos que se constrói a sua identidade atada ao seu cargo e funções no exército e não, de fato, pelo motivo que o tornou parte central deste evento discursivo.

Também utiliza-se o recurso da “nominalização” em “Pereira” e “José Eduardo Natale de Paula Pereira”, que são o nome próprio do ator social, designações que o especificam de forma única. Por fim, encontramos uma “sobredeterminação pela conotação”, porque se representa o ator social de etnia branca “como participando, ao mesmo tempo, de mais de uma prática social” e pela “conotação” devido à limitação de designá-lo segundo a função que ocupa, o que pode gerar uma interpretação ambígua sobre sua identidade e responsabilidade nos eventos.

Imagem 15 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - *Bahia Notícias*



Fonte: Portal *Bahia Notícias* - 2023

Nos encontramos com outra imagem retirada de um vídeo sobre crime cometido por ator social de etnia branca em que o portal utiliza o recurso de “borrar” o rosto do sujeito que pratica a ação criminal. A composição do texto não verbal é feita através do enquadramento escolhido no vídeo da câmera de segurança, que captura o momento em que o criminoso auxilia os terroristas, dando-lhes água.

Quando o ator está apagado na imagem, pode indicar um apagamento intencional das suas identidades e experiências, evidenciando uma intervenção do redator para ocultar ou

minimizar aspectos importantes da narrativa. A escolha de borrar o rosto do militar pode ser interpretada como um modo de proteger esse grupo de terroristas, evitando uma personalização específica do ator social, que tem vínculo com as forças de segurança, que também tiveram envolvimento nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

Este texto imagético permite que os leitores tenham uma dimensão do ato, porém, a escolha do instante reproduzido na imagem do *print* de vídeo, pode agir como um ruído de comunicação, onde um observador desatento ou que não perceba que o criminoso em questão é o que usa farda, pode se confundir sobre o desenrolar dos fatos. Possivelmente, a escolha seletiva destes instantes pode influenciar a percepção e a opinião pública sobre determinados temas, ademais na atualidade, que o Brasil acaba de encerrar um ciclo de conservadorismo e neofascismo no governo federal.

16 QUADRO DE ANÁLISE - BAHIA NOTÍCIAS (PRETOS)	
Título:	“Camaçari: Apontado como ‘4 de copas’ do Baralho do Crime morre em ação policial”
Palavra-chave guia:	Crime; tráfico de drogas
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Morre em ação policial; morreram após confronto com equipes das 36ª e 25ª Delegacias Territoriais e da Rondesp RMS; Caio e o comparsa teriam reagido, o que provocou o revide; Com os dois, as equipes encontraram duas pistolas, munições, embalagens para armazenar drogas, seis celulares, porções de maconha e cocaína, além de uma balança.
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia preta:	‘4 de copas’ do Baralho do Crime [impersonalização por objetivação]; O homem [identificação por classificação]; “4 de Copas” do Baralho do Crime da Secretaria da Segurança Pública (SSP-BA) [impersonalização por objetivação]; Jeferson Nascimento Santos, conhecido como Caio [nominalização]; ele; os dois; Caio [nominalização]

Primeiro identificamos uma “identificação por classificação”, quando a notícia utiliza adjetivos, como “apontado” e “conhecido como”, para legitimar as ações e os atores sociais. Essa supressão em segundo plano ocorre ao enquadrar o indivíduo como “4 de copas do Baralho do Crime”, dando uma conotação negativa à sua identidade. Segundo, há uma “impersonalização por objetivação”, quando a notícia destaca a participação do indivíduo identificado como “4 de Copas” do Baralho do Crime e o circunstancializa dentro do que, ao realizarmos pesquisas, trata-se de um modo de designar uma gangue de criminosos do estado

da Bahia. Abaixo, na seção 4.3, das notícias sobre o portal *Correio 24horas*, veremos uma notícia que explica essa relação.

Também há uma “impersonalização por objetivação”, porque, de modo abstrato, coloca-se o indivíduo em uma posição específica no chamado “Baralho do Crime”, identificando-o como “4 de Copas”, no entanto, sem explicar aos leitores o que significa o “baralho do crime”, nem a importância da carta de número 4 de copas no baralho e também, não explica-se a referência ao jogo de cartas que estão se baseando. E a importância da carta 4 de copas no poker? No truco? Fica indeterminado. No entanto, parece que há uma sensação de consenso e de compartilhamento de uma informação conhecida por todos, ao não se ter o cuidado de explicar os pormenores destes significados.

De outros modos, isso pode denotar uma normalização da prática social, porque ele é representado, a priori, segundo uma identidade em termos das funções compartilhadas com os outros, no caso, a gangue criminosa. No entanto, essa classificação pode demandar dos leitores um conhecimento específico, que pode lhe impedir de saber a periculosidade deste criminoso, como se houvesse, ao mesmo tempo, o resgate de um processo de “sobredeterminação pela simbolização”, considerando que se fôssemos interpretar pelo sentido denotativo, não seria possível uma carta de baralho morrer. A adjetivação como “do crime”, cria um tom fantasioso a essa “carta da maldade”, que ganha tons de vilania e fantasia ao incorporá-lo numa cena de crime e assassinato. Porém, apesar dessa indeterminação inicial, a designação através do nome, em “Caio” e “Jeferson Nascimento Santos” revelam uma “categorização pela nominalização”.

O uso de designações que pendem ao simbolismo são muito complexas de analisar, imaginemos de interpretar, ademais um leitor desatento que se vê frente a esse exemplo de evento discursivo porque, por exemplo, também poderíamos inferir que há uma “categorização pela funcionalização”, pois, dentro deste contexto criado pelo *Bahia Notícias*, nesse mundo denotativo que criaram, o criminoso de etnia preta é referido em termos de sua atividade executada dentro do bando criminoso.

Imagem 16 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - *Bahia Notícias*



Fonte: Portal *Bahia Notícias* - 2021

Primeiro há um processo de representação, porque a imagem visualmente representa o participante, ator social criminoso de etnia preta, envolvida na prática social veiculada na notícia. Por ser uma “montagem”, mostra o ator social de etnia preta decorando o centro de uma carta de baralho, algo bem lúdico, que age como fixador direto do ator social ao que a notícia chamou de Baralho do Crime. Isso representa a categorização e associação do indivíduo como um criminoso procurado, já que ativam-se modelos mentais de “cartazes de busca de desaparecidos”.

Também há interpersonalidade direta neste processo de representá-lo visualmente como uma carta de baralho do crime, porque a imagem envolve os espectadores na identificação e denúncia do criminoso, através da veiculação do texto multimodal que se tornou essa imagem, que fornece informações imperativas para que o leitor entre em contato com as autoridades em caso de avistamento do ator social, incentivando, este texto multimodal, uma missão colaborativa dos espectadores na resolução do crime, estabelecendo um senso de responsabilidade coletiva na identificação e captura do indivíduo, criando-se uma posição de oferta e demanda ao mesmo tempo.

Isso tudo resulta, também, em uma idealização do ator social criminoso de etnia preta porque a estrutura e formato da imagem, bem como à distribuição do valor da informação e ênfase relativa entre os elementos visuais e textuais foram propositais e contribuem para a construção de uma narrativa que pode evocar um certo revanchismo, especialmente se este tipo de cuidado multimodal não for aplicado a todo e qualquer indivíduo criminoso.

17 QUADRO DE ANÁLISE - BAHIA NOTÍCIAS (PRETOS)	
Título:	“Suspeito de matar mãe e filha em Guanambi conta detalhes do crime”
"Palavra-chave guia:	Crime; homicídio; crimes violentos letais e intencionais
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Matar mãe e filha em Guanambi; crime; duplo homicídio; o crime; o ato; desferiu golpes na cabeça das vítimas com um tijolo
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia preta:	Suspeito [identificação por classificação]; suspeito de duplo homicídio [identificação por classificação]; o rapaz, identificado como Marco Aurélio da Silva [identificação por classificação + nominalização]; Marco Aurélio [nominalização]; o rapaz [identificação por classificação]; o homem [identificação por classificação]

Identificamos, nesta análise sobre um ator social criminoso de etnia preta, uma “identificação por classificação”, pelo uso de designações genéricas no título da notícia, como “suspeito”, “o homem”. Essas designações podem omitir ou suprimir informações específicas sobre a identidade dos atores sociais envolvidos no crime, bem como pode contribuir para criar um certo distanciamento e evitar a personalização dos envolvidos.

Ao omitir informações específicas sobre a identidade dos atores sociais, como seus nomes ou características pessoais relevantes, pode ocorrer a generalização e estigmatização de determinados grupos sociais. Por exemplo, se um ator social é descrito apenas como “o rapaz” ou “o homem”, como nesta notícia, sem qualquer outra informação, isso pode levar à associação negativa e preconceituosa com grupos sociais específicos, criando estereótipos e reforçando preconceitos existentes.

Análogo a isso, o uso da designação “suspeito de duplo homicídio” é uma “identificação por classificação” que o representa segundo uma atividade que fez, no caso, o crime. Essa designação atribui uma função específica ao suspeito, relacionando-o diretamente com o crime em questão. Há também uma “nominalização”, quando se cita a designação “Marco Aurélio da Silva”, um processo de diferenciação, pois identifica o ator social de forma mais específica, permitindo uma melhor construção social de sua identidade por parte dos leitores.

Imagem 17 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - *Bahia Notícias*



Foto: Reprodução / 97 News

Fonte: Portal *Bahia Notícias* - 2021

Neste texto imagético identificamos a representação visual do criminoso de etnia preta, sem utilizar-se nenhum recurso aparente de edição de foto, como os borrões no rosto do ator social, constituindo-se como um texto não verbal que mostra sua aparência física. O ator social encontra-se em posição de demanda, que mostra o ator social inexpressivo. Identificamos uma ambiguidade pela escolha da imagem que transparece um sujeito tranquilo, combinando com o relato de que ele “confessou tranquilamente o crime”, estando o ator social com uma expressão serena, sentado e olhando para o lado, algo que pode ilustrar o que se apresenta no texto verbal.

Então, a junção destes elementos pode ter um efeito de comprovar o relato escrito e influenciar na forma como a informação será interpretada. Contudo, essa posição do ator social, estando sentado, com as mãos cruzadas sobre a perna, pode transmitir um senso de calma ou controle, contrastando com a gravidade do crime pelo qual ele é suspeito, o que pode despertar o sentimento de revolta ao leitor, por entender que este criminoso, de fato, pode ser um sujeito sangue frio e tão perigoso, que não se arrepende de seus atos.

18 QUADRO DE ANÁLISE - <i>BAHIA NOTÍCIAS</i> (PRETOS)	
Título:	“Mata de São João: Foragido condenado por feminicídio é preso pela Polícia Civil”
Palavra-chave guia:	Crime; homicídio; crimes violentos letais e intencionais
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Feminicídio; por matar a ex-companheira em 2003; do

	crime
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia preta:	Foragido [identificação por classificação]; um homem de 54 anos [identificação por classificação]; o homem [identificação por classificação]; foragido [identificação por classificação]; o condenado [identificação por classificação]; Zé de Nana [nominalização]; Ele; o acusado [identificação por classificação]

Analisando as designações utilizadas na notícia, podemos identificar várias categorias de análise. A primeira foi a “identificação por classificação” no uso de designações genéricas como “foragido”, “um homem de 54 anos”, “o homem estava foragido”, “o condenado”, “Ele” e “o acusado”. Essas designações, embora se refiram ao indivíduo em questão, não fornecem informações detalhadas sobre sua identidade, características pessoais ou história, limitando a percepção dos leitores apenas sobre o fato que o levou a ser um ator social neste evento discursivo.

Já mencionamos que resgates adicionais sobre atores sociais criminosos, nas notícias, não obedecem um padrão, porém, iremos comparar os resultados para verificarmos onde, majoritariamente, eles acontecem. Também há o uso da designação “Marco Aurélio da Silva” e “Zé de Nana”, que vem aclarar o processo de “identificação por classificação” através da “nominalização”, que identifica o ator social criminoso de etnia preta de forma mais específica e orienta o olhar do leitor para uma identidade mais localizada.

Imagem 18 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - *Bahia Notícias*



Foto: Reprodução/Mais Região

Fonte: Portal *Bahia Notícias* - 2022

Essa imagem representa visualmente a natureza dos eventos descritos na notícia, ou seja, a prisão de um foragido condenado por feminicídio, o que se mostra na presença do homem com os braços para frente, provavelmente algemado, de costas e em frente a um painel da Polícia Civil, um tipo de prática recorrente quando ocorre alguma detenção policial, se resgatamos modelos mentais das práticas de prisão e apreensão.

No entanto, especialmente neste cenário de detenção mostrado, a imagem pode despertar diferentes reações emocionais no público, como alívio ou tensão, movida pela curiosidade, devido ao ator social criminoso de etnia preta estar de costas, o que impede os leitores de reconhecerem o criminoso, apesar da notícia trazer descrições designativas bem específicas do ator social, como a veiculação de seu apelido e localização de moradia, antes de ser capturado.

A disposição do ator social em frente ao painel da Polícia Civil também transmite uma sensação de posse e autoridade, ilustrando a captura do foragido. Por fim, pela distribuição de valor da composição da imagem, cria-se uma estrutura de submissão entre poder público e criminoso, contribuindo para direcionar o olhar do espectador para a transmissão principal da mensagem: a detenção do ator social criminoso.

19 QUADRO DE ANÁLISE - BAHIA NOTÍCIAS (PRETOS)	
Título:	“Casal rouba farmácia no Campo Grande e é perseguido por agentes de segurança”
Palavra-chave guia:	Crime; roubos e furtos
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Rouba farmácia; roubou produtos de uma farmácia na região do Campo Grande; o roubo; posse dos produtos
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia preta:	Casal [identificação por classificação]; um casal [identificação por classificação]; os suspeitos [identificação por classificação]; da dupla [identificação por classificação]; a mulher [identificação por classificação], o segundo suspeito [identificação por classificação]

Podemos observar uma “identificação por classificação” na notícia, uma vez que as designações genéricas como “casal” e “da dupla”, são utilizadas para se referir aos atores sociais envolvidos no crime. Essas designações genéricas podem ocultar informações específicas sobre a identidade dos atores sociais, evitando uma personalização e omitindo detalhes relevantes sobre eles. Ao não apresentar uma visão mais abrangente das pessoas envolvidas, suas

circunstâncias ou suas perspectivas individuais, a notícia corre o risco de criar uma narrativa unidimensional e desumanizar os atores sociais, tornando mais difícil para o público entender suas motivações ou circunstâncias, ademais que, estes atores sociais não se interessaram em roubar dinheiro ou os clientes e sim produtos, o que poderíamos refletir sobre as motivações e razões que os levaram a essa prática.

Majoritariamente, nesta notícia há um abuso das “classificações”, através do uso de substantivos coletivos como “um casal”, ademais pelo uso do artigo indefinido, o que trás uma noção de apagamento da identidade individual dos atores. Além disso, o uso da designação “um casal” permite que os leitores pensem que, ou se trata de uma família ou de uma “assimilação” atribuída apenas pela necessidade de utilizar-se um substantivo coletivo para designar a atitude em conjunto entre um homem e uma mulher.

A designação genérica “os suspeitos” pode causar uma dúvida no leitor pois, já que afirma-se que eles foram presos e há os registros de filmagem, este tratamento designativo poderia ser dispensado. Após isso, retomam-se as classificações que ocorrem quando um dos atores sociais de etnia preta é mencionado pelo nome “Marco Aurélio da Silva”, proporcionando uma identificação mais específica de um dos atores, porém, sobre a segunda envolvida no crime, não há nenhuma identificação deste mesmo tom.

Imagem 19 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - *Bahia Notícias*



Foto: Reprodução

Fonte: Portal *Bahia Notícias* - 2023

Nesta imagem, a representação se observa pelo fato da imagem mostrar visualmente a natureza dos eventos descritos na notícia, mostrando um policial em uma moto encerrando o

homem que roubou a farmácia e estava fugindo. Ela retrata a ação em andamento, transmitindo a ideia de perseguição e captura, que se estabelece na relação entre os participantes da imagem, que constrói a dinâmica das relações entre os atores sociais (foragido e policial). Nesse caso, a imagem pode gerar diferentes reações emocionais no público, como ansiedade, pela representação iminente de uma captura, ou de alívio, aos mais punitivistas pelo movimento gerado pela representação da ação.

Com isso, a escolha desse *frame* indica o ator social em posição de oferta, pois, o momento escolhido para tirar-se o *print* do vídeo, o formato da imagem e os significados obtidos por meio da representação do evento, dão uma sensação de prática ativa da ação criminal. Nesse caso, a composição da imagem pode enfatizar a ação de perseguição, com o foco no policial na moto e no suspeito encurralado, direcionando o olhar do espectador para a transmissão principal da mensagem: a captura do suspeito.

Algo diferente que ocorre na notícia “Casal rouba farmácia no campo Grande e é detido por guardas e PMs” veiculada pelo portal *A Tarde* sobre o mesmo evento. Ali, focou-se em mostrar no texto imagético as imagens da câmera de segurança que gravaram a ação dos criminosos, aqui, no *Bahia Notícias*, enfocou-se em um tom mais sensacionalista, que mostra o instante da perseguição e captura do ator social criminoso de etnia preta. Em ambos não utiliza-se o recurso de borrar o rosto dos envolvidos, bem como o desinteresse em construir-se uma representação de identidade minimamente formal, resumindo-os às designações que os limitam às práticas criminosas, algo que se difere na veiculação de atos criminosos de sujeitos brancos ou de sujeitos de classe social elevada.

20 QUADRO DE ANÁLISE - BAHIA NOTÍCIAS (PRETOS)	
Título:	“Justiça quebra sigilo bancário do prefeito de Jeremoabo acusado de beneficiar empresa do sobrinho”
Palavra-chave guia:	Corrupção; crimes contra o patrimônio
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Beneficiar empresa do sobrinho; supostamente beneficiar a empresa do próprio sobrinho em contratos com a prefeitura; ‘laranjas’; pode ser indiciado por crime contra a administração pública e também por crime praticado por organização criminosa;
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia preta:	Prefeito de Jeremoabo [funcionalização]; Derivaldo José dos Santos, conhecido como Deri do Paloma (PP) [nominalização]; prefeito [funcionalização]; Deri de Paloma [nominalização]

Nesse caso, há “funcionalização”, pois algumas designações são utilizadas para legitimar as ações e os atores sociais, ao mesmo tempo em que podem omitir informações específicas sobre sua identidade. Por exemplo, o prefeito de Jeremoabo é designado como “prefeito” e “Deri do Paloma (PP)”, enquanto o outro ator social é mencionado como “sobrinho”. Essa última designação genérica pode suprimir a identidade completa dos atores sociais envolvidos, tornando-os menos individualizados e mantendo-os em um plano secundário.

De outros modos, identifica-se uma “indeterminação” no uso de designações genéricas como “sobrinho”, que não especificam completamente a identidade dos atores sociais. Isso impede os leitores de categorizar adequadamente os sujeitos e pode gerar um ruído de comunicação. No entanto, também há uma “nominalização” quando se menciona “Deri do Paloma (PP)”, que é uma identidade mais específica, atada ao seu nome de campanha política. Também há uma “categorização pela funcionalização” evidente nas designações “prefeito de Jeremoabo” e “Deri do Paloma (PP)”, pois os atores sociais são referidos em termos de suas atividades ou funções, e a menção ao seu partido, o Partido Progressista (PP), denotando uma atividade política.

Imagem 20 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - *Bahia Notícias*



Fonte: Portal *Bahia Notícias* - 2023

Primeiro, identifica-se uma operação de representação do ator social em posição de demanda, sorrindo, indicando quem é o principal participante envolvido, o prefeito de Jeremoabo, permitindo aos leitores reconhecê-lo facilmente. A eleição de uma imagem do

prefeito sorrindo pode ter o propósito de transmitir uma imagem positiva ou agradável, o que destoa da gravidade do tema da notícia, que difunde que ele é acusado de beneficiar a empresa do sobrinho. Essa representação pode influenciar a percepção do público sobre o ator social criminoso de etnia preta, buscando transmitir uma imagem de confiança, ou mesmo, pode produzir um efeito que tenta minimizar a seriedade das acusações.

Por outro lado, identificamos uma ambiguidade que se estabelece pela escolha de uma imagem que transmite que alguém está feliz (a expressão facial sorridente do ator social criminoso de etnia preta) em uma notícia sobre algo, minimamente preocupante, que não traria sorrisos aos prefeitos, visto que o que ele fez é um crime. Acreditamos que alguns leitores podem interpretar o sorriso como uma tentativa de manipulação ou desvio de atenção, enquanto outros podem ser influenciados positivamente pelo sorriso e considerá-lo inocente até que se prove o contrário.

4.2.1 Síntese de análise - *Bahia Notícias*

QUADRO DE ANÁLISE COMPARADA - <i>BAHIA NOTÍCIAS</i>	
1- Representações dos atores sociais de etnia branca:	2- Representações dos atores sociais de etnia preta:
1. Nominalização; 2. Identificação por classificação; Identificação por classificação; Nominalização; 3. Identificação por classificação; Generalização; Nominalização; Identificação por classificação; Nominalização; Identificação por classificação; 4. Funcionalização; Funcionalização + nominalização; Funcionalização + avaliação; Nominalização; Funcionalização 5. Funcionalização; Funcionalização + nominalização; Nominalização; Funcionalização; Funcionalização.	1. Impersonalização por objetivação; Identificação por classificação; Impersonalização por objetivação; Nominalização; Nominalização; 2. Identificação por classificação; Identificação por classificação; Identificação por classificação + nominalização; Nominalização; Identificação por classificação; Identificação por classificação; 3. Identificação por classificação; Identificação por classificação; Identificação por classificação; Identificação por classificação; Identificação por classificação; Nominalização; Identificação por classificação; 4. Identificação por classificação; Identificação por classificação; Identificação por classificação; Identificação por classificação; 5. Funcionalização; Nominalização; Funcionalização; Nominalização.

Ao compararmos a quantidade de categorias que encontramos na análise destas notícias, notamos que a representação da identidade de atores sociais de etnia branca e etnia preta, nestas notícias sobre crime do portal *Bahia Notícias*, há uma tendência para discorrerem de modos discrepantes. É possível notar que as categorias utilizadas para designar pessoas brancas em

notícias sobre crimes são a “identificação por classificação”, a “nominalização”, a “avaliação” e a “generalização”, que agem como estratégias linguístico-discursivas que fixam uma identidade única, sobre os atores sociais criminosos de etnia branca nestas notícias sobre crimes. O uso destas categorias contribuem para associar essas pessoas brancas a determinadas características ou funções relacionadas a suas profissões, papéis sociais externos à prática social criminosa, como se o perfil destes atores sociais sofresse um resgate que demanda uma pesquisa dos enunciadores, para constituírem suas características, evitando-se designá-los às características e designações pertinentes à atividade praticada. É o mesmo que ocorre com atletas que, em algumas entrevistas, querem falar sobre as suas carreiras, seus jogos e sua profissão e o entrevistador direciona o bate-papo para questões pessoais que envolvem a sua família, suas relações, seus gastos, etc., em resumo, mudando o tema da questão.

Ademais, nesta amostra, as designações de pessoas brancas sofreram menos “diferenciações”, algo que foi mais frequente na designação de pessoas pretas, o que poderia indicar uma tendência para definir as pessoas negras de forma mais específica, por meio de identificações individuais ou atributos diferenciadores. Então, podemos notar que há uma diferenciação na forma como pessoas brancas e pessoas pretas são designadas, porque enquanto as designações de pessoas brancas tendem a ser mais específicas e identificáveis, as designações de pessoas pretas muitas vezes passam por processos de “impersonalização por objetivação”, que tiveram 2 ocorrências nesse grupo de textos, o que pode indicar uma descrição mais impessoal dos atores negros, atando-os diretamente à prática criminal. Evidenciou-se que a “identificação por classificação” foi a estratégia mais proeminente, indicando que esses atores são rotulados ou classificados com base em alguma característica ou hábitos pré-determinado, que pode contribuir para atá-lo, ideologicamente, aos problemas que discutimos no capítulo sobre relações raciais, através da estigmatização e a perpetuação de estereótipos, bem como devido ao controle social, institucional e ideológico da branquitude, que trabalha para afastar os sujeitos brancos de atribuições pejorativas.

Isso pode ocorrer por meio do uso de designações genéricas como “suspeito” ou “o rapaz”, na descrição da identidade dos atores sociais negros envolvidos nos crimes, em que não há uma atividade externa ao fato, que resgate outras informações sobre esses atores sociais, enquanto com os atores sociais brancos há um repetido uso de “designações de resgate” que são externas ao fato criminoso, como na recuperação de informações sobre as suas profissões, como “o médico”, “o ex-presidente”, “o militar”, ou seja, para representar-se sujeitos brancos criminosos se evita identificá-los com substantivos do campo semântico dos crimes cometidos. Além disso, a “generalização” da identidade dos sujeitos negros indica uma tendência

determinista e pactual de descrição de sujeitos pretos. Acreditamos que essa repetida discrepância observada nas representações linguísticas, pode influenciar a percepção das pessoas sobre os dois sujeitos nos contextos discursivos e extralinguísticos.

Já na comparação das imagens utilizadas para ilustrar as notícias deste corpus do *Bahia Notícias*, encontramos um equilíbrio maior entre as representações dos atores sociais e, majoritariamente, porém, o modo como se articulam os fenômenos sociodiscursivos é distinto. As representações de sujeitos brancos se estruturam mais nas cenas sobre os participantes envolvidos e menos nas circunstâncias das práticas, o que difere das representações de atores sociais de etnia preta, em que as imagens representam os instantes da prática criminosa e nenhum recurso de edição, como o “borrar” de rostos é registrado, como ocorre na notícia sobre o ator social de etnia branca “Vídeo: Militar do GSI é flagrado dando água e cumprimentando bolsonaristas durante invasão de 8/1”. Assim como no portal *A Tarde*, esse recurso é utilizado para um ator social criminoso branco e dispensado para o ator social criminoso preto.

Esta tendência pode indicar que as representações dos atores sociais de etnia branca, nos textos não verbais, tendem a retratar visualmente algo do mundo real destes atores, o que se confirma pelos resgates que os isolam do campo semântico da atividade criminal e os aproximam de outras funções e identidades executadas, o que pode estabelecer uma interação com o leitor, que concebe a identidade mais conectada com fatores externos ao tema da notícia, do que à tematização da notícia sobre crime.

O fato das imagens utilizadas para representar sujeitos pretos sempre retratarem momentos de execução dos crimes, pode enfatizar um estigma de identidade atrelada a estas práticas, que estão expressas entre personagens negros e jogos de video game (GTA - San Andreas), por exemplo, personagens negros e protagonismo negativo em novelas (ARAÚJO, 2008), outro exemplo e, também, expressas como uma naturalização da identidade única deste sujeitos, apenas atrelada a este fato, sem se tecer resgates externos, como em notícias sobre sujeitos brancos.

Então, apesar de notarmos uma assimetria das representações utilizadas na construção visual dos atores sociais brancos e pretos nos textos imagéticos do *Bahia Notícias*, destacamos que existem diferentes aplicações de recursos na concepção dessas representações, o que poderia indicar que essas cenas se pautam em transmitir uma mensagem visualmente coerente com o tema da notícia, sem muitas inferências externas ao fato relatado, o que pode indicar uma busca por representações mais realistas sobre o evento.

4.3 Analisando o corpus do portal *Correio 24horas*

21 QUADRO DE ANÁLISE - <i>CORREIO 24HORAS</i> (BRANCOS)	
Título:	“Depois de quase dois anos foragido, falso dentista é preso no Aeroporto de Ilhéus”
Palavra-chave guia:	Crime; falsidade ideológica; lesão corporal
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Foragido; mutilações feitas em pacientes; exercício ilegal da profissão de dentista e mutilações em pacientes e era procurado pela polícia federal desde 2021; fugia da polícia desde 2020; passou a ser procurado; continuava a praticar o crime de exercício ilegal da profissão de dentista; o caso; atuava como se já fosse profissional; lesão corporal; causar lesões e mutilações em pelo menos 15 pessoas atendidas nas cidades; extrações de dentes sem necessidade, apenas para ganhar dinheiro; atuava no hospital do dente; o procedimento
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia branca:	Falso dentista [avaliação + funcionalização]; Paulo Henrico Almeida [nominalização]; o baiano [identificação por classificação]; Paulo [nominalização]; o ex-estudante de Odontologia Paulo Henrico Almeida [funcionalização + nominalização]; ele; o suspeito [identificação por classificação]; o falso dentista [avaliação + funcionalização]

Analisando as designações utilizadas para constituir a representação da identidade do ator social criminoso de etnia branca, reconhecemos os processos de “avaliação + funcionalização”, “nominalização”, “identificação por classificação”, “funcionalização + nominalização”, e “avaliação + funcionalização”. Salientamos que, em nenhum momento da notícia o ator social é designado como um criminoso, um charlatão, ou com outra menção adjetiva que se aproxime da prática criminosa. Há repetições no uso do pronome “ele” para apresentar o ator social, uma operação de sentido que não deixa marcas significativas na representação.

A “avaliação + funcionalização” foi observada no uso da designação “falso dentista”, pois é um malabarismo linguístico-discursivo que o refere em termos de uma atividade específica que ele não poderia exercer, bem como a designação “ex-estudante de Odontologia Paulo Henrico Almeida”, que também é uma funcionalização acompanhada de “nominalização”. Inclusive, ocorreram diversas “nominalizações” e “funcionalizações” ao longo da notícia, constituindo-se como os processos mais reconhecidos ao longo do texto verbal

e, as utilizadas foram “Paulo Henrique Almeida”, seu nome completo, e “Paulo”, identificando-o de modo mais informal.

Também detectamos a “identificação por classificação” no termo “o baiano”, uma alcunha mais genérica para se referir ao ator social como parte de um grupo populacional. Por fim, a designação que mais se aproximou de enquadrá-lo como um criminoso foi “o suspeito” uma operação de “identificação por classificação”, um tanto quanto suavizada, se considerarmos que a notícia apresentou o destrinchar de seus atos e o fato dele ter sido condenado, o que daria vazão para enquadrá-lo como “o ex-fugitivo, o condenado, o mutilador”.

Imagem 21 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - *Correio 24horas*



Fonte: Portal *Correio 24horas* - 2023

O primeiro fenômeno que reconhecemos nesta imagem é representação do ator social criminoso em posição de demanda, de modo passivo, que não mostra o desenrolar dos eventos, mas apresenta o ator principal da prática social, ou seja, o principal envolvido. Escolheu-se retratá-lo em uma fotografia em que ele está sorrindo, vestido de jaleco branco, gravata vermelha e estetoscópio no pescoço, sugerindo um figurino que o caracteriza como um profissional da saúde, no caso, em conjunto com o texto verbal, como um dentista.

Consideramos que a disposição da imagem que traz os elementos de adorno (jaleco branco, gravata e estetoscópio) também fazem parte da representação, por reforçarem a identidade de uma pessoa que possua uma profissão e não de um sujeito que aplica golpes e pratica crimes. A ambiguidade se dá pelo fato de apresentá-lo com um sorriso, o que destoaria da expressão de alguém que foi preso que, provavelmente, não estaria sorrindo.

Essa contradição interpessoal pode despertar empatia, estranhamento ou até mesmo uma sensação de desconforto no espectador. Essa escolha para se representar o ator social criminoso de etnia branca pode recuperar diferentes interpretações, como por em destaque a natureza enganosa do criminoso, transmitindo a ideia de que ele era habilidoso em esconder sua verdadeira identidade, mostrando ao público como ele se apresentava, bem como pode ser uma estratégia de provocar o público, transmitindo uma mensagem implícita de que o falso dentista não teme ser capturado ou que está zombando das autoridades, devido ao sorriso expressado.

22 QUADRO DE ANÁLISE - <i>CORREIO 24HORAS</i> (BRANCOS)	
Título:	“Blogueiro cearense vira réu por planejar atentado a bomba no aeroporto do DF”
Palavra-chave guia:	Crime; terrorismo; crimes violentos contra o patrimônio
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	planejar atentado a bomba no aeroporto do DF; tentativa de atentado; articular um ato antidemocrático; envolvimento no plano de instalação de uma bomba próxima a um caminhão de combustível no aeroporto de Brasília; 'crimes do Sistema Nacional de Armas (Sinarm)', com a indicação de 'motivação político-partidária'; uma bomba foi deixada nas proximidades do aeroporto perto de um caminhão-tanque; crime de explosão; ataques; confessou que tinha intenção de explodir o artefato no aeroporto; sugeriram que explodissem uma bomba no estacionamento do Aeroporto de Brasília durante a madrugada; que o explosivo fosse colocado próximo a um poste; o objeto foi colocado no caminhão de combustível, carregado de querosene de aviação; a mobilização; atentado terrorista
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia branca:	Blogueiro cearense [funcionalização + identificação por classificação]; O blogueiro bolsonarista Wellington Macedo [funcionalização + avaliação + nominalização]; o cearense [identificação por classificação]; suspeito [identificação por classificação]; Wellington [nominalização]; ele; réu [identificação por classificação]

Nesta análise identificamos as categorias “funcionalização + identificação por classificação”, “funcionalização + avaliação + nominalização”, “identificação por classificação” e “nominalização”. As designações utilizadas para identificá-lo, mais ou menos, pelo que ele inevitavelmente é foram “réu” e “suspeito”, selecionadas para representar a condição legal que se encontra após cometer crimes, apesar de a alcunha “terrorista”, “golpista” ou “criminoso” também caberem na prática social criminoso que ele exerceu.

As categorizações pela funcionalização e pela classificação foram mais recorrentes, sendo consideradas em “blogueiro cearense”, atribuída graças a sua ocupação ou função como sendo um blogueiro e destacamos a designação “o blogueiro bolsonarista Wellington Macedo”, que coadunam as operações de “funcionalização + avaliação + nominalização”, que além de identificá-lo através de sua função trabalhista, também lhe confere uma identidade política ao determiná-lo culturalmente como “bolsonarista”, posição daqueles que apoiam o presidente eleito em 2018.

Também poderíamos considerar toda essa designação “o blogueiro bolsonarista Wellington Macedo” como uma “identificação por classificação”, já que o descreve como participante de mais de uma atividade ao mesmo tempo. Por outro lado, as “nominalizações” também se destacaram com mais ocorrências, tais como “Wellington Macedo”, dando-lhe uma identidade única ao utilizar o nome próprio do ator social criminoso de etnia branca. Também utilizou-se “Wellington”, um modo mais informal de designá-lo. Ao final, detectamos a “identificação por classificação” no termo “o cearense”, uma alcunha mais genérica para se referir ao ator social como parte de um grupo populacional e geográfico.

Imagem 22 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - *Correio 24horas*



Fonte: Portal *Correio 24horas* - 2023

Nesta imagem identificamos as representações organizadas do seguinte modo: o ator social em posição de demanda, que apresenta ao leitor o participante envolvido, destacando o ator principal da prática social criminosa. A imagem, por sua vez, trás um efeito em segundo plano em que notamos o que parecem ser papéis sujos ou jogados no chão, o que pode evocar

uma sensação de desordem ou caos relacionados à prática terrorista ocorrida no Brasil no dia 8 de janeiro de 2023, onde muitos arquivos, documentos e patrimônio material foram destruídos, evento que se relaciona com o ator social criminoso de etnia branca, em questão, que foi um dos articuladores deste e de outros atos terroristas e golpistas.

O design da imagem traz um outro elemento, do lado direito, que parece ser uma pasta de arquivo, em que se pode ler algumas informações sobre o ator social. A disposição da imagem a coloca como se esse arquivo estivesse saindo de dentro dessa pasta, bem como parece ter saído dessa pasta a foto disposta do lado esquerdo, retratando o criminoso, colaborando para se construir uma percepção da identidade e contexto do ator social, que era um foragido e, provavelmente, existia um arquivo como esse sobre as suas ações e crimes.

Esses elementos citados acima constroem a dinâmica do relato, porque a estrutura e formato do texto não verbal contribuem para a construção de uma atmosfera associada ao tema da notícia, transmitindo uma ideia de desordem, caos e revelação de informações. A escolha desses elementos e sua organização visual visam fornecer ênfase relativa e impacto ao conteúdo da imagem, colaborando para a mensagem geral transmitida. Também a reconhecemos pelo uso de texto verbal na imagem, o que fornece informações adicionais sobre o ator social, algo parecido com o que ocorreu com o ator social de etnia preta em “Camaçari: Apontado como ‘4 de copas’ do Baralho do Crime morre em ação policial” no *Bahia Notícias*.

23 QUADRO DE ANÁLISE - CORREIO 24HORAS (BRANCOS)	
Título:	“Anestesiista preso por pornografia infantil pediu para ficar sozinho com menor de idade”
Palavra-chave guia:	Crime; pedofilia; estupro, atentado violento ao pudor
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	preso por pornografia infantil; pediu para ficar sozinho com menor de idade; pedido; suspeita de um possível abuso sexual; tinha ‘exigido’ que a criança ficasse sozinha no quarto de um hospital durante o procedimento; exigido que a criança ficasse sozinha com ele um bom tempo; os abusos sexuais
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia branca:	Anestesiista [funcionalização]; do médico [funcionalização]; o médico anestesiista colombiano Andres Eduardo Oñate [funcionalização + identificação por classificação + nominalização]; o anestesiista [funcionalização]; o investigado [identificação por classificação]

Se nota uma inadequação semântica devido à não nominalização do ator social segundo o crime cometido (não é designado como “pedófilo” ou “assediador”); uma “dissociação” entre

a prática criminal e a representação do criminoso, que em nenhuma parte do texto é utilizada. A operação que identificamos na sua representação foi de “categorização pela funcionalização”, em “anestesista”, “o médico anestésista”, “do médico”, que foram as mais utilizadas neste contexto e que serão as que mais se aderem ao imaginário dos leitores, tanto devido à sua repetição ao longo do texto, como devido aos resgates sociais positivados que se pode fazer sobre esse sujeito majoritariamente designado em termos de sua profissão.

Também há longos processos de “funcionalização + identificação por classificação + nominalização”, como na sentença “o médico anestésista colombiano Andres Eduardo Oñate”, que utiliza-se seu nome completo para informar o leitor, porém, a parte “colombiano” se trata de uma “classificação”, porque de modo genérico o especifica como parte de uma nacionalidade.

Por fim, acreditamos que a designação “o investigado” age como uma “identificação por classificação”, em que se evita a atribuição de culpa ou estigmatização direta ao indivíduo, mantendo-o em um *status* de suspeito ou investigado. Essa estratégia de linguagem pode ser vista como uma forma de neutralidade ou imparcialidade, permitindo que o leitor forme sua própria opinião sobre o caso.

Imagem 23 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - *Correio 24horas*



[Reprodução / TV Globo]

Fonte: Portal *Correio 24horas* - 2023

A representação deste ator social, neste texto não verbal está relacionada à construção visual da natureza dos eventos “ser preso” bem como apresenta o principal ator envolvido na prática social. Nesse caso, a imagem retrata um homem branco em posição de oferta, sendo

conduzido por um outro que aparenta ser um policial. O criminoso preso está com os braços para trás e parece estar preocupado, transmitindo uma expressão de medo ou tensão.

As emoções expressas e reconhecidas na face do criminoso de etnia branca poderiam transmitir emoções aos leitores, tais como de empatia, repúdio, desconfiança ou até mesmo pena e inocência. Outro elemento interessante é outro sujeito que parece ser um policial, embora cortado na imagem, podemos reconhecer o seu olhar direcionado para quem vê a foto, um elemento que contribui para estabelecer uma relação de poder entre o policial e o homem preso, bem como para criar uma conexão visual e interpessoal com o espectador, despertando emoções e engajamento, pela capacidade da imagem em atrair a atenção e o interesse dos espectadores, fazendo com que eles se envolvam emocionalmente com o que estão vendo. O texto verbal (título) e texto não verbal formam um objeto que comunica e enfatiza a gravidade da situação, pois a combinação destes elementos cria um objeto comunicativo que visa impactar o leitor, transmitindo a seriedade do crime e estimulando sua atenção e reflexão sobre o assunto.

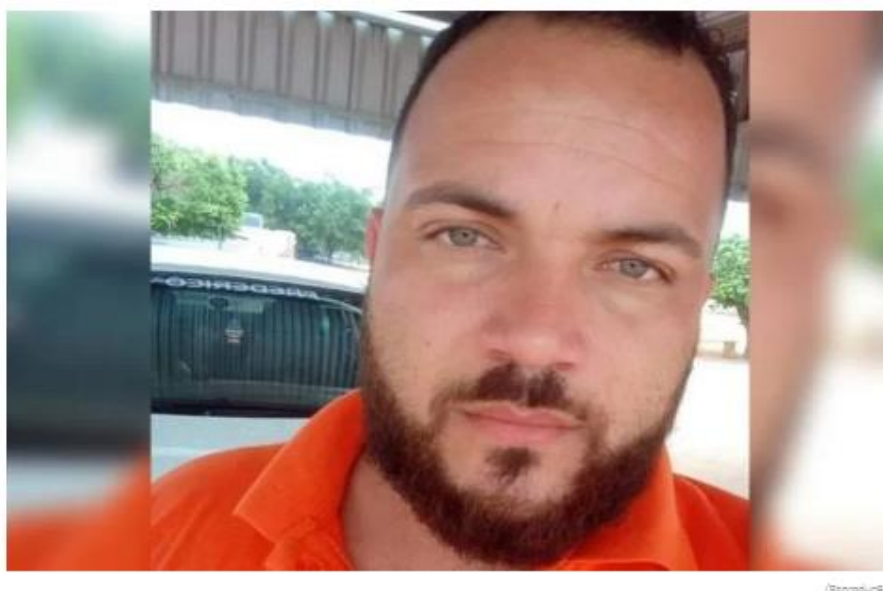
24 QUADRO DE ANÁLISE - <i>CORREIO 24HORAS</i> (BRANCOS)	
Título:	“Réu por tentativa de explodir bomba em Brasília confessa crime”
Palavra-chave guia:	Crime; terrorismo; crimes violentos contra o patrimônio
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Tentativa de explodir bomba em Brasília confessa crime; recebeu artefato uma hora antes; arquitetar um atentado a bomba perto do Aeroporto Internacional de Brasília; admitiu ter plantado pessoalmente o artefato explosivo em um caminhão tanque na véspera de Natal do ano passado; disse ter recebido a bomba horas antes, no acampamento do QG do Exército, de George Washington de Oliveira Sousa; a bomba foi encontrada
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia branca:	Réu [identificação por classificação]; Alan Diego dos Santos [nominalização]; Alan [nominalização]; Ele; o trio [assimilação]

As designações encontradas foram “identificação por classificação”, “nominalização” e “assimilação”. No texto da notícia se omitem sintagmas que enquadrem o ator social criminoso de etnia branca que tenham conexão com a prática social criminosa, como “terrorista”, por exemplo. Essa omissão pode ter diversas motivações, como evitar estigmatização ou criar uma imagem mais neutra do criminoso. Logo após, reconhecemos um processo de “identificação por classificação”, através da designação “réu”, porque o ator social foi definido em termos daquilo que ele se tornou para a Justiça brasileira. Em seguida, há um processo de

“nominalização”, quando se individualiza a identidade do sujeito, designando-o pelo nome próprio “Alan Diego dos Santos” e de modo mais informal com o primeiro nome “Alan”.

Do contrário, o uso da designação “ele” é uma atividade de designação mais genérica, que pode ser considerada uma “assimilação”, porque essa designação mais suavizada trás um efeito de “voz média” para a narrativa, o que pode afetar a percepção do leitor sobre a ação realizada pelo indivíduo, bem como no uso da designação “o trio”, um substantivo coletivo que “individualiza a singularidade, assimilando-a através da pluralidade” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 195). A assimilação permite abordar um grupo como uma entidade coesa, mesmo que seja composto por atores distintos.

Imagem 24 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - *Correio 24horas*



Fonte: Portal *Correio 24horas* - 2023

O primeiro fenômeno identificado é representação do ator social em posição de demanda (olhando para o leitor, rindo, meio sério), vista na disposição da informação visual do sujeito criminoso para os leitores, sem borrões ou demais elementos, representando o principal ator social envolvido, proporcionando uma representação visual direta do criminoso de etnia branca que planejou um atentado terrorista, onde iria explodir uma bomba em Brasília, como parte dos atos terroristas do dia 8 de janeiro de 2023.

Já esse foco no rosto do ator social, permitindo que o leitor identifique o sujeito responsável pelo crime e estabeleça uma relação de reconhecimento ou familiaridade com ele, bem como pela expressão reconhecida na face do ator social, que é apresentado com um olhar fixo, sem sorrir e está sério. Acreditamos que sejam detalhes relevantes, porque essa

multimodalidade centraliza e reforça a importância de sabermos quem é o sujeito na narrativa, enfatizando seu papel central na história. Não se mostra o ator social praticando a ação criminal e isso pode ser interpretado como uma tentativa de retratar o ator social de forma imparcial ou de deixar espaço para que o espectador tire suas próprias conclusões sobre a situação.

25 QUADRO DE ANÁLISE - <i>CORREIO 24HORAS</i> (BRANCOS)	
Título:	“Noiva de atleta é investigada por racismo após ofender paraibanos”
Palavra-chave guia:	Crime; racismo
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Investigada por racismo após ofender paraibanos; gravou e postou vídeo atacando nordestinos; cometer atos xenofóbicos contra nordestinos; postou vídeos nas redes sociais ofendendo o sotaque, costumes e até o jeito de andar dos paraibanos; crime de racismo;
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia branca:	Noiva de atleta [identificação por classificação]; Adriana Borba [nominalização]; a noiva [identificação por classificação]. Drica Borba [nominalização]; Adriana Borba, noiva do jogador Léo Campos, do Botafogo-PB [nominalização + identificação relacional]; ela; a catarinense [identificação por classificação]; Drica [nominalização]; a suspeita Adriana Borba [identificação por classificação + nominalização]; Adriana [nominalização]

As designações utilizadas para representar a atriz social criminosa de etnia branca não foram articuladas para atribuí-la à prática social criminosa e mais à prática social de ser “noiva de um atleta”. Na nossa análise podemos reconhecer vários processos, como “identificação por classificação”, “nominalização”, “nominalização + identificação relacional” e “identificação por classificação + nominalização”. Primeiro, salientamos que se omite completamente alguma designação do campo semântico do crime cometido, e não há a alcunha de “a racista” ou “a criminosa” ou “a xenofóbica”, empregados como exemplos pertinentes do crime cometido.

A “nominalização” aparece no uso das designações únicas de nomes próprios utilizadas, como “Adriana Borba”, e algumas mais suavizadas, como “Drica, Adriana, Drica Borba”, que foram processos que poderiam denotar uma certa proximidade entre o interlocutor da notícia e a atriz social criminosa de etnia branca, ou uma forma de sugerir que essa pessoa pode ser conhecida por diferentes nomes em diferentes contextos ou círculos sociais. A “identificação por classificação” é feita pela designação “catarinense”, o que indica que essa atriz social tem

algum tipo de relação com o estado de Santa Catarina, possivelmente nascida ou criada lá, ou associada de alguma forma a essa região.

Os processos de “identificação” que “ocorrem quando os actores sociais são definidos, não em termos daquilo que fazem, mas em termos daquilo que, mais ou menos, permanente, ou inevitavelmente, são.” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 202), foram expressos pela operação de “nominalização + identificação relacional” nas alcunhas “a noiva”, “noiva de atleta”, “noiva do jogador Léo Campos, do Botafogo-PB”, que a identificou em termos das funções compartilhadas com os outros”, no caso, com um ator social conhecido, em que aproveitou-se bastante para agregá-la à imagem dele e poderíamos até dizer que, pelo volume de designações deste estilo, a identidade da criminosa, majoritariamente, foi construída em relação a esse contexto específico.

Tivemos também um registro de “identificação por classificação”, expressa pela designação pronominal “ela” e pelo uso do termo “a suspeita”. Essa operação pode ser vista como uma omissão, ou uma escolha intencional de quem produziu o discurso, de não enfatizar sua ligação com práticas criminosas ou comportamentos negativos, direcionando a atenção para outros aspectos de sua identidade.

Imagem 25 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social branco - *Correio 24horas*



Léo Campos, jogador do Botafogo-PB, e a noiva, Drica Santos (Reprodução)

Fonte: Portal *Correio 24horas* - 2023

Observamos, primeiramente, uma representação pela imagem que casa com o conteúdo do texto verbal, que retrata mais informações pessoais sobre a criminosa e sobre o seu noivo, um jogador de futebol, do que uma representação visual que transmite informações sobre uma

criminosa. Aqui ela é mostrada em posição de demanda, sorrindo, algo que se desequilibra com o tom sério da denúncia da notícia.

A ambiguidade pode ser acionada pelos elementos do texto não verbal, que apresenta a atriz social e sua companhia sorrindo, abraçados em frente ao mar, algo que pode causar estranhamento ou pode auxiliar os leitores a saberem quem ela é e com quem ela tem vínculo, um elemento que pode ser visto como destoante da prática criminal, já que apresenta uma atmosfera de felicidade e cumplicidade transmitida pelo sorriso e pelo abraço da noiva e do noivo, o que pode despertar sentimentos de simpatia ou desconforto ao leitor, mas não podemos negar que se trata de um texto não verbal impróprio para os relatos criminais, ademais sobre estes crimes tão absurdos como o racismo.

Por fim, focando no segundo, ao fundo é possível ver o mar e fogos de artifício estourando. Essa composição de um cenário agradável e festivo, transmitindo uma sensação de alegria e celebração, pode destoar e parecer um pouco desconexa com a temática do crime de racismo, levando a uma sensação de estranhamento ou incoerência. Por outro lado, outros podem interpretar a imagem como uma tentativa de humanizar a criminosa, mostrando sua faceta positiva e fazendo com que os leitores reflitam sobre a complexidade das pessoas envolvidas em atos criminosos.

26 QUADRO DE ANÁLISE - <i>CORREIO 24HORAS</i> (PRETOS)	
Título:	“Homem mata esposa e a coloca em sofá para simular morte natural”
Palavra-chave guia:	Crime; assassinato; crimes violentos letais e intencionais; feminicídio
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Mata esposa e a coloca em sofá para simular morte natural; deixou o corpo sentado, ligou a TV e tirou as crianças de casa; a morte de Camila dos Santos; espancada até a morte; crime; a colocou no sofá da sala; ela teve traumatismo craniano devido às agressões; montou todo um cenário; acabou morrendo na segunda-feira (09); vinha sendo agredida há 6 anos pelo marido
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia preta:	Homem [identificação por classificação]; suspeito [identificação por classificação]; ele; Leandro Reis Faria [nominalização]; Leandro [nominalização]; o autor do crime [identificação por classificação]; companheiro [identificação relacional]; usuário de drogas [identificação por classificação]

Analisando as designações, nos deparamos com os fenômenos de “identificação por classificação”, “nominalização” e “identificação relacional”. É possível reconhecer uma omissão completa de qualquer referência às designações que tenham o mesmo campo semântico que o crime, por exemplo, não se utilizam alcunhas de “assassino”. Essa omissão pode ter o efeito de diminuir a responsabilidade individual do ator social criminoso de etnia preta, e pode dificultar a categorização e compreensão da prática social.

A “nominalização” foi reconhecida na designação do nome completo do ator social, em “Leandro Reis Faria” e de modo mais informal em “Leandro”, sendo essas designações, fundamentais para informar diretamente ao leitor a identidade do ator social. Se identifica uma “identificação por classificação” no uso das designações “homem” e “ele”, que busca individualizar a singularidade por meio do uso de designações coletivas, o que pode gerar uma assimilação genérica do ator social e pode contribuir para uma representação parcial e incompleta dos atores sociais envolvidos.

Também identificamos uma “identificação relacional” no uso da palavra “o companheiro”, que categoriza o ator social com base no seu papel ou relação com a vítima, no caso, a esposa, conectando-o diretamente com a prática social criminal. Há “identificação por classificação” em “usuário de drogas”, uma informação adicional, que não possui muita conexão com o crime, visto que não há nenhum relato de autoridade ou do próprio ator social sobre a motivação do crime ter esse fundo, no entanto, é importante observar que a inclusão desta informação, pode ter o efeito de estigmatizá-lo e estabelecer uma associação negativa entre o uso de drogas e a prática criminal, ademais que essa relação foi diretamente estabelecida no contexto da notícia.

Imagem 26 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - *Correio 24horas*



Fonte: Portal *Correio 24horas* - 2023

Neste texto não verbal há uma representação do ator social criminoso e da vítima, informando visualmente aos leitores os participantes envolvidos. A imagem retrata a vítima, relativamente, sorrindo e o criminoso com expressão séria. E esses elementos constituem uma interação com o leitor, que pela reprodução da vítima sorrindo, pode despertar sensações de um possível incômodo com a situação, já que retrata alguém que foi assassinado estando feliz. A imagem da esquerda se contrasta com o texto imagético escolhido para retratar o criminoso de etnia preta, à direita, que o representa com uma expressão “despreocupada”, o que pode transmitir uma intencionalidade da prática social.

Essas representações visuais transmitem informações sobre as características e estados emocionais dos participantes, influenciando a percepção e a interpretação do texto imagético. Essa separação visual cria uma percepção de distanciamento e antagonismo entre vítima e assassino, contribuindo para se construir um enredo narrativo de separação entre os atores sociais.

27 QUADRO DE ANÁLISE - <i>CORREIO 24HORAS</i> (PRETOS) ⁷⁴	
Título:	“Quem são os 10 criminosos mais procurados da Bahia? Veja lista”
Palavra-chave guia:	Crime; tráfico de drogas; homicídio

⁷⁴ Majoritariamente pretos, nesta notícia do *corpus*.

<p>Constituição sociodiscursiva da prática criminal:</p>	<p>Procurados pela Secretaria de Segurança Pública (SSP/BA); com mandados de prisão em aberto; homicídios de tráfico de armas e de drogas; tráfico de drogas; responsáveis pelos ataques aos ônibus incendiados no bairro Valéria; preso em 2012 em um hotel de luxo em Ondina com R\$168 mil; tráfico de drogas e de armas, além de homicídios; assassinato do comerciante Juvenal Nonato de Oliveira; homicídio e tráfico de drogas por crimes cometidos em Itabuna; estava com certa quantidade de drogas; procurado por fazer ameaças a um policial; envolvimento com a facção; procurado por homicídio; mandado de prisão por organização criminosa e tráfico de drogas; procurado pela polícia por tráfico de drogas; procurados; autor e mandante de diversos homicídios</p>
<p>Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia preta:</p>	<p>10 criminosos mais procurados da Bahia [assimilação]; criminosos do Baralho do crime [assimilação]; homicidas e traficantes [identificação por classificação]; partes de facções criminosas que aterrorizam a Bahia [assimilação]; os 10 mais perigosos da polícia baiana [assimilação]; principais cartas do Baralho do crime [assimilação]; o Baralho do crime [nominalização]; criminosos [identificação por classificação]; o procurado, bandido muito perigoso [identificação por classificação + avaliação]; o primeiro do ranking [assimilação]; traficante Alan Santos Fonseca, conhecido como Júnior Pial ou JP [funcionalização + nominalização]; representado no Baralho do crime pela carta 'ás de paus' [identificação por classificação]; investigado [identificação por classificação]; o comparsa Fernando de Jesus Lima, o Ojuara [identificação relacional + nomeação]; os dois; um comparsa [identificação relacional]; líder da Katiara, Adilson Souza Lima, o Roceirinho [funcionalização + nominalização]; o 'às de copas' [identificação por classificação]; Sidmar Soares dos Santos [nominalização]; o bolota [identificação física]; Gordo Paloso, Manoaldo Falsão Costa Júnior é o 'rei de paus' [identificação física + nominalização + identificação por classificação]; o casal [identificação por classificação]; Celso Gomes Carvalho Filho, o Pito [nominalização]; o 'cinco de espadas' [identificação por classificação]; 'às de ouros' [identificação por classificação]; O 'Rei de Copas' [identificação por classificação]; o traficante Edson Silva de Santana, o Jegue [identificação por classificação + nominalização]; o comparsa, Cléber Santos da Silva, o Kel [identificação relacional + nominalização]; os dois baianos [identificação por classificação]; eram líderes [funcionalização]; Bolota [identificação física], Gordo Paloso [identificação física] e Jegue [identificação por classificação] o trio dos bandidos mais perigosos na Bahia [assimilação + avaliação]; irmãos [identificação relacional]; baiano [identificação por classificação]; o Wolverine, apelido do traficante Daniel dos Santos Silva [identificação por classificação + nominalização]; o 'valete de copas' [identificação por classificação]; Vovô Urso, o criminoso [nominalização]</p>

	<p>+ identificação por classificação]; a carta número “oito” é o Ronaldo Santos Carvalho, conhecido como Nal ou Nado [identificação por classificação + nominalização]; o bandido [avaliação]; Ronaldo [nominalização]; o irmão, o também traficante Pito, que é o Rei de Ouros [identificação relacional + identificação por classificação + nominalização]; Nal [nominalização] e outros dois comparsas [assimilação]; traficante Fábio dos Santos Nascimento, o Fabão ou Jiboia, o ‘oito de espadas’ [identificação por classificação + nominalização + identificação por classificação]; o ‘três de paus’, Adeilton dos Santos Souza, conhecido como Adeilton Negrão, Jogador ou Samurai [identificação por classificação + nominalização]; Pablo Carvalho dos Santos, apelidado de Messi ou Camisa 10 [nominalização]; suspeitos de crimes contra a vida, contra o patrimônio e tráfico de drogas [assimilação]; procurados [identificação por assimilação]; criminosos [identificação por classificação]; o Baralho do crime [nominalização] - 152 foragidos [identificação por classificação]; o ‘quatro de copas’ Pablo Ricardo de Assis Gomes Oliveira, o Pablo ou Escobar [identificação por classificação + nominalização]; Pablo [nominalização]; autor e mandante [identificação por classificação]; principais alvos da Operação Araitak [assimilação]; as 52 cartas do Baralho do Crime, os procurados [assimilação]</p>
--	---

Este texto apresenta muitas categorias, tais como “assimilação”, “identificação por classificação”, “nominalização”, “identificação por classificação + avaliação”, “funcionalização + nominalização”, “identificação relacional + nomeação”, “identificação física”, “identificação física + nominalização + identificação por classificação”, “identificação por classificação + nominalização”, “identificação relacional”, “avaliação”, “identificação relacional + identificação por classificação + nominalização”, “identificação por classificação + nominalização”. As “assimilações”, como em “10 criminosos mais procurados da Bahia”, “Criminosos do Baralho do crime”, “Partes de facções criminosas que aterrorizam a Bahia”, “Os 10 mais perigosos da polícia baiana”, “Principais cartas do Baralho do crime”, “os dois baianos”, “suspeitos de crimes contra a vida, contra o patrimônio e tráfico de drogas”, “procurados”, “as 52 cartas do Baralho do Crime”, “principais alvos da Operação Araitak”, estão expressas, em sua maioria, acompanhadas de “nominalizações”, “identificações” e “classificações”, como em “líder da Katiara, Adilson Souza Lima, o Roceirinho”, “traficante Alan Santos Fonseca, conhecido como Júnior Pial ou JP”, “o comparsa Fernando de Jesus Lima, o Ojuara”, “traficante Edson Silva de Santana, o Jegue”, “o comparsa, Cléber Santos da Silva, o Kel”, “Sidmar Soares dos Santos, o bolota”, “Celso Gomes Carvalho Filho, o Pito”, modos de representar os atores sociais, em sua maioria, sujeitos negros, de forma única com o uso do

nome próprio, ou de modo informal, com o primeiro nome ou apelido, diferenciando-os através do processo de “nominalização”.

Também encontramos muitas “identificações por classificação”, em que busca-se representar indivíduos de maneira mais genérica, como em “o casal”, “investigado”, “homicidas e traficantes”, “os procurados”, que são substantivos mais abstratos ou coletivos, acionados para “individualizar a singularidade, assimilando-a através da pluralidade. As “identificações por classificação + assimilações” são percebidas, porque, de modo abstrato, colocam-se os indivíduos em uma posição específica de cada carta do, novamente chamado, “Baralho do Crime”, no entanto, essa associação simbólica que permitiria identificar os indivíduos conforme as cartas do baralho, atribuindo-lhes uma posição e um status específico, termina por ser abstrata por, novamente, não se mencionar a referência a qual jogo se baseia a “força” de cada carta do baralho que, como já mencionamos, muda de jogo para jogo. As “identificações físicas + nominalizações + identificações por classificação” localizadas foram: “Gordo Paloso, Manoaldo Falcão Costa Júnior é o ‘rei de paus””, “Rei de Copas”, ou o próprio uso da designação coletiva “criminosos do Baralho do crime”, “o Baralho do Crime”, “as principais cartas do Baralho do crime”.

Por fim, há “identificação por classificação + nominalização”, porque vemos que estão “representados como participando, ao mesmo tempo, de mais de uma prática social” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 47), seja criminosa, seja simbolicamente inserido em um jogo de perseguição, como em “o rei de copas” e em “o Wolverine, apelido do traficante Daniel dos Santos Silva” ou em “Vovô Urso, o criminoso”, que são designações ficcionais utilizadas para representá-los. Essa operação tende a simplificar a identidade e a complexidade dos indivíduos representados, porque ela resume um sujeito a um apelido ou a um símbolo, o que pode fomentar a perda de nuances e particularidades de sua história e contexto social. Isso pode levar a uma compreensão limitada e distorcida dos atores sociais envolvidos, porque o uso dessas designações ficcionais ou simbólicas podem desumanizá-los. Ao invés de serem vistos como pessoas reais, com experiências, motivações e emoções complexas, são reduzidos a meros personagens ou símbolos em um jogo social. Isso se agrava no resgate do uso da designação “o bandido”, que é uma operação de “avaliação” trazida no discurso, através de uma generalização perigosa, que categoriza o ator social como sendo inerentemente mau ou criminoso, agindo sobre as crenças dos leitores e reforçando estereótipos negativos frente aquele sujeito sociohistórico.



Fonte: Portal *Correio 24horas* - 2023

A representação desses atores sociais de etnia preta e branca, porém, majoritariamente preta, apresenta uma montagem com os rostos dos criminosos, em que a distribuição e disposição dos rostos na imagem pode ter um efeito na ênfase ou importância atribuída a cada indivíduo, no entanto, é importante destacar que a maneira como os criminosos são retratados também pode gerar estereótipos e preconceitos, porque essa concentração de imagens de indivíduos negros, pode denotar um sentido de coletividade intrínseca, compartilhada com a ação criminal, já que não se especifica quem é quem na imagem. Isso pode reforçar estigmas e pré-concepções negativas sobre determinados grupos sociais, exigindo um olhar crítico do leitor em relação à maneira como essas representações são construídas. No meio dos rostos dos criminosos retratados na imagem, há um sujeito sorrindo. Essa expressão facial contrasta com a seriedade e a sensação de periculosidade transpassada pelo texto verbal e pelo não verbal. A presença desse sujeito sorrindo pode desencadear diferentes interpretações, em comparação com a imagem dos demais, sugerindo que, entre todos que estão com uma feição séria, talvez, preocupados, este não demonstraria tanta apreensão.

Por um lado, o sorriso pode ser interpretado como uma manifestação de desafio ou deboche, como se o sujeito estivesse zombando das autoridades ou do sistema de justiça. Isso pode intensificar a narrativa de confronto entre os criminosos e as forças de segurança, reforçando a percepção de que eles representam uma ameaça à ordem pública, pois as desrespeitam. Por outro lado, a escolha de incluir tanto fotos aparentemente oficiais (mugshots) quanto fotos recuperadas de arquivos, pode indicar a falta de registros ou informações atualizadas sobre alguns dos criminosos.

Ressaltamos a ausência de recursos que preservem a identidade daqueles que, ainda, são considerados “suspeitos”, uma estratégia diferente do trato dirigido a suspeitos de etnia branca, como vimos na notícia “Fisioterapeuta é preso por suspeita de estuprar paciente em UTI”, do portal *A Tarde*. Há uma interação que se cria pela imagem envolver o público, ao mostrar os rostos dos criminosos, estabelecendo uma relação interpessoal no reconhecimento dos indivíduos representados. Essa abordagem pode ter o objetivo de sensibilizar, informar e mobilizar os leitores, criando um senso de urgência e apelo à participação na captura desses indivíduos.

28 QUADRO DE ANÁLISE - <i>CORREIO 24HORAS</i> (PRETOS)	
Título:	“Casal é preso na Bahia acusado de sequestrar bebê para uso em ritual”
Palavra-chave guia:	Crime; sequestro
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Acusado de sequestrar bebê para uso em ritual; pegou a criança na casa da família e entregaria a homem; presos acusados de sequestrar um recém-nascido; pegou o bebê sem autorização da família; entrou e pegou o bebê; foi encontrada[...] com a criança no colo; a informação é que o bebê seria entregue ao homem para ser usado em um ritual; autuados em flagrante por sequestro e cárcere privado
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia preta:	Casal [identificação por classificação]; ela; homem [identificação por classificação]; uma mulher e um homem [identificação por classificação]; a suspeita [identificação por classificação]; os dois suspeitos [identificação por classificação]; presos [identificação por classificação]; Stefane de Jesus e Hailton Ferreira [nominalização]

Nesta análise encontramos processos difusos, já que, apesar do título designar a prática como “sequestro”, os atores que a executam não são designados como “sequestradores”, por exemplo, evitando-se classificá-los pelo que fizeram. Essa omissão radical deixa lacunas na representação dos atores e de suas ações sociais, dificultando a compreensão do leitor sobre os eventos descritos.

Identificamos muitos processos de “identificação por classificação” através da designação “ela”, “homem”, “uma mulher e um homem”, “casal”, que são estratégias que podem resultar em lacunas na representação dos atores e de suas ações sociais, comprometendo a compreensão do leitor sobre os eventos descritos. Há processos de “nominalização” em “Stefane de Jesus” e “Hailton Ferreira”, que são designações utilizadas para se referir a dois

dos atores envolvidos nos eventos descritos. Esses nomes são específicos e únicos, atribuindo uma identidade aos indivíduos e possibilitando sua diferenciação de outros. Além disso, a nomeação também pode contribuir para a responsabilização dos envolvidos, pois, ao serem identificados, torna-se possível acompanhar eventuais desdobramentos legais ou sociais relacionados a eles.

Por fim, também há um processo de “identificação por classificação” em “a suspeita”, “os dois suspeitos” e “presos” que, apesar de serem termos apaziguadores diante da prática criminal dos atores sociais de etnia preta, os definem “não em termos daquilo que fazem, mas em termos daquilo que, mais ou menos, permanente, ou inevitavelmente, são.”(VAN LEEUWEN, 1997, p. 2).

Imagem 28 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - *Correio 24horas*



(Reprodução/TV Bahia)

Fonte: Portal *Correio 24horas* - 2023

Pela representação em posição de demanda, em que os atores sociais estão olhando para o leitor, constrói-se visualmente os participantes envolvidos, que são dois atores sociais (a mulher e o homem) e a expressão facial de cada um deles contribui para a construção da representação dos participantes, porque há elementos que comunicam emoções, como as expressões de raiva e temor que podemos atribuir este texto não verbal. A construção da identidade que se tem, ativa modelos mentais que retomam um momento de apreensão dos atores sociais de etnia preta, percebidas pelo mesmo cenário ao fundo das imagens, algo complementar às informações do texto verbal.

Essas expressões faciais podem ativar interações emocionais com os leitores, pois, através da montagem que contém os dois atores sociais posicionados lado a lado, se contribui para que entenda-se que eles eram um casal, corroborando que, possivelmente, há uma veracidade sobre o conluio criminal cometido por ambos. Por fim, esse texto imagético que retrata atores sociais de etnia preta é uma montagem, um elemento organizado importante que, quando combinadas com as características visuais dos participantes, podem levar à formação de estereótipos. Então, o contexto e as expressões faciais, se associadas às emoções negativas, podem reforçar essa constante retratação de sujeitos pretos em situações de atos criminais.

29 QUADRO DE ANÁLISE - <i>CORREIO 24HORAS</i> (PRETOS)	
Título:	“Homem que destruiu relógio de Dom João VI é preso pela PF”
Palavra-chave guia:	Crime; terrorismo; crime conta o patrimônio
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Destruuiu relógio de Dom João VI; derrubou o relógio de pêndulo de Dom João VI ao invadir o Palácio do Planalto; derruba o relógio e ainda tenta destruir a câmara de vigilância do prédio; atos golpistas
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia preta:	Homem [identificação por classificação]; Antônio Cláudio Alves Ferreira [nominalização]; ele; o homem que derrubou o relógio [identificação por classificação]; Ferreira [nominalização]

As designações utilizadas nesta notícia são “identificação por classificação” e “nominalização”. A “identificação por classificação” foi reconhecida no uso das designações “homem” e “ele”, “substantivos coletivos”, acionados para “individualizar a singularidade, assimilando-a através da pluralidade” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 195). Isso sugere que o uso desses termos busca generalizar e assimilar a identidade do indivíduo, em lugar de reconhecê-lo como uma pessoa única.

Porém, logo abaixo, esse processo se inverte através do uso de designações baseadas na participação do ator social no delito, já que nomeia-se o ator social criminoso de etnia preta como “o homem que derrubou o relógio”, caracterizando a prática social criminoso, que poderia ser designada, minimamente, como “dano ao patrimônio público material”.

As “nominalizações” diretas foram “Antônio Cláudio Alves Ferreira”, o nome próprio do ator social, diferenciando-o e marcando-o, e de modo mais formal o uso do sobrenome “Ferreira”, algo que poderia denotar certo respeito do interlocutor com o ator social. Não há

categorizações pela funcionalização que o denotem à prática terrorista do 8 de janeiro de 2023, uma falha gritante do contexto linguístico-discursivo da notícia.

Imagem 29 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - *Correio 24horas*



Fonte: Portal *Correio 24horas* - 2023

A representação mostra o ator social de etnia preta em posição de oferta, permitindo ao leitor assistir parte do momento que envolve a ação terrorista de invasão aos 3 poderes em 8 de janeiro de 2023 e, conseqüentemente, conectá-lo a alguns dos crimes cometidos neste dia: o dano ao patrimônio público. Essa montagem transmite as informações sobre o evento em questão, retratando a vítima “o relógio de Dom João VI” e o algoz, o sujeito criminoso de etnia preta. Então, ela visualmente apresenta ao leitor os principais agentes envolvidos e mostra a relação de causa e efeito entre eles.

A imagem dividida em dois lados, com o relógio no lado esquerdo e o criminoso no lado direito, pode destacar visualmente os elementos centrais da notícia. Essa função também poderia servir para enfatizar a oposição entre o objeto danificado e o responsável pelo dano. Acreditamos que essa composição contribui para a compreensão rápida e impactante da informação transmitida.

Há uma interconexão que age estabelecendo uma conexão visual e emocional com o leitor, porque apesar de evitar-se entrar em detalhes sobre a prática terrorista, suas motivações e nuances, o fato do ator social ser mostrado com a camisa escrita “Bolsonaro Presidente”, pode transmitir ao leitor as conexões iniciais para compreender o contexto dessa prática social. Essa inclusão pode ser interpretada como uma tentativa de associar o ato criminoso a uma motivação

política, criando uma relação interpessoal que pode despertar reações e interpretações diversas no público receptor e, no caso, a subjetividade pode estar expressa na relação do ex-presidente com as ações de estímulo aos atos terroristas, denotando que o seu seguidor atendeu ao chamado do “líder”.

30 QUADRO DE ANÁLISE - <i>CORREIO 24HORAS</i> (PRETOS)	
Título:	“Mestrando estuprou estudante da UFPI após matá-la, diz inquérito”
Palavra-chave guia:	Crime; assassinato; estupro; homicídio; crimes violentos letais e intencionais; feminicídio
Constituição sociodiscursiva da prática criminal:	Estuprou estudante da UFPI após matá-la; filmou o crime; repetiu a violência após matá-la; o crime; homicídio duplamente qualificado, estupro, fraude processual e vilipêndio a cadáver (violência sexual depois da morte); filmou parte do crime; a violência sexual; vítima foi submetida a violência física e psicológica; praticou relação sexual com ela sem vida; o primeiro e o segundo ato sexual com a vítima fora de si
Constituição sociodiscursiva da representação do ator social de etnia preta:	Mestrando [funcionalização]; Thiago Mayson [nominalização]; estuprador e assassino da estudante Janaína Bezerra [identificação por classificação]; Thiago [nominalização]

As categorias encontradas foram “categorização pela funcionalização”, “nominalização” e “identificação por classificação”. A “categorização pela funcionalização” está expressa em “mestrando”, o que define o ator social criminoso de etnia preta “em termos de alguma coisa que fazem, por exemplo uma ocupação ou função” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 202). Ao descrevê-lo dessa forma, pode associar-se a sua identidade à atividade ou ocupação de estar envolvido em um programa de pós-graduação.

Essa categorização pela funcionalização destaca uma dimensão importante de sua vida e o situa em um contexto específico. Bem como há a correta funcionalização da prática criminal cometida por ele, semanticamente designada por um processo de “identificação por classificação” em “estuprador e assassino da estudante Janaína Bezerra”. Nesse processo, é possível conectá-lo diretamente aos atos criminosos do qual é responsável. O processo de “nominalização” aparece no uso da designação ao seu nome próprio, “Thiago Mayson” e depois em “Thiago”, uma forma individualizá-lo. Através dessa nomeação, podemos identificá-lo como um indivíduo específico e distingui-lo de outras pessoas.

Imagem 30 - Foto que ilustra a notícia sobre ator social preto - *Correio 24horas*



Fonte: Portal *Correio 24horas* - 2023

Nesse texto não verbal é possível notarmos a representação do ator social em posição de demanda, pela apresentação do rosto do criminoso, retratando o principal ator social de etnia preta e ator social principal da notícia. Acreditamos que a expressão facial sorridente contrasta com a natureza dos eventos relatados no texto, criando uma tensão entre a ação criminosa e a expressão do criminoso. Justamente por isso que há uma interação não verbal nessa imagem, porque a relação estabelecida entre quem vê a imagem e o que é visto, pode fomentar emoções de revolta ou incômodo entre o teor da prática criminal cometida e o significado de um ator social estar sorrindo, gerando uma distopia.

Essa relação interpessoal é construída por meio da apresentação visual do rosto do criminoso, gerando impacto emocional e despertando reações. A escolha de focalizar o rosto do criminoso sorrindo, pode indicar uma intenção de destacar essa expressão facial de “felicidade” e pode criar um contraste entre a identidade apresentada do indivíduo e a gravidade dos crimes cometidos, o mesmo contraste do texto verbal, entre a sua ocupação e a sua prática social criminosa.

4.3.1 Síntese de análise - *Correio 24horas*

QUADRO DE ANÁLISE COMPARADA - <i>CORREIO 24HORAS</i>
--

1- Representações dos atores sociais de etnia branca:	2- Representações dos atores sociais de etnia preta:
<p>1. avaliação + funcionalização; nominalização; identificação por classificação; nominalização; funcionalização + nominalização; identificação por classificação; avaliação + funcionalização</p> <p>2. funcionalização + identificação por classificação; funcionalização + avaliação + nominalização; identificação por classificação; identificação por classificação; nominalização; identificação por classificação</p> <p>3. funcionalização; funcionalização; funcionalização + identificação por classificação + nominalização; funcionalização; identificação por classificação</p> <p>4. identificação por classificação; nominalização; nominalização; assimilação</p> <p>5. identificação por classificação; nominalização; identificação por classificação; nominalização + identificação relacional; identificação por classificação; nominalização; identificação por classificação + nominalização; nominalização.</p>	<p>1. identificação por classificação; identificação por classificação; nominalização; nominalização; identificação por classificação; identificação relacional; identificação por classificação</p> <p>2. assimilação; assimilação; identificação por classificação; assimilação; assimilação; assimilação; nominalização; identificação por classificação; identificação por classificação + avaliação; assimilação; funcionalização + nominalização; identificação por classificação; identificação por classificação; identificação relacional + nomeação; identificação relacional; funcionalização + nominalização; identificação por classificação; nominalização; identificação física; identificação física + nominalização + identificação por classificação; identificação por classificação; nominalização; identificação por classificação; identificação por classificação; identificação por classificação + nominalização; identificação relacional + nominalização; identificação por classificação; funcionalização; identificação física; identificação física; identificação por classificação; assimilação + avaliação; identificação relacional; identificação por classificação; identificação por classificação + nominalização; identificação por classificação; nominalização + identificação por classificação; nominalização por classificação + nominalização; avaliação; nominalização; identificação relacional + identificação por classificação + nominalização]; nominalização; assimilação; identificação por classificação + nominalização + identificação por classificação; identificação por classificação + nominalização; nominalização; assimilação; identificação por assimilação; identificação por classificação; nominalização identificação por classificação; identificação por classificação + nominalização]; nominalização; identificação por classificação; assimilação; assimilação.</p> <p>3. identificação por classificação; identificação por classificação; identificação por classificação; identificação por classificação; nominalização</p> <p>4. identificação por classificação; nominalização; identificação por classificação; nominalização</p> <p>5. funcionalização; nominalização; identificação por classificação; nominalização.</p>

Comparando os resultados produzidos nesta materialidade do portal *Correio 24horas*, entre as representações da identidade de atores sociais criminosos de etnia branca e etnia preta, também nos deparamos com discrepâncias que merecem ser evidenciadas. Notamos que nas representações dos atores sociais de etnia branca, as designações revelam uma recorrência à

“identificação por classificação” e “nominalização”, processo em que esses atores são relativizados de suas práticas sociais criminosas e atados a suas práticas externas ao delito, o que pode minimizar a interpretação sobre a sua responsabilidade, ou culpa pela prática social criminosa cometida, devido ao trato linguístico-discursivo mostrar-se um tanto tendencioso, possivelmente, ainda atado a abusos de poder, evidenciados pelas escolhas designativas dos enunciadore s e suas escolhas para posicionar o sujeito junto à ação criminal.

O excesso de categorização pela funcionalização e a associação desses atores sociais de etnia branca a funções específicas e aquém ao momento, prática, histórico criminal, podem reforçar estereótipos e simplificar suas identidades, que mostram-se mais complexas dentro do contexto criminal e menos exploradas nas notícias sobre crime, que deveriam, obviamente, relatar mais sobre o evento criminal e menos sobre nuances externas à prática, o que pode impedir uma compreensão mais profunda e complexa dos indivíduos envolvidos, bem como a formação de modelos mentais.

Por outro lado, nas representações dos atores sociais de etnia preta as designações tendem para a ocorrência de processos de “classificação”, o que nos preocupa, se considerarmos que isso implica em não dar destaque ou visibilidade a esses atores no texto verbal ou não verbal, o que pode contribuir para um sentido de marginalização destes sujeitos, bem como para a constituição de uma narrativa de invisibilidade. Acreditamos que devemos nos questionar se o uso exacerbado dessas categorias podem ser estratégias que tendem a perpetuar estereótipos e preconceitos arraigados na sociedade, atrelado, novamente, ao que discutimos no capítulo de relações sociais sobre a identidade, memória social e narrativa, que se têm dos sujeitos negros e brancos no Brasil.

Outro ponto a ser considerado são os constantes fenômenos de “identificação por avaliação” nestas notícias sobre crime, pois, esses processos tendem a homogeneizar a representação dos atores sociais às atividades negativas, como se fosse algo natural do grupo de etnia preta, uma ferramenta que, no texto, termina por negar a individualidade e particularidade destes atores, o que pode levar a generalizações injustas e preconceituosas, reforçando a marginalização destes corpos pretos e às desigualdades que os atingem, inclusive em termos linguísticos-discursivos. O correto seria o leitor ter acesso a nominalizações não-opressoras, porque elas desempenhem o papel significativo de influenciar a percepção e a construção da representação do sujeito no imaginário coletivo. Livres disso, elas também estariam livres de atravessamentos discriminatórios, já que a nomeação é um processo direto que evita noções genéricas que reforcem a estereotipia.

Para terminar, acreditamos que a presença de “assimilações” e “conotações” pode contribuir para que as identidades sofram interpretações subjetivas, algo que poderia influenciar negativamente na maneira como as pessoas enxergam os atores sociais de diferentes etnias, mesmo executando práticas sociais criminais parecidas e estando em situações de vulnerabilidade jurídica ou social análogas, como se mostram os contextos sociodiscursivos das notícias desta pesquisa.

Comparando as imagens utilizadas para ilustrar as notícias deste *corpus* do *Correio 24horas* e as identidades verbais e não verbais dos atores sociais de etnia branca e etnia preta, em notícias sobre crime, observamos que as representações dos atores sociais de etnia branca apresentam menos indícios de interferências composicionais, enquanto, por outro lado, as representações dos atores sociais de etnia preta demonstram uma tendência quase unânime entre a materialidade analisada.

Na representação dos atores sociais criminosos de etnia branca, observamos que a simbolização do ator social, que deveria ter a capacidade de representar ou retratar objetos, pessoas, lugares ou conceitos é mais neutra, ou seja, não se retrata o momento da prática, tampouco se utiliza alguma montagem entre prática e crime ou criminoso e algoz. Tivemos 3 textos não verbais do *Correio 24horas* em “Depois de quase dois anos foragido, falso dentista é preso no Aeroporto de Ilhéus”, depois em “Réu por tentativa de explodir bomba em Brasília confessa crime” e, por fim, em “Noiva de atleta é investigada por racismo após ofender paraibanos”, que retratavam os criminosos em momentos descontraídos, em dois casos, inclusive, haviam atores sociais sorrindo, o que contrastava completamente com a ordem de discurso noticiada.

Já nos processos em que há simbolização de atores sociais pretos, vimos 4 textos não verbais atravessados por intervenções que modificaram o ângulo e a perspectiva dos leitores sobre os atores, pelos enunciadores, majoritariamente, os dispendo ou ao lado das vítimas, ou de seus “comparsas”, ou do objeto que danificaram, criando um dinamismo muito mais evidente, para que, diretamente, o leitor faça as conexões entre prática criminal e ator social criminoso.

Esses processos, combinados às nuances históricas, tanto dos papéis sociais executados por brancos e pretos, como pelo abuso de poder na língua e ao racismo discursivo, podem contribuir para uma percepção mais favorável ou desfavorável desses atores sociais, através dos sentidos estimulados pela simbologia sociohistórica, que podem fomentar conexões emocionais, seja para humanizar ou desumanizar o ator social que lhes foi apresentado.

Sabendo que os fenômenos referenciais podem evidenciar quais foram as intenções, emoções ou interações provocadas pela prática social, não apresentar o ator social criminoso de etnia branca dentro dos mesmos processos de representação, podem ser pressupostos fundamentais para que as operações cognitivas de interpretação executada pelos leitores, afastem a constituição da identidade branca da prática criminal, mesmo quando o texto lexical afirma que o ato criminal está evidenciado por provas, processos, câmeras ou condenações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é legítimo quando os mesmos eventos que acontecem, principalmente, em circunstâncias parecidas, são retratados discursivamente de modo a desestimular a participação do agente principal da notícia no crime cometido, invocando atuações externas àquela retratada na notícia, especialmente, quando há uma “especificação” delituosa em relação aos sujeitos pretos e uma “genericização” sobre os delitos dos sujeitos brancos.

Estes processos, segundo van Leeuwen (1997), podem ser feitos através da “representação dos atores sociais que podem surgir como classes ou como indivíduos específicos e identificáveis” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 190), ademais o autor afirma que “os jornais dirigidos à classe média tendem a individualizar as pessoas pertencentes às elites e a assimilar ‘pessoas comuns’, enquanto jornais dirigidos à classe trabalhadora, por vezes, individualizam ‘pessoas comuns’.” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 194).

As análises realizadas nas notícias dos portais *A Tarde*, *Bahia Notícias* e *Correio 24horas* revelaram diferenças conflitantes sobre o modo como os atores sociais de etnia branca e etnia preta são representados. Notamos que o trabalho executado para designar os atores brancos, nos três portais, tende a aproximá-los de categorias que atenuam ou omitem características e ações específicas que foram feitas por eles, tudo isso através de uma operação que muda o foco do discurso e inclusive a própria ordem do discurso, guiando-nos para uma visão de mundo, em que se atenua os atos criminais que envolvem a branquitude.

O terrível crime ambiental da Braskem, junto à empresa Pinheiros, atingiu mais de 50 mil pessoas na cidade de Maceió, no estado do Alagoas, algo drástico, que destruiu casas, bairros, escolas, hospitais, transformando parte da cidade no que Sales (2022) chamou de “chernobyl brasileira”, mudando para sempre a vida de milhares de famílias, pouco foi problematizado, reconstituído ou alardeado na notícia “Em audiência nos EUA, ex-presidente da Braskem admite crimes”, do *Bahia Notícias*, tampouco construiu-se uma composição imagética que continha a cidade destruída, ao lado do ator social criminoso de etnia branca.

Do contrário, crimes de furto de produtos em farmácias, retratados em dois portais, *A Tarde* “Casal rouba farmácia no campo Grande e é detido por guardas e PMs” e *Bahia Notícias*, “Casal rouba farmácia no Campo Grande e é perseguido por agentes de segurança”, ganham tanta notoriedade que são encontrados, em destaque, em múltiplas versões, denotando, pela réplica, que é importante informar esse evento ao leitor.

Poderíamos comparar qual crime é mais nocivo para a população e mereceria mais destaque? É preocupante observarmos que estas ações que são conhecidas como crime de

“colarinho branco”, que envolvem delitos de corrupção, sonegação, golpismo, entre outros, ganham pouca notoriedade nas manchetes e portais, o que limita a constituição de registros, de modelos mentais e até a reação da população frente a crimes desta natureza.

Os resultados obtidos nas amostras das análises da representação de pessoas pretas e pessoas brancas do portal *A Tarde*, apontam que os atores sociais antagônicos, frequentemente são retratados com categorias que minimizam e até omitem algumas características ou ações provocadas, através do recurso de focar-se em características genéricas dos atores sociais brancos, construindo uma representação menos estigmatizada, através de um jogo de palavras que se afasta da semântica criminal, algo que é operacionalizado pelos desvios interpessoais para outros aspectos descritivos sobre as suas vidas.

Por outro lado, os atores sociais de etnia preta neste *corpus* são, diretamente, associados ao crime e isso se torna a sua identidade social, interligada à criminalidade. No portal *A Tarde*, vemos a predileção por uma espécie de proteção da imagem social da branquitude, no modo como os atores sociais criminosos de etnia branca são representados, como nos eventos multimodais que ocultavam a identidade dos criminosos brancos, ou naqueles que os tratavam como “suspeitos”, mesmo nos textos em que o contexto da notícia, os relataram como condenados ou autuados em flagrante (notícias 1 e 5 do portal *A Tarde*).

Já sobre os criminosos de etnia preta, as notícias seguiam, majoritariamente, uma ordem única, uma unidimensionalidade na construção da identidade desses atores sociais, porque não se oportunizou, como aos atores de etnia branca, outras roupagens discursivas, ou melhor, outros atributos, adjetivos ou designações que fossem contra a ordem de discurso criminal. O portal *Bahia Notícias* também apresentou uma tendência muito parecida com as construções ideológicas e discursivas do portal *A Tarde*, principalmente quanto às omissões, os apagamentos e os silenciamentos, envolvendo tanto a ótica política, - devido à forma de mensurar e até fornecer um caráter de *mea culpa* a criminosos de etnia branca, como na notícia “Vídeo: Militar do GSI é flagrado dando água e cumprimentando bolsonaristas durante invasão de 8/1”, em que uma atividade de conluio e permissividade com terroristas, foi descrita como “dar água e cumprimentar” - como envolve a ótica racial, haja visto as indeterminações e supressões de informações pelo uso de designações genéricas para representá-los.

Também notamos que as representações visuais dos atores sociais de etnia branca criam a mesma interação que vimos no *A Tarde*, porque estes atores são imagetivamente apresentados em contextos que os isolam do evento criminal, dificultando ou gerando ambiguidade entre a atribuição de sua prática e identidade, aos discursos sobre atos perigosos e criminais. O que não ocorre em nenhuma das amostras que obtivemos sobre os atores sociais de etnia preta nas

notícias do portal *Bahia Notícias*, que foram sempre compostas por estratégias que os apresentavam executando a prática criminosa ou detidos após cometê-la, o que pode gerar uma associação direta entre pessoas pretas e as atividades criminosas.

No portal *Correio 24horas* identificamos padrões e discrepâncias entre as representações dos atores sociais, por exemplo, na representação de atores sociais criminosos de etnia branca, há bastante presença de supressões em segundo plano e categorizações pela funcionalização, como em “falso dentista”, “blogueiro” e “anestesista”, (notícias 1, 2 e 3 do *Correio 24horas*), modos menos estigmatizados de se construir a identidade de um criminoso, algo que também pode direcionar o foco dos leitores para características associadas às suas ocupações específicas.

Contudo, observando os resultados obtidos nas análises do *corpus* sobre atores sociais de etnia preta, em notícias sobre crimes do portal *Correio 24horas*, vemos que as designações tendem a ser mais genéricas, como em “homem”, “casal”, como também muito específicas, como em “criminosos”, associando-os diretamente à prática criminal. Se por um lado nas notícias dos criminosos brancos se identifica um eufemismo ao se classificar de modo atenuado o crime cometido por um ator social de etnia branca, como na classificação de um ato de “terrorismo” descrito na notícia como “planejar atentado a bomba”, por outro, sobre os criminosos pretos, majoritariamente se especifica aos leitores a prática criminal executada, como em “sequestrar”, “destruiu” e “estuprou” (notícias 3, 4 e 5 do *Correio 24horas*) dificultando a produção de ambiguidades entre ator social e prática social.

Assim como nos dois portais anteriormente analisados, aqui também notamos que os textos não verbais nas notícias sobre crimes executados por atores sociais de etnia branca, tendem a retratá-los afastados da prática criminal, em momentos de lazer, sem uma associação direta com o crime, gerando uma apresentação mais positiva com o leitor, que é estimulado para um contexto de interpretação desviado do foco do tema da notícia.

E, novamente, nas representações imagéticas dos atores sociais criminosos de etnia preta, predominam as apresentações no momento de execução do crime, associando-os de forma mais direta à prática social criminal. Comparando os três portais, *A Tarde*, *Bahia Notícias* e *Correio 24horas*, é possível reconhecer assimetrias quanto a representação textual e imagética dos atores sociais brancos e pretos, o que poderia comprovar que os modelos mentais envolvidos do negro subalterno, algoz naturalmente estigmatizado, problematizado por Azevedo (1975), que nos trouxe o conhecimento sobre como o racismo se tornou uma ideologia que orienta os processos de desumanização do preto, ainda estão latentes nas práticas sociais e discursivas de nosso contexto sociodiscursivo.

A direta associação dos atores sociais pretos a estereótipos e crimes e a dissociação dos atores sociais brancos destas práticas, reforça o que Carneiro (2005) já reivindicava, quanto aos processos de *outrificação* dos corpos pretos, algo fomentado pelo abuso de poder cometido pelo controle da branquitude, que trata de criar e estimular o contraste entre o eu hegemônico x ele subalterno, através de múltiplas nuances e manifestos que, pela materialidade analisada, também pode se manifestar através do discurso.

Tratando-se de um gênero discursivo tão importante como as notícias e, principalmente, pela tendência do jornalismo tornar-se uma fábrica de produção de conteúdo, que afirmamos ser bastante preocupante nos encontrarmos com esses resultados, que indicam uma desigualdade no trato da informação, porque o efeito causado por essa tendência de se designar de maneira genérica, descontextualizada e sem detalhamento, principalmente, o ator social branco, ativa uma força ideológica que limita a compreensão da complexidade de suas ações e seu impacto na sociedade.

Isso pode contribuir para uma percepção distorcida da realidade do sujeito branco e reforçar preconceitos existentes contra o sujeito preto, uma vez que, mesmo em situações análogas (de cometer-se um crime), estes atores sociais não são representados com igualdade, sendo um identificado com mais parcimônia e o outro com mais gravidade. Esses processos podem conduzir a uma representação social dos sujeitos brancos menos estigmatizada, inversa aos métodos descritivos empenhados para se descrever a prática ou a identidade dos sujeitos pretos.

Vimos que as designações utilizadas para se descrever os atores pretos incluem categorias que os associam, diretamente, aos crimes e se oportuniza, majoritariamente, apenas um lado de sua história nas notícias: a história do crime cometido. Enquanto isso, nas notícias sobre sujeitos brancos se facilitam aos leitores informações externas sobre a vida, a família, a profissão, o *status* social destes atores, ou seja, se apresentam várias nuances da sua identidade, resgatadas pelos portais na constituição da notícia, possibilitando que quem consome o discurso obtenha diversas camadas de informação.

Do contrário, se comprovou que nas notícias que continham atores sociais pretos, a camada fornecida foi limitada e atrelada ao crime, ou seja, predominantemente houve um recorte unidirecional para os negros e pluridirecional para os brancos, contribuindo para uma representação ideológica negativa dos pretos e uma posição ideológica acobertadora e dissimulada sobre os sujeitos brancos e sua atividade criminal.

Mas, poderíamos falar de um abuso de poder exercido pela branquitude? Em tese, possivelmente. Pesquisas recentes sobre o perfil dos profissionais que produzem opinião na

mídia, realizadas no ano de 2021, pelo Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (GEMAA)⁷⁵, se dedicaram a traçar um perfil dos colunistas e autores de textos de opinião de três grandes jornais impressos do Brasil, que foram a “Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo”, em que extraíram-se uma amostra aleatória de 21 edições publicadas entre os meses de janeiro e julho de 2021 de cada um dos três veículos, observando os dados sobre gênero e raça.

Os resultados apontaram que 60% dos autores eram homens e 84% dos produtores de conteúdo eram de etnia branca, 6,1% foram considerados pardos, 3,4% eram pessoas pretas e 0,1% eram indígenas, revelando uma desastrosa e preocupante desigualdade, visto que, essencialmente, predomina o viés ideológico da branquitude e suas debilidades na estrutura dos eventos discursivos desses importantes e acessados organismos de informação.

Para confirmarmos esta influência, estudos posteriores poderiam se debruçar a analisar os recortes sociais das redações dos portais soteropolitanos, deixamos como sugestão. Não podemos nos esquecer que vivemos um conflito entre as principais raças sociais no Brasil, desde as invasões europeias. Tampouco podemos ignorar o fato de que, como aponta o atual Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio de Almeida (2009), se considera estar em curso um genocídio da população negra no Brasil, que é constantemente vítima da violência, da desigualdade, que especialmente provém dos desdobramentos do produto da branquitude: o racismo.

Estas atitudes levam a desdobramentos, tais como o aumento dos assassinatos de sujeitos pretos pelas forças policiais, em que estes últimos são incapazes de reconhecer a diferença entre um guarda-chuva⁷⁶ e uma arma, por exemplo, quando em posse de atores sociais pretos. Os modelos mentais produzidos e ativados, como os aqui encontrados, são grandes influenciadores da construção social da imagem do preto e do branco na sociedade e vimos que há uma tendência em instituir-se quem é o vilão e quem é o mocinho.

Este é um comportamento análogo aos dos organismos de informação, que tendem a criar um vilão de etnia preta e um herói de etnia branca do seguinte modo: assim como as notícias oportunizam, essencialmente, uma identificação tendenciosa sobre os sujeitos pretos, permitindo que as sinapses sociocognitivas se orientem apenas por um caminho, o da

⁷⁵“ GÊNERO NUMERO. Homens são 60% dos autores de textos publicados nos maiores jornais do Brasil”. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/artigos/homens-autores-jornais-brasil/>>. Acesso em 17 de junho de 2023.

⁷⁶ G1 GLOBO. “Furadeira, guarda-chuva e até saco de pipoca: casos de mortos após terem objetos confundidos com arma se arrastam há anos na Justiça”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/01/11/furadeira-guarda-chuva-e-ate-saco-de-pipoca-casos-de-mortos-apos-terem-objetos-confundidos-com-arma-se-arrastam-ha-anos-na-justica.ghtml>>. Acesso em 17 de junho de 2023.

culpabilização e naturalização da violência, tanto sofrida, quanto cometida, acreditamos que a prática social policial repete esse comportamento no trato dos corpos pretos, porque vemos que há uma forte tendência a sempre reconhecê-los e atacá-los com base em concepções que socialmente sempre os conduzam para práticas do mal, ou seja, mais uma vez, as práticas discursivas e as práticas sociais se entrelaçam, mostrando a força que tem a propagação de estereótipos negativos sobre um grupo racial.

Estamos querendo sintetizar que se há uma desumanização de um sujeito difundida pelo trato linguístico-discursivo, também haverá uma resposta extratextual destes processos nas relações humanas. Primeiro porque qualquer interação humana depende de processos ideológicos e cognitivos, e segundo porque, muitos destes processos, são conduzidos pela linguagem, verbal ou não verbal.

Portanto, se consumimos narrativas discriminatórias e excludentes, que contribuem para a marginalização e desumanização da população negra, também presenciaremos eventos sociais que se apoiarão nestas prerrogativas, principalmente devido à repetição, reforço e consenso ideológico construído, de que há atores sociais etnicamente mais importantes do que outros, um viés ideológico da estrutura racista que orienta o imaginário coletivo brasileiro. (AZEVEDO, 1975).

É evidente que para alcançarmos, então, uma mudança social profunda que progague mais o ideal antirracista do que o ideal da branquitude, seja necessário pensarmos em uma guinada no modo em que se produz a informação e o discurso no nosso país. A materialidade tomada deste local mais empretecido fora do continente africano, que é a Bahia, ainda nos soterram algumas esperanças, porque, apesar da contingência social deste estado ser majoritariamente preta, ainda vemos que o viés ideológico da branquitude é mais poderoso (ou mais abusivo), porque até mesmo em contexto enegrecidos, ele ainda se torna dominante.

Tanto os ideais da branquitude, como o racismo, estão enraizados nas estruturas, nas instituições e na cognição das sociedades colonizadas, sejam elas esbranquiçadas ou enegrecidas, porque são processos conduzidos conscientemente para a manutenção de privilégios brancos, que são os sujeitos majoritários no controle do poder, seja estatal, econômico ou social, e manter essa posição de ataque ao outro, de autoapresentação positiva de si, mesmo em contextos negativos, como nas notícias sobre crimes, faz parte deste propósito.

A representação imagética também contribui para esse objetivo. Sendo um dos meios mais eficazes de informação na era pós-moderna, as representações presentes nas notícias também mostraram-se tendenciosas. A multimodalidade expressa sobre crimes de brancos era atravessada por valores representacionais e interpessoais, com alguns poucos casos de valores

composicionais, o que indicaria um processo linguístico-discursivo mais complexo ou uma abordagem mais analítica na apresentação dos eventos para os leitores.

Enquanto as representações visuais dos atores brancos se concentraram mais nos participantes, do que nas circunstâncias dos atores envolvidos nas práticas criminosas, sendo estes, por diversas vezes, protegidos ao serem retratados com o efeito de “borrão” no rosto, o que impedia o reconhecimento, algo feito, em sua maioria no portal *A Tarde*, nas representações imagéticas dos atores pretos.

Neste portal predominou-se a difusão dos momentos de execução dos crimes destes atores sociais pretos, ou de momentos de sua prisão, no entanto, eles não desfrutaram do privilégio de terem seus rostos borrados, como gozaram os brancos criminosos retratados nas notícias. Deste modo, vimos uma ênfase de estigmatização da identidade negra naturalizada à prática criminal, principalmente pela presença das três dimensões multimodais na maioria das análises.

É como se a atividade criminal branca fosse posta em dúvida e a prática criminal preta fosse posta como óbvia, denotando, respectivamente, inocência a um e culpabilidade a outro. Nos textos imagéticos analisados nos portais *Bahia Notícias* e *Correio 24horas* também são observadas diferenças nas representações dos atores sociais brancos e pretos, principalmente na articulação das três dimensões de sentido presentes nas notícias.

Por exemplo, o *Bahia Notícias* e o *Correio 24horas* também fazem intervenções diretas na representação dos atores brancos com o efeito de “borrar” o rosto e, em nenhum texto não verbal há a reprodução do momento da prática criminal, como também não há uma composição através de alguma montagem, do contrário, sempre retratam, neste *corpus*, os momentos de execução dos crimes dos atores sociais pretos, sejam através de *print* de gravações, ou através de recursos de edição de imagem, atrelados a sua imagem.

É importante ressaltarmos a representação de atores sociais, pois, se pensarmos que um jornalista que não utiliza, por exemplo, palavras de etimologia racista, sexista ou homofóbica, contribui para que os processos de interpretação narrativa dos leitores não aloquem em sua memória de longo prazo o cunho denotativo que aquelas expressões significam, que é, acima de tudo, um discurso de ódio, fazendo o oposto, ele contribui para a manutenção de desigualdades sociais e estereótipos.

Não podemos mais ignorar o abuso de poder sociodiscursivo. Se o passado não fosse um elemento a ser considerado, imaginemos um futuro onde, por falta de crítica, trato, acesso, as pessoas voltassem a vangloriar as invasões colonialistas de territórios, as escravizações e o genocídio? Iniciaremos, no discurso, uma derrocada moral que poderia se transformar em

prática social, sendo o discurso o início, a estabilização e o maior responsável pela sobrevivência de qualquer ideologia.

Acreditamos que o problema da estabilização desse tipo de enquadramento e desse tipo de influência para a formação dos modelos mentais e dos *frames*, é porque essas construções sociodiscursivas influenciam as pessoas a formularem os modelos mentais ou os perfis de sujeitos que são nocivos, que podem agredi-las, que podem prejudicá-las, embasadas nos reforços sociodiscursivos recebidos e transmitidos, e havendo a predileção pelo reforço negativo sobre a identidade do sujeito negro, e um reforço positivo sobre a identidade do sujeito branco, mesmo em situações criminais, estamos diante de um abuso de poder, que trabalham na cognição humana e orientam as práticas, contratos e interações sociais.

Essas discrepâncias notadas nas representações de atores sociais criminosos de etnias branca e preta, apontam para a importância dos Estudos Críticos do Discurso questionarem e desafiam as injustiças sociais que se propagam através da língua, fomentadas pelas relações de poder e por todas as estruturas sociais que, obviamente, estão condicionadas ao uso do discurso.

Para mudarmos isso, seria necessário que cada camada de conhecimento se responsabilizasse pela retomada da igualdade em sua atuação e, nas belas letras, os ECD estão a cargo de explicitar como essa complexidade racista se articula, bem como se dedica a questioná-la, como almejamos através desta pequena contribuição feita através de nossa pesquisa de mestrado. Sendo assim, convidamos aos leitores e leitoras que, ao lerem nossas análises, questionem e colaborem com a formação crítica que aqui propomos, e incentivamos que este trabalho também inspire novas indagações, retomadas ou contribuições, que visem o papel primordial da análise crítica: contribuir para a promoção da justiça social no âmbito linguístico.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. **Interpretações sobre os Retratos dos Afro-descendentes na Mídia de Massa**. RAC, Curitiba, Edição Especial. P. 119-146. 2008. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552008000500006>.

AGENCIA SENADO BRASIL. **“Há 190 anos, 1º Código Penal do Brasil fixou punições distintas para livres e escravos.”**. Publicado em 4 de dez. 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-190-anos-1o-codigo-penal-do-brasil-fixou-punicoes-distintas-para-livres-e-escravos#:~:text=O%20primeiro%20c%C3%B3digo%20penal%20do,de%20todos%20perante%20a%20lei>>. Acesso em 14. dez. 2022.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. (2006). **Uma história do negro no Brasil** / Wlamyra R. de Albuquerque, Walter Fraga Filho. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Silvia Capanema; SILVA, Rogério Sousa. **Do (in)visível ao risível: o negro e a “raça nacional” na criação caricatural da Primeira República**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, p. 316-345, dez. 2013.

ALMEIDA, Sívio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 264 p. 2019.

ARAÚJO, Joel Zito. **O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira**. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro. 2008.

ARAÚJO, Vitor Miranda; MELO, Camila Muchon de; HAYDU, Verônica Bender. **Código penal brasileiro como descrição de prática cultural: Uma análise comportamental de contingências e metacontingências**. Revista Brasileira de Análise do Comportamento, v. 11, n. 2, 2016.

ARAÚJO, Ana L.; LISBOA, Ana P. **Empresas ainda desperdiçam talento negro por causa do racismo**. Correio Brasiliense. Publicada em 08 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://www.correiobrasiliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2020/11/4887475-empresas-ainda-desperdicam-talentos-negros-por-causa-do-racismo.html>>. Acesso em 29 de mai. de 2023.

AZEVEDO, Thales de. **Democracia racial: ideologia e realidade**. Petrópolis, Brasil, Editora Vozes. 1975.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria E. Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1953].

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12ª Edição, HUCITEC. 2003.

BAKHTIN, M. **O discurso de Dostoiévski**. In: _____. Problemas da poética de Dostoiévski. 4.ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Forense-Universitária, 2008.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo:** Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Dissertação (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, São Paulo. 2002.

BRAITH, B. **Bakhtin:** outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

CARDOSO, Cláudia P. **Amefricanizando o feminismo:** o pensamento de Lélia Gonzalez. Revista Estudos Feministas [online]. 2014, v. 22, n. 3, pp. 965-986. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300015>>. Acesso em 29 de maio de 2023.

CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser.** Tese de doutorado defendida no programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick de. **Discurso das mídias.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CHOULIARAKI, Lillie., FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity:** Rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press.1999.

CUNHA, Andreia H. **Gramática do design visual e tiras:** multimodalidade e produção de sentidos / Andreia Honório da Cunha, Regina Célia Pagliuchi da Silveira – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

ELIADE, Mircea. **Aspecto do mito.** Lisboa: Edições 70. Publicado originalmente em 1963.

FAIRCLOUGH, Norman. **Media discourse.** London: Edward Arnold, 214 pp. 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Coord. trad. rev. técnica e pref. I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse:** textual analysis for social research. Londres: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **CDA as a method in social scientific research.** Methods of Critical Discourse Analysis. 121-138. 10.4135/9780857028020.d8. 2012 [2001].

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: Difusão Européia do Livro. Acesso em: 02 dez. 2022. , 1972.

FIKER, Raul. **Do mito original ao mito ideológico:** alguns percursos. Trans/Form/Ação, São Paulo, 7:9- 19, 1984.

FIORIN, José Luiz. (org.) . **Introdução à linguística:** princípios de análise. São Paulo: Contexto, v. 2. 2003.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao Pensamento de Bakhtin.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOWLER, Roger. (1991). **Language in the News: Discourse and Ideology in the Press**. London/New York: Routledge

FRAZÃO, Thereza Cristina Jardim. **Análise crítica do discurso jornalístico sobre a implantação do sistema de cotas em universidades públicas brasileiras**. 2007. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil, uma breve discussão**. Açãoeducativa.org.br, 2005.

GONZALEZ, Lélia. **Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher** (mimeo, Annual Meeting of the Latin American Studies Association, Pittsburgh, 5-7 de abril) 1979.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Luiz Antônio Silva (Org.). Movimentos sociais, urbanos, memórias étnicas e outros estudos. Brasília: Anpocs (Ciência Sociais Hoje, 2), p. 223-244. 1984.

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades Raciais no Brasil**. (Rio, Graal). 1979.

KÄES, René. **O Grupo e o Sujeito do Grupo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 333 p. 1997.

KRESS, Gunther; van LEEUWEN, Theo. **Reading Images: Grammar of Visual Design**. London: Routledge, 1996.

LOPES, Maílson. **Compressão lexical: notas sobre um modelo semântico-histórico-construcional para análise de vocábulos derivados**. Gragoatá, Niterói, v.25, n.52, p. 688-711, mai.-ago. 2020.

LOPES, Viviane Faria; SANTOS, Kets Laine dos. **“A minha palavra é afiada e contamina”**: análise linguístico-discursiva de comentários racistas implicitamente manifestados no Facebook. Revista de Estudios Brasileño, Espanha, v. 7, n. 14, 2020, p. 63-77. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/reb/article/view/176468/163972>>. Acessado em: 18 de junho de 2023.

MALEVAL, Isadora. **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o (não) lugar da história do presente**. Ars Historica, v. 1, n. 2, jul.-dez.P. 49-59. 2010.

MARTINS, André Ricardo Nunes. **A polêmica construída: racismo e discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros**. Brasília: Senado Federal, 2011, 281p.

MOREIRA, Adilson José. **O que é discriminação?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira** (1933-1974). 4 ed. São Paulo: Ática, 1978.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro, processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, p. 1. 1978.

NEPOMUCENO, Arlete. R. ; PAES, Vera. Lúcia. V. . **Gramática sistêmico-funcional & gramática do design visual: metafunções da linguagem na análise do gênero publicitário digital**. CONFLUÊNCIA , v. 1, p. 296-328, 2019.

OLIVEIRA, Daniele. **A representação do crime de racismo no discurso do jornal baiano Correio**. Cadernos de Linguagem e Sociedade, 19(2). p. 69-94. 2018.

PAVEL, Ciprian. **Using visual content in your marketing**. QUAESTUS MULTIDISCIPLINARY RESEARCH JOURNAL. (5). p. 164-168. 2014

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em 14 dez. 2022.

RAMALHO, Viviane. RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: O texto como material de pesquisa - Viviane Ramalho - Viviane de Melo Resende** Coleção: Linguagem e Sociedade Vol. 1 Campinas, SP : Pontes Editores, 2011.

REINALDO, Gabriela. **O começo do terrível – o legado de von Martius entre a ciência e a ficção na representação da natureza brasileira**. Revista: VISUALIDADES, Goiânia v.12 n.2 p. 113-141, jul-dez 2014.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

ROCHA, Simone. **A Educação como ideal eugênico: o movimento eugenista e o discurso educacional no Boletim de Eugenia 1929-1933..** Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional (Curitiba. Impresso), v. 6, p. 162-177, 2011.

SALES, Theo. **Rastros da destruição: o crime da Braskem em Maceió**. Jornal do Campus - USP. 3 de janeiro de 2022. <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2022/01/rastros-da-destruicao-o-crime-da-braskem-em-maceio/>. Acesso em 10 de jul. 2023.

SANTOS, Záira. B.; PIMENTA, Sônia. M. O. **Da semiótica Social à Multimodalidade: A orquestração de significados**. CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada, v. 12, n. 2, p. 295-324, 2014.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branca paulistana**. Psicologia & Sociedade, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2015.

SILVA, João A. **Criminalidade nas cidades centrais da Bahia**. Tese de doutorado – Universidade Salvador – UNIFACS. Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano. 317 p. 2010.

SILVA, Marcelo Renato Siquara. **Independência ou morte em Salvador: O cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823)**. Salvador: UFBA, Dissertação de Mestrado, 2012.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

SOARES, Neiva. **O signo visual e a metáfora multimodal**. Recorte revista eletrônica. Mestrado em Letras: Linguagem, Cultura e Discurso / UNINCOR. V. 13 - N.º 2 julho-dezembro. 2016.

THOMPSON, John. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

VAN DIJK, Teun A. van. **Discurso y racismo**. David Goldberg & John Solomos (Eds.), *The Blackwell Companion to Racial and Ethnic Studies*. Oxford: Blackwell, 2001.

VAN DIJK, Teun A. van. **Cognição, Discurso e Interação**. São Paulo: Contexto, 2004

VAN DIJK, Teun. A. van. **Discourse and knowledge**. A sociocognitive approach. New York: Cambridge University Press, 2014.

VAN DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**. Editora Contexto. São Paulo. 2015.

VAN DIJK, Teun. A. **Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso**. Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, Porto Alegre, v. 9, n. esp. (supl.), s8-s29, nov. 2016.

VAN LEEUWEN, Theo. **Discourse and Practice: New Tools for Critical Discourse Analysis**. New York: Oxford University Press, 2008.

VAN LEEUWEN, Theo. **A representação dos actores sociais**. in PEDRO. E.R. (org.) *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*, pp. 169-222. Lisboa: Editorial Caminho. 1997.

VIEIRA, Josenia; SILVESTRE, Carminda. **Introdução à Multimodalidade: Contribuições da Gramática Sistêmico-Funcional, Análise de Discurso Crítica, Semiótica Social**. Brasília, DF: J. Antunes Vieira, 2015.

VIEIRA, Josenia. MACEDO, Denise. **Conceitos chaves em análise de discurso crítica**. in BATISTA JR. J. *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*, pp. 48-78. 1ª ed. São Paulo, Parábola. 2018.

WODAK, Ruth. **Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos***. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 4, n.esp, p. 223-243, 2004.

CORPUS DE ANÁLISES

A TARDE. Vídeo: Médico é preso por assediar enfermeira em posto de saúde. Salvador. Publicado em 14 de maio de 2023. Disponível em: <<https://atarde.com.br/brasil/video-medico-e-preso-por-assediar-enfermeira-em-posto-de-saude-1229057>>. Acesso em 20 de mai. 2023.

A TARDE. Policial fez vídeo após matar colegas no Ceará: "te vejo no inferno". Salvador. Publicado em 15 de maio de 2023. Disponível em: <<https://atarde.com.br/brasil/policial-fez-video-apos-matar-colegas-no-ceara-te-vejo-no-inferno-1229187>>. Acesso em 25 de mai. 2023.

A TARDE. Juiz da Lava Jato é afastado por suspeita de intimidar desembargador. Salvador. Publicado em 23 de maio de 2023. Disponível em: <<https://atarde.com.br/politica/brasil/juiz-da-lava-jato-e-afastado-por-suspeita-de-intimidar-desembargador-1230030>>. Acesso em 25 de mai. 2023.

A TARDE. Homem atropela suspeito de furto e ironiza: 'Menos um fazendo L'. Salvador. Publicado 28 de abril de 2023. Disponível em: <<https://atarde.com.br/brasil/homem-atropela-suspeito-de-furto-e-ironiza-menos-um-fazendo-l-1227404>>. Acesso em 20 de mai. 2023.

A TARDE. Fisioterapeuta é preso por suspeita de estuprar paciente em UTI. Salvador. Publicado em 20 de maio de 2023. Disponível em: <<https://atarde.com.br/brasil/fisioterapeuta-e-preso-por-suspeita-de-estuprar-paciente-em-uti-1229789>>. Acesso em 20 de mai. 2023.

A TARDE. Casal rouba farmácia no Campo Grande e é detido por guardas e PMs. Salvador. Publicado em 13 de maio de 2023. Disponível em: <<https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/casal-rouba-farmacia-no-campo-grande-e-e-detido-por-guardas-e-pms-1229039>>. Acesso em 25 de mai. 2023.

A TARDE. Irmão de Tony Salles é morto durante confronto com a Polícia Civil. Salvador. Publicado em 19 de maio de 2023. Disponível em: <<https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/irmao-de-tony-salles-e-morto-durante-confronto-com-a-policia-civil-1229687>>. Acesso em 25 de mai. 2023.

A TARDE. Vídeo: Homem armado com faca assalta pedestre próximo ao metrô. Salvador. Publicado em 02 de maio. Disponível em: <<https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/video-homem-armado-com-faca-assalta-pedestre-proximo-ao-metro-1227704>>. Acesso em 20 de mai. 2023.

A TARDE. Homem se entrega após fazer família refém em Águas Claras. Salvador. Publicado em 15 de mai. 2023. Disponível em: <<https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/homem-se-entrega-apos-fazer-familia-refem-em-aguas-claras-1229141>>. Acesso em 20 de mai. 2023.

A TARDE. Pastor Valdemiro tem templo de R\$ 260 milhões penhorado pela Justiça. Salvador. Publicado em 21 de maio. Disponível em: <<https://atarde.com.br/brasil/pastor-valdemiro-tem-templo-de-r-260-milhoes-penhorado-pela-justica-1229834>>. Acesso em 25 de mai. 2023.

A TARDE. Atiradores invadem escolas e deixam mortos e feridos no Espírito Santo. Publicado em 25 de nov. de 2022. Disponível em: <<https://atarde.com.br/brasil/atiradores-invadem-escolas-e-deixam-mortos-e-feridos-no-espírito-santo-1212564>>. Acesso em 25 de mai. 2023.

BAHIA NOTÍCIAS. João de Deus é denunciado por crimes sexuais de mais oito vítimas. Salvador. Publicado em 16 de ago. 2021. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/noticia/261182-joao-de-deus-e-denunciado-por-crimes-sexuais-de-mais-oito-vitimas.html>>. Acesso em 15 de dez. 2022.

BAHIA NOTÍCIAS. Barra: Advogado nega que suspeito de mandar matar médico tenha confessado crime. Salvador. Publicado em 25 de dez. 2021. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/municipios/noticia/27548-barra-advogado-nega-que-suspeito-de-mandar-matar-medico-tenha-confessado-crime>>. Acesso em 15 de dez. 2022.

BAHIA NOTÍCIAS. Homem é preso por furto após reclamar de insegurança: 'Estão roubando muito'. Salvador. Publicado em 01 de ago. 2022. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/holofote/noticia/66356-homem-e-preso-por-furto-apos-reclamar-de-inseguranca-estao-roubando-muito.html>>. Acesso em 15 de dez. 2022.

BAHIA NOTÍCIAS. Em audiência nos EUA, ex-presidente da Braskem admite crimes. Salvador. Publicado em 15 de abr. 2021. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/justica/noticia/64187-em-audiencia-nos-eua-ex-presidente-da-braskem-admite-crimes>>. Acesso em 15 de dez. 2022.

BAHIA NOTÍCIAS. VÍDEO: Militar do GSI é flagrado dando água e cumprimentando bolsonaristas durante invasão de 8/1. Salvador. Publicado em 20 de abr. 2023. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/noticia/279407-video-militar-do-gsi-e-flagrado-dando-agua-e-cumprimentando-bolsonaristas-durante-invasao-de-81>>. Acesso em 20 de mai. 2023.

BAHIA NOTÍCIAS. Camaçari: Apontado como '4 de Copas' do Baralho do Crime morre em ação policial. Camaçari. Publicado em 22 de out. 2021. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/municipios/noticia/27518-camacari-apontado-como-4-de-copas-do-baralho-do-crime-morre-em-acao-policial>>. Acesso em 15 de dez. 2022.

BAHIA NOTÍCIAS. Suspeito de matar mãe e filha em Guanambi conta detalhes do crime. Salvador. Publicado em 14 de dez. 2021. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/municipios/noticia/28151-suspeito-de-matar-mae-e-filha-em-guanambi-conta-detalhes-do-crime>>. Acesso em 15 de dez. 2022.

BAHIA NOTÍCIAS. Mata de São João: Foragido condenado por feminicídio é preso pela Polícia Civil. Publicado em 19 de ago. 2022. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/municipios/noticia/30944-mata-de-sao-joao-foragido-condenado-por-femicidio-e-preso-pela-policia-civil>>. Acesso em 15 de dez. 2022.

BAHIA NOTÍCIAS. Casal rouba farmácia no Campo Grande e é perseguido por agentes de segurança. Publicado em 14 de mai. 2023. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/noticia/280146-casal-rouba-farmacia-no-campo-grande-e-e-perseguido-por-agentes-de-seguranca>>. Acesso em 20 de mai. 2023.

BAHIA NOTÍCIAS. Justiça quebra sigilo bancário do prefeito de Jeremoabo acusado de beneficiar empresa do sobrinho. Salvador. Publicado em 23 de mai. 2023. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/municipios/noticia/34193-justica-quebra-sigilo-bancario-do-prefeito-de-jeremoabo-acusado-de-beneficiar-empresa-do-sobrinho>>. Acesso em 27 de mai. 2023.

CNN BRASIL. Quem é o juiz Eduardo Appio e por que ele foi afastado da Lava Jato. Publicado 23 de mai. 2023. Disponível em:<<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/quem-e-o-juiz-eduardo-appio-e-por-que-ele-foi-afastado-da-lava-jato/>>. Acesso em 25 de mai. 2023.

CORREIO 24HORAS. Depois de quase dois anos foragido, falso dentista é preso no Aeroporto de Ilhéus. Salvador. Publicado em 13 de jan. 2023. Disponível em:<<https://www.correio24horas.com.br/bahia/depois-de-quase-dois-anos-foragido-falso-dentista-e-preso-no-aeroporto-de-ilheus-0123>>. Acesso em 08 de fev. 2023.

CORREIO 24HORAS. Blogueiro cearense vira réu por planejar atentado a bomba no aeroporto do DF. Salvador. Publicado em 16 de jan. 2023. Disponível em:<<https://www.correio24horas.com.br/brasil/blogueiro-cearense-vira-reu-por-planejar-atentado-a-bomba-no-aeroporto-do-df-0123>>. Acesso em 08 de fev. 2023.

CORREIO 24HORAS. Anestesista preso por pornografia infantil pediu para ficar sozinho com menor de idade. Salvador. Publicado em 18 de jan. 2023. Disponível em:<<https://www.correio24horas.com.br/em-alta/anestesista-preso-por-pornografia-infantil-pediu-para-ficar-sozinho-com-menor-de-idade-0123>>. Acesso em 08 de fev. 2023.

CORREIO 24HORAS. Réu por tentativa de explodir bomba em Brasília confessa crime. Salvador. Publicado em 20 de jan. 23. Disponível em:<<https://www.correio24horas.com.br/brasil/reu-por-tentativa-de-explodir-bomba-em-brasilia-confessa-crime-0123>>. Acesso em 08 de fev. 2023.

CORREIO 24HORAS. Noiva de atleta é investigada por racismo após ofender paraibanos. Salvador. Publicado em 26 de jan. 2023. Disponível em:<<https://www.correio24horas.com.br/correio24horas/esportes/noiva-de-atleta-e-investigada-por-racismo-apos-ofender-paraibanos-0123>>. Acesso em 08 de fev. 2023.

CORREIO 24HORAS. Homem mata esposa e a coloca em sofá para simular morte natural. Salvador. Publicado em 11 de jan. 2023. Disponível em:<<https://www.correio24horas.com.br/brasil/homem-mata-esposa-e-a-coloca-em-sofa-para-simular-morte-natural-0123>>. Acesso em 24 de abr. 2023.

CORREIO 24HORAS. Quem são os 10 criminosos mais procurados da Bahia? Veja a lista. Salvador. Publicado em 16 de jan. 2023. Disponível em:<<https://www.correio24horas.com.br/minha-bahia/quem-sao-os-10-criminosos-mais-procurados-da-bahia-veja-a-lista-0123>>. Acesso em 24 de abr. 2023.

CORREIO 24HORAS. Casal é preso na Bahia acusado de sequestrar bebê para uso em ritual. Salvador. Publicado em 16 de jan. 2023. Disponível em:<<https://www.correio24horas.com.br/bahia/casal-e-preso-na-bahia-acusado-de-sequestrar-bebe-para-uso-em-ritual-0123>>. Acesso 24 de abr. 2023.

CORREIO 24HORAS. Homem que destruiu relógio de Dom João VI é preso pela PF. Salvador. Publicado em 23 de jan. 2023. Disponível em:<<https://www.correio24horas.com.br/brasil/homem-que-destruiu-relogio-de-dom-joao-vi-e-preso-pela-pf-0123>>. Acesso em 24 de abr. 2023.

CORREIO 24HORAS. Mestrando estuprou estudante da UFPI após matá-la, diz inquérito. Salvador. Publicado em 06 de fev. 2023. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/brasil/mestrando-estuprou-estudante-da-ufpi-apos-mata-la-diz-inquerito-0223>>. Acesso em 24 de abr. 2023.